

Informações Econômicas

fevereiro/90

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90
Amendoim da Seca, Cebola, Feijão da Seca, Tomate



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Informações econômicas

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - ACOMPANHAMENTO DA SAFRA PARA CULTURAS DE VERÃO E PERENES	11
3 - ANÁLISE DE PRODUTOS	15
Amendoim da Seca	15
Cebola	17
Feijão da Seca	18
Tomate	19

PREVISÕES E ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS DO ESTADO

DE SÃO PAULO - Ano Agrícola 1989/89 - 2º Levantamento e Ano Agrícola 1988/89 - Levantamento Final - Novembro de 1989 ...	39
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

PREÇOS AGRÍCOLAS	57
COMPORTAMENTO DE PREÇOS	57
Preços Recebidos	57
Preços Pagos	58
Índice de Paridade	59
Cesta de Mercado	60

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA	103
----------------------------------	------------

EDITORIAL

A dança dos índices em janeiro revelou que ainda permanece uma distância acentuada entre os preços ao produtor e as cotações ao nível de atacado e varejo, da mesma forma que mostrou crescimento menos que proporcional do índice de preços agrícolas no atacado (IPA) em relação ao índice geral de preços (IGP). Neste último caso, o IGP apresentou uma evolução de 881,3% entre agosto de 1989 e janeiro de 1990, enquanto o IPA teve um avanço de 514,83%.

No período entre dezembro de 1989 e janeiro de 1990, a inflação acumulada atingiu o nível de 171%, ao passo que nenhum dos principais produtos da cesta de mercado — arroz, feijão, milho, óleo de soja, batata, tomate, carne bovina e de frango e ovos — recebeu aumento acima desse índice ao nível do agricultor. Por sua vez, os preços no mercado atacadista elevaram-se mais que os recebidos pelo produtor e permaneceram mais aderentes ao IGP, embora ainda abaixo. Como exemplos, pode-se citar o ovo, que cresceu 8% ao produtor e 68% no atacado; a carne bovina, 90% e 96% respectivamente; e o tomate, 102% e 143% na mesma ordem. Por outro lado, as elevações ao nível do atacado e varejo dos produtos básicos de alimentação, com arroz, feijão e batata, sobrepujaram a inflação acumulada do período.

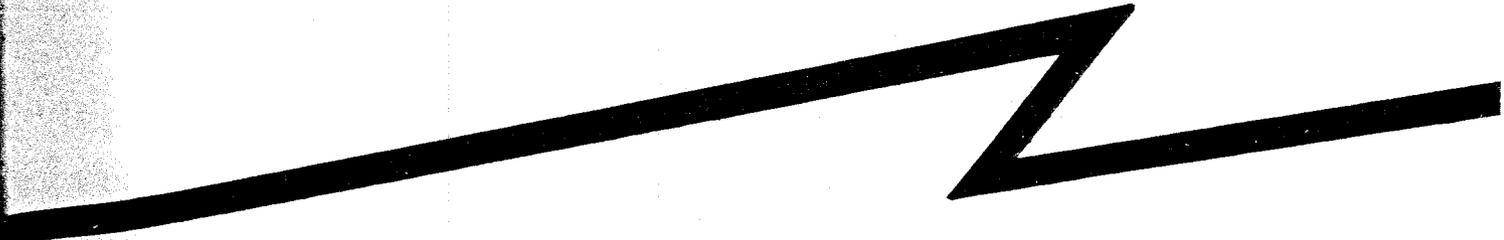
Este comportamento realça uma característica da economia, através da qual, em épocas de elevação geral de preços, os preços recebidos pelo produtor crescem menos que a inflação e as margens de comercialização ao nível de atacado e varejo sobem mais que proporcionalmente, canalizando certa parcela de renda do setor agrícola para o setor terciário de comercialização.

Levando-se em conta que, no período de entressafra (dezembro e janeiro), o estoque em mãos do agricultor é bastante reduzido, tal situação aponta para uma perspectiva pouco favorável ao setor agrícola, cujos preços poderão tornar-se ainda mais comprimidos no período de safra, a partir de março, como aliás tem acontecido com certa frequência em outros anos.

Este cenário poderá ser atenuado, para agricultores e consumidores, na medida em que uma política de combate à inflação tenha efeitos positivos no curto prazo com a política econômica do próximo Governo. Com preços mais estáveis, as cotações agrícolas recuperam-se de suas perdas em relação aos demais setores da economia e o consumidor acaba por se beneficiar com um custo da alimentação mais compatível com o seu salário.

O artigo especial desta edição, que trata do Prognóstico 89/90 para as culturas da seca, mostra a situação de insegurança em que está se iniciando a comercialização das culturas das águas em 1990.

As estimativas da safra das águas de 1989/90 e as perspectivas para as culturas da seca indicam, especialmente no caso do feijão, tendência de redução da oferta agrícola para 1990, principalmente em função da redução de área e queda de produtividade devido ao menor uso de insumos e a problemas climáticos.



artigo especial

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90
amendoim da seca, cebola, feijão da seca e tomate

Antonio Ambrósio Amaro, Denise Viani Caser, Hiroshige Okawa, José Roberto Vicente, Lidia Hathue Ueno, Luiz Carlos Miranda, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Malímiria Norico Otani, Mário Pires de Almeida Olivetti, Marisa Zeferino Barbosa, Marli Dias Mascarenhas, Nelson Batista Martin, Paul Frans Bemelmans, Waldemar Pires de Camargo Filho(1)

1. INTRODUÇÃO

O plantio das culturas da seca vem enfrentando a mesma situação das culturas das águas, ou seja, falta de recursos para crédito de custeio, elevados preços dos insumos e grande instabilidade nos mercados, fruto da situação de desgoverno por que passa o País. Dentro desse quadro, observa-se uma tendência de no máximo se manter em 1990 as mesmas áreas de 1989 com culturas da seca, o que representará uma menor oferta futura face as instabilidades climáticas pelas quais vêm passando a agricultura estadual na safra de 1989/90.

Assim, as indicações da política oficial de preços mínimos tornam-se neutras, fruto da defasagem desses preços face aos comportamentos dos preços dos insumos nos últimos meses, bem como do fato de que enquanto os preços dos fatores são cotados em BTNFs, os preços mínimos em BTN, defasando-os ainda mais.

Ao mesmo tempo, a safra de 1990 vai enfrentar uma comercialização difícil cujo resultado é de difícil previsão. Pois, ao mesmo tempo em que se defronta com taxas de inflação acima de 70% ao mês e taxas reais de

juros da ordem de 4% a 7% ao mês, os agentes de comercialização adquirem os produtos agrícolas na medida necessária para o consumo no curtíssimo prazo, e dada a baixa disponibilidade de recursos para EGF e AGF à taxa de juros oficial, os produtores terão dificuldade de vender sua safra, resultando em preços reais negativos afetando a renda do setor.

Assim, de acordo com o orçamento da União, recentemente sancionado pelo Presidente da República, para 1990, prevê-se recursos da ordem de NCz\$17,8 bilhões para EGF e de NCz\$5,7 bilhões para AGF, a preços de janeiro de 1990, para a comercialização da safra de 1989/90. Esses recursos possibilitarão o financiamento via EGF, de não mais que 8,7 milhões de toneladas de grãos e a aquisição de apenas 1,7 milhão de toneladas, via AGF. Esses recursos se configuram numa tendência de redução na participação do Governo na comercialização dos produtos agrícolas.

Diante desse quadro, as primeiras estimativas de safra confirmam as informações de que

(1) Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

haveria um recuo nas áreas plantadas e possivelmente nas produtividades médias de diversas culturas. Essas previstas reduções de produção viram-se agravadas pelas perdas provocadas por adversidades climáticas (chuvas excessivas e veranico) que atingiram algumas das atividades e regiões produtoras do Centro-Sul do País nos últimos três meses, o que levará a uma redução entre 5% a 10% da safra brasileira de grãos de 72 milhões de toneladas colhidas em 1989.

Esta é a situação a ser enfrentada pelo novo Governo Federal, que assume o poder no início de uma safra reduzida que exigirá uma ação imediata, visando viabilizar a comercialização da nova safra, reduzindo as perdas dos produtores e o bem-estar dos consumidores brasileiros.

Esta análise visa atualizar as informações publicadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) nos Prognósticos de agosto e novembro de 1989, incorporando dados do levantamento para previsão de safras levado a campo em novembro de 1989 e um levantamento destinado a estimar as perdas de safra, efetuado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em meados de janeiro de 1990, provocadas por chuvas intensas em dezembro de 1989 e janeiro de 1990 no Estado de São Paulo. Até então, várias regiões do Estado vinham sofrendo, devido a deficiências hídricas, atrasos nos plantios ou prejuízos no desenvolvimento das culturas das águas e culturas perenes, problemas que desapareceram com as chuvas.

A Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Registro estima, como consequência da enchente do Rio Ribeira, perdas de 31% da safra de arroz, 9% da de banana, 5% na de olerícolas e 2% de perdas na safra de milho.

A região de Moji das Cruzes, na DIRA de São José dos Campos, estima perdas elevadas nas produções olerícolas (60% nas folhosas e 40% nos legumes), além de atrasos nos plantios; as demais áreas não foram prejudicadas.

Na DIRA de Sorocaba, as perdas de safra devem atingir 20% para o algodão e o tomate envarado e 15% para o feijão das águas (especialmente em Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul, Itapeva e Ribeirão Branco), além das olerícolas (atingindo, no caso da alface, cerca de 30%). Produtos como o arroz e o milho foram beneficiados pelas chuvas.

Em Campinas, as culturas mais atingidas pelas chuvas foram a de batata das águas, de feijão das águas e de algodão, com perdas estimadas em

35%, 20% e 10%, respectivamente.

A DIRA de Ribeirão Preto estimou perdas de 5% a 10% para o algodão (na região de Ituverava) e de 30% para o feijão das águas; as demais culturas foram beneficiadas.

O feijão das águas foi a cultura mais atingida na DIRA de Bauru (30%), onde estima-se, também, quebras de safra de algodão e amendoim das águas (20%), milho e arroz (5%). Para café, cana-de-açúcar e pastagens, as chuvas foram benéficas.

Na DIRA de São José do Rio Preto, as culturas para as quais estimam-se perdas são as de algodão (9%), de amendoim das águas (8%), de de milho (5%), de arroz (4%) e da próxima colheita de laranja (15%).

Perdas de 35% para o amendoim das águas, 10% para o algodão, 8% para o milho e 3% para a soja, são as estimativas da DIRA de Araçatuba.

Na DIRA de Presidente Prudente, registraram-se alguns dos maiores percentuais estimados para as quebras de safra: 50% para o feijão das águas, 40% para o amendoim das águas, 30% para a melancia e 15% para o algodão, além das dificuldades no escoamento de hortaliças e leguminosas.

A DIRA de Marília estima suas perdas em 30% para as lavouras de tomate envarado e rasteiro e de amendoim das águas, 28% para o feijão das águas e 20% para a melancia.

Ponderando-se os percentuais referentes às principais culturas pela produção de cada DIRA, conforme os dados do levantamento IEA/CATI de novembro, chega-se às estimativas de perdas de safra para o Estado de São Paulo (quadro 1).

Após o excesso de chuvas, a situação inverteu-se e, no começo de fevereiro, várias regiões do Estado começaram a sofrer problemas de

deficiências hídricas. Fevereiro é, historicamente, um mês em que condições do tempo adversas afetam severamente a produtividade; portanto, se essa situação persistir as quebras de safra poderão ser ainda mais ele-

vadas.

Uma análise por produto permite traçar um panorama mais atualizado das perspectivas da oferta de curto prazo para algumas das mais importantes culturas no Estado de São Paulo.

QUADRO 1. Produção Esperada e Perdas Estimadas Devido ao Excesso de Chuvas, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1989/90

Cultura	Produção esperada(1) (1.000t)	Perdas devido às chuvas (2)	
		(1.000 t)	(%)
Algodão	575	63	11
Amendoim das águas	108	15	14
Arroz	435	5	1
Banana	1.245	109(3)	9
Batata das águas	204	23(4)	11
Feijão das águas	138	21	15
Laranja	11.987	540(5)	5
Melancia	139	22	16
Milho	3.516	58	2

(1) 2o. levantamento, novembro de 1989.

(2) Levantamento efetuado em meados de janeiro de 1990.

(3) Refere-se a perdas na DIRA de Registro.

(4) Refere-se a perdas na DIRA de Campinas.

(5) Refere-se a perdas na DIRA de São José do Rio Preto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

ALGODÃO

A 2a. Previsão de Safras do IEA, realizada em novembro de 1989, estima que foram cultivados no Estado 306 mil hectares na presente safra, apontando acréscimo de 26% em comparação à do ano passado. Tal aumento confirma a expectativa inicial provocada pelo comportamento dos preços diante da diminuição da oferta registrada em 1988/89 e pelo nível do estoque final em 1989, o menor dos últimos

anos.

O aumento da produção, porém, não deverá ocorrer na mesma proporção do acréscimo da área, uma vez que a limitação de recursos para custeio teria implicado em redução na utilização de insumos, comprometendo a produtividade da safra. Como agravante, o excesso de chuvas seguido por forte calor forçando a abertura precoce dos botões ou derrubando as cargas das plantas vêm prejudicando o desenvolvimento nesta fase final do

cultivo. As perdas estão estimadas em 11%, reduzindo a estimativa para perto de 500 mil toneladas de algodão (448,5 mil toneladas em 1989).

ARROZ

No levantamento do IEA-CATI, confirmou-se a redução da área cultivada com arroz em São Paulo. De outra parte, as perdas por adversidades climáticas foram pouco expressivas e não deverão alterar as estimativas iniciais para a produção, ou seja, uma redução da ordem de 7% em confronto com a colheita anterior (469,8 mil toneladas). Contudo, devido ao verão de fevereiro, a colheita poderá apresentar uma queda mais elevada.

BATATA

O plantio da safra das águas realizou-se, normalmente, como mencionado no prognóstico das culturas das águas. Entretanto, o excesso de chuvas em dezembro e janeiro prejudicou a qualidade e a produção em aproximadamente 11% do total estimado em novembro para essa safra.

CEBOLA

Em plena safra de claras precoces, em agosto de 1989, foi avaliado que havia um excedente de oferta e que o mercado poderia reagir no princípio de 1990. O que aconteceu realmente foi que houve, em outubro, um ajuste dos preços em patamares acima daqueles praticados até setembro, apenas como compensação dos custos e serviços de comercialização, não ocorrendo aumento real de preços que ultrapassasse os índices inflacionários. O que se pode prever é que até abril todo o estoque catarinense e gaúcho deverá ser vendido e com preços que acompanharão o índice inflacionário, remunerando o produtor à altura

dos investimentos com a lavoura, podendo até auferir lucros. A partir de abril, o aumento real ficará dependendo da magnitude da produtividade e da safra soqueira de Piedade e inclusive do seu retardamento, além das medidas político-econômicas ao nível federal.

FEIJÃO

Como foi prognosticado, ocorreu expansão da área cultivada com feijão das águas no Estado de São Paulo. De acordo com o levantamento do IEA-CATI, a área aumentou em 58,3% em 1989/90, relativamente ao ano anterior. Porém, as chuvas excessivas provocaram perdas avaliadas em 15% em relação à produção esperada de 138 mil toneladas e que seria 43,8% superior à mesma safra em 1988/89 (102,7 mil toneladas).

MILHO

A lavoura de milho na safra 1989/90, em pleno desenvolvimento na Região Centro-Sul do País, não sofreu danos muito sérios com as intensas chuvas de fins de dezembro de 1989 até meados de janeiro de 1990.

A produção, contudo, deverá ser menor que a anteriormente prevista, em função de queda da produtividade, devido ao uso restrito de fertilizantes e redução de área plantada.

Especificamente na região de Ribeirão Preto, os produtores de soja de variedades precoces poderão plantar "milho de safrinha" em fevereiro, após a colheita da oleaginosa.

LARANJA

Em outubro de 1989 antevia-se um novo aumento na produção de laranjas para a safra 1989/90 diante das exuberantes floradas que então ocorriam nos pomares paulistas, o que

inclusive chegou a provocar significativa queda nas cotações internacionais do suco concentrado congelado e, como consequência, na estimativa de preço a ser recebido pelo citricultor (US\$2,00 a 2,30/caixa) na safra que estava sendo colhida (estimada em 296,6 milhões de caixas).

Todavia, uma série de fatos vieram a alterar radicalmente essas perspectivas, dentre os quais pode-se destacar: a) ocorrência de dias quentes e noites muito frias, com fortes contrastes térmicos nas regiões produtoras, assoladas por ventos que passaram a derrubar os frutos chumbinhos dos pés; b) como a colheita em 1989 começara atrasada, havia ainda muita fruta amadurecendo nas plantas, agravando a derriça natural, ainda mais que, em geral, os tratamentos culturais no início da safra não haviam sido feitos a contento, pois os custos de insumos (adubos e defensivos) vinham se elevando rapidamente, enquanto as perspectivas de preços eram desestimulantes; c) fortes e constantes chuvas em dezembro e janeiro provocaram perdas tanto na fruta em fase de colheita como na produção vindoura; d) trata-se de um ano de menor produtividade no ciclo bienal da cultura.

De outra parte, há que se assinalar que na Flórida (EUA), uma geadada de fortes proporções (24/25/12/1989) provocou uma grande perda na produção de laranja em plena fase de colheita (cerca de 29%) e, principalmente, na produção de suco concentrado estimada em 50% da inicialmente prevista, além da morte de milhares de plantas ainda não quantificadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Esses fatos provocaram acen tuada elevação nos preços do suco, a ser ainda exportado pelo Brasil na safra industrial 1989/90 e imediata valorização da matéria-prima que poderá situar-se ao redor de US\$3,50/caixa. Tal nível de preço poderá perdurar ou até mesmo aumentar para a próxima

temporada, visto que nos meios citrícolas, no momento, passou-se a estimar uma safra menor tanto em São Paulo como na Flórida, sendo evidente o clima de firmeza do mercado que tomou conta de todo o setor citrícola, completamente diverso daquele que predominava no início da safra agrícola 1989/90.

•BANANA

A primeira estimativa de safra 1989/90, levantada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA), em novembro de 1989, indicou uma área plantada de 46,2 mil hectares (46,8 mil hectares em 1988/89) que deveria proporcionar uma produção de 1.245,3 mil toneladas (1.089,5 mil toneladas em 1988/89). No entanto, as intensas chuvas em dezembro e janeiro últimos, que provocaram inundações no Vale do Ribeira, reduziram a estimativa de produtividade de 27t/ha para 23t/ha, o que deverá proporcionar uma produção de 1.062,3 mil toneladas.

* AMENDOIM DA SECA

* Panorama Internacional

A produção mundial de amendoim sem casca em 1989/90 está estimada pela Oil World Weekly em 15,3 milhões de toneladas, 8,0% inferior à da temporada anterior. A expectativa inicial de aumento foi frustrada, principalmente, pela diminuição da produção da China, onde problemas climáticos prejudicaram as lavouras causando uma redução de 12,0% em comparação à safra passada, devendo alcançar 3,5 milhões de toneladas. As condições climáticas também foram desfavoráveis na Índia, onde a despeito do aumento na área cultivada, a produção deverá ser 16,4% menor, alcançando 5,1 milhões de toneladas. Enquanto isso a previsão de colheita de 1,4 milhão de toneladas nos Estados Unidos confirma a estimativa inicial de aumento de 1,2% da sua produção.

Em 1989/90 está previsto esmagamento de 9,0 milhões de toneladas, contra 10,0 milhões em 1988/89, enquanto que tanto as exportações quanto as importações deverão apresentar decréscimos de 4,2% e de 0,9%, respectivamente, destacando-se a redução de 3,7% nas aquisições de amendoim sem casca da Comunidade Econômica Européia (CEE), principal bloco importador. Assim, a redução da oferta não deverá ocasionar oscilação significativa nos preços.

Quanto ao óleo de amendoim, a mesma fonte estima queda de 10,9% na produção mundial que deverá alcançar 3,6 milhões de toneladas nesta temporada. O comportamento do comércio não deverá ser diferente daquele previsto para o produto in natura, uma vez que

as importações deverão totalizar 315,8 mil toneladas, 11,5% inferior à safra passada, o mesmo ocorrendo com o consumo estimado em 3,7 milhões de toneladas, apontando retração de 9,8% relativamente ao de 1988/89.

A diminuição da ordem de 8,8% no estoque final de óleo de amendoim, em 1988/89, atribuída a uma variação no consumo superior a da produção daquele ano-safra, determinou significativa recuperação das cotações internacionais, cuja média anual de 1989 situou-se em US\$775/t, a mais elevada dos últimos três anos (quadro 2).

Para 1989/90, a despeito da previsão de redução no consumo, o estoque final deverá apresentar diminuição de 18,0% comparado com o do ano anterior, em decorrência da retração na produção dos principais países produtores. Tal fato, entretanto, não deverá determinar fortes elevações nos preços no decorrer de 1990, dada a redução de 9,5% nas importações da CEE (responsável por aproximadamente 75% das importações mundiais de óleo de amendoim) em função de preços mais atrativos de outros óleos vegetais, principalmente de girassol.

No Brasil, as exportações de óleo de amendoim bruto e refinado, segundo fontes privadas, totalizaram 5,5 mil toneladas em 1989 (ano civil), volume 69,7% inferior àquele registrado pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX) em 1988, fato atribuído à redução da disponibilidade interna de produto para esmagamento. Para a safra de 1989/90 (outubro/89 a setembro/90), a Oil World Weekly prevê que as exportações brasileiras deste derivado deverão alcançar 15,0 mil toneladas contra 8,5 mil toneladas registradas de outubro/88 a setembro/89.

• Situação Interna

A produção nacional de amendoim em casca na temporada 1988/89 apresentou redução de 9,8% em relação ao ano anterior, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo totalizado 155.000t, correspondendo 118.000t às safras das águas e 37.000t da seca. Para a área da safra das águas 1989/90, a mesma fonte estimou aumento de 8,0% em relação à colhida no ano passado, devendo ter atingido 63.515ha revertendo o processo de retração no cultivo desta oleaginosa.

No Estado de São Paulo, as estimativas do Instituto de Economia Agrícola (IEA) indicam que na safra das águas 1989/90 foram cultivadas 50.400ha, apontando acréscimo de 5,0% em comparação a 1988/89. Entre as principais regiões produtoras, na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto, destinou-se ao amendoim 23.970ha, ou seja, uma área 8,8% superior à anterior, aumento impulsionado pelo comportamento dos preços em 1989, enquanto que na DIRA de Marília registrou-se diminuição de 6,8% alcançando 12.300ha, retração atribuída à escassez de recursos para financiamento. A ocorrência de chuvas contínuas prejudicou a colheita na região de Marília, onde se estimam perdas de 30%. Em Ribeirão Preto, as más condições climáticas não afetaram esta operação, uma vez que foi iniciada após o período chuvoso.

Durante os últimos três anos, observou-se uma recuperação gradativa dos preços reais recebidos pelos produtores, alcançando os mais altos níveis no primeiro semestre de 1989 quando a redução da oferta e a boa qualidade do produto garantiram significativa recuperação da rentabilidade econômica. Entretanto, com o enfraquecimento da comercialização a partir de julho, pela queda na demanda após as festas juninas e pelos custos de estocagem, houve forte retração dos preços, os quais alcançaram no último

trimestre de 1989 níveis inferiores àqueles registrados em 1987, contrariando inclusive a expectativa de aumentos reais por ocasião da entressafra, como registrados em anos anteriores (quadro 3).

A comercialização da safra das águas 1989/90 vem se processando lentamente face as aquisições relativamente pequenas por parte dos comerciantes diante das despesas de armazenamento. O preço praticado atualmente de NCz\$120,00/sc.25kg, a despeito de apresentar aumento nominal de 88% em relação ao de dezembro/89 e situar-se 60,0% acima do preço mínimo, ainda é inferior em 30%, em média, aos custos operacionais totais de produção estimados pelo IEA em NCz\$164,82/sc. na DIRA de Ribeirão Preto (92sc./ha) e de NCz\$175,27/sc. em Marília (79sc./ha), corrigidos a preços de fevereiro.

Para a safra da seca 1989/90, na DIRA de Marília com rendimento de 62sc./ha, o IEA estima o custo operacional efetivo em 796,19 BTNs/ha, enquanto que o Valor Básico de Custeio (VBC) total fixado para esta faixa de produtividade de 354,92 BTNs/ha, cobre apenas 44,6% dessas despesas. Considerando-se os limites de financiamento estabelecidos em 80%, 50% e 30% para pequenos, médios e grandes produtores, a relação VBC/custos de produção cai significativamente, correspondendo a apenas 36%, 22% e 13%, respectivamente do custo operacional (quadro 4).

Assim, a área a ser cultivada na safra da seca no Estado de São Paulo deverá ser influenciada pela limitação de crédito à cultura, podendo situar-se abaixo dos 18,25 mil hectares plantados no ano passado. Mais ainda, devido aos prejuízos que os agricultores tiveram na safra das águas em Marília (maior região produtora paulista de amendoim da seca), a utilização de recursos próprios na próxima safra deverá ser limitada, o que deverá comprometer a produtividade da cultura e agravar os custos unitários.

CEBOLA

A área de cultivo estimada no Brasil em 1989 é de 73,6 mil hectares e a produção esperada de cebola, segundo o IBGE, será de 774,8 mil toneladas. A distribuição da produção durante o ano por Regiões é de 13% para o Nordeste, 45% no Sul e 37% em São Paulo (maior produtor no Sudeste), cada uma com peculiaridades de cultivo próprio (quadro 5).

A cebola produzida no Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) é quase na totalidade a baía piriforme que colhida em novembro e janeiro tem a função de abastecer o País no período janeiro a abril, predominantemente. Tão logo terminam os estoques dessa safra em abril, entra no mercado a produção soqueira de Piedade que também é piriforme, mas produzida através de cultivo de bulbinhos com a finalidade de abastecer o País de maio e junho. A colheita se inicia em abril e termina sua comercialização em julho. A partir de julho é que as claras precoces (sementes importadas com predomínio das híbridas e texas) cultivadas no Nordeste (Bahia e Pernambuco) e em São Paulo abastecem totalmente o País até outubro.

Nesse contexto, como o consumo se dá com pequenas variações na quantidade durante os meses, os problemas graves no abastecimento, com fortes oscilações de preços, só ocorrem por excesso de oferta ou forte quebra de safra. Assim, desde março de 1986 (Plano Cruzado) até o Plano Verão (janeiro de 1989), como a quantidade produzida de cebola não teve alterações exageradas, os preços sofreram apenas oscilações normais dentro do padrão de variação estacional (figura 1).

A produção de cebola de soqueira iniciada com o plantio de bulbinhos em fevereiro na região de Piedade, no Estado de São Paulo, encontra-se em crise peculiar de um produto agrícola. Os altos custos de produção desestimulam os produtores, visto que

os recursos financeiros oferecidos pelo bancos, além de escassos e defasados, exigem elevada remuneração. Dessa maneira, o produtor que pretende plantar deverá atrasar o plantio, reduzir em cerca de 10% a área cultivada (total de 4.000ha) e usar mais recursos próprios.

Em Piedade, o custo operacional da produção de cebola de bulbinho em 1990 está estimado pelo IEA em NCz\$67.747,00 ou 4.746,63 BTN's. Cerca de 72% do custo operacional se dá em função do uso das máquinas, insumos e encargos financeiros e 28% do custo devido à mão-de-obra, empreita e o bulbo-semente (quadro 6).

A estimativa do custo operacional por unidade com a produtividade esperada (20 toneladas por hectare), é de NCz\$3,40 por quilograma que é o valor que o produto deverá receber visando apenas ressarcir seus empréstimos e reposição de capital. Porém, a análise conjuntural de mercado em fevereiro evidencia claramente uma difícil posição. O produtor no Sul recebeu em meados de fevereiro NCz\$1,00 por kg, e no mercado atacadista da cidade de São Paulo, as transações, ocorreram na faixa de NCz\$3,50 a NCz\$4,50 por kg, mostrando que o preço no atacado paulistano hoje não cobre o custo mesmo que ocorra aquela alta produtividade. Diante desse contexto, a safra de bulbinho em Piedade deverá sair com atraso, entrando no mercado com predominância em meados de maio a fins de junho.

Por outro lado, os produtores de cebola de muda do Sul procuram reter seus estoques apostando numa melhoria dos níveis de preços. Quanto à safra de claras precoces (julho a outubro), cuja produção exige a formação de canteiros nos Estados de Pernambuco, Bahia e São Paulo, no período março-abril, a situação ainda é uma incógnita pois os preços ao nível de comercialização no momento não se mostram estimulantes aos produtores em comparação aos custos de produção.

Finalmente, vale observar que o consumo de cebola, por tratar-se de um tempero, é dependente das quantidades consumidas de arroz, feijão e trigo, produtos alimentares que vêm sendo afetados pela crise econômica financeira que o País atravessa. Desse modo, caso ocorra uma recuperação salarial de grande parcela de consumidores, poderá haver uma influência positiva no mercado de cebola, acompanhando a escala de consumo dos demais produtos, o que somente poderá se fazer sentir a partir de abril adiando-se, portanto, a decisão dos produtores.

FEIJÃO DA SECA

A previsão inicial de incremento de 30% na área plantada de feijão das águas (1a. safra) foi superada em muito conforme verificou-se no 2o. levantamento de Previsões e Estimativas de Safras realizado em novembro de 1989 pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em conjunto com o Instituto de Economia Agrícola (IEA). O referido levantamento estimou uma área cultivada de 182.100ha no Estado de São Paulo, 58,4% superior aos 115.000ha da 1a. safra de 1988/89 e produção de 138.000t, ou seja, 43,8% a mais que a quantidade produzida na mesma safra do ano anterior (96.000t). Entretanto, a queda na produção em relação à estimativa inicial ficou em torno de 15%, devido aos excessos de chuva no período de colheita.

Além do fator climático desfavorável, a queda na produtividade já era esperada, uma vez que os produtores reduziram significativamente o uso de adubos e defensivos, por estarem descapitalizados ou pelos altos custos acarretados pelas taxas de juros para custeio desses insumos, ou até mesmo pela inexistência de recursos oficiais, aos quais os produtores pudessem ter acesso.

Esse panorama pode ser com-

provado observando-se, por exemplo, o comportamento da safra paulista das águas em 1987/88 e 1988/89, cujos rendimentos médios foram, respectivamente, de 893kg/ha e 835kg/ha, contra uma produtividade média inicialmente estimada de 758kg/ha para 1989/90 e que poderá ter ficado em 642kg/ha, ou seja, uma das mais baixas desde 1983/84.

Devido a esses fatores que limitaram o aumento de produção, fato que também se observou em Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, outros importantes Estados produtores, os preços de feijão ao nível de produtor mostraram-se bastante elevados, só apresentando pequenas reduções em curtos períodos em que as quantidades ofertadas superavam demandadamente a necessidade média de demanda e, em dezembro, quando tipicamente se observa uma procura menor (quadro 7).

A área a ser plantada na 2a. safra (feijão da seca) deverá aproximar-se de 162 mil hectares, ou seja, igual à média dos últimos três anos e praticamente a mesma área plantada em 1987. O plantio, tradicionalmente realizado em fevereiro, será retardado para março e abril, por conveniência climática e porque ainda existem áreas ocupadas com outras culturas que também sofreram atraso de plantio e/ou problemas de colheita (quadro 8).

A ampliação de área em relação a do ano passado está restrita a 10%, pelos mesmos problemas enfrentados na safra das águas, até pelo receio de que uma supersafra de feijão tenda a causar prejuízos aos produtores, pois poderá conduzir a preços quase sempre abaixo dos custos de produção, estimados pelo IEA em cerca de 36 BTN/saco para produtividade ao redor de 15 ou 16 sacas/ha na região de Sorocaba (quadro 9).

Outro fator limitante da ampliação da área plantada de feijão no Estado de São Paulo é a concorrência de outras tradicionais regiões produtoras. Neste aspecto, destaque

especial deve ser dado às regiões de Irecê e Barreiras no Estado da Bahia, que estão se posicionando como grandes produtoras de feijão, sendo que pelo menos metade de sua produção é destinada ao mercado da capital paulista.

A possibilidade de ocorrer redução de área plantada na próxima safra de feijão da seca é bastante remota pelos seguintes motivos: a) a produção da 1.ª safra, ou das águas, com a colheita ainda em andamento, não está sendo suficiente para formação de estoques; quer ao nível privado como oficial, pois a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) não conseguiu realizar significativas aquisições; b) os preços obtidos pelos produtores nos últimos três anos foram quase sempre superiores aos custos de produção; c) o ciclo da cultura do feijão é de apenas 90 dias, permitindo um rápido retorno dos investimentos.

Apesar da intenção do Governo em continuar estimulando a evolução da cultura do feijão, a determinação dos novos Valores Básicos de Custeio (VBCs) para a safra da seca 1990 não indicam essa disposição. O VBC para a faixa de produtividade entre 801 e 1.000kg/ha, por exemplo, foi determinado em 281,73 BTNs/ha, valor esse que corresponde a apenas 40,6% do custo operacional efetivo de 474,46 BTNs/ha estimado pelo IEA. Os novos VBCs, que não correspondem às verdadeiras necessidades dos produtores, provavelmente devem-se à reconhecida insuficiência de recursos financeiros oficiais.

Em resumo, se se concretizar o plantio de 162 mil hectares e a produtividade também for igual à média dos últimos anos - 732kg/ha - a produção deverá atingir algo como 120.000 toneladas (ou 2 milhões de sacas), quantidade essa 12% maior que a observada na mesma safra em 1989, porém, 20% inferior àquela colhida em 1988. Tais indicadores fazem antever um mercado capaz de remunerar satisfatoriamente o produtor, a menos que ocorra uma grande queda no poder aquisi-

sitivo dos consumidores, o que se afigura pouco provável.

Mesmo que em média venha a se registrar uma produtividade recorde (859sc./ha), ainda assim na área prevista para plantio, a produção estará abaixo das obtidas em 1985 e 1988, sendo praticamente igual à de 1986. Em um cenário de aumento de renda dos consumidores, os preços poderão se tornar ainda mais atrativos aos agricultores.

*TOMATE

* Tomate Envarado

No final de 1988, verificou-se diminuição na quantidade ofertada de tomate no mercado atacadista de São Paulo por ter cessado as entradas do produto de culturas rasteiras, haver terminado a colheita na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Campinas e nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e por ter ocorrido atraso no plantio na DIRA de Sorocaba. Entretanto, os níveis de preços reais declinaram nesse período devido à baixa qualidade do produto causada por fatores climáticos e a costumeira retração da demanda, que se verifica nos períodos de festas natalinas (quadro 10).

Já nos primeiros meses de 1989, o efeito causado pelo Plano Verão, implantado pelo Governo, e a grande transferência do produto para atendimento do consumo em outros Estados (do Sul, Norte, Nordeste e Sudeste) fizeram com que os preços de tomate atingissem patamares elevados, com cume em março, apesar do aumento nas quantidades ofertadas e do tabelamento das cotações de produtos hortícolas efetuados pela SUNAB a partir de 17/02/89, o qual não foi obedecido na prática.

O calor e o excesso de chuvas em janeiro e fevereiro de 1989 provocaram em abril, interrupção da colheita na DIRA de Sorocaba (Guapiara e Apiaí), que coincidindo com atraso no início da safra na DIRA de Campinas

(que ocorreu somente no final de maio de 1989), levaram a significativa e momentânea redução na oferta do produto. Mesmo assim, os preços mostraram tendência de queda em vista da grande participação de tomate rasteiro no mercado, que chegou a representar 20% do total da oferta em maio, o que normalmente se verifica apenas no segundo semestre. O produto foi vendido por NCz\$8,00 a NCz\$12,00/cx.22kg, quando na indústria corresponderia somente a NCz\$2,00/caixa.

O volume de tomate comercializado na CEAGESP, de junho a agosto de 1989, foi relativamente grande, dada a coincidência das safras de São Paulo (DIRA de Campinas), Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás. Com demanda retraída e queda na qualidade do produto, os preços apresentaram brusca baixa em julho e agosto, momento em que não se verificava mais a participação do tomate rasteiro no mercado.

Para o tomaticultor da variedade envarada não sendo compensador enviar o produto ao mercado, quando na média era vendido por NCz\$8,00 a NCz\$12,00/caixa, tendo ainda deduções com despesas de transporte (NCz\$0,80 a NCz\$1,00/caixa), e de embalagem (NCz\$2,10/caixa K), a opção preferida foi o descarte do produto ou o abandono da lavoura. Verificou-se, assim, em setembro, diminuição da oferta de tomate no mercado atacadista de São Paulo e consequente elevação de preços.

No final de agosto reiniciaram-se novas instalações da cultura na DIRA de Campinas para compensar as perdas de junho e julho, ocorrendo o término de safra em dezembro, anteriormente previsto para final de outubro.

Na DIRA de Sorocaba, o plantio (normalmente realizado em agosto/setembro) foi postergado para final de outubro até dezembro de 1989. Assim, a maior parcela da colheita estava prevista para fins de fevereiro e março de 1990 com encerramento em

maio. No entanto, a rápida maturação dos frutos, que tem se verificado desde a última semana de dezembro de 1989, e o ataque de doenças (requeima e cancro bacteriano), causadas por excesso de chuvas e altas temperaturas, poderão prejudicar a produção e antecipar o término dessa colheita.

Há informação de que houve diminuição na área de plantio de cerca de 20% do total previsto na DIRA de Sorocaba, por ser mais interessante aos tomaticultores optarem por aplicações financeiras mais rentáveis em contraposição à grande incerteza de retorno de sua atividade agrícola e posterior comercialização. Ademais, os empréstimos para custeio, incorrem em custos elevados.

Também na DIRA de Campinas, poderá haver redução na área de plantio de tomate, no primeiro semestre de 1990, pois os produtores estão buscando culturas alternativas como pimentão, berinjela, abobrinha, pepino e vagem que seriam mais rentáveis.

Outrossim, a saída de nipônicos e descendentes para o Japão em busca de trabalho com melhor remuneração ("dekassegui") estariam causando abandono de atividades hortícolas, comprometendo o setor.

O custo operacional efetivo estimado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) para tomate envarado na região de Sorocaba, na 2a. quinzena de janeiro de 1989, foi de NCz\$98,38/caixa ou de 6,98 BTNs/caixa para uma produtividade de 2.089cx./ha. A despesa com adubos e corretivos (21%) teve maior participação seguido de embalagens (20%) e mão-de-obra (15%) (quadro 11).

* Tomate Rasteiro

Em 1983, a colheita e o processamento do produto encerraram-se na primeira quinzena de novembro. De acordo com as informações da indústria, diferindo dos levantamentos do Instituto de Economia Agrícola (IEA),

a produtividade média da safra 1988 para o Estado de São Paulo foi cerca de 38 toneladas/ha, com produção total em torno de 400 mil toneladas. Entretanto, a indústria recebeu para moagem apenas 360 mil toneladas, visto que 10% da produção deve ter sido enviada ao mercado para consumo in natura (quadro 12).

Com o aumento da produtividade do produto paulista, constatado no segundo semestre de 1988 e a bem sucedida safra no Nordeste, a indústria pode ter suprimento satisfatório de matéria-prima.

Na primeira reunião realizada pelo Comitê de Agroindústria no início de dezembro de 1988 para negociação de preços para a safra 1989, nada ficou acertado, pois os tomaticultores pleitearam o preço de 11,5 Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) por quilograma do produto e a indústria oferecia apenas 7,0 OTNs. A estimativa de custo operacional apresentada nessa ocasião pelo IEA de CZ\$35,729/quilograma, acrescido de lucratividade de 30%, correspondia a 9,695 OTNs. Em outra reunião realizada em 26/01/89, a indústria propôs NCz\$47,50/t de tomate, acrescido da variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês ou do substituto da OTN, que o Governo viesse a adotar, enquanto que os produtores propuseram NCz\$80,00/t. Posteriormente, em 28/02/89, foi oferecido pela indústria NCz\$50,44/t de tomate, enquanto que o custo calculado pelo IEA totalizava NCz\$58,77/t. Ressalte-se que esse custo foi considerado baixo porque a taxa de juros aplicada no cálculo de despesa com financiamento era de 12% ao ano mais IPC e nessa ocasião os tomaticultores não dispunham de fonte de recursos a essa taxa e tampouco obtinham empréstimo através da caderneta de poupança verde.

Para a safra 1989, como ocorreu em anos anteriores, apesar de várias negociações de preços, não houve acordo no Comitê de Agroindústria. Entretanto, mesmo sem fixação de

preço, os tomaticultores efetuaram contratos de plantio com a indústria que pagaria NCz\$60,00 mais IPC por tonelada de tomate, quando na reunião de 28/02/89 fora pleiteado NCz\$80,00 mais IPC por tonelada.

A dificuldade na obtenção de financiamento para custeio, os fatores climáticos desfavoráveis ocorridos no início do ano e, principalmente, a indefinição de preços no Comitê de Agroindústria, levaram a atraso nos plantios da safra 1989, que foram efetuados da segunda quinzena de março a junho, havendo concentração de colheita de julho a setembro. A colheita do produto encerrou-se no final de outubro, exceto em Guaíra, onde o plantio ocorrera pouco mais tarde. Isso causou perdas na lavoura e dificuldade na absorção de matéria-prima, principalmente, pelas fábricas de pequeno porte. As chuvas em agosto causaram ataque de bactérias havendo perdas na lavoura, que não atingiram a 5% da produção total. A área de plantio em relação ao ano anterior aumentou de 7,7% e a produção de 11,3%, de acordo com os levantamentos do IEA.

O preço pago pela indústria, em São Paulo, atualizado mensalmente pelo IPC, foi considerado baixo, devido a aceleração inflacionária. Em outubro, o preço médio pago pela indústria foi de NCz\$275,00/t de tomate. No Nordeste, após várias reuniões do Comitê, em março de 1989, foi acordado o preço de NCz\$60,00/t, que seria atualizado mensalmente, com base no custo operacional, acrescido de lucratividade de 20% a 30%. Em dezembro, o preço fixado foi de NCz\$484,73/t e em janeiro de 1990 a NCz\$744,30/t do produto.

O excesso de chuvas e ataque de traças provocaram quebra de cerca de 40% do total da produção nordestina. Todavia, o suprimento da indústria não deve ter sofrido comprometimento da mesma proporção, face a compensação da perda por produtos marginais existentes ao sistema de contratação pré-

via efetuada pela indústria.

No Estado de São Paulo, desde novembro de 1989, em várias negociações de preços havidas para a produção da safra 1990, não se obteve nenhum resultado, sob alegação de que a ocasião não seria propícia para determinação de preço, face a grande incerteza econômica do País. Entretanto, foi definido que o pagamento pela indústria, será baseado em BTN fiscal da segunda-feira da semana da entrega de tomate e será efetuado na sexta-feira da semana seguinte. Também, foi determinado que, havendo congelamento de preços pelo Governo, valerá o valor do último BTN em vigor. Considerando-se uma lucratividade de 30% sobre o custo operacional apresentado na ocasião pelo IEA, foi estimado um preço de 135 BTNs por tonelada de tomate.

O custo operacional efetivo estimado pelo IEA para tomate rasteiro, pressupondo uma produtividade de 40.472kg/ha, atinge NCz\$56.144,24/ha, o que corresponde a 3.933,68 BTNs/ha ou 97,19 BTNs/t (em valores médios da segunda quinzena de janeiro). Em termos de participação relativa, os gastos com defensivos são os maiores (33,9%) vindo a seguir operação de máquinas (21%), adubos e corretivos (18%) (quadro 13).

Caso não haja acordo e seja mantida a oferta proposta pela indústria de 100 BTNs/t de tomate, na reunião do Comitê realizada em 06/02/90, prevê-se que poderá ocorrer uma diminuição na área de plantio, de no mínimo 15%, em função de outros produtos serem mais atrativos, como o feijão, por exemplo.

Também, em Petrolina (PE), na reunião realizada na mesma data, o preço pleiteado foi de 135 BTN fiscal/t sendo oferecido os mesmos 100 BTNs/t de tomate, o que não foi aceito pelos tomaticultores. Todavia, como dentro do "Programa de Fomento a Culturas Irrigadas", através do Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (BANDEP), há plano de financiamento de 5.000 conjuntos de

irrigação para pequenos produtores no Estado de Pernambuco, espera-se ampliação da área de cultivo do produto, pois cerca de 10 mil hectares de terra seriam destinados para produção de tomate.

QUADRO 2. - Cotações Internacionais de Óleo de Amendoim, 1987-89

(em US\$/t-CIF Rotterdam)

Mês	1987	1988	1989
Jan.	520	540	592
Fev.	500	503	630
Mar.	484	501	746
Abr.	507	515	753
Mai.	525	541	792
Jun.	513	637	802
Jul.	499	769	806
Ago.	467	696	820
Set.	469	649	798
Out.	502	606	813
Nov.	481	564	868
Dez.	530	563	877
Média	500	590	775

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 3. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores, Amendoim em Casca, Estado de São Paulo, 1987-89

(em NCz\$/sc.25kg)

Mês	Corrente			Real ⁽¹⁾		
	1987	1988	1989	1987	1988	1989
Jan.	0,08	0,41	9,30	78,89	73,71	128,23
Fev.	0,07	0,50	10,95	60,50	76,41	135,04
Mar.	0,08	0,54	11,61	60,12	69,83	137,37
Abr.	0,08	0,60	12,09	50,07	64,48	136,02
Mai.	0,09	0,67	12,40	44,15	60,25	123,72
Jun.	0,11	1,12	19,85	42,87	83,36	156,24
Jul.	0,14	1,77	20,65	49,90	108,39	117,88
Ago.	0,18	1,92	25,32	61,40	95,67	105,91
Set.	0,24	2,53	29,13	75,79	100,24	87,71
Out.	0,28	2,90	34,01	79,55	90,06	73,30
Nov.	0,30	3,55	43,72	74,47	86,15	65,31
Dez.	0,34	5,08	63,97	72,82	95,65	63,97

⁽¹⁾ A preço de dezembro/89, deflacionado pelo Índice 2, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Amendoim da Seca, DIRA de Marília (produtividade de 62sc.25kg), por Hectare, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN ⁽¹⁾	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	Por Hectare	
Mão-de-Obra	1.119,00	18,05	78,40	8,41
Sementes	2.100,00	33,87	147,13	15,78
Aubos e corretivos	1.575,00	25,40	110,35	11,83
Defensivos	2.558,25	41,26	179,24	19,22
Operação de máquinas	4.011,55	64,70	281,06	30,14
Custo operacional efetivo	11.363,80	183,29	796,19	85,38
Depreciação de máquinas	1.548,42	24,97	108,49	11,63
Encargos financeiros	397,73	6,42	27,87	2,99
Custo operacional total	13.309,95	214,68	932,55	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de janeiro=NCz\$14,2727.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5. - Área, Produção e Produtividade de Cebola no Brasil, 1988-89

Região e Estado	1988			1989		
	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
Sul						
Santa Catarina	21.856	211.697	9.686	24.296	207.587	8.544
Rio G. do Sul	16.045	129.274	7.795	16.692	127.355	7.630
Nordeste						
Bahia	7.305	86.199	11.800	7.221	88.979	12.253
Pernambuco	2.346	28.416	12.113	3.230	35.598	11.021
Sudeste						
São Paulo (1)	15.860	259.300	16.350	14.980	278.100	18.565
Brasil	69.560	755.574	10.862	73.632	774.821	10.523

(1) A safra de soqueira ocupa 27% da área cultivada no Estado de São Paulo e produz 21% da produção no ano.
 Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - IBGE - Nov./89 e Informações Econômicas - Set./89

QUADRO 6. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cebola de Bulbinho (produtividade de 1.000sc.20kg/ha), Tração Motomecanizada, por Hectare, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN ⁽¹⁾	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	Por hectare	
Mão-de-obra	6.863,10	6,86	480,86	10,13
Canteiro de bulbinho	4.505,00	4,51	315,64	6,65
Aubos e corretivo	11.734,92	11,73	822,19	17,32
Defensivos	12.058,58	12,06	844,87	17,80
Operação de máquinas	14.776,21	14,78	1.035,28	21,81
Empreita ⁽²⁾	997,50	1,00	69,89	1,47
Outros ⁽³⁾	6.700,00	6,70	469,43	9,89
Custo operacional efetivo	57.635,31	57,64	4.038,15	85,07
Depreciação de máquinas	7.518,27	7,52	526,76	11,10
Encargos financeiros	2.593,59	2,59	181,72	3,83
Custo operacional total	67.747,17	67,75	4.746,63	100,00

⁽¹⁾ Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de janeiro=NCz\$14,2727.

⁽²⁾ Refere-se à colheita feita por empreita.

⁽³⁾ Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

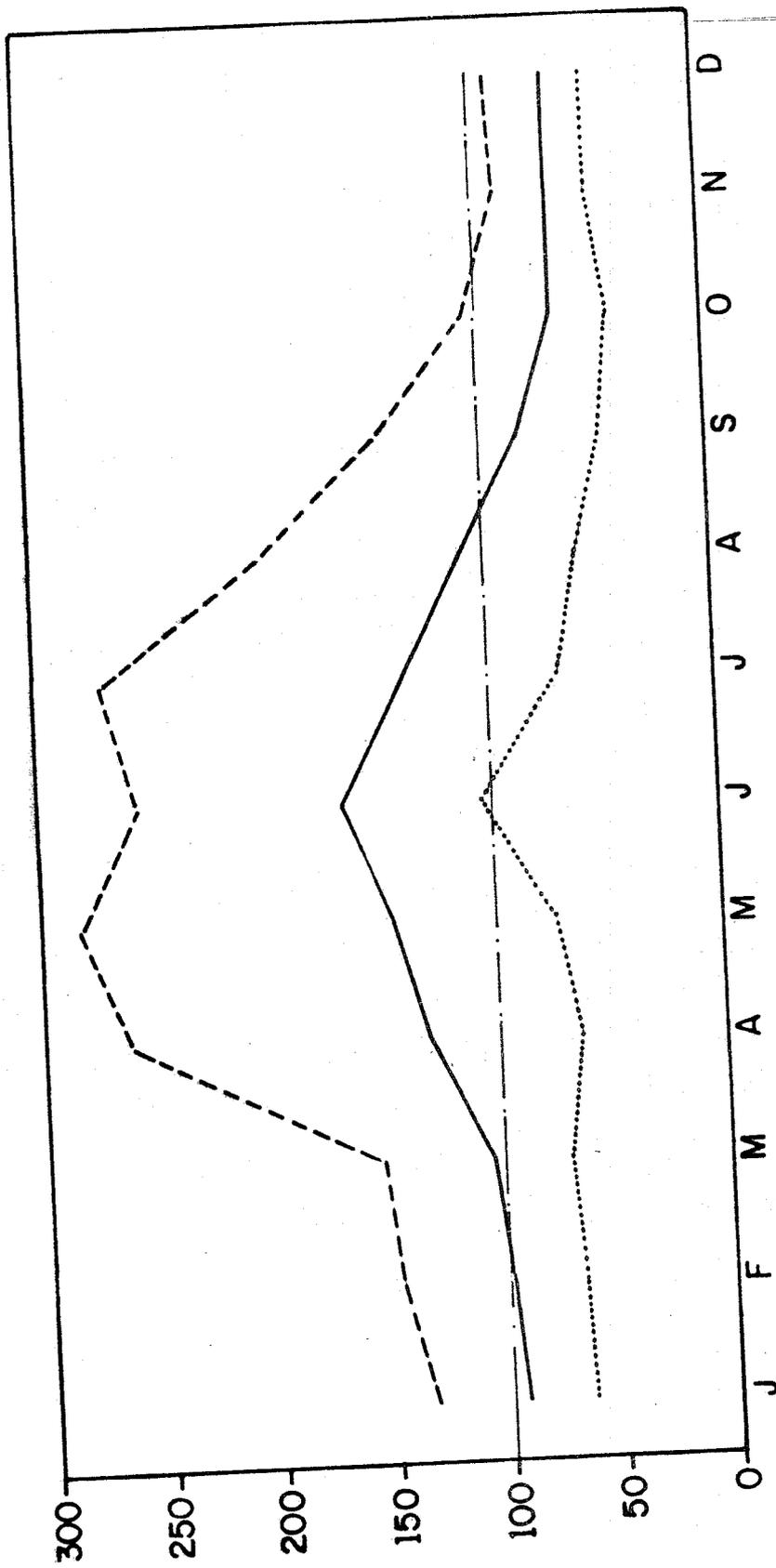


FIGURA 1. - Variação Estacional de Preços Médios de Cebola no Mercado Atacadista de São Paulo, 1984-88

QUADRO 7. - Preços Médios Recebidos Pelos Produtores de Feijão, Estado de São Paulo, 1987-89

(em NCz\$/sc.60kg)

Mês	Corrente			Real ⁽¹⁾	
	1987	1988	1989	1987	1988
Jan.	0,40	1,68	30,96	394,46	298,44
Fev.	0,39	2,23	33,94	337,03	340,77
Mar.	0,54	3,38	37,13	405,83	437,11
Abr.	0,82	3,91	48,33	513,21	420,22
Mai.	1,28	4,06	75,27	627,91	365,11
Jun.	1,46	4,98	133,42	576,79	370,63
Jul.	1,44	5,54	132,22	513,31	339,24
Ago.	1,34	6,27	131,49	457,10	312,42
Set.	1,44	8,14	128,68	454,75	322,52
Out.	1,53	14,68	122,45	434,71	455,89
Nov.	1,66	18,39	217,25	412,05	446,28
Dez.	1,60	26,88	236,25	342,70	506,12
					1.050,16
					754,79
					549,98
					387,44
					263,91
					324,54
					236,25

(¹) A preço de dezembro/89, deflacionado pelo Índice 2 da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 8. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Feijão da Seca, Estado de São Paulo, 1987-89

DIRA	Área (1.000ha)			Produção (1.000sc.60kg)			Rendimento (kg/ha)		
	1987	1988	1989	1987	1988	1989	1987	1988	1989
Registro	13,25	7,93	6,70	125	100	70	566	757	627
São José dos Campos	5,95	5,70	5,50	75	80	65	756	842	709
Sorocaba	107,90	127,90	100,80	1.100	1.900	1.270	612	891	756
Campinas	10,95	9,40	9,20	160	150	130	877	957	848
Ribeirão Preto	2,05	2,54	1,60	25	50	20	732	1.181	750
Bauru	1,60	1,98	1,40	20	25	15	750	758	643
S. José do Rio Preto	2,60	6,07	3,90	20	85	40	462	840	615
Araçatuba	4,10	5,33	9,80	45	70	80	659	788	490
Presidente Prudente	6,40	5,15	4,50	55	50	35	516	583	467
Marília	6,10	6,20	4,80	50	40	35	492	387	438
Estado	160,90	178,20	148,20	1.675	2.550	1.760	625	859	713

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 9. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão da Seca, por Hectare, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	Tração Motomecanizada (Produção de 16 sc.60kg/ha)			Tração Motomecanizada e Animal (Produção de 15 sc.60kg/ha)		
	NCz\$ por hectare	BTN (1) por hectare	Participação percentual (%)	NCz\$ por hectare	BTN (1) por hectare	Participação percentual (%)
Mão-de-Obra	974,00	60,88	10,33	1.180,20	78,68	15,24
Sementes	1.023,77	63,99	10,86	911,23	60,75	11,77
Adubos e corretivo	1.710,00	106,88	18,14	1.530,00	102,00	19,76
Defensivos	1.959,27	122,45	20,78	826,57	55,10	10,68
Operação de máquinas	2.443,42	152,71	25,91	2.098,83	139,92	27,11
Sacaria	240,00	15,00	2,55	225,00	15,00	2,91
Custo operacional efetivo	8.350,46	521,90	88,56	6.771,83	451,46	87,46
Depreciação de máquinas	869,51	54,34	9,22	801,30	53,42	10,35
Encargos financeiros	208,76	13,05	2,21	169,30	11,29	2,19
Custo Operacional Total	9.428,73	589,30	100,00	7.742,43	516,16	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de janeiro = NCz\$14,2727.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 10. - Preço e Quantidade de Tomate Comercializado no Entrepósito Terminal de São Paulo, Janeiro de 1988 a Janeiro de 1990

Mês	Quantidade (cx. 25kg)	Preço corrente (NCz\$/cx.25kg)	Preço real (dez.de 1988=100) ⁽¹⁾ (NCz\$/cx.25kg)
1988			
Janeiro	1.202.970	0,26	46,45
Fevereiro	1.091.496	0,50	75,89
Março	1.347.965	0,55	71,73
Abril	955.391	1,04	111,93
Maiο	947.897	1,33	119,84
Junho	833.982	1,62	120,45
Julho	798.953	1,60	97,74
Agosto	906.778	1,67	83,33
Setembro	974.758	2,35	93,27
Outubro	1.030.370	2,61	81,06
Novembro	896.645	2,85	69,08
Dezembro	798.103	3,39	63,84
1989			
Janeiro	872.290	8,96	123,54
Fevereiro	894.354	12,50	154,16
Março	983.862	21,83	258,30
Abril	752.441	17,80	200,26
Maiο	927.447	16,16	161,24
Junho	1.013.515	9,86	77,61
Julho	965.240	7,44	42,47
Agosto	1.130.923	10,28	43,00
Setembro	929.984	33,49	100,83
Outubro	951.577	51,88	111,82
Novembro	862.812	69,98	104,54
Dezembro	823.123	70,31	70,31
1990			
Janeiro ⁽²⁾	831.099	168,65	•••

⁽¹⁾ Deflacionado pelo Índice Geral de Preços (coluna 2), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 11.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Tomate Envarado Produção 15.000 pés 2.089cx., por Hectare , DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN ⁽¹⁾	Participação
	Por hectare	Por caixa	Por hectare	percentual (%)
Mão-de-obra	31.828,00	15,24	2.229,99	15,49
Sementes	447,12	0,21	31,33	0,22
Adubos e corretivos	43.112,50	20,64	3.020,63	20,98
Defensivos	20.774,20	9,94	1.455,52	10,11
Operação de máquinas	25.185,76	12,06	1.764,61	12,25
Outros ⁽²⁾	58.884,38	28,19	4.125,67	28,65
Custo operacional efetivo	180.231,96	86,28	12.627,74	87,69
Depreciação de máquinas	18.981,68	9,09	1.329,93	9,24
Encargos financeiros	6.308,12	3,02	441,97	3,07
Custo Operacional Total	205.521,76	98,38	14.399,64	100,00

⁽¹⁾ Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de janeiro=NCz\$14,2727.

⁽²⁾ Refere-se à despesa com copinhos para semeadura, arame, fita plástica, es tacas, mourões e caixas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 12.- Área, Produção e Produtividade da Cultura de Tomate, Estado de São Paulo, 1985-89

Ano	Tomate rasteiro-Estado de São Paulo			Tomate envarado-Estado de São Paulo			Tomate - Brasil		
	Área	Produção	Produtividade	Área	Produção	Produtividade	Área	Produção	Produtividade
	(ha)	(1.000t)	(t/ha)	(ha)	(1.000t)	(t/ha)	(ha)	(1.000t)	(t/ha)
1985	10.350	330,0	31,9	7.670	379,7	49,5	53.896	1.931,8	35,8
1986	9.360	320,0	34,2	7.120	407,4	57,2	51.481	1.838,3	35,7
1987	8.940	320,0	35,8	8.140	404,2 ⁽¹⁾	49,6	57.619	2.043,2	35,5
1988	8.700	295,6	34,0	7.800	333,8	42,7	62.875	2.406,8	38,3
1989	9.370	329,1	35,1	7.500	356,0	47,5	64.426	2.175,6	33,8

(¹) O peso da caixa de 28kg passou a ser considerado de 25kg a partir de 1987 no cálculo da produção em toneladas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) para São Paulo e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Brasil.

QUADRO 13. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Tomate Rasteiro Irrigado, Produção 40.472kg, por Hectare, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	NCz\$		BTN(1)	Participação
	Por hectare	Por tonelada	Por hectare	Percentual (%)
Mão-de-obra	2.683,84	66,31	188,04	4,78
Sementes	1.892,49	46,76	132,60	3,37
Aubos e corretivos	10.344,86	255,61	724,80	18,43
Defensivos	18.593,98	459,43	1.302,77	33,12
Operação de máquinas	11.702,98	289,16	819,96	20,84
Outros (2)	4.428,00	109,41	310,24	7,89
Custo operacional efetivo	49.646,15	1.226,68	3.478,40	88,43
Depreciação de máquinas	5.008,71	123,76	350,93	8,92
Encargos financeiros	1.489,38	36,80	104,35	2,65
Custo operacional total	56.144,24	1.387,24	3.933,68	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de janeiro = NCz\$14,2727.

(2) Refere-se à colheita empreitada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Informações Econômicas

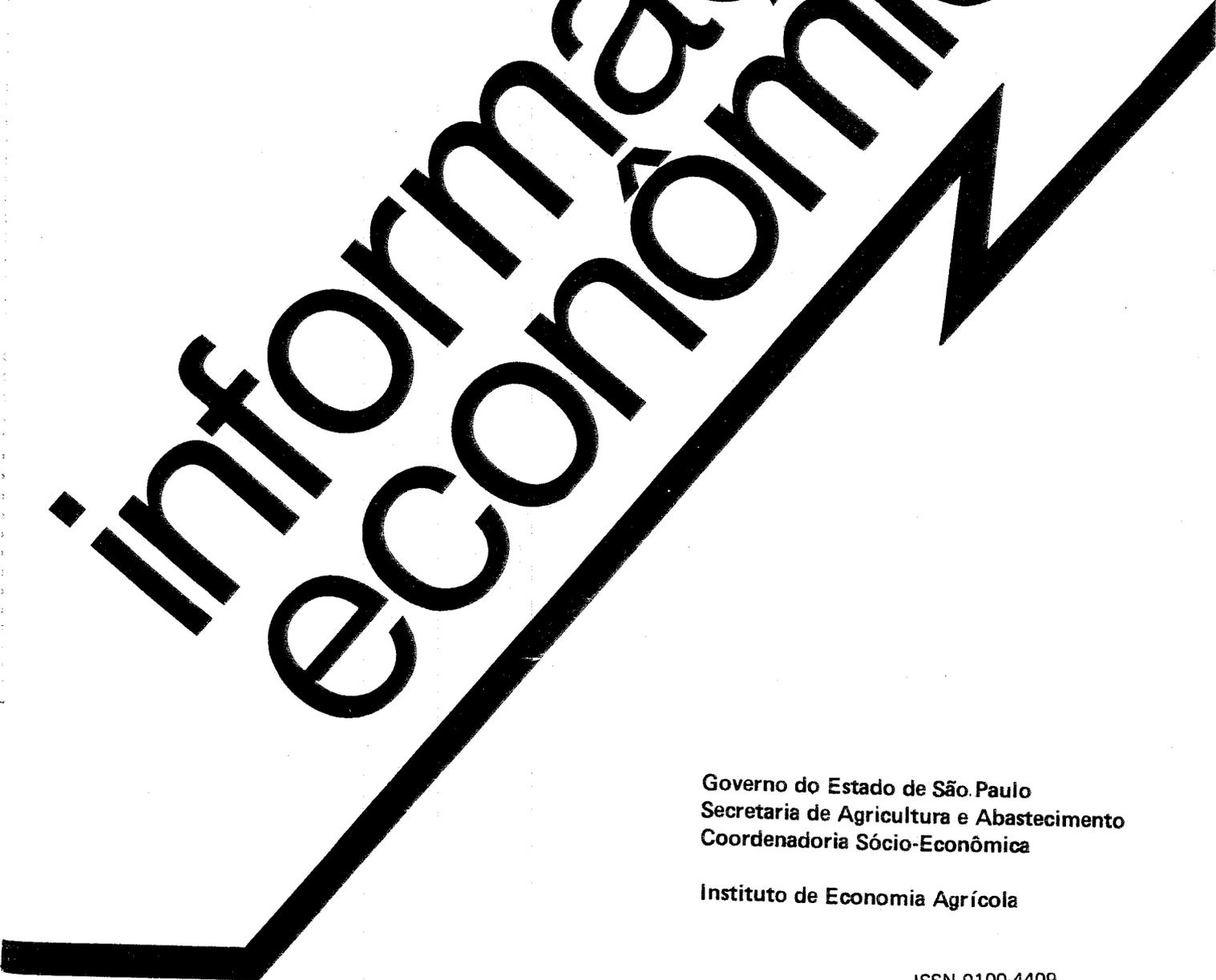
maio/90

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90
batata de inverno, cana-de-açúcar, feijão de inverno,
trigo, frutas



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Informações econômicas



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1989/90

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA: SAFRA DE INVERNO 1990	11
3 - ANÁLISE DE PRODUTOS	14
Batata de Inverno	14
Cana-de-açúcar	18
Feijão de Inverno	20
Trigo	29
Frutas	34

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

Nota Crítica Sobre o Complexo Nacional de Armazenagem em Grãos	47
----------------------------------------------------------------	----

PREÇOS AGRÍCOLAS

COMPORTAMENTO DE PREÇOS	55
Preços Recebidos	55
Preços Pagos	56
Índice de Paridade	57
Cesta de Mercado	58

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA	99
----------------------------------	-----------

ÍNDICE REMISSIVO DO VOLUME 19 DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS	103
------------------------------------------------------------------------------	------------

EDITORIAL

Os últimos levantamentos referentes à safra 1989/90 indicam quebra de 14% na produção brasileira de grãos, percentual este ainda maior quando o universo observado é o Estado de São Paulo. Embora menor, a atual safra vem sendo comercializada em condições bastante desfavoráveis, com os preços situando-se em torno de 40% abaixo dos praticados no mesmo mês do ano anterior. Aliás, ao longo de 1989, os preços agrícolas mantiveram-se sempre abaixo dos índices gerais de preços da economia, praticamente não contribuindo para a espiral inflacionária.

Os preços agrícolas, mantidos desalinhados pelo tabeleamento da cesta básica em plena comercialização da safra, não se ajustam de forma a manter níveis reais de renda aos produtores. Isto é mais um agravante à retração já ocorrida na oferta, induzindo uma colheita ainda menor nas próximas safras. Se no período imediato tal política contribui para conter o ritmo da retomada da inflação, no prazo mais longo esta "camisa de força" certamente trará desdobramentos que poderão culmiar com um "choque de preços agrícolas" no segundo semestre deste ano, cujas conseqüências pesarão mais acentuadamente sobre os consumidores.

Um primeiro sintoma de como a atual política governamental poderá afetar a agricultura já começa a se manifestar no plantio de inverno, retratado no Prognóstico Agrícola que acompanha esta edição de **Informações Econômicas**. Estimativas preliminares apontam para redução de 10% na área de trigo, acompanhada do menor uso de insumos que vai, certamente, comprometer o rendimento; diminuição de 20% na área de batata e em torno de 10% na área de feijão de inverno.

A expectativa pessimista que permeia esta primeira avaliação da safra de inverno está a exigir do Governo Federal medidas urgentes, de forma a garantir, na pior das hipóteses, a produção suficiente para satisfazer as necessidades de abastecimento interno. Nesse sentido, a recuperação dos preços agrícolas, como requisito para assegurar o fluxo normal da oferta, só vai ocorrer se as autoridades adotarem uma política de flexibilização do tabelamento para os produtos da cesta básica.

Antonio Ambrósio Amaro, Elcio Umberto Gatti, Francisco Antonio Assel Sallit, Hiroshige Okawa, José Luiz T.M. Vieira, José Roberto da Silva, Luiz Carlos Miranda, Luiz Henrique Perez, Malimíria Norico Otani, Marli Dias Mascarenhas, Nelson Batista Martin, Regina Junko Yoshii, Valquíria da Silva, Waldemar Pires de Camargo Filho(1)

1 - INTRODUÇÃO

O plantio de inverno de 1990 se constitui no primeiro ciclo de culturas a ser realizado pelos agricultores, após o Plano de Estabilização Econômica-Brasil Novo, que gerou mudanças profundas na economia, no cotidiano dos cidadãos brasileiros e, como não podia deixar de ser, na agricultura. Assim, os produtores rurais estão tendo que tomar decisões num ambiente de quase total incerteza, uma vez que foi sucateada toda política agrícola que vigorava até 15/03/90 e o País procura formular e organizar uma nova política para o setor agrícola.

É neste contexto que o Instituto de Economia Agrícola (IEA) elaborou uma análise sobre as culturas de inverno procurando inferir seu comportamento na atual conjuntura, quando se desenvolve uma cultura como a do trigo, totalmente administrada pelo Governo, e outras como a de feijão de inverno, produto fortemente afetado pelo tabelamento instituído pelo Plano, e a de batata de inverno, ainda influenciada pela contaminação por mercúrio, que em 1989 prejudicou drasticamente o mercado e a renda dos produtores. Ainda neste panorama, é abordada a cana-de-açúcar, cuja colheita está se iniciando, após uma grave crise na oferta de álcool nos

últimos meses que, dada a estagnação na área plantada em 1990, poderá se repetir no início de 1991.

Vê-se, portanto, que a agricultura, através da política de tabelamento, da taxa de câmbio flutuante, do congelamento da liquidez e do desmantelamento das políticas setoriais, foi dos setores mais duramente atingidos pelo Plano Brasil Novo que, agravado pelo longo ciclo de produção, comparativamente ao setor secundário e terciário, tende a sentir seus efeitos por maior período.

Das culturas de inverno mais expressivas para o País, se destaca a do trigo. Com o congelamento do valor da BTN cheia em 15/03/90, os preços a serem recebidos pelos produtores se situam em torno de US\$135 por tonelada, os mais baixos níveis dos últimos anos e muito inferior aos US\$167/t que o Brasil está pagando para importar o produto em 1989/90. A esse nível de preço, os produtores deverão reduzir a produção, e pelos custos estimados aos níveis de produtividade atuais terão prejuízos com suas culturas.

Dada a profundidade dos efeitos do Plano de Estabilização Econômica, sobre a política agrícola que vinha vigorando até 15/03/90 e dos projetos de Lei Agrícola que tramitam

(1) Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

no Congresso Nacional, somente com novas definições ao nível do Governo Federal e da sociedade brasileira referente ao desenvolvimento da agricultura, é que se poderá vislumbrar os caminhos que o setor deverá trilhar no futuro com a definição do papel do Governo. Este é o grande desafio a ser urgentemente enfrentado, formulando novas políticas para o setor, pois a agricultura é rigidamente regulada pelo clima e está a apenas três meses do início de novo ciclo de culturas de grãos, que neste ano sofreu uma redução de produção de 14%, o que não poderá ocorrer na safra de 1991, sob o risco de comprometer o abastecimento da população e das receitas cambiais tão necessárias neste momento de ajustamento econômico.

O descontrole da economia brasileira em direção a um processo de hiperinflação levou o novo Governo a implementar um plano de ajustes monetário, fiscal e de renda - Plano Brasil Novo - que trouxe reflexos importantes na atividade agropecuária, assim como para os demais setores da economia. Especificamente com relação ao financiamento da agricultura há que se considerar dois aspectos distintos na avaliação dos efeitos do Plano, que são o endividamento anterior a sua edição e os novos contratos de crédito.

Para o endividamento já assumido foi criado um impasse entre o agente financeiro e o tomador de recursos, ainda não solucionado, na prática, que se refere a moeda a ser utilizada para pagamento do débito, cruzado novo ou cruzeiro, com vencimentos no período, cuja moeda corrente é o cruzeiro, embora o assunto tenha sido regulamentado pela Circular BACEN no. 1.632, de 28/03/90.

Do lado dos produtores existe a posição de que as dívidas "em ser", assim como os recursos bloqueados do setor estão em cruzados novos e, portanto, o pagamento poderá ser feito em cruzados novos. De outro, estão as instituições financeiras alegando que os financiamentos foram tomados para obtenção de receitas em cruzeiros e assim devem ser pagos em cruzeiros. Dessa forma, encontra-se interrompido o tradicional fluxo de recursos que financia o setor, pelo qual o montante emprestado para o custeio retorna e é reemprestado para a finalidade de comercialização, que por sua vez, ao ser quitada gerará recursos, novamente, para o custeio.

Outro ponto, diz respeito à defasagem entre a correção do saldo devedor do crédito rural e dos preços

dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com percentuais de correção de 84,32% (variação do índice de Preços ao Consumidor-IPC) e de 41,3% (variação do Bônus do Tesouro Nacional-BTN), respectivamente, em março. Em permanecendo essa situação, o Governo transfere ao desempenho dos preços no mercado a possibilidade de cobertura do risco gerado pelo endividamento a taxas pós fixadas. Essa posição é coerente com a diretriz assumida pela economia de livre mercado, mas torna-se vulnerável por retroagir sua abrangência para compromissos assumidos sob outras condições, além das medidas econômicas adotadas, tal como o tabelamento, terem atuado no sentido de forçar os preços agrícolas para baixo, penalizando, portanto, o setor.

No que se refere aos novos financiamentos, até meados de abril, praticamente não ocorreram fechamentos de contratos, tendo sido prejudicadas as finalidades de comercialização da safra 1989/90 e o custeio da cultura de cana-de-açúcar. Vale destacar que, mesmo os recursos provenientes das exigibilidades bancárias sobre o saldo dos depósitos à vista, que tradicionalmente participam do financiamento da agricultura através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) de modo compulsório, também não estavam disponíveis, uma vez que as exigibilidades estavam suspensas. Além do acesso aos recursos, outro obstáculo para o crédito rural foi a ausência de regras para a formalização dessas operações. A impossibilidade de financiamento para a comercialização e a demora para a decisão de como corrigir os preços mínimos fizeram parte do conjunto de variáveis que atuaram no sentido da queda dos preços agrícolas no mercado, apontada anteriormente.

- A Nova Legislação

Em fins de abril de 1990 foram definidas as normas que regerão o crédito rural no que diz respeito aos encargos financeiros, exigibilidade bancária, forma de aplicação dos montantes oficiais e os Valores Básicos de Custeio (VBCs) para as culturas de inverno.

Os encargos financeiros foram definidos apenas para o primeiro semestre de 1990, tendo sido fixados em taxa de juros de 12% ao ano mais correção monetária dada pela variação do valor do BTN (Resolução BACEN no. 1.703, de 26/04/90). Esses encargos se aplicam aos recursos obtidos com a exigibilidade bancária e do aporte do Tesouro Nacional, sendo que para as aplicações com recursos próprios livres, a taxa poderá ser livremente negociada entre o agente financiador e o tomador do crédito.

Para a exigibilidade, o tratamento do Governo Collor difere substancialmente das formulações anteriores, principalmente por instituir o Depósito Interfinanceiro Vinculado (DIR) (Resolução BACEN no. 1.702, de 25/04/90). O DIR funcionará como instrumento complementar de aplicação ao permitir que a instituição depositante compute o depósito realizado para o cumprimento de sua exigibilidade, ao mesmo tempo em que autoriza a captação desses recursos pela instituição depositária apenas depois de cumprida sua exigibilidade. Ainda com relação a exigibilidade, foi instituído um percentual único de 25% sobre o saldo dos depósitos à vista, independente do porte da instituição financeira, e foi reduzida a defazagem entre os períodos de cálculo e ajustamento (aplicação) de quatro meses para duas semanas. Para satisfazer o montante de recursos dado pela exigibilidade, o agente financeiro poderá computar em até 40% do valor total os recursos próprios livres aplicados em crédito rural a taxas de mercado (Circular BACEN no. 1.696, de 25/04/90). Esse fato possi-

bilitará, inclusive, que os agentes financeiros façam um "mix" entre as fontes de recursos para o valor a ser financiado e, conseqüentemente, das taxas de juros para aqueles produtores com maior capacidade de pagamento.

- A Disponibilidade de Recursos

Até o presente momento não existe uma estimativa oficial do montante global de recursos a ser aplicado em crédito agrícola durante 1990, ao contrário de anos anteriores. No âmbito do atual Governo, foi liberado um primeiro volume de recursos, também em fins de abril, da ordem de Cr\$14,1 bilhões provenientes de aportes do Tesouro Nacional, que serão assim distribuídos: Cr\$3,5 bilhões para operações de custeio, Cr\$3 bilhões para EGFs, Cr\$1,4 bilhão para AGF, Cr\$4,1 bilhões para a conta trigo, Cr\$1,7 bilhão para o açúcar, Cr\$0,3 bilhão para estoques reguladores e Cr\$0,1 bilhão para o custeio pecuário.

A partir de 07 de maio, quando se inicia o primeiro período de ajustamento, deverão ser aplicados na carteira agrícola cerca de Cr\$45 bilhões, provenientes das exigibilidades, de acordo com estimativas do Governo Federal, para atender as finalidades de custeio das culturas de inverno (aveia, batata terceira safra, centeio, cevada, feijão terceira safra e trigo), de investimento e de comercialização.

Esses montantes indicam que o Governo está sinalizando no sentido de que dificilmente atuará como a principal fonte de financiamento da agricultura, transferindo essa função para o setor privado da economia.

- Perspectivas para a Safra de Inverno 1990

As condições econômicas vigentes nesse início de safra, embora já tenham sido definidas as regras para o crédito rural com destinação de um primeiro volume de recursos, não

conferem tranquilidade aos produtores rurais na decisão de tomada de financiamento. O Plano Brasil Novo ainda atravessa um período de correções e ajustes não permitindo uma previsão segura sobre o comportamento da taxa de inflação e do mercado de produtos agrícolas.

Nesse sentido, o produtor rural deverá participar do mercado de crédito com muita prudência, o que se refletirá no sentido de conter a demanda, principalmente para os financiamentos de longo prazo. Esse efeito de retração poderá ser compensado pela necessidade de captar recursos para realização da produção, tendo em vista o desempenho desfavorável dos preços agrícolas, quando se considera seu comportamento, em termos reais (correção pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna da FGV, base março de 1986=100; a preços de março de 1990) no período de março/89 a março/90, a despeito da recente recuperação dos preços correntes.

Considerando-se especificamente os produtos para os quais se realiza a safra de inverno, verificou-se que a média dos preços reais recebidos de janeiro/março de 1990 em relação a igual período de 1989, nos principais estados produtores, variou de - 65,7% em Minas Gerais e -48,3% em São Paulo para a batata; de -43,2% em Minas Gerais, -33,2% em São Paulo e -48,8% no Paraná para o feijão; e de -47,0% no Paraná e -43,1% no Rio Grande do Sul para o trigo. Esse comportamento declinante se manteve também em abril.

Quando se observa o setor agrícola como um todo, verifica-se que esse comportamento dos preços, já há alguns anos, tem resultado em perda real de renda. Tomando-se o indicador de relações de trocas da agricultura, dado pela comparação entre índice de Preços Recebidos (IPR) e o índice de Preços Pagos (IPP), calculados pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP), observa-se que, no período de julho de 1986 a fevereiro de 1990,

ocorre uma defasagem de 15% desfavorável ao setor nesses quatro anos (IPR acumulado de 212.902,4 e IPP de 250.761,4).

Como indicador das necessidades de crédito de custeio das culturas de inverno, 1990, no Brasil, estimou-se a demanda de recursos para a produção de grãos dessa safra, com base no montante de recursos aplicados no período de 1985 a 1987 (último ano de dados disponíveis por cultura), no Valor Básico de Custeio e na área cultivada. Para 1990, considerou-se que a área plantada deverá se manter nos níveis de 1989.

O montante total obtido foi de Cr\$19.903,3 milhões, estimado com base no valor do BTN de maio de 1990, assim distribuídos: Cr\$310,8 milhões para aveia, Cr\$3,1 milhões para centeio, Cr\$417,3 milhões para cevada, Cr\$478,6 milhões para feijão e Cr\$18.693,4 milhões para trigo. Note-se que mais de 90% do valor estimado seria absorvido pela cultura do trigo, que ao longo dos anos considerados teve cerca de 65% de suas necessidades de financiamento, com base no VBC, atendida.

Finalmente, ao considerar-se que a oferta de recursos provenientes do Orçamento da União deixaram de atender as necessidades estimadas pela CFP e Banco do Brasil para custeio de inverno, EGF e AGF em cerca de Cr\$16 bilhões, o que deverá pressionar a demanda de recursos oriundos das exigibilidades, e que a demanda para crédito de investimento, neste momento, deverá ser reduzida, conforme exposto anteriormente, a perspectiva é de que a oferta de recursos anunciada não deverá se constituir em entrave para a condução da safra de inverno de 1990.

- BATATA DE INVERNO

A produção brasileira de batata, em 1989, foi de 2,1 milhões de toneladas, com produtividade média de 13,6 toneladas por hectare, 7,4% inferior a de 1988, segundo dado da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estado de São Paulo produziu 25,7% desse total, o equivalente a 546.600 toneladas com produtividade em torno de 20,4 toneladas por hectare, 5,9% superior à produção de 1988, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A produção paulista distribuiu-se em três safras: águas, cuja colheita ocorre de novembro a março e participou com 34,5% do total; da seca, com colheita de abril a julho e participação de 26,5%; e a safra de inverno com período de colheita de agosto a outubro representando 39,0%.

A safra de 1989, em termos de volume e produtividade, pode ser considerada boa tendo alcançado a safra das águas 18,7t/ha, a da seca 19,8t/ha e a de inverno 22,8t/ha (quadro 1).

De 1985 a 1989, os preços de batata no atacado da capital situaram-se abaixo da média anual no período de setembro a março, enquanto de abril a agosto, os preços foram mais altos (figura 1).

Pelo lado da oferta, a maior quantidade entrada na CEAGESP ocorreu de novembro a janeiro e em junho (figura 2).

Ao final de 1989, setembro, o fato de maior repercussão negativa foi a detecção de contaminação de tubérculos com mercúrio em propriedades do município de Vargem Grande do Sul, no momento em que aquela região abasteceria grande parte do mercado. Esse fato fez com que a quantidade demandada

caísse significativamente. Além disso, a partir de novembro, com o início da safra das águas, a quantidade ofertada aumentou, achatando ainda mais os preços reais que de setembro a janeiro oscilaram abaixo de Cr\$650,00/sc.60kg (quadro 2).

A estimativa de custo de batata da seca em janeiro de 1990 foi de 6.098 BTN/ha para uma produtividade considerada de 21,0t/ha (BTN fiscal = Cr\$14,22), porém, esse custo atualizado para a primeira quinzena de maio de 1990 equivaleu a 6.585 BTN/ha. Para a cultura de inverno, o custo operacional estimado gira em torno de 6.909 BTN/ha (Cr\$288.340,39) para produtividade média de 27t/ha (quadro 3).

Tendo em vista que para o cálculo do custo de produção foram considerados produtores com maior nível tecnológico e com maior produtividade (média do Estado de 22,8t/ha), é provável que o custo médio por saca produzida situe-se acima desta estimativa. Além desse fato, deve-se ponderar os efeitos negativos do Plano Brasil Novo que reteve capital de giro de produtores e congelou os preços do produto, enquanto a correção financeira da dívida do crédito agrícola passou a ser calculada pela variação do IPC a partir de 15 de março. Acrescente-se que as adversidades conjunturais foram além dos fatos econômicos, porque no período de formação dos tubérculos houve excesso de calor e chuva, condições que inibiram seu crescimento e causaram desenvolvimento vegetativo em excesso, proporcionando o aparecimento de doenças e redução da produtividade esperada. Esta situação climática ocorreu em regiões de batata consumo, no entanto, foi mais grave em regiões onde se reproduz batata semente, o que

QUADRO 1. - Área e Produção de Batata, no Estado de São Paulo, Safra 1989

Divisão Regional Agrícola (DIRA)	Batata das águas			Batata da seca			Batata de inverno		
	Área (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
São J. dos Campos	1.000	16.200	16,2	780	13.000	16,6	870	16.200	19,6
Sorocaba	5.160	105.000	20,3	4.300	88.200	29,5	1.680	38.700	23,0
Campinas	3.890	66.000	17,0	2.170	41.400	19,8	5.930	138.300	23,3
Ribeirão Preto	10	300	30,0	-	-	-	760	16.800	22,1
Estado	10.130	189.000	18,7	7.300	144.600	19,8	9.360	213.000	22,8

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

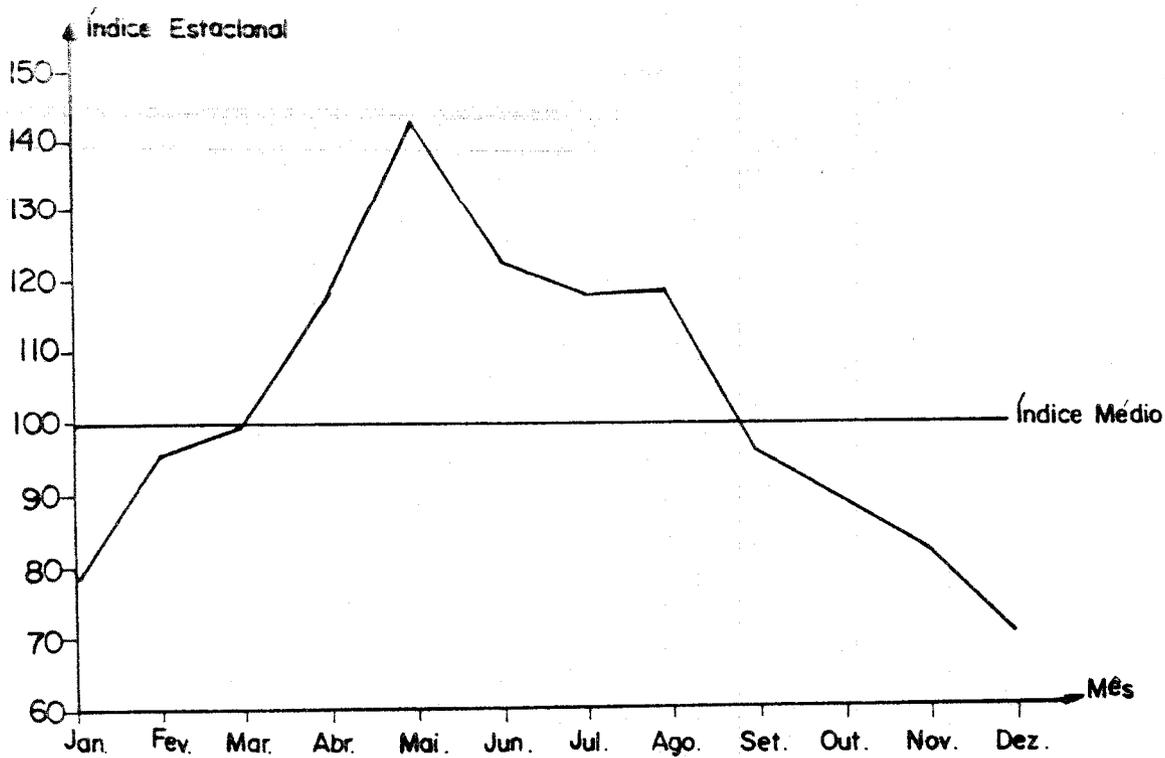


FIGURA 1. - Variação Estacional do Preço de Batata, CEAGESP, 1985-89.

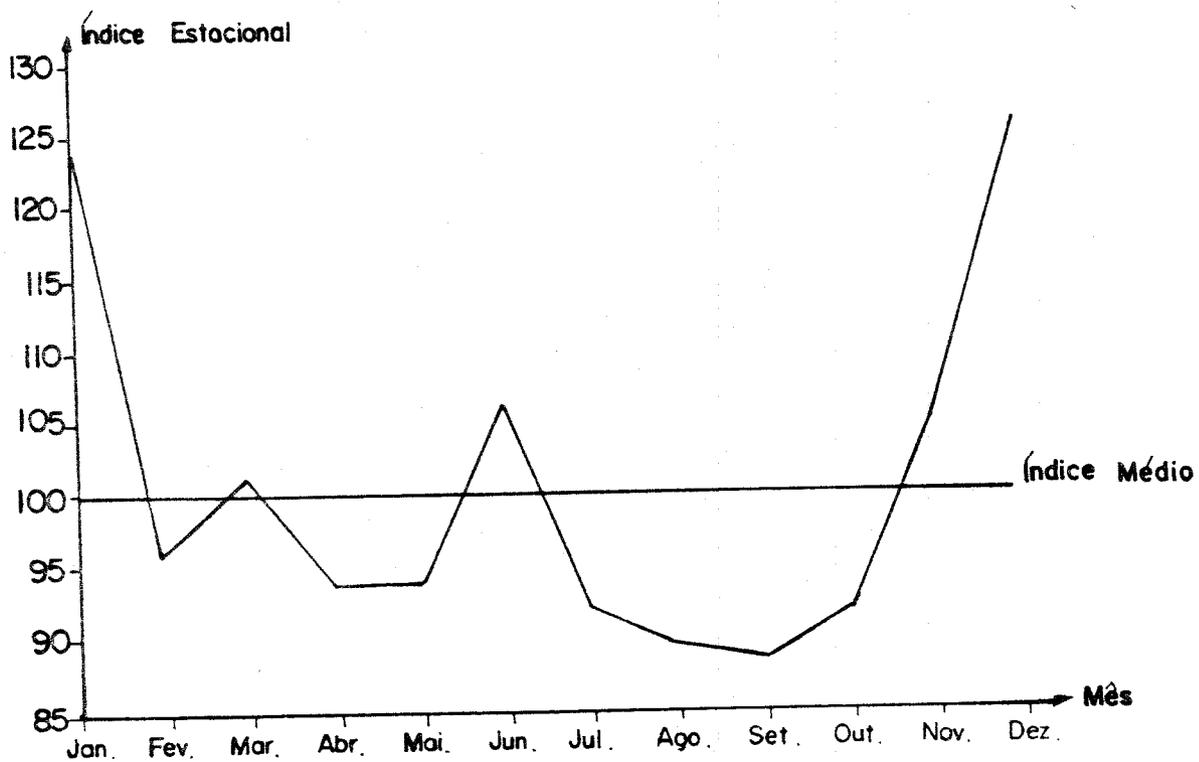


FIGURA 2. - Variação Estacional de Quantidade Comercializada de Batata, CEAGESP, 1985-89.

QUADRO 2. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Agricultores, Cultura da Batata, Estado de São Paulo, 1989-90

(em Cr\$/sc. 60kg)

Mês	Valor corrente	Valor real(1)
Janeiro	7,80	575,50
Fevereiro	19,45	1.283,56
Março	25,13	1.591,13
Abril	25,18	1.515,92
Maió	37,32	1.992,58
Junho	51,42	2.165,75
Julho	50,97	1.557,00
Agosto	46,22	1.034,49
Setembro	39,89	642,69
Outubro	41,08	473,78
Novembro	62,22	497,38
Dezembro	83,23	445,37
Janeiro	204,13	635,44
Fevereiro	298,12	540,55
Março	602,89	602,89

(1) Em cruzeiros de março de 1990, deflacionados pelo Índice 2 de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

diminuirá a sua oferta para plantio a partir de julho.

Outro fator negativo para a cultura de inverno, cujo plantio se inicia em maio, são as consequências da detecção no ano passado de mercúrio em lavouras da região de São João da Boa Vista, pois não ficou esclarecido qual o número de propriedades com batatas contaminadas e tampouco quais os produtos que tinham o agente ativo mercurial. O que restou naquela região foi uma indefinição muito grande sobre as medidas e providências a serem tomadas pelas autoridades competentes. Os produtores estão temerosos do plantio, porque não sabem se sua produção será bloqueada caso haja alguma contaminação em propriedades vizinhas. O agente financeiro não toma decisão, dado a indefinição da fiscalização,

que embora possua capacidade técnica para orientar e fiscalizar não possui efetivo humano nem condições materiais suficientes.

Além disso, extensionistas regionais afirmam que para o uso do receituário agrônomo deveria haver uma avaliação e orientação ao nível de decisão superior, dado os aspectos conjunturais intrínsecos à produção regional.

Enquanto isso, os produtores estão com a batata semente estocada e esperam conseguir receita suficiente para cobrir as despesas da safra passada e desta que se inicia.

O que se pode prever é que diante da obscuridade dos fatos e os poucos esclarecimentos, aliado à indefinição das autoridades competentes quanto às medidas a serem tomadas para

QUADRO 3. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Batata de Inverno, Produção de 450sc.60kg, por Hectare, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1990

Item	Em cruzeiro		BTN (1) por hectare	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca		
Mão-de-obra	5.792,80	12,87	138,80	2,01
Sementes	64.365,00	143,03	1.542,27	22,32
Adbos e corretivos	46.572,02	103,49	1.115,93	16,15
Defensivos	53.459,98	118,80	1.280,97	18,54
Operação de máquinas	54.639,24	121,42	1.309,23	18,95
Empreita(2)	7.875,00	17,50	188,70	2,73
Outros(3)	16.276,50	36,17	390,00	5,64
Custo operacional efetivo	248.980,54	553,29	5.965,89	86,35
Depreciação de máquinas	31.890,44	70,87	764,14	11,06
Encargos financeiros	7.469,42	16,60	178,98	2,59
Custo operacional total	288.340,39	640,76	6.909,00	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN = Cr\$41,7340.

(2) Refere-se à colheita feita por empreita.

(3) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

a orientação da produção, haverá diminuição da área plantada e um atraso em sua execução. Dessa forma, os preços em setembro e outubro poderão ser aquecidos um pouco acima do normal.

- CANA-DE-AÇÚCAR

Dados preliminares para a safra 1989/90 do, recentemente extinto, Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) apresentam a produção de açúcar, de álcool e de cana-de-açúcar moída que, cotejados aos de duas safras anteriores, mostram ter sido moída menos cana-de-açúcar em 1989/90 do que em anos anteriores no Estado de São Paulo, produzindo, praticamente, o mesmo

volume de álcool e muito menos açúcar que nas safras passadas, pois os produtores estavam bastante desincentivados em consequência da política de preços adotada pelo Governo Federal ao longo dos últimos anos (quadro 4).

A partir do segundo semestre de 1989, os preços da matéria-prima sofreram, atipicamente, um número maior de reajuste, tendo em vista acompanhar as altas taxas inflacionárias.

De fevereiro até meados de março de 1990, o setor obteve três reajustes de preços de modo a retirar gradativamente a defasagem existente com os custos calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir de uma planilha aceita pelo Governo desde a

QUADRO 4 . - Quantidade de Cana Moída, Produção de Açúcar e de Alcool, Estado de São Paulo, 1987/88 a 1989/90

Safra	Cana moída (1.000t)	Açúcar (1.000t)	Alcool (10 ⁶ l)
1987/88	125.457	3.638	7.329
1988/89	125.689	4.001	7.724
1989/90	122.725	3.032	7.781

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

assinatura, em 1989, de um protocolo visando recompor a rentabilidade agro-industrial. Com a decretação do Plano Brasil Novo os preços da cana-de-açúcar para o produtor permanecem congelados em Cr\$582,82 por tonelada (quadro 5).

Comparativamente aos custos operacionais médios calculados pelo IEA para quatro cortes nas duas principais regiões produtoras de São Paulo, esse valor permitiria um saldo aproximado de Cr\$55,70/t para remuneração à terra, capital e empresário (quadros 6 a 9).

Na safra 1990/91, que oficialmente deveria ter início em 01 de junho, a necessidade de recursos financeiros e a falta de álcool que inclusive abalou a credibilidade do consumidor em relação ao Proálcool, pressionaram as usinas em algumas regiões do Estado a anteciparem o início da safra para maio.

Mas, se por um lado, esperase um rendimento melhor da cana-de-açúcar como resultado das boas condições climáticas registradas no período de desenvolvimento da cultura, por outro, os preços vigentes há dezoito meses, então sensivelmente defasados, fizeram com que os produtores não renovassem os canaviais na medida necessária à atual conjuntura. Portan-

to, comparativamente, em termos de volume de produção, não se pode esperar grandes alterações no resultado final da safra que ora se inicia.

Dado que o atual Governo ainda não apresentou uma definição concreta sobre como serão exercidas as funções antes atribuídas ao IAA, o tradicional Plano Anual de Produção de Açúcar e Alcool não foi anunciado até agora e os vários segmentos envolvidos estão em compasso de espera, com muitas incógnitas a serem resolvidas.

Como a intenção do Governo é diminuir substancialmente a intervenção do Estado em diversos setores produtivos, existe uma proposta por parte dos produtores de se reprisar o Plano de Produção da safra passada, com o intuito de não desorganizar a produção até que haja uma melhor definição quanto ao grau de intervenção desejado. Além desta medida servir como balizamento para o setor, não comprometerá eventual "Plano de Safra", dado que a sua revisão poderá ser efetuada a qualquer momento e não se esperam grandes incrementos na produção.

Os preços do açúcar no mercado internacional se recuperaram e estão relativamente estáveis, desde o segundo semestre de 1989, em torno de US\$300,00 a tonelada. Por ser o Brasil

QUADRO 5 . - Preços da Cana-de-Açúcar Recebidos pelo Fornecedor, Estado de São Paulo, Maio de 1989 a Março de 1990

(em Cr\$/t)

Data	Preço	Data	Preço
10/05/89	9,80	01/11/89	54,51
16/06/89	11,96	17/11/89	75,01
14/07/89	16,50	08/12/89	106,08
07/08/89	18,64	01/01/90	162,89
16/08/89	24,15	01/02/90	255,91
06/09/89	27,30	01/03/90	442,30
16/09/89	37,10	16/03/90	482,82
17/10/89	49,10		

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

tradicional exportador de açúcar, seria arriscado deixar-se totalmente livre a produção e a comercialização do produto, uma vez que a perspectiva de expansão das exportações, num primeiro momento, pressionaria para um aumento da produção interna, acarretando um crescimento da oferta mundial, posteriormente, empurraria as cotações para baixo, o que contribuiria para o desequilíbrio do mercado.

A falta total de regulamentação sobre a produção também traria outras sérias consequências, considerando-se que no Brasil existem perto de 500 unidades fabris que dificilmente chegariam a um consenso sobre os níveis ideais de produção. Além disso, uma produção maior de açúcar, na atual conjuntura, fatalmente implicará em diminuição da de álcool, o que agravaria ainda mais o déficit existente.

A definição do papel do álcool combustível dentro da matriz energética nacional é estritamente necessária, assim como a adequação da produção à demanda, tanto de álcool como de açúcar, para que futuros colapsos, como o que atingiu recentemente a sociedade brasileira, sejam evitados.

- FEIJÃO DE INVERNO (IRRIGADO)

Desde a safra 1981/82, quando se produziu a colheita recorde de 3,1 milhões de toneladas, a produção brasileira de feijão só conseguiu superar a demanda para o consumo interno em 1988. Assim, a instabilidade da produção tem resultado em problemas de suprimento, com reduzidos estoques de passagem e necessidades de pequenas importações de ajustes e/ou para cumprimento de tratados comerciais com países vizinhos.

Nos últimos dez anos, o maior nível de consumo foi atingido em 1983/84, quando de uma disponibilidade total de 2,9 milhões de toneladas foram consumidas 2,7 milhões de toneladas. O potencial de consumo nunca foi alcançado, pois além da instabilidade da produção, a rigidez das margens de comercialização dos atacadistas e varejistas oneraram o consumidor, que responde com diminuição de consumo quando os preços sobem (quadro 10).

A safra de feijão de inverno pode ser considerada mais como uma tentativa de regularização de suprimento, uma vez que o plantio é realizado de abril a julho, quando se en-

QUADRO 6. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Cana-de-açúcar, Plantio, DIRA de Campinas, Produtividade de 95t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 100t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	DIRA de Campinas				DIRA de Ribeirão Preto			
	Em cruzeiro		Parti- cipação percentual (%)	BIN(1) por hectare	Em cruzeiro		BIN(1) por hectare	Parti- cipação percentual (%)
	Por hectare	Por tonelada			Por hectare	Por tonelada		
Mão-de-obra	4.240,00	44,63	5,80	101,60	3.693,00	88,49	5,04	
Muda	7.186,64	75,65	9,84	172,20	12.458,03	298,51	17,01	
Aubos e corretivo	11.561,42	121,70	15,83	277,03	12.784,79	306,34	17,45	
Defensivos	5.191,39	54,65	7,11	124,39	4.410,90	105,69	6,02	
Oper.de máquinas	25.788,61	271,46	85,30	617,93	26.118,80	625,84	35,66	
Outros(2)	3.989,37	41,99	5,46	95,58	4.204,20	100,74	5,74	
Custo oper.efetivo	57.957,43	610,08	79,34	1.388,73	63.669,71	1.525,61	86,92	
Depr.de máquinas	9.871,95	103,92	13,51	236,54	3.851,77	92,29	5,26	
Encargos financeiros	5.216,17	54,91	7,14	124,99	5.730,27	137,31	7,82	
Custo oper. total	73.045,56	768,90	100,00	1.750,27	73.251,76	1.755,21	100,00	

(1) Considerando-se o valor do BIN = Cr\$41,7340.

(2) Refere-se à despesa com corte.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 7 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Cana-de-açúcar, 2o. corte, DIRA de Campinas, Produtividade de de 75t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 78t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	DIRA de Campinas				DIRA de Ribeirão Preto			
	Em cruzeiro		BTN(1) por hectare	Parti- cipação percentual (%)	Em cruzeiro		BTN(1) por hectare	Parti- cipação percentual (%)
	Por hectare	Por tonelada			Por hectare	Por tonelada		
Mão-de-obra	1.906,00	25,41	45,67	7,12	1.562,00	20,03	37,43	5,20
Aubos e corretivo	4.980,00	66,40	119,33	18,60	7.085,90	90,84	169,79	23,57
Defensivos	1.856,38	24,75	44,48	6,93	1.960,90	25,14	46,99	6,52
Oper.de máquinas	9.741,59	129,89	233,42	36,37	10.259,11	131,53	245,82	34,13
Outros(2)	3.141,60	41,89	75,28	11,73	3.208,20	41,13	76,86	10,67
Custo oper. efetivo	21.625,56	288,34	518,18	80,75	24.076,11	308,67	576,89	80,10
Depr.de máquinas	3.858,13	51,44	92,45	14,41	4.537,44	58,17	108,72	15,10
Encargos financeiros	1.297,53	17,30	31,08	4,84	1.444,57	18,52	34,61	4,81
Custo oper. total	26.781,22	357,08	641,71	100,00	30.058,12	385,36	720,23	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN = Cr\$41,7340.

(2) Refere-se à despesa com corte empregado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 8 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Cana-de-açúcar, 3o. corte, DIRA de Campinas, Produtividade de de 67t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 65t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	DIRA de Campinas				DIRA de Ribeirão Preto			
	Em cruzeiro		Parti- cipação percentual (%)	BTN(1) por hectare	Em cruzeiro		Parti- cipação percentual (%)	BTN(1) por hectare
	Por hectare	Por tonelada			Por hectare	Por tonelada		
Mão-de-obra	1.789,00	28,85	7,01	42,87	1.425,00	21,92	34,14	5,07
Adubos e corretivo	4.980,00	80,32	19,50	119,33	7.085,90	109,01	169,79	25,20
Defensivos	2.811,18	45,34	11,01	67,36	1.960,90	30,17	46,99	6,97
Oper. de máquinas	8.676,01	139,94	33,98	207,88	9.416,06	144,86	225,62	33,49
Outros (2)	2.603,37	41,99	10,20	62,38	2.725,80	41,94	65,31	9,69
Custo oper. efetivo	20.859,56	336,44	81,69	499,82	22.613,66	347,90	541,85	80,43
Depr. de máquinas	3.423,36	55,22	13,41	82,03	4.146,86	63,80	99,36	14,75
Encargos financeiros	1.251,57	20,19	4,90	29,98	1.356,82	20,87	32,51	4,83
Custo oper. total	25.534,49	411,85	100,00	611,83	28.117,33	432,57	673,73	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN = Cr\$41,7340.

(2) Refere-se à despesa com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 9. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Cana-de-açúcar, 40. corte, DIRA de Campinas, Produtividade de de 52t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 60t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1989/90

Item	DIRA de Campinas				DIRA de Ribeirão Preto				Parti- cipação percentual (%)
	Em cruzeiro		BTN(1) por hectare	Parti- cipação percentual (%)	Em cruzeiro		BTN(1) por hectare	Parti- cipação percentual (%)	
	Por hectare	Por tonelada			Por hectare	Por tonelada			
Mão-de-obra	1.789,00	34,40	42,87	7,23	1.425,00	23,75	34,14	5,11	
Adubos e corretivo	4.980,00	95,77	119,33	20,14	7.085,90	118,10	169,79	25,40	
Defensivos	2.451,18	47,14	58,73	9,91	1.960,90	32,68	46,99	7,03	
Oper.de máquinas	8.684,81	167,02	208,10	35,12	9.416,06	156,93	225,62	33,75	
Outros(2)	2.194,50	42,20	52,58	8,87	2.517,90	41,97	60,33	9,03	
Custo oper. efetivo	20.099,49	386,53	481,61	81,28	22.405,76	373,43	536,87	80,32	
Depr.de máquinas	3.423,36	65,83	82,03	13,84	4.146,86	69,11	99,36	14,86	
Encargos financeiros	1.205,97	23,19	28,90	4,88	1.344,35	22,41	32,21	4,82	
Custo oper. total	24.728,82	475,55	592,53	100,00	27.896,96	464,95	668,45	100,00	

(1) Considerando-se o valor do BTN = Cr\$41,7340.

(2) Refere-se a despesas com corte empregado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 10. - Estimativa de Suprimento de Feijão no Brasil, 1980/81 a 1989/90

(em 1.000t)

Safras	Oferta				Demanda			Estoque final
	Estoque inicial(1)	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Excedente	Exportação	
1980/81	22,0	2.407,0	5,6	2.434,6	2.414,1	20,5	0,0	20,5
1981/82	20,5	3.097,6	3,5	3.121,6	2.459,5	662,1	6,6	655,5
1982/83	655,5	1.654,7	3,7	2.313,9	2.076,6	237,3	14,9	227,4
1983/84	222,4	2.616,1	60,5	2.899,0	2.723,5	175,5	5,6	169,9
1984/85	169,1	2.534,7	15,3	2.719,9	2.378,2	341,7	9,7	332,0
1985/86	332,0	2.244,8	95,0	2.671,8	2.400,0	271,8	4,6	267,2
1986/87	267,2	2.108,0	35,0	2.410,2	2.300,0	110,2	3,9	106,3
1987/88	106,3	2.752,0	10,0	2.868,3	2.600,0	268,3	3,0	265,3
1988/89	265,3	2.386,4	25,0	2.676,7	2.600,0	76,7	0,0	76,7
1989/90	76,7	2.580,5	30,0	2.687,2	2.600,0	87,2	0,0	87,2

(1) Início em 10. de novembro.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

contra em pleno andamento a colheita de feijão da seca nas demais regiões produtoras do País, e sua produção ocorre em julho-outubro, época de maior escassez de produto no mercado.

Essa 3ª safra de feijão (ou safrinha ou feijão de inverno) é plantada principalmente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em regiões onde o clima é menos desfavorável à cultura (principalmente menor ocorrência de geadas) e, salvo algumas exceções, exige a utilização de irrigação. Neste aspecto, com o desenvolvimento do sistema de irrigação nos Estados de Goiás e Bahia passou-se também a produzir mais esta safra extra.

Esse aumento de produção (a par da redução no consumo provocada pelos elevados preços vigentes até setembro) provocaram um forte e brusco rebaixamento nas cotações reais a partir de outubro com a entrada no mercado das primeiras partidas do feijão das águas (quadro 11).

No Estado de São Paulo, maior produtor brasileiro de feijão de inverno, ano a ano, vinha aumentando a área plantada. Entretanto, em 1989 houve uma pequena queda de 1% na área plantada devido a dois fatores principais: a) dificuldade na aquisição de sementes para plantio, desviada para consumo humano devido aos altos preços vigentes no mercado; b) dificuldades para obtenção de linhas de financiamento, por absoluta indefinição quanto aos recursos financeiros oficiais. Porém, mesmo com a diminuição de área, graças ao aumento da produtividade, a produção superou 13% a mesma safra do ano anterior (quadro 12).

A situação atual está reprimando a quase totalidade dos acontecimentos que antecipam os momentos de tomada de decisão de plantio. O Valor Básico de Custeio (VBC) para a safra 1990 de feijão irrigado, na faixa de produtividade de 1.801 a 2.200kg/ha, foi estabelecido em Cr\$13.471,00/ha, enquanto que a estimativa de Custo Operacional Efetivo (COE) do Instituto

de Economia Agrícola (IEA) para uma produção de 1.860kg/ha é de Cr\$41.317,51/ha, ou seja, o VBC cobre apenas 32,6% do custo da cultura do feijão de inverno irrigado, enquanto que em 1989, essa participação era de 40,6% (quadro 13).

O Preço Mínimo de Garantia do Governo, tradicional fator de estímulo ao aumento de produção, deixou de ter qualquer influência na decisão do produtor, uma vez que os custos de produção estão entre 30% e 40% superiores ao preço mínimo vigente em abril e maio, estabelecido em Cr\$1.321,20/sc.60kg.

Em março de 1990, quando os preços apresentavam tendência de reação, foi implantado o Plano "Brasil Novo", de estabilização da economia, paralisando por quase dez dias a comercialização de feijão, face ao impacto da imediata falta de liquidez do mercado, interrompendo momentaneamente a recuperação das perdas anteriores.

Com o retorno da liquidez, o mercado de feijão reagiu, e passou a comprar. Entretanto, diante do tabelamento determinado pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), estabelecendo em Cr\$42,00/kg o preço máximo de feijão ao nível de varejo, o preço ao nível de produtor encontra-se represado em torno de Cr\$2.000,00/sc.60kg, abaixo, portanto, das médias históricas obtidas nos últimos anos e onerado pelo maior rigor na fiscalização fazendária (ICMS mais FUNRURAL).

Apesar dessas circunstâncias desfavoráveis, o agricultor tem elevada propensão a plantar nesta próxima safra de inverno, uma vez que a atual carência do produto, diante das significativas perdas enfrentadas pelos produtores do Nordeste devido à prolongada estiagem, certamente forçarão o Governo a rever sua posição de adiar indefinidamente a flexibilização dos preços tabelados. O reajuste dos preços de tabela serviria até mesmo para amenizar a virtual falta do produto no mercado, pois a demanda voltaria a se

QUADRO 11. - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Feijão de Inverno, Estado de São Paulo, 1985-89

DURA	Área (ha)					Produção (t)					Rendimento (kg/ha)	
	1985	1986	1987	1988	1989	1985	1986	1987	1988	1989	1985-88	1989
Registro	420	1.660	2.330	330	270	360	1.440	1.320	300	120	722	444
S.J.dos Campos	1.120	1.105	1.170	1.070	2.240	960	1.080	1.080	1.200	1.980	968	884
Sorocaba	100	460	460	---	---	60	---	300	---	---	643	---
Campinas	5.800	5.460	6.360	5.860	6.880	8.100	7.800	10.380	9.000	10.200	1.503	1.483
Ribeirão Preto	15.900	10.330	16.020	19.700	20.860	28.500	18.360	25.260	36.600	39.600	1.755	1.898
Rauru	540	575	1.020	930	1.320	540	600	1.020	1.200	1.800	1.096	1.366
S.J.Rio Preto	7.260	7.570	9.700	8.600	8.530	10.620	10.800	11.160	11.400	12.000	1.327	1.407
Araçatuba	8.560	7.570	16.650	18.300	18.500	7.800	7.740	11.520	14.100	17.100	806	924
Pres.Prudente	25.450	32.905	39.890	49.300	45.240	13.260	17.280	20.880	24.000	27.600	511	610
Marília	1.950	4.475	1.700	4.400	3.300	1.200	3.600	1.080	3.000	3.600	709	1.091
Estado	67.100	71.650	95.300	108.490	106.840	71.400	68.700	84.000	100.800	114.000	948	1.067

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 12. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Feijão, Estado de São Paulo, 1985-90

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	Corrente										Real (1)									
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1985	1986	1987	1988	1989	1990		
Jan.	0,07284	0,40393	0,40598	1,66079	30,96	575,22	2.114,40	3.346,02	2.142,36	1.597,72	2.284,31	1.790,60	2.114,40	3.346,02	2.142,36	1.597,72	2.284,31	1.790,60		
Fev.	0,08429	0,38443	0,38993	2,32086	33,94	711,65	2.221,08	2.601,24	1.803,30	1.897,79	2.239,79	1.290,36	2.221,08	2.601,24	1.803,30	1.897,79	2.239,79	1.290,36		
Mar.	0,09397	0,36360	0,54492	3,38453	37,13	1.539,29	2.197,16	2.482,44	2.191,43	2.342,16	2.350,92	1.539,29	2.197,16	2.482,44	2.191,43	2.342,16	2.350,92	1.539,29		
Abr.	0,11228	0,36121	0,81933	3,91178	48,33	...	2.448,35	2.480,26	2.743,99	2.249,64	2.909,64	...	2.448,35	2.480,26	2.743,99	2.249,64	2.909,64	...		
Mai.	0,12764	0,34804	1,28101	4,06505	75,27	...	2.582,07	2.382,40	3.362,67	1.956,14	4.018,79	...	2.582,07	2.382,40	3.362,67	1.956,14	4.018,79	...		
Jun.	0,13983	0,35707	1,46056	4,98543	133,42	...	2.623,45	2.431,54	3.045,95	1.985,46	5.619,48	...	2.623,45	2.431,54	3.045,95	1.985,46	5.619,48	...		
Jul.	0,17406	0,39303	1,43956	5,05381	132,22	...	2.997,92	2.659,44	2.745,91	1.656,01	4.038,98	...	2.997,92	2.659,44	2.745,91	1.656,01	4.038,98	...		
Ago.	0,18517	0,41803	1,34375	6,27050	131,49	...	2.797,58	2.791,53	2.452,83	1.671,91	2.942,99	...	2.797,58	2.791,53	2.452,83	1.671,91	2.942,99	...		
Set.	0,19216	0,44131	1,43939	8,13715	128,68	...	2.660,62	2.915,05	2.432,38	1.725,23	2.073,23	...	2.660,62	2.915,05	2.432,38	1.725,23	2.073,23	...		
Out.	0,23242	0,47293	1,53287	14,6785	122,45	...	2.950,58	3.081,29	2.330,54	2.439,28	1.412,23	...	2.950,58	3.081,29	2.330,54	2.439,28	1.412,23	...		
Nov.	0,29580	0,46587	1,65574	18,3906	217,25	...	3.267,34	2.962,63	2.194,98	2.388,19	1.736,67	...	3.267,34	2.962,63	2.194,98	2.388,19	1.736,67	...		
Dez.	0,32466	0,45185	1,60436	26,879	236,25	...	3.167,90	2.671,42	1.838,84	2.708,20	1.264,19	...	3.167,90	2.671,42	1.838,84	2.708,20	1.264,19	...		
Média	0,169593	0,40510	1,15978	8,311504	110,62	942,05	2.669,04	2.733,77	2.440,43	2.051,48	2.740,93	1.540,08	2.669,04	2.733,77	2.440,43	2.051,48	2.740,93	1.540,08		

(1) A preço de março/90, deflacionado pelo Índice 2, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 13. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Feijão de Inverno, DIRA de São José do Rio Preto, Produtividade de 31sc./60kg, por Hectare, Safra 1989/90

Item	Em cruzeiro		BTN(1) por hectare	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca		
Mão-de-obra	6.365,50	205,34	152,53	11,91
Sementes	3.445,35	111,14	82,55	6,45
Fertilizante	6.071,40	195,85	145,48	11,36
Defensivos	6.127,28	197,65	146,82	11,47
Operação de máquinas	18.377,98	592,84	440,36	34,40
Outros	930,00	30,00	22,28	1,74
Custo operacional efetivo	41.317,51	1.332,82	990,02	77,33
Depreciação de máquinas	11.290,23	364,20	270,53	21,13
Encargos financeiros	822,34	26,53	19,70	1,54
Custo operacional total	53.430,07	1.723,55	1.280,25	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN = Cr\$41,7340.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

ajustar ao nível da oferta. Entretanto, a expansão da área plantada não deverá ocorrer na medida desejada ou necessária, porque o produtor se encontra com parcela de recursos bloqueados pelo Banco Central, apesar de ter aumentado a disponibilidade de Crédito Rural a taxas de juros elevadas. Deve-se considerar também que o tabelamento indica que o preço ao produtor lhe dá uma margem de apenas 17% em relação ao custo operacional estimado, indicando que só uma flexibilização do preço do produto poderia agora estimular o plantio do feijão de inverno.

- TRIGO

A triticultura nacional vem obtendo níveis satisfatórios de produ-

tividade desde 1985, configurando-se como atividade economicamente viável, mesmo sem significativo apoio governamental. A partir de 1986, uma série de medidas de política do Governo, estão funcionando, pelo menos no curto prazo, como impedimento a uma maior expansão da triticultura. Assim, naquele ano, o acordo firmado entre Brasil e Argentina estabeleceu quotas crescentes de importação de trigo por parte do Brasil (de 1,4 milhão de toneladas em 1987 até 2,0 milhões em 1993), enquanto o pagamento do trigo aos produtores, até então efetuado à vista, foi parcelado. Em 1988, a área financiada para cultivo de trigo foi limitada, através da Resolução no.1.477, de 25/03/88 do Banco Central, e o pagamento feito com atraso devido à indisponibilidade de recursos.

O plantio do trigo, na safra de 1989, foi efetuado sem o conhecimento prévio do preço de garantia pela maioria dos produtores, pois somente foi divulgado tardiamente pela Portaria SUNAB no. 77, de 24/07/89, e fixado inicialmente em 155,79 BTN\$/t, posteriormente reajustado para 178,89 BTN\$/t (Portaria SUNAB no. 83, de 25/08/89). Além disso, havia incerteza quanto à continuidade do atual sistema de comercialização do produto.

Neste contexto, o resultado da safra de 1989 pode ser considerado bom, visto que: 1) as estatísticas apontam uma redução de apenas 7,0% e 5,0%, respectivamente da área e da produção, em relação à safra passada (quadro 14), tendo sido mantido o nível de produtividade que tem caracterizado a cultura no último quinquênio; 2) no aspecto econômico suficiente para remunerar a terra, o capital e o empresário, apesar do baixo preço de garantia, equivalente a US\$123,63/t, quando o preço médio do produto importado, no mesmo ano, foi de US\$163,37/t. O preço médio de NCz\$680,00 por tonelada, recebido pelo triticultor paulista em 1989, considerando o peso hectolitro 78 e os valores em setembro, outubro e novembro, foi suficiente para cobrir o custo operacional total estimado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), a preços de agosto de 1989, em NCz\$558,66 por hectare para produtividade média de 1.628kg/ha. Em parte, essa performance foi possível porque, dado o calendário agrícola da cultura, a maior parcela do desembolso por parte dos agricultores, cujos valores foram corrigidos no cálculo para agosto, foi feito no período de março a julho, quando os preços dos insumos e dos combustíveis estiveram relativamente estabilizados pelo chamado "Plano Verão". Contudo, os benefícios desse resultado foram, em alguma medida, anulados pela determinação casuística de parcelamento do pagamento do trigo em quatro vezes, corrigidos pelo IPC, mais 1% de juros ao mês, a partir de outubro, quando nessa ocasião a

inflação já estava por volta de 40% ao mês.

Neste último quinquênio, principalmente a partir de 1987, os dados disponíveis mostram que houve maior disposição, por parte do Governo, de eliminar o subsídio do trigo. O preço de garantia foi reduzido drasticamente, ficando, em 1989, cerca de 32% abaixo do preço médio do trigo importado. Ao mesmo tempo, os preços pagos pelos moinhos elevaram-se substancialmente, refletindo a política de equiparação entre o preço médio de aquisição do trigo e o de venda ao parque moageiro, além do repasse dos custos operacionais de administração dos estoques. Em 1989, o preço médio anual pago pelo moinho superou o preço médio recebido pelo produtor e o preço médio de importação em, respectivamente, 68% e 27% (quadro 15).

A partir do volume de trigo adquirido pelo Governo e das vendas aos moinhos, com base nos preços médios, estima-se que o valor das vendas de trigo aos moinhos, em 1985, tenha representado 38% dos gastos com aquisição, enquanto que em 1989, o valor das vendas superou em 58% os gastos com aquisição.

Embora a triticultura brasileira tenha se desenvolvido bem nos últimos cinco anos, tanto em termos agrônômicos como econômicos, ainda preocupa o fato do consumo per capita nacional estar estacionário em torno de 47 quilogramas, exceto em 1986, durante a vigência do "Plano Cruzado", quando foi de 52kg/habitante, mesmo assim inferior aos 56 quilogramas observados em 1980. No começo da década de 80, o consumo médio da região tropical da América Latina era de 50 quilogramas per capita.

No corrente ano (1990), além dos problemas já citados, o plantio do trigo ocorre em meio à troca de governo e mudanças na condução da política econômica. A posse do novo Governo em 15 de março coincidiu com o início do período ideal para plantio de trigo nos estados que plantam mais cedo (São

QUADRO 14. - Área, Produção e Produtividade do Trigo, Para os Principais Estados e Brasil, 1985-89

Safra	Especificação	Unidade	Paraná	R. Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	São Paulo	Santa Catarina	Outros	Total
1985	Área	ha	1.295.548	970.804	201.037	156.400	40.000	12.936	2.676.725
	Produção	t	2.712.432	983.520	323.506	281.726	43.018	19.803	4.364.005
	Produtividade	kg/ha	2.094	1.013	1.609	1.801	1.075	1.531	1.630
1986	Área	ha	1.947.000	1.197.104	396.039	211.900	138.208	25.996	3.864.255
	Produção	t	2.937.850	1.810.513	452.337	312.432	143.685	25.667	5.684.200
	Produtividade	kg/ha	1.509	1.512	1.142	1.474	1.040	987	1.471
1987	Área	ha	1.717.500	998.324	425.298	180.030	124.801	9.944	3.455.897
	Produção	t	3.297.787	1.754.103	558.972	337.613	159.922	24.276	6.132.673
	Produtividade	kg/ha	1.920	1.757	1.314	1.875	1.281	2.441	1.774
1988	Área	ha	1.775.000	1.012.268	344.283	200.080	99.880	48.907	3.480.418
	Produção	t	3.259.000	1.545.000	504.000	404.000	86.000	31.000	5.829.000
	Produtividade	kg/ha	1.836	1.526	1.464	2.019	861	634	1.675
1989(1)	Área	ha	1.848.800	767.336	321.470	219.650	92.600	10.478	3.260.334
	Produção	t	3.134.880	1.453.198	460.909	357.633	124.271	21.006	5.551.899
	Produtividade	kg/ha	1.697	1.894	1.434	1.628	1.342	2.005	1.703

(1) Dados preliminares.

Fonte: Departamento de Comercialização do Trigo (CITRIN) do Banco do Brasil S/A para produção; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para área dos outros Estados; e Instituto de Economia Agrícola (IEA) para a área de São Paulo.

QUADRO 15 - Preços Médios Recebidos pelo Produtor(1), Pagos pelos Moinhos e de Importação de Trigo, 1985-89

(em US\$/tonelada)

Ano	Preço médios recebidos pelos produtores	Preços médios pagos pelos moinhos	Preços médios do trigo importado(2)
1985	235,57	105,13	144,86
1986	237,89	76,61	109,60
1987	170,25	95,11	90,65
1988	145,12	211,28	103,70
1989	123,64	208,94	163,37

(1) Os preços médios recebidos pelos produtores referem-se aos meses de setembro, outubro e novembro e os pagos pelos moinhos, à média anual ponderada.

(2) Posto nas partes brasileiras.

Fonte: Elaborado a partir de dados do Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN) do Banco do Brasil S/A e portarias da SUNAB.

Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná), responsáveis por cerca de 80% da produção nacional. A deflagração do "Plano Brasil Novo" agravou a situação, quando bloqueou recursos próprios do triticultor que seriam utilizados na instalação da lavoura. Ao mesmo tempo, os Valores Básicos de Custeio (VBCs) e o preço de garantia só foram definidos em reunião do Conselho Monetário Nacional de 23/03/90, e foram mantidos os valores vigentes na safra passada, de respectivamente, 214,17 BTN's por hectare para produtividade de referência de 1.620kg/ha e de 178,89 BTN's/t do produto de peso hectolitro 78. Entretanto, até a segunda semana de abril os VBCs ainda não tinham sido normatizados pelo Banco Central, e, portanto, as agências bancárias não haviam recebido as normas para o financiamento.

Nas primeiras semanas de vigência do Plano, o setor moageiro reduziu o volume das compras de trigo, pois os pagamentos, sempre efetuados à vista, ficaram prejudicados pelo bloqueio dos recursos. O setor acabou se

ajustando à nova realidade, através de empréstimos bancários e negociações com os clientes, principalmente da indústria de massas e biscoitos que não tem a mesma liquidez que os da panificação.

Entre as medidas adotadas pelo "Plano Brasil Novo" não há qualquer referência relativa a alterações no sistema de comercialização vigente, mas a expectativa do setor sobre o assunto ainda é grande, pois a privatização era tida como certa.

Nessa conjuntura está sendo feito o plantio da safra de 1990. O preço de garantia é desestimulante quando comparado com a estimativa de custo operacional do IEA, em cruzeiros de abril, de Cr\$12.268,02/ha (293,96 BTN's) para uma produtividade de 1.620kg/ha, sinalizando um desempenho econômico negativo (quadros 16 e 17).

Entretanto, para o agricultor, a cultura do trigo está se apresentando neste momento como a alternativa mais imediata de obter cruzeiros. Esta é a principal justificativa da previsão de área em plantio com trigo

QUADRO 16. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Trigo, Produtividade de 27 sac./ha, por hectare, Sub-região de Assis, Estado de São Paulo, Safra 1990

(em cruzeiros)

Item	Por hectare	Por saca	Participação percentual (%)
Mão-de-obra	318,80	11,81	2,60
Sementes	2.659,80	98,51	21,68
Corretivo	1.135,00	42,04	9,25
Fertilizante	1.700,00	62,96	13,86
Defensivos	1.747,53	64,72	14,24
Oper. máquinas	2.836,51	105,06	23,12
Custo operacional efetivo	10.397,64	385,10	84,75
Deprec. máquinas	1.506,46	55,79	12,28
Encargos financeiros	363,92	13,48	2,97
Custo operacional total	12.268,02	454,37	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

em 1990 equivalente à do ano passado. No Rio Grande do Sul, onde se planta mais tarde, as perspectivas são de que até haja expansão de área. No Paraná, principal produtor, onde o plantio já se iniciou, a primeira estimativa da Secretaria de Agricultura indica uma retração de área de apenas 8,0%. Em Mato Grosso do Sul, há informações de que a redução poderia chegar a 30%, o que será possível porque a triticultura matogrossense não está tão estruturada, sendo, portanto, mais flexível, além do que há escassez de semente, pois a produção apresentou problema no ano passado. Entretanto, o quadro ainda pode mudar, desde que se agilize o financiamento de custeio.

O levantamento de fevereiro, feito pelo IEA/CATI, indica que a intenção de plantio de trigo em 1990 no Estado de São Paulo é de 199.250 hectares, o que representa redução de

10% relativamente ao ano anterior. Tal quadro é coerente com o que se observa a partir da segunda semana de maio, quando as agências bancárias começaram a, efetivamente, liberar o financiamento de custeio. Na região do Vale do Paranapanema, embora as primeiras previsões das cooperativas tenham sido de redução de área em torno de 20%, o fato de haver ainda em maio uma significativa procura por semente, leva a crer que a redução, se houver, pode ser menor do que a esperada. Não há mais semente de trigo no Estado, pois em 1989 houve uma quebra na sua produção face a condições adversas de clima. No entanto, esse problema poderá ser contornado com a importação de semente do Paraná, apesar da diferença de ICMS, notadamente se houver maior agilidade nas operações do financiamento de custeio.

Além da questão de caixa

QUADRO 17. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Trigo, Safra de inverno, Região de Assis, Produtividade de 27sc.60kg, por Hectare, Safra 1989/90

Item	Em cruzeiro		BTN (1) por hectare	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca		
Mão-de-obra	318,80	11,81	7,64	2,52
Sementes	2.659,80	98,51	63,73	20,99
Corretivo	1.135,00	42,04	27,20	8,96
Fertilizante	1.700,00	62,96	40,73	13,41
Defensivos	1.747,53	64,72	41,87	13,79
Oper.máquinas	2.836,51	105,06	67,97	22,38
Outros	405,00	15,00	9,70	3,20
Custo operacional efetivo	10.802,64	400,10	258,84	85,24
Depreciação de máquinas	1.506,46	55,79	36,10	11,89
Encargos financeiros	363,92	13,48	8,72	2,87
Custo operacional total	12.673,02	469,37	303,66	100,00

(1) Considerado o valor do BTN = Cr\$41,7340.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

financeira dos produtores, existem as razões intrínsecas à racionalidade da estrutura produtiva do binômio soja-trigo, entre as quais pode-se citar: 1) necessidade de se maximizar o uso do capital investido; 2) a ocupação do solo para evitar a proliferação de ervas daninhas, que acarretam elevação do custo de produção; 3) a terra ocupada fica protegida contra a erosão; 4) após a colheita, a palha do trigo proporciona uma boa cobertura do solo que, além de protegê-lo contra a erosão, mantém sua umidade, aspecto bastante favorável à prática do plantio direto que vem sendo cada vez mais utilizada; 5) o potencial de produtividade do trigo é maior que os 1.620kg/ha, previsto na estimativa de custo.

No mercado internacional do produto, embora os preços tenham de-

clinado no último mês, principalmente em função da competição entre os grandes exportadores, notadamente os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia, não está se verificando adiantamento de compras por parte dos países importadores que, ao contrário, estão esperando melhor definição da safra de verão. Entretanto, o quadro pode mudar em função das necessidades de importação por parte, principalmente, da União Soviética e países do Norte da África.

- FRUTAS

Com exceção da laranja, cujo preço recebido pelo produtor é determinado pela demanda externa de suco concentrado congelado, para as demais frutas, os resultados obtidos pelos fruticultores são decorrentes do poder

de compra do mercado brasileiro, seja por fruta fresca ou processada. Assim, a fruticultura comercial é diretamente influenciada pela situação geral da economia nacional, ou seja, pela demanda interna. As exportações e importações, afetadas pela taxa de câmbio, representam até agora um fator menos relevante no comportamento do mercado para frutas.

No período 1985 a 1989, a economia brasileira foi marcada por fortes mudanças, alternando épocas de elevadas taxas inflacionárias com outras de estabilização de preços, às vezes com congelamento ou tabelamento aos níveis de atacado e de varejo. Ao mesmo tempo, observou-se índices maiores ou menores de desemprego, a par de elevadas taxas de juros, fatores que influenciaram não só a demanda como trouxeram grandes incertezas aos produtores na condução de suas culturas, tanto nos investimentos como nos tratamentos culturais, quase sempre feitos sob elevada condição de risco.

Nessa segunda metade da década de oitenta, o ano de maior poder de compra dos consumidores foi, sem dúvida, 1986 quando os preços reais recebidos pelos fruticultores foram os mais elevados. Paradoxalmente, foi também a safra em que os produtores de laranja receberam o menor valor observado nesse período, pois as cotações do suco no mercado internacional sofreram grande queda provocando uma redução no volume de fruta usada para processamento industrial e, por consequência, maior disponibilidade para suprimento do mercado interno, sem, contudo, influenciar no comportamento dos preços das demais frutas.

Quanto aos gastos dos consumidores na aquisição de frutas, na cidade de São Paulo, pôde-se constatar que sua participação na compra de alimentos (Cesta de Mercado) manteve-se praticamente estabilizada ao redor de 11%, entre 1985 e 1988, tendo caído para 10% em 1989. Nesse mesmo período, em termos monetários, a redução no dispêndio com frutas foi de 39% en-

quanto que a dos alimentos em geral foi de 29%, ou seja, estaria ocorrendo um menor comprometimento da renda familiar na aquisição de alimentos consumidos nos domicílios. Esses resultados da fruticultura sugerem, ainda, que teria ocorrido redução nas margens totais (atacado e varejo) de comercialização em 1989 (quadro 18).

Após dois anos (1987 e 1988) de receita bruta real da fruticultura (exceto laranja) comprimida pela retração na demanda provocada pelos insucessos dos planos econômicos de estabilização (Cruzado e Bresser), observou-se uma recuperação em 1989 que pode ser parcialmente explicada pelo ajuste nas quantidades ofertadas com aumentos dos preços reais. Tal panorama geral da fruticultura paulista leva às seguintes ilações: continuam ocorrendo diminuições no número de pés em produção para as culturas perenes; menores áreas plantadas, no caso das lavouras anuais e semi-perenes; aumento na produtividade média pela erradicação dos pomares pior conduzidos ou de mais idade (quadros 19 e 20 e figura 3).

Diante dessas variáveis, é prematuro avaliar-se o comportamento da fruticultura, a curto prazo, em face das incertezas do Plano Brasil Novo, pois a retração na demanda agregada no decorrer de 1990 parece configurar-se como inevitável à vista do quadro recessivo. Por outro lado, a escassez de recursos financeiros para os fruticultores conduzirem suas atividades, a começar com os tratamentos de inverno, poderá provocar redução nas produtividades e diminuição na oferta, principalmente de produtos de melhor aparência e com características de frutas exportáveis, pois o mercado interno é ainda muito pouco exigente.

-Citros

As estimativas atuais permitem confirmar o panorama assinalado em janeiro (Prognóstico Agrícola 89/90)

QUADRO 18. - Valor Total e Participação de Frutas no Gasto Total da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1985-89(1)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1985													
Frutas	1.422	1.325	1.195	1.172	1.206	1.254	798	672	709	810	957	938	12.457
Total	10.018	10.352	10.059	9.884	9.908	10.232	8.468	7.872	7.520	7.524	7.895	7.841	107.575
Part.percentual	14,19	12,80	11,88	11,86	12,17	12,25	9,43	8,54	9,43	10,76	12,12	11,96	11,58
1986													
Frutas	774	781	809	735	734	704	673	752	750	894	1.118	1.036	9.761
Total	8.300	7.718	7.774	7.691	7.547	7.484	7.230	7.302	7.193	7.478	8.355	8.733	92.805
Part.percentual	9,33	10,12	10,41	9,56	9,72	9,41	9,30	10,30	10,42	11,96	13,39	11,87	10,52
1987													
Frutas	973	929	820	655	601	514	539	629	683	763	986	900	8.993
Total	8.952	8.025	7.230	7.034	6.990	6.573	6.528	6.497	6.250	6.130	6.216	6.006	82.430
Part.percentual	10,86	11,58	11,34	9,31	8,60	7,82	8,26	9,69	10,93	12,45	15,86	14,98	10,91
1988													
Frutas	943	732	642	607	572	531	615	678	705	723	761	701	8.210
Total	5.865	5.593	5.793	5.850	5.883	6.131	6.242	6.241	6.240	6.215	6.536	6.451	73.039
Part.percentual	16,08	13,10	11,09	10,38	9,72	8,66	9,86	10,86	11,29	11,64	11,64	10,86	11,24
1989													
Frutas	549	594	740	709	640	523	558	620	649	591	698	677	7.548
Total	6.224	6.348	6.491	6.768	7.255	7.504	6.522	6.446	5.864	5.368	5.656	5.677	76.123
Part.percentual	8,82	9,36	11,40	10,48	8,82	6,97	8,56	9,61	11,07	11,01	12,34	11,92	9,92
Total													
Frutas	4.661	4.362	4.207	3.879	3.752	3.526	3.183	3.350	3.496	3.781	4.520	4.251	46.969
Total	39.359	38.036	37.346	37.226	37.583	37.924	34.991	34.358	33.067	32.716	34.658	34.708	431.972
Part.percentual	11,84	11,47	11,26	10,42	9,98	9,30	9,10	9,75	10,57	11,56	13,04	12,25	10,87

(1) Em Cr\$ de março de 1990, corrigidos pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 19. - Número de Pés e Produção das Principais Frutíferas do Estado de São Paulo, 1985/90

Fruta	Número de pés (novos e em produção, em 1.000 unidades)										Produção (em 1.000 unidades)									
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90(1)	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90(1)	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90(1)		
Abacate (cx. 22kg)	1.140	1.035	900	840	870	810	4.000,0	3.640,0	3.630,0	3.230,0	3.420,0	3.290,0	4.000,0	3.640,0	3.630,0	3.230,0	3.420,0	3.290,0		
Abacaxi (cx. 17kg)	63.480	48.530	64.890	60.750	36.850	21.260	2.908,5	2.210,0	2.450,0	2.300,0	1.920,0	1.920,0	2.908,5	2.210,0	2.450,0	2.300,0	1.920,0	1.920,0		
Figo de mesa (cx. 1,8kg)	1.620	1.647	1.980	7.067	1.974	1.900	8.380,0	8.726,0	10.550,0	10.740,0	10.150,0	10.369,0	8.380,0	8.726,0	10.550,0	10.740,0	10.150,0	10.369,0		
Coelha de mesa (cx. 3,5kg)	160	150	145	190	235	244	1.600,0	1.920,0	2.010,0	4.580,0	7.470,0	9.230,0	1.600,0	1.920,0	2.010,0	4.580,0	7.470,0	9.230,0		
Laranja (cx. 40,8kg)	129.020	135.585	144.740	156.470	172.360	183.530	218.000,0	190.070,0	234.350,0	248.780,0	296.560,0	291.050,0	218.000,0	190.070,0	234.350,0	248.780,0	296.560,0	291.050,0		
Limão (cx. 40,8kg)	4.850	5.380	5.890	6.810	7.180	7.160	8.600,0	8.510,0	9.710,0	12.540,0	13.340,0	13.890,0	8.600,0	8.510,0	9.710,0	12.540,0	13.340,0	13.890,0		
Mamão (cx. 34kg)	2.640	1.510	1.210	710	405	470	1.650,0	790,0	1.240,0	480,0	115,0	115,0	1.650,0	790,0	1.240,0	480,0	115,0	115,0		
Melancia (kg) (3)	2.570	2.380	4.800	4.140	4.200	4.680	67.240,0	90.720,0	113.920,0	100.150,0	106.300,0	117.100,0	67.240,0	90.720,0	113.920,0	100.150,0	106.300,0	117.100,0		
Pêssego de mesa (cx. 2,34kg)	425	460	400	400	430	470	5.330,0	7.240,0	5.580,0	5.670,0	6.100,0	7.100,0	5.330,0	7.240,0	5.580,0	5.670,0	6.100,0	7.100,0		
Tangerinas (cx. 40,8kg) (2)	7.230	6.376	7.237	7.174	7.250	6.823	16.370,0	14.670,0	15.092,0	14.442,0	14.790,0	14.848,0	16.370,0	14.670,0	15.092,0	14.442,0	14.790,0	14.848,0		
Uva Niagara (cx. 6kg)	32.660	32.720	33.090	33.270	34.470	34.180	7.700,0	14.640,0	14.610,0	12.700,0	14.270,0	14.570,0	7.700,0	14.640,0	14.610,0	12.700,0	14.270,0	14.570,0		
Uva Itália (cx. 8kg)	1.340	1.130	1.060	1.080	1.250	1.410	3.370,0	3.830,0	3.430,0	4.120,0	4.480,0	5.530,0	3.370,0	3.830,0	3.430,0	4.120,0	4.480,0	5.530,0		
Banana (t) (3)	44,9	48,7	52,4	49,3	46,8	44,6	789,2	1.121,9	1.140,2	984,4	1.089,5	1.119,0	789,2	1.121,9	1.140,2	984,4	1.089,5	1.119,0		

(1) Estimativas feitas em fevereiro de 1990.

(2) Inclui mexerica e as tangerinas cravo, ponkan e murcote.

(3) Melancia em ha e banana em 1.000 ha.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

QUADRO 20. - Preços Reais Recebidos pelos Produtores e Estimativas do Valor da Produção das Principais Frutíferas do Estado de São Paulo, 1985 a 1989

Fruta	Preços Recebidos pelos Produtores (1)					Valor da produção(2)					Média 1985-89
	1985	1986	1987	1988	1989	1985	1986	1987	1988	1989	
Abacate(cx.22kg)	247,30	320,93	251,83	166,76	152,39	969,113	1.168,228	913,040	538,635	521,179	822,039
Abacaxi(cx.17kg)	261,81	337,83	177,25	137,86	184,37	761,410	746,628	436,266	317,077	353,982	522,672
Figo de mesa(cx.1,8kg)	50,98	75,54	60,58	51,48	73,30	477,213	659,157	639,110	527,152	743,970	599,320
Goiaba de mesa(cx.3,5kg)	131,97	130,74	83,46	71,79	81,15	711,133	251,033	167,757	328,783	606,196	312,981
Laranja(cx.40,8kg)	219,62	117,27	195,68	257,07	178,76	47.877,160	22.290,176	45.857,542	63.954,138	53.012,114	46.598,226
Limão(cx.40,8kg)	1.035,92	517,59	387,51	306,98	651,26	8.908,137	4.404,778	3.762,681	3.869,580	8.687,851	5.922,605
Mamão(cx.34kg)	472,14	418,69	407,76	315,38	564,50	778,962	330,772	505,625	151,383	64,918	366,332
Melancia(kg)	7,71	6,06	6,70	8,04	8,23	518,043	549,701	763,697	804,927	874,559	702,185
Morango(cx.3,2kg)	220,66	447,70	270,90	217,28	340,50	1.294,056	3.245,942	2.305,308	1.412,301	2.328,998	2.117,321
Pessego de mesa(cx.2,34kg)	180,49	186,35	96,68	128,98	168,95	961,955	1.349,229	540,430	731,323	1.029,961	922,579
Tangerinas(cx.40,8kg)(3)	332,30	390,61	255,85	326,49	126,21	5.439,294	5.730,453	3.861,264	4.715,225	1.866,702	4.322,587
Uva niagara(cx.6kg)	270,33	401,79	202,33	317,14	525,61	2.081,380	5.882,332	2.955,970	4.027,635	7.500,460	4.489,559
Uva Itália(cx.8kg)	515,91	702,59	377,35	327,88	597,04	1.738,468	2.691,002	1.294,297	1.350,874	2.674,730	1.949,874
Banana (t)	5.849,60	6.946,61	5.579,50	6.530,89	5.940,27	4.616,112	7.793,619	6.361,712	6.428,998	6.471,752	6.336,439
Valor Total	-	-	-	-	-	76.582,436	57.093,071	70.362,701	89.138,029	86.737,372	75.982,722
Valor Total Menos Laranja	-	-	-	-	-	705,276	34.802,895	24.505,158	25.183,892	33.725,258	29.384,496

(1) Em Cr\$ de março de 1990; preços médios anuais calculados a partir dos preços mensais ponderados pelas entradas na CEAGESP e corrigidos pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (para a laranja foram usados preços e índices do mês de outubro de cada ano).

(2) Em Cr\$1.000 de março de 1990.

(3) Inclui mexerica e as tangerinas cravo, ponkan e murcote.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

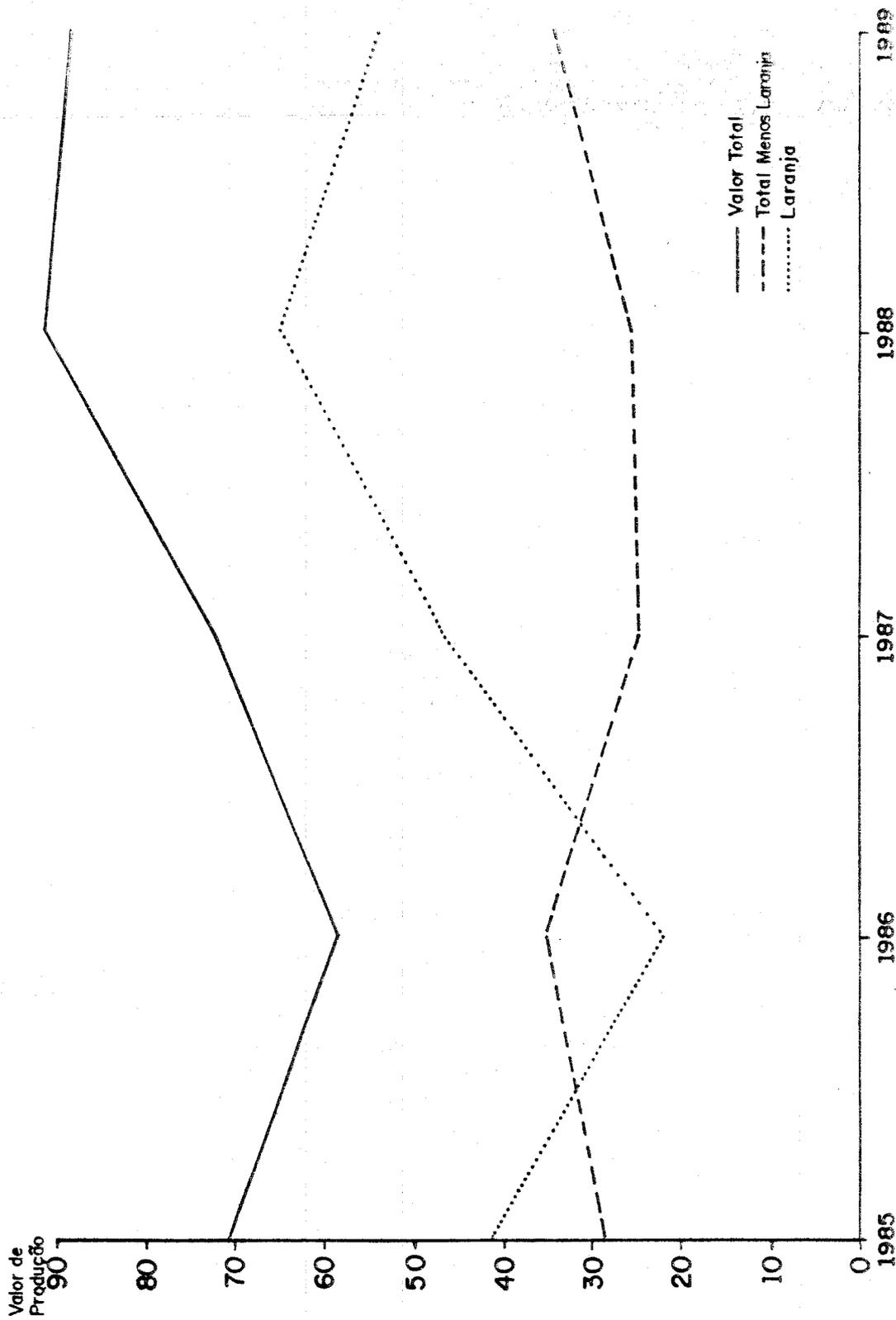


FIGURA 3.- Evolução do Valor da Produção de Frutas(1), no Estado de São Paulo, 1985-89.

(1) Valor da Produção Real em Milhão de Cruzeiros de Março de 1990.

de que haveria uma valorização das cotações do suco concentrado e da laranja, principalmente daquela a ser colhida a partir de junho de 1990 (safra industrial 1990/91 e agrícola 1989/90), pois a produção em São Paulo deverá situar-se entre 240 e 250 milhões de caixas (40,8kg), contra 296 milhões em 1989, das quais cerca de 252 milhões foram processadas.

Essa redução será decorrente da queda de produtividade agrícola, pois o número de plantas em produção aumentou perto de 9,2 milhões e está sendo mais sentida nas variedades valência e natal e menos na variedade pêra. Também é mais significativa nos pomares adultos (mais de 10 anos) e menor nos pomares novos (entre 4 e 7 anos). De outra parte, como o número de frutos por planta está reduzido e tem chovido, até o momento, mais do que em anos anteriores, o tamanho médio e o peso dos frutos deverão ser maiores, o que provavelmente deverá exigir mais caixas para produzir-se uma tonelada de suco concentrado.

Com a valorização da fruta ao nível do produtor (laranja no pé), influenciada pelas cotações internacionais, acrescentando-se as despesas nos custos de comercialização (colheita, transporte e beneficiamento), os preços aos níveis de atacado e varejo deverão aumentar, no segundo semestre, o que certamente provocará uma retração na demanda por fruta fresca no mercado interno, bem ao contrário do que ocorreu em 1986 quando, além do produto ter se tornado mais acessível em termos reais, havia um significativo aumento no poder de compra dos consumidores brasileiros.

No tocante às tangerinas (cravo, murcote e ponkan), observa-se que a partir de 1985 existe uma tendência para redução do número de pés (-6% em 1989/90) e da produção (-10% em 1990 em relação a 1985) provocada pelos resultados menos favoráveis obtidos pelos citricultores, pois, embora, não tenha aumentado o volume comercializado na CEAGESP-São Paulo, os

preços reais recebidos pela fruta têm oscilado de ano para ano e a receita bruta mostra-se declinante, desde as cifras mais expressivas registradas em 1986 (quadro 21).

Cabe destacar, ainda, que esse processo de redução de plantio e de oferta é mais sensível na tangerina cravo, do que no murcote e na ponkan, em função de diversos fatores: preferência dos consumidores, épocas de colheita e estrutura da produção.

No caso do limão, após o excepcional preço real recebido pelo produtor em 1985, observa-se um aumento da produção (55% em 1989/90) e do número de pés plantados (48%) o que está agora se refletindo nos preços médios de venda, em particular para aqueles agricultores menos tecnicizados, cujas colheitas ocorrem no primeiro semestre do ano, quando há um pico de oferta no mercado e os preços caem bem abaixo da média, passando a depender da indústria que não tem conseguido expandir os mercados na mesma proporção que da produção agrícola e tampouco acompanhado o sucesso obtido com a laranja. De outra parte, os produtores que retardam suas colheitas para o período de setembro a novembro têm obtido melhores resultados diante da escassez do produto e elevação dos preços, conquanto que a custos mais elevados de produção e para colher.

-Goiaba

Enquanto a produção e a produtividade média da cultura de goiaba de mesa vêm aumentando no período 1985 a 1990, em virtude da ampliação dos pomares instalados, provocada por resultados reais estimuladores, tanto a produção como o número de pés plantados de goiaba para indústria vem declinando desde 1987, em vista da concorrência com a citricultura e a cultura da cana-de-açúcar nos principais municípios produtores do Estado, ao redor de Taquaritinga, Monte Alto e Cândido Rodrigues (quadros 22 e 23).

QUADRO 21. - Entradas de Frutas no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985-89

Fruta	1985	1986	1987	1988	1989	Média 1985-89
Abacate (cx. 22kg)	1.804,566	1.393,086	1.620,445	1.449,690	1.599,221	1.573,402
Abacaxi (cento)	203,166	268,022	282,895	197,764	211,880	232,745
Goiaba (cxta. 3.7kg)	1.846,664	2.081,597	1.943,566	2.476,412	2.827,612	2.235,170
Laranja (cx. 27 kg)	11.818,519	17.359,815	16.519,337	12.172,505	14.542,352	14.482,506
Limão (cx. 27kg)	1.686,869	1.990,122	2.316,821	2.484,291	2.261,784	2.147,977
Mamão (cx. 34kg)	1.785,155	1.965,391	1.817,848	1.805,978	1.897,760	1.854,426
Melancia (kg)	68.068,911	80.805,974	74.626,459	73.772,546	85.481,505	76.551,079
Morango (cxta. 3.2kg)	2.238,813	1.796,394	2.241,908	2.383,423	1.590,567	2.050,221
T. cravo (cx. 28kg)	161,141	434,779	257,488	389,438	224,995	293,568
T. murcote (cx. 30kg)	486,186	779,069	730,944	527,686	766,772	658,131
T. Ponkan (cx. 27kg)	1.589,632	1.680,959	1.771,118	1.234,398	1.878,819	1.630,985
Banana (t)	162,599	154,422	157,626	159,760	154,487	157,779

Fonte: Boletins Mensais da CEAGESP.

QUADRO 22.- Número de Pés, Produção, Rendimento e Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Goiaba para Indústria, São Paulo, 1984/85 a 1989/90

Safras agrícolas	Pés plantados (1.000 pés)		Produção (t)	Rendimento (Kg/pé)		Preço recebido US\$/t(1)
	Novos	Produzindo Total		Aparente	Ajustado	
1984/85	60	490	41.880	76,1	85,5	54,00
1985/86	70	550	42.250	68,1	76,8	53,00
1986/87	110	530	44.990	70,3	84,9	78,00
1987/88	140	580	43.380	60,2	74,8	57,00
1988/89	140	620	45.920	60,4	74,1	47,00
1989/90	120	540	39.450	59,8	73,0	42,00(2)

(1) US\$ = taxa média no período de colheita de cada safra (janeiro, fevereiro, março).

(2) Provisório, sujeito à retificação.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Comitê de Agroindústria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

QUADRO 23.- Número de Pés, Produção e Rendimento de Goiaba para Mesa, São Paulo, 1984/85 a 1989/90

Safras agrícolas	Pés plantados (1.000 pés)		Produção (1.000 cx./3,5kg)	Rendimento			
	Novos	Em produção		Total	Aparente (cx./pé)	Ajustado (cx./pé)	Kg/pé adulto
1984/85	30	130	160	1.600	10,0	12,3	43,1
1985/86	20	130	150	1.920	12,8	14,8	51,8
1986/87	20	125	145	2.010	13,9	16,1	56,4
1987/88	40	150	190	4.580	24,1	30,5	106,7
1988/89	25	210	235	7.470	31,8	35,6	124,6
1989/90	19	225	244	8.220	33,7	36,5	127,7

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A produtividade média dos pés de goiaba para indústria, que havia dobrado na primeira metade da década de oitenta, em relação àquela registrada na década de setenta, praticamente se estabilizou, sem ganhos tecnológicos mais expressivos, com os produtores inseguros e sem grande poder de barganha para conseguirem preços mais remuneradores por parte da agroindústria, fortemente concentrada em três ou quatro grandes empresas, a despeito da atuação do Comitê de Agroindústria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Assim é que o desestímulo a novos plantios se tornou mais evidente diante dos preços reais declinantes recebidos pelos produtores a partir do início de 1988, tendência que deverá perdurar nas próximas safras.

Note-se, ainda, que na colheita da safra 1986/87, as cotações foram as mais elevadas do período analisado, a despeito de ter se registrado o maior volume produzido (quase 45 mil toneladas), levando a ilação de que a indústria, em São Paulo, pagou um preço relativamente mais alto que nas demais safras, porque se encontrava sem estoques, visto que as vendas de produtos finais tinham sido ampliadas no decorrer de 1986 (Plano Cruzado). O inverso estaria ocorrendo na safra 1989/90 quando as incertezas na economia levaram o setor agroindustrial a tomar uma posição mais cautelosa. Nessa safra, a colheita foi encerrada em fins de fevereiro, devido a problemas climáticos que anteciparam a maturação dos frutos e provocaram desfolhamento das árvores.

Registre-se, também, que 80% da matéria-prima recebida pela indústria se destina à produção de goiabada, que se trata de produto popular com baixa elasticidade-renda (0,22), cujas vendas a granel (em bloco) ou embaladas em papel celofane são ampliadas em épocas de crise econômica, a fim de se reduzir custos. Nas épocas de recessão observa-se também uma retração no consumo das classes C/D

por ser produto não essencial, passando a ser mais comprado pelas classes mais favorecidas, em troca da compota (goiaba em calda) e da geléia, produtos mais caros e de maior elasticidade-renda (0,312).

-Abacaxi

Como para outras frutas, a tendência de plantio e de produção no Estado de São Paulo, no período 1985 a 1990, é nitidamente decrescente e, o que é mais grave, também a produtividade mostra-se em declínio revelando que os custos unitários de produção estão se elevando. Dentre os fatores responsáveis por essa retração podem ser citados: menor disponibilidade de terras para arrendamento; empobrecimento do solo que exige maior uso de fertilizantes; incidência de "fusariose" e, principalmente, preços reais recebidos pelos produtores em forte queda nas safras de 1987 e 1988, após terem se elevado em 1986 proporcionando uma receita bruta real da ordem de 746,6 milhões de cruzeiros (em valor de março de 1990).

Esse panorama de retrocesso da cultura pode ser ainda melhor avaliado quando de atenta para os seguintes indicadores: a) também no Brasil a área colhida, segundo o IBGE, foi reduzida de 46 mil hectares em 1987 e 1988 para 22 mil em 1989; b) a produção estimada para 1990 é da ordem de 920 mil toneladas contra a média de 1.520 mil toneladas de 1985 a 1988; c) as entradas de abacaxi na CEAGESP-São Paulo em 1988 e em 1989 sofreram retração da ordem de 25% em relação àquela registrada em 1987; d) as exportações de fruta fresca caíram 20% em 1989, em relação a 1986, embora o preço médio por tonelada-FOB tenha se elevado para US\$296,00 contra US\$277,00.

Finalmente, cabe registrar que a industrialização de abacaxi no Brasil não deve superar 10% da produção total.

Projeções Econômicas

agosto/90

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1990/91

algodão, amendoim, arroz, batata, cebola, feijão,
mandioca, milho e sorgo, soja, carne bovina, leite



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Informações econômicas

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1990/91

1 - INTRODUÇÃO	11
2 - FINANCIAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA	14
3 - MERCADOS DE INSUMOS E MÁQUINAS	17
Defensivos Agrícolas	17
Fertilizantes	22
Tratores	31
Sementes	35
4 - ANÁLISE DE PRODUTOS	39
Algodão	39
Amendoim	47
Arroz	52
Batata	63
Cebola	66
Feijão	74
Mandioca	83
Milho e Sorgo	88
Soja	98
Carne bovina	108
Leite	114

ARTIGO TÉCNICO

A Possibilidade da Reforma Agrária do Brasil Novo	121
---------------------------------------------------------	-----

Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista: Mudanças no Painel de Levantamento de Preços, no Sistema de Ponderação e na Fórmula de Cálculo	137
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Índices Mensais de Preços Recebidos pelos Agricultores Paulistas: Nova Estrutura de Ponderação e Comparação	141
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

PREÇOS AGRÍCOLAS

Cesta de Mercado	147
------------------------	-----

PREVISÕES E ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANO AGRÍCOLA 1989/90 - 5º Levantamento - Junho de 1990	179
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA	193
---------------------------	-----

No início de agosto, as lideranças rurais, em várias reuniões regionais, manifestavam o enorme pessimismo dos agricultores em geral quanto ao desempenho da produção futura de grãos, que poderia cair em 15% sobre o volume de 60 milhões de toneladas produzido no ano agrícola 1989/90, que foi 16% menor que o da safra anterior. O pior resultado ficou por conta do arroz, com uma safra de 7,7 milhões de toneladas, cerca de 30% inferior à do ano anterior e a menor dos últimos dez anos.

Para fazer frente a esta situação de pessimismo dos produtores, o Governo lançou o pacote agrícola, de 15/08/90. Tal conjuntura é fruto de uma situação sui generis, na medida em que, com uma diminuição na oferta de grãos em 16%, os preços desses produtos se reduziram, em termos reais, em 25%. E mesmo com uma queda na demanda de insumos, a relação de troca do setor reduziu-se a 75%, a menor dos últimos anos, gerando uma transferência de renda do grupo de grãos para os setores urbanos da economia da ordem de US\$3,0 bilhões. Isto levou os produtores ao endividamento e descapitalização, enfrentando a maior crise dos últimos dez anos.

O Plano de Estabilização Econômica Brasil Novo muito contribuiu para a deterioração da situação da produção de grãos pela mudança nas regras de indexação dos financiamentos, congelamento dos recursos financeiros dos produtores durante a colheita, falta de regras e recursos de crédito para a comercialização da safra e congelamento dos preços dos produtos agrícolas.

Após cinco meses de plano, a agricultura é ainda o setor mais afetado por essa política. Assim, pode-se dizer que, em geral, foi o setor o que pagou o maior custo no Plano Collor. Tudo indica que o Governo, ciente des-

sa grande dívida, quer resgatá-la com o pacote agrícola de 15/08/90.

As propostas contidas no "pacote" do Governo definem uma nova Política Agrícola, envolvendo medidas de curto e médio prazos que dizem respeito especialmente à safra que começa a ser plantada em agosto de 90. Mas, dado o fato de chegar tarde, os efeitos desse "pacote" serão menores que o esperado. Assim, entre as medidas de curto prazo e suas implicações, destacam-se:

- a) a produção foi regionalizada em função dos VBCs e os Preços Mínimos regionais diferenciados por produto;
- b) os VBCs, em termos reais, quando corrigidos pelo IGP, situam-se em níveis semelhantes aos de agosto de 1989 para a maioria dos produtos e em patamares muito baixos para o feijão; destaca-se, no entanto, o financiamento de 100% do VBC para o plantio do feijão e da mandioca;
- c) os preços mínimos regionalizados, para os produtores paulistas, têm aumento real de 10% no caso do algodão e de 7% para a soja, milho e arroz, tendo ficado estáveis para feijão e mandioca, quando se considera o IGP, em relação a agosto de 89; isto indica que são pouco estimulantes;
- d) não considera o aumento dos custos reais pela incidência do ICMS nos insumos, combustíveis, energia elétrica e transporte a partir de 1990, gerando uma bitributação no setor, com a elevação dos custos dos grãos entre 9% e 12%, em termos reais;
- e) a definição da disponibilidade de crédito de custeio (Cr\$309,00 bilhões) é, em termos reais, a mesma disponibilidade existente em agosto de 89, sendo que 1/3 dos recursos depende de pagamentos de dívidas dos agricultores; dada a dispo-

nibilidade do crédito nos agentes financeiros, dificilmente vão atender às necessidades dos produtores na época adequada;

- f) a taxa de juros foi reduzida de 12% para 9% a.a. nos créditos institucionais e mantida em torno de 20% a.a. para crédito destinado a completar o VBC e de 36% a.a. para crédito complementar; os produtores de grãos vão pagar uma taxa de juros real variando de 19% a.a., no caso do feijão, a 28% a.a. (amendoim), o que dependerá de cada cultura e do valor do VBC em relação ao custo efetivo de produção e da percentagem do VBC a ser liberada à taxa de 9% a.a.; esta é uma das taxas de juros reais mais elevadas do mundo para a agricultura;
- g) a mudança nos limites de classificação dos produtores para o crédito rural aumenta os limites em número de MVR para os pequenos e médios produtores.

Essas medidas de curto prazo poderão, de imediato, afetar as decisões de plantio da próxima safra, indicando que haverá mudança no mix de produtos para a área cultivada da próxima safra, mas dificilmente a recuperação da redução de 7% na área cultivada; espera-se, no entanto, recuperação dos rendimentos afetados por eventos climáticos na safra 1989/90, o que resultaria em aumento na oferta de grãos.

Ao nível da nova política agrícola, cabe, contudo, destacar as medidas de médio prazo, que sinalizam ao setor a ação do Governo, permitindo melhores condições para decisões de investimentos no futuro. As medidas que se destacam são as seguintes:

- a) definição de novas fontes de financiamento agrícola, tais como o RDB rural, recursos da caderneta de poupança habitacional para o setor e a viabilização do mercado futuro de produtos agrícolas para financiamento dos agricultores; mas uma fonte importante, a caderneta de poupança rural, ainda continua res-

trita aos bancos federais, dificultando a expansão da oferta de crédito à agricultura;

- b) o estímulo à verticalização da produção agrícola, principalmente de cooperativas, e priorização do Centro-Oeste, com recursos do BIRD;
- c) reabertura de crédito rural para investimento;
- d) financiamento para as exportações agrícolas e ampliação do prazo para adiantamento de câmbio para 360 dias;
- e) redução em 50% das alíquotas de importação de insumos, ferramentas, máquinas e equipamentos agropecuários, que deverão sinalizar os preços desses bens nacionais;
- f) início dos estudos para substituir o seguro dos financiamentos (PROAGRO) por um seguro rural mais abrangente e flexível;
- g) isenção dos produtores do Imposto de Renda em contrapartida a aplicações financeiras de longo prazo (Lei 8.023).

Por outro lado, o pacote agrícola ainda não definiu claramente como atividades com ciclo de produção longo (4 a 12 meses) poderão ter regras estáveis, não afetando o setor no meio do ciclo de produção, como tem acontecido nos últimos cinco anos, durante a implementação dos quatro planos de estabilização econômica. Isto, no entanto, depende da aprovação da Lei Agrícola que se encontra no Congresso Nacional.

Outras questões que ainda necessitam de decisões urgentes para a próxima safra dizem respeito à definição das regras de intervenção no mercado pelo Governo; liberação de todos os preços agrícolas, uma vez que os preços dos meios de produção estão liberados; definição das regras e recursos de comercialização para a próxima safra; e a revisão dos preços do trigo, que se encontram defasados diante de uma safra que será 15% menor que a do ano passado.

É neste cenário que o Instituto de Economia Agrícola apresenta o

seu Prognóstico Agrícola para o ano de 1990/91, envolvendo as culturas plantadas no segundo semestre deste ano, além de um análise sobre os mercados de carne bovina e de leite, na atual entressafra. Com análises detalhadas dos mercados internacionais e nacionais, dos custos de produção e das políticas para cada produto, procura-se fornecer aos produtores e suas organizações, às indústrias de insumo e aos demais componentes do complexo rural uma indicação de como deverá se comportar a próxima safra.



artigo especial

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1990/91

algodão, amendoim, arroz, batata, cebola, feijão, mandioca, milho e sorgo, soja, carne bovina, leite

Alfredo Tsunechiro, Ana Maria Futino, Antonio Ambrósio Amaro, Caio Yamaguishi, César Roberto Leite da Silva, Célia R.R.P. Tavares Ferreira, Eloisa Elena Bortoleto, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, José Roberto da Silva, José Sidnei Gonçalves, José Venâncio de Resende, Luiz Carlos Miranda, Luiz Moricochi, Malimíria Norico Otani, Marli Dias Mascarenhas, Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Célia Martins de Souza, Marina Brasil Rocha, Marisa Zeferino Barbosa, Nelson Batista Martin, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Valéria da Silva Peetz Wedekin, Waldemar Pires de Camargo Filho(1)

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira de grãos enfrentou no ano agrícola de 1989/90 sua maior crise desde o início da década de oitenta, com a produção caindo mais de 10 milhões de toneladas, voltando ao patamar de 60 milhões de toneladas, ou seja, uma redução na oferta de 16%, fruto da conjugação de quatro fatores básicos: a) instabilidade econômica no segundo semestre de 1989; b) baixa oferta de crédito rural aos produtores e elevada taxa de juros reais (média de 25% a.a.); c) problemas climáticos no início do plantio e durante o florescimento e granação das culturas; e d) implantação do plano de estabilização econômica Brasil Novo, no início da colheita, afetando os recursos financeiros dos agricultores; e os preços de comercialização da safra.

Enquanto a área cultivada com grãos caiu cerca de 8%, a produtividade média apresentou redução de 7,5%, os preços reais dos grãos caíram 25% em relação aos da safra anterior e as relações de troca caíram para 75% em junho de 1990, uma das mais baixas nos últimos dez anos. O comportamento da safra paulista foi semelhante ao verificado para o País como um todo: a produção do algodão cresceu 3,2%; a do arroz decresceu 30%; a do feijão das

águas aumentou 16,2%; a do feijão da seca diminuiu -37%; e de inverno em -19%; a de milho caiu -31%; a de soja teve redução de 30% e a de mandioca -8%.

Todavia, observou-se uma situação atípica no comportamento dos mercados de grãos, pois, mesmo com uma enorme redução na oferta, os preços reais decresceram substancialmente, fruto da implantação da nova política de estabilização, a quarta nos últimos cinco anos. Nesta conjuntura, a mudança de regra na indexação dos custos financeiros dos empréstimos agrícolas em grande parte dificultou o pagamento das dívidas dos agricultores, que se encontram sem capacidade própria ou pouco propensos a tomarem novos financiamentos para reiniciar um outro ciclo agrícola em setembro de 1990. Este é, portanto, o quadro atual em que os produtores deverão tomar suas decisões para a próxima safra.

Foi para amenizar essa situação e iniciar a formulação de uma nova política para o setor que o Governo Federal lançou o Pacote Agrícola, em 15/08/90, propondo ações governamentais para curto e médio prazos para a agricultura. Entre os avanços importantes a médio prazo, destacam-se: diminuição da tutela do Estado na

(1) Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

agricultura; reconhecimento da ocorrência de custos crescentes na incorporação da fronteira agrícola; facilitação da importação dos meios de produção; menor número de produtos a serem cobertos pela política de preço mínimo; e a formulação de novas fontes de financiamento para a agricultura. Mas falta ainda o mais importante, que é a garantia de regras estáveis para o setor, que apresenta ciclos de produção contínuos e longos (6 a 12 meses) e que são fortemente afetados pelos planos de estabilização, e sempre é o mais afetado.

Dentre as medidas de curto prazo, cabe destacar que: as disponibilidades de crédito rural à taxa de 9% a.a., em termos reais, estão ao mesmo nível da oferta no início da safra passada e ainda dependerão dos recursos provenientes da quitação das dívidas dos produtores, sendo duvidoso que estarão disponíveis nas agências financeiras a partir de setembro, quando esses recursos serão necessários.

Os estímulos via VBC são neutros, uma vez que foram corrigidos aos mesmos níveis reais de agosto de 1989, quando se utiliza como deflator o índice 2 da FGV. Neste caso, os estímulos poderão ocorrer muito mais pela disponibilidade de crédito no momento certo no início da safra, o que não aconteceu em 1989.

O mesmo pode-se dizer sobre os preços mínimos de garantia, onde os aumentos reais foram de 10% para o algodão, 7% para a soja, milho e arroz e estáveis para o feijão e a mandioca, quando se deflaciona os preços oficialmente divulgados pelo IGP. Portanto, os aumentos de VBCs e PMG de até 59% inexistem, uma vez que foram dados em número de BTN, sem considerar a perda do valor real do BTN no período de 15/03 a 30/07/90.

Note-se que os custos de produção, principalmente devido aos preços dos insumos e combustíveis, se elevaram acima do BTN, em termos reais, reduzindo os efeitos dos VBCs

divulgados.

Verifica-se, portanto, que os benefícios das propostas governamentais são substancialmente menores que os divulgados à primeira vista. Além disso, ficaram pendentes questões importantes que afetam as decisões dos produtores quanto ao plantio da nova safra, que é a da correção do preço do trigo e a necessidade de definição das regras que irão nortear a comercialização da safra no primeiro semestre de 1991.

Por outro lado, vale ainda lembrar que a partir de janeiro de 1990, os insumos agrícolas e combustíveis incorporaram o ICMS, do qual estavam isentos, sem que os produtores pudessem usá-los como crédito quando da venda de seus produtos (débito), gerando, assim, uma bitributação que elevou os custos reais de produção de 9% a 12% para os grãos, o que reduz a competitividade dos produtos de exportação e encarece os produtos para os consumidores.

Outro fato a considerar é que, dada a insegurança econômica e a falta de crédito no primeiro semestre de 1990, o consumo aparente de fertilizantes deverá cair em 1,0 milhão de toneladas, representando o segundo ano consecutivo de redução na demanda deste insumo, o que inevitavelmente afetará a produtividade das culturas.

Quanto às taxas de juros reais, apesar da redução para 9% a.a. no crédito institucional, para os recursos de poupança rural e outras fontes, deverão variar de 20% a 36% a.a., resultando numa taxa média em torno de 22% a.a., a mais elevada do mundo para a agricultura, aumentando os riscos financeiros dos produtores. Os únicos produtos realmente estimulados, via crédito, são o feijão e a mandioca, que irão ter 100% do VBC financiado à taxa de 9% a.a., independente do tamanho dos produtores. Ademais, os produtores em geral consideram tardias as decisões governamentais, o que poderá interferir nos níveis de áreas a serem plantadas.

No Estado de São Paulo, as expectativas são de que as culturas apresentarão comportamento diferenciado, pois em alguns casos como o do feijão, apesar dos estímulos governamentais, os preços dos produtos estão sendo pressionados pelas intervenções do Governo. Face a essa situação, espera-se a manutenção da área cultivada com arroz, soja, algodão, feijão e mandioca e uma expansão na área de milho. Mas, considerando-se a ocorrência de um ano agrícola normal do ponto de vista climático e recuperando-se os níveis de produtividade, será possível obter-se uma produção crescendo para o algodão, arroz, feijão, milho e soja.

Quanto a entressafra da carne bovina e do leite, cujas tarifas de importação foram reduzidas a 0%, a única alternativa no caso do leite será a concretização da importação em andamento para atender o mercado interno, enquanto que, no caso da carne bovina, o aumento da oferta de outras carnes, a liberação das importações de carne dos países do Cone Sul e o abate dos 300.000 bovinos confinados, que estarão disponíveis no período, permitirão o atendimento da demanda.

Os anos oitenta, marcados por séria crise econômica e diversas políticas tentativas de estabilização, têm sido considerados, por alguns analistas, como uma década perdida em termos de desenvolvimento da economia brasileira. A agricultura foi uma exceção. A produção de sucessivas supersafras contribuiu grandemente para amortecer os efeitos da crise.

De meados dos anos 60 até fins dos 70, o setor agrícola teve seu dinamismo dependente da ação do Estado que, destinando volumosos aportes de recursos subsidiados, pretendeu modernizar o setor. A partir da redução e mesmo interrupção do ingresso de recursos externos, o Estado teve sua capacidade de financiamento drasticamente reduzida e o suporte ao setor foi sendo paulatinamente retirado. As chamadas supersafras se deram, então, já num quadro financeiro restritivo, sem subsídios ou outras facilidades.

Na década de oitenta, a agricultura cresceu mais voltada para produtos de consumo interno, embora não se possa creditar o maior dinamismo desse subsetor à expansão da demanda interna. Pelo menos os preços não dão essa indicação. O confronto entre os Índices de Preços Recebidos pelos Agricultores, divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola, e o Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas mostra que em termos agregados os preços agrícolas vêm perdendo para a inflação desde o início de 1987, indicando que nestes anos a aceleração das taxas inflacionárias tiveram suas causas fora do setor agrícola e que houve alguma transferência de renda para outros setores. Ao que parece, tal fato pôde ser suportado porque as safras foram abundantes.

No momento, o quadro é outro. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima queda de 16,3% para a safra 1989/90 em relação à anterior. A reação dos preços recebidos pelos agricultores, em termos médios, foi ligeiramente superior à do IGP-DI mas não chegou a compensar as perdas em quantidade. Daí o alarme do campo: a agricultura está descapitalizada e não tem recursos para financiar a próxima safra.

A grande queixa no momento é que o Governo teria cometido uma injustiça para com o setor ao corrigir, em abril, os preços mínimos em 41,28% (variação do BTN) e as dívidas em 84,32% (variação do IPC). Esse percentual foi depois reduzido pelo Banco do Brasil para 76,4%. Apesar disso, as pressões por parte de representantes do setor continuam, e enquanto se aguarda as negociações, muitos agricultores suspenderam o pagamento das dívidas que estão estimadas em cerca de Cr\$85 bilhões para com o Banco do Brasil. Todavia, a discussão estaria equivocada. É claro que individualmente cada produtor que possa se manter tentará aguardar uma solução favorável ao seu caso, como aliás, já aconteceu no passado. No entanto, para o setor como um todo, essa postura é desastrosa. Numa conjuntura tão desfavorável como a atual, onde os esforços visando a estabilização penalizaram todos os setores, não seria de se esperar um tratamento preferencial para a agricultura. A atual política de estabilização tem como alicerces justamente o corte do déficit público e o aperto da liquidez. Se os recursos não retornam aos cofres oficiais e o Governo precisar utilizar os esquemas tradicionais para financiar a próxima safra (como emissão e/ou endividamento) pode haver

comprometimento do plano de estabilização.

Um outro aspecto a ser considerado nesta discussão é notar que os preços mínimos terem sido reajustados a menor não significa incapacidade de pagamento por parte do setor, pois os preços de mercado dos produtos estão e estiveram acima dos mínimos e o Governo não foi o comprador da produção. É certo que as dificuldades neste ano, para o conjunto do setor, são maiores porque a safra e a receita total são menores, mas, em muitos casos, são exatamente aqueles agricultores que mais teriam condições de pagamento e que puderam reter seus estoques que estão aguardando as negociações.

Com o pacote agrícola, divulgado a 15 de agosto, o Governo tentou reverter o pessimismo dos produtores anunciando: reajustes em termos reais dos Valores Básicos de Custeio e dos preços mínimos, redução dos juros, perspectivas de recursos para curto e longo prazos, mudança na classificação dos produtores, etc. O cunho geral do discurso oficial é no sentido da busca da maior eficiência do setor com redução da interferência do Estado. No que diz respeito ao financiamento do setor, para a próxima safra de verão, a estimativa de necessidade para custeio, feita por técnicos do Ministério da Agricultura, é de cerca de Cr\$400 bilhões contra uma disponibilidade anunciada de Cr\$350 bilhões, sendo que cerca de Cr\$309,64 bilhões seriam liberados ainda em 1990. Destaque-se que somente Cr\$163,1 bilhões serão financiados a taxas de juros oficiais de 9% a 12% reais ao ano; o restante será pactuado a taxas de juros livres. No total de recursos previstos estão contabilizados os provenientes da rede bancária privada, do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional. Para aplicação ainda no corrente ano, para custeio da próxima safra, as principais fontes de recursos seriam: caderneta de poupança rural com 36,2%; exigibilidade dos bancos com 21,1%; e recursos próprios livres dos agentes

financeiros da ordem de 20,1%. A contribuição do Tesouro Nacional está prevista em Cr\$35 bilhões, o que representa 11,3% dos recursos para custeio. Já para a comercialização, a parcela do Tesouro Nacional (Cr\$60,1 bilhões) corresponde a 96,4% dos recursos previstos. Nada consta dessa fonte para investimento.

A avaliação do que foi divulgado não permite concluir que a questão das fontes de recursos para a agricultura esteja equacionada. Da forma em que foram definidas, a cada ano haverá nova rodada de negociações em torno da liquidez. Esse problema é natural, dado tratar-se de uma atividade de risco para a qual não há interesse dos agentes privados em financiá-la e quando o fazem é quase sempre de forma compulsória. Além disso, a contribuição privada tem sido tradicionalmente muito pequena, sendo, a maior parte dos recursos, cerca de 80%, proveniente do Banco do Brasil, e as perdas, quando existentes, repassadas para a sociedade.

As indefinições ainda são muito grandes. A lei agrícola que deveria nortear em grandes linhas a política para o setor ainda está em discussão. Também está em estudo uma grande reforma do sistema financeiro que deverá abranger também a questão do financiamento agrícola. No bojo dessas discussões surgem diversas alternativas, passando pelas formas já consagradas como a exigibilidade bancária, recursos do Tesouro e da Caderнета Verde, a mecanismos mais recentes como o atrelamento do crédito ao mercado futuro, abatimento no imposto de renda, além de outras.

Para a safra que se inicia, ao que tudo indica, o panorama ainda é pessimista. A capacidade de autofinanciamento do setor está baixa, porque a produção total foi pequena e não compensada pela elevação dos preços. Os recursos das fontes tradicionais de crédito continuam escassos e tenderão a ser seletivos, com a intenção do Governo que sejam destinados priorita-

riamente para produtos de mercado interno. Além disso, se a política macroeconômica não sofrer alteração a curto prazo, é de se prever continuidade na queda da demanda agregada, inclusive por produtos agrícolas. Tudo isso leva a um quadro de desânimo no setor, não neutralizado pelo tom otimista do pacote agrícola, e sugere que o comportamento dos produtores será no sentido de realizar apenas o esforço indispensável para se manter na atividade sem grandes riscos.

Indicação neste sentido é a queda das vendas de fertilizantes e corretivo de solo, que deverá conduzir à queda de produtividade. Se se conseguir que a área cultivada se iguale, pelo menos, à da safra passada, já se poderá falar de sucesso do pacote.

Ainda é muito cedo para avaliar os possíveis resultados das mudanças implementadas, mesmo porque algumas indefinições ainda persistem. De qualquer forma, era imprescindível que alguma coisa fosse feita no sentido de reverter a tendência de redução da produção. No passado recente, o setor agrícola deu mostras de vitalidade, a despeito das adversidades. Se nem mesmo este setor puder sustentar seu dinamismo, a consequência poderá ser desastrosa para a economia brasileira.

-DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

No setor de defensivos agrícolas, segundo dados da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF), em 1989, as vendas totais atingiram US\$980,5 milhões contra US\$904,2 milhões no ano anterior.

A performance positiva do setor (+8,43%) deveu-se novamente às excelentes evoluções nas vendas de herbicidas e acaricidas e, em menor magnitude, dos formicidas, que compensaram as retrações ocorridas em inseticidas e fungicidas (quadro 1).

Nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento do setor foi de 9,4% a.a., acima das expectativas de 6% a.a., projetadas pelos especialistas internacionais, colocando o Brasil como um dos mais promissores mercados em termos mundiais.

Em relação aos segmentos em expansão, os herbicidas foram os responsáveis pela maior parcela do bom desempenho da indústria, com taxa geométrica de crescimento anual das vendas, entre 1985-89, superior a 10% a.a., extremamente significativa em termos mundiais. Não obstante a queda na área cultivada de soja em 1989, o fato não chegou a afetar o consumo de herbicidas nessa cultura, o que pode ser explicado pela saída dos agricultores menos tecnificados. Entretanto, é certo que a crise de crédito agrícola na safra passada somada à pressão de custos adiaram a expansão de produtos mais caros, ou seja, os novos herbicidas de pós-emergência.

Quanto ao mercado dos acaricidas, nos últimos cinco anos, a taxa

geométrica de crescimento anual atinge índices superiores a 20% a.a., refletindo tanto a lucratividade da cultura de citrus como sua expansão. Dado o número reduzido de produtos e empresas que disputam o mercado, as vendas de acaricidas tornaram-se extremamente importantes na ascensão das empresas no "ranking" do setor.

Dos segmentos em contração, é difícil definir se houve expansão do mercado para fungicidas, no período 1985/89, devido à extrema instabilidade das vendas que variam abruptamente ano a ano de acordo com as condições climáticas e com a conjuntura econômica da triticultura, não obstante a demanda pela horticultura garanta um estável patamar mínimo.

No caso dos inseticidas, uma tendência de decréscimo caracteriza o segmento no período de 1985-89. Embora as condições climáticas desfavoráveis às incidências de lagartas na safra passada tenham sido decisivas nos resultados, o mercado ressentiu-se da queda nas áreas de algodão, grande consumidor de uma ampla gama de produtos, notadamente, os piretróides. Entretanto, contrariamente ao que ocorre nos EUA, a cultura da soja no Brasil apresenta-se como grande consumidora de inseticidas, o que evitou maiores quedas no segmento, pois mesmo com a retração de área cultivada na safra passada, elevaram-se os valores dispendidos com estes produtos, atribuído pela maior incidência de percevejos, fortalecendo o mercado de organofosforados.

Não obstante o mercado de defensivos agrícolas no Brasil seja considerável (quarta ou quinta posição mundial), a característica de vincu-

QUADRO I. - Quantidade e Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, 1987/90

Classe	1987				1988				1989				Variação (%)		Variação (%)	
	(a)	(b)	(c)	(c/a)	(b/a)	(c/b)	(c/a)	(c/a)	(b/a)	(c/b)	(c/a)	(c/a)	(b/a)	(c/b)	(e)	(e/d)
Inseticida																
Produto comercial (t) (a)	45.993	45.537	43.510		-0,99	-4,45								
Ingrediente ativo (t) (b)	14.109	14.979	14.689		6,17	-1,94								
Valor (US\$1.000) (c)	206.086	226.841	223.386		10,07	-1,52									111.556(1)	18,48
Preço médio (US\$1.000/t) (c/a)	4,48	4,98	5,13		11,17	3,06								
Acaricida																
Produto comercial (t) (d)	4.849	7.684	13.970		58,47	81,81								
Ingrediente ativo (t) (e)	1.237	2.214	7.172		78,98	223,94								
Valor (US\$1.000) (f)	38.395	60.634	90.804		57,92	49,76									39.192	47,017
Preço médio (US\$1.000/t) (f/d)	7,92	7,89	6,50		-0,34	-17,63								
Formicida																
Produto comercial (t) (g)	13.070	11.469	16.087		-12,25	40,27								
Ingrediente ativo (t) (h)	63	56	129		-11,11	130,36								
Valor (US\$1.000) (i)	6.660	6.141	11.218		-7,79	82,67								
Preço médio (US\$1.000/t) (i/g)	0,51	0,54	0,70		5,08	30,23								
Fungicida																
Produto comercial (t) (j)	28.687	29.901	23.568		4,23	-21,18								
Ingrediente ativo (t) (l)	17.545	20.541	14.089		17,08	-31,41								
Valor (US\$1.000) (m)	173.733	162.732	147.451		-6,33	-9,39									71.241	82.900
Preço médio (US\$1.000/t) (m/j)	6,06	5,44	6,26		-10,14	14,96								
Herbicida																
Produto comercial (t) (n)	51.936	54.622	25.777		5,17	-52,81								
Ingrediente ativo (t) (o)	24.471	25.777	25.741		5,34	-0,14								
Valor (US\$1.000) (p)	401.431	447.905	507.650		11,58	13,34									208.906	242.218
Preço médio (US\$1.000/t) (p/n)	7,73	8,20	19,69		6,09	140,17								
Total																
Produto comercial (t) (q)	144.535	148.972	151.757		3,07	1,87								
Ingrediente ativo (t) (r)	57.425	63.567	61.820		10,70	-2,75								
Valor (US\$1.000) (s)	826.305	904.253	980.509		9,43	8,43									413.492	483.691
Preço médio (US\$1.000/t) (s/q)	5,72	6,07	6,46		6,17	6,44								

(1) Inclui os formicidas.

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

lar-se a algumas culturas, torna-o vulnerável às políticas e conjunturas econômicas. Apenas soja e citrus são culturas de relevância para mais de um segmento de mercado. Mantêm também este perfil as culturas de café, tomate e batata, porém em proporções mais reduzidas. Cana e arroz são relevantes apenas para o mercado de herbicidas; algodão para os inseticidas e trigo para os fungicidas. As expectativas de abertura de mercado para inseticidas e fungicidas são esperadas pelo desenvolvimento da fruticultura tropical, assim como da utilização de herbicidas na cultura de milho que gradualmente tem incorporado modernas tecnologias.

Quanto aos preços dos agroquímicos, outrora estabelecidos pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), a liberação, decretada no início de maio de 1990, não se traduziu numa elevação geral do nível de preços dos produtos do setor. Na expectativa de uma conjuntura recessiva ou perspectivas pouco favoráveis para a maioria das culturas agrícolas, os preços dos agroquímicos sofreram correções pouco acima dos níveis inflacionários (IGP=1,095,66%) e alguns até mesmo abaixo, considerando-se o período de 23/11/89 a primeira quinzena de agosto de 1990. Dentre os produtos mais representativos, constituem exceção os sensíveis acréscimos para alguns herbicidas de propanil pela alta dos preços de seus componentes intermediários como foram os casos do Propanin e Surcopur (quadro 2).

Em relação a nova legislação de agrotóxicos, semelhante a dos países mais desenvolvidos, duas questões apresentam-se prementes. A primeira, do ponto de vista da produção de agroquímicos, refere-se à exigência de dados toxicológicos e ambientais para o registro de produtos. Estima-se que tais estudos, em determinados casos, atinjam 60% dos custos do produto, fato que poderá inviabilizar produtos muito difundidos e com patentes vencidas, pois os altos custos de atualização toxicológica e ambientais

poderão ser incompatíveis com as magnitudes dos respectivos mercados. Essa questão poderá ser problemática às empresas de pequeno porte, especialmente nacionais. Acrescente-se que a permanência de um mercado forte de produtos genéricos, porém eficientes, permite o acesso de agricultores menos capitalizados ao uso de agroquímicos. A segunda questão, vinculada à primeira, diz respeito ao receituário agrônomo. Face ao restrito mercado de determinados produtos e a incompatibilidade de seus custos de registro, verifica-se ausência de produtos registrados para algumas culturas (hortaliças e flores). Embora para casos excepcionais esteja previsto o julgamento por uma comissão especializada para uma recomendação provisória, a morosidade destes processos tem acarretado problemas na emissão do receituário.

As recentes modificações nas tarifas para importação de defensivos também poderão repercutir na balança comercial do setor. Devido a dinâmica inovação em produtos nesta indústria, em 1989, os valores das importações somaram US\$377,86 milhões contra US\$311,41 milhões no ano anterior. Dado que as exportações permaneceram ao redor de US\$120 milhões em ambos os anos, o cálculo do déficit comercial aponta uma elevação de 35,28%. Embora as empresas ainda se mantenham reticentes quanto a uma significativa introdução de novos produtos no País, face as oscilações da conjuntura agrícola, possivelmente com a nova política, este processo se acelere (quadro 3).

A redução das taxas ad valorem, também para produtos formulados e técnicos, poderá inverter os resultados de anos de uma política visando a internalização da produção de defensivos. Dado que a estratégia das empresas líderes consiste em centralizar plantas industriais internacionais e de multipropósitos próximas ao maior centro de consumo, este fato poderá minimizar os investimentos no País,

QUADRO 2. - Preços de Defensivos Agrícolas, Estado de São Paulo, 23 de Novembro de 1989 e Agosto de 1990

(em Cr\$/unidade)

Classe e ingrediente ativo	Marca comercial	Unidade	CIP 23/11/89	Preço	Variação (%)
			Preço FOB-FAB. à vista s/ ICMS (a)	FAB.-REVENDA à vista s/ICMS Agosto/90 (b)	
Inseticida					
Cartap Cloridrato	Cartap BR 500	kg	96,88	1.244,45	1.184,53
Cypermethrin	Ripcord 100	l	111,42	1.376,00	1.134,97
Endossulfan	Thiodan CE	l	72,94	626,22	758,54
Monocrotophos	Nuvacron 400	l	64,25	711,36	1.007,18
Monocrotophos	Azodrin 400	l	56,51	502,66	789,51
Óleo Mineral	Assist	l	13,27	160,00	1.105,55
Parathion Methyl	Folidol 600	l	48,94	592,80	1.111,28
Permethrin	Ambush 500 CE	l	465,64	4.320,00	827,76
Profenofos, Cypermethrin	Polytrin 400/40 CE	l	155,45	1.333,80	758,03
Fungicida					
Clorothalonil	Daconil BR	kg	103,35	1.106,00	970,15
Enxofre	Kumulus S	kg	15,89	105,93	566,65
Fentin Acetato	Brestan PM	kg	99,70	1.166,25	1.069,76
Metalaxil, Mancozeb	Ridomil Mancozeb	kg	153,94	1.642,00	966,65
Oxicloreto de cobre	Reconil	kg	23,17	228,36	885,58
Propiconazol	Tilt 250 CE	l	444,97	3.823,56	759,28
Thiophanate Metyl	Cercobin 700 PM	kg	117,94	1.491,52	1.164,64
Triadimenol, Disulfoton	Baysiston GR	kg	25,75	220,80	757,51
Inseticida/acaricida					
Acephate	Orthene 750 BR	kg	197,58	2.027,70	926,27
Methamidophos	Tamaron BR	l	60,88	655,80	977,20
Acaricida					
Dicofol	Kelthane CE	l	34,09	336,31	886,54
Bromopropilato	Neron 500 CE	l	202,94	2.045,16	907,76
Acaricida/fungicida					
Quinomethionate	Morestan BR	kg	105,30	2.173,00	1.963,56
Ditiocarbamato	Dithane PM	kg	26,17	315,16	1.104,28
Fungicida/bactericida					
Kasugamycin	Hokko Kasumim	l	36,87	533,27	1.346,35
Óxido Cuproso	Cobre Sandoz BR	kg	25,11	315,82	1.157,58
Oxicloreto de cobre	Recop	kg	28,49	238,22	736,15
Herbicida					
Alachlor	Alachor Nortox	l	28,89	324,97	1.024,85
Ametryne	Gesapax 500	l	69,25	585,00	744,78
Atrazine	Gesaprin 500	l	48,97	452,40	823,79
Atrazine, Metolachlor	Primextra 500 FW	l	59,30	560,20	844,62
Diuron	Diuron SC Hoechst	l	68,57	658,33	860,08
Diuron	Karmex 50 SC	l	62,59	515,78	724,11
Fluazipop-Buryl	Fusilade	l	161,60	1.215,00	651,86
Glyphosate	Glifosato Nortox	l	104,22	727,51	598,05
Imaziquin	Scepter	l	221,64	2.607,00	1.076,23
Metribuzin	Lexone SC	l	196,42	1.657,57	743,90
Paraquat Dicloreto	Gramoxe 200	l	57,33	489,75	754,26
Propanil	Propanim 450	l	21,26	489,15	2.201,23
Propanil	Surcopur	l	31,04	694,00	2.135,90
Sethoxydim	Poast	l	220,65	2.080,00	842,67
Simazine	Gesatop 500	l	48,97	452,52	824,05
Trifluralina	Trifluralina GR Nortox	l	35,74	423,86	1.085,95
Trifluralina	Trifluralina Du Pont	l	44,35	432,41	874,99

Fonte: Resolução CIP, de 23/11/89 e coleta de preços junto às empresas do setor.

QUADRO 3. - Importação e Exportação de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1987-89

Discriminação	1987		1988		1989		Variação (%)	
	Quantidade (t)	Valor (US\$1.000) (a)	Quantidade (t)	Valor (US\$1.000) (b)	Quantidade (t)	Valor (US\$1.000) (c)	(b/a)	(c/b)
Importação total	72.203	292.242	62.383	311.410	65.289	377.863	6,56	21,34
Inseticida	9.268	61.367	5.663	43.400	7.239	56.845	-29,28	30,98
Acaricida	1.723	11.673	2.513	25.505	2.251	40.411	118,50	58,44
Fungicida	3.660	48.646	2.267	51.588	3.009	61.263	6,05	18,75
Herbicida	4.105	41.797	4.782	50.970	5.338	65.297	21,95	28,11
Mat. primas e adjuvantes	53.447	128.759	47.158	139.947	47.452	154.047	8,69	10,08
Exportação total	25.041	111.220	24.004	120.799	...	120.000(1)	8,61	-0,66
Inseticida	1.306	11.923	1.724	12.251
Formicida	539	398	481	331
Fungicida	7.979	27.169	4.861	20.139
Herbicida	15.217	71.730	16.938	88.078
Saldo		-181.022		-190.611		-257.863	5,30	35,28

(1) Dado preliminar.

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF).

assim como, inviabilizar a produção interna de produtos intermediários, conduzida em sua maioria por empresas nacionais de pequeno a médio portes.

As antecipações de compras, em 1990, principalmente pelos revendedores, mantiveram a boa performance do setor. Considerando o período de janeiro a junho, comparativamente ao ano anterior, todos os segmentos apresentaram acréscimos nas vendas. Com a volta do crédito agrícola, as perspectivas do setor são da manutenção do mesmo desempenho do ano anterior.

-FERTILIZANTES

Em 1989, o consumo efetivo de fertilizantes no Brasil totalizou 9,019 milhões de toneladas de produto (menor que as previsões iniciais), com decréscimo de 10,6% em relação ao ano anterior (quadro 4).

Os principais fatores que contribuíram para a retração na demanda de fertilizantes foram: a) escassez de recursos do crédito rural; b) diminuição na área plantada de várias culturas no Brasil, tais como: soja, milho, trigo e arroz; c) altas taxas de juros; d) queda nos preços recebidos pelos agricultores das principais culturas consumidoras de fertilizantes com relações de troca desfavoráveis para o setor agrícola, no segundo semestre de 1989 e e) instabilidade político-econômica.

Com base em estimativas preliminares, destacam-se as reduções no consumo, no referido período, nas culturas de soja (-21,0%), milho (-3,0%), trigo (-11,0%), café (-32,5%), arroz (-29,2%), fumo (-4,7%), batata (-4,4%) e mandioca (-14,6%). Por outro lado, observou-se acréscimo em apenas algumas culturas como feijão (12,3%) e laranja (15,2%). A cultura que mais utilizou fertilizantes, em 1989, foi a de cana-de-açúcar com consumo estimado em 1,7 milhão de toneladas de produto,

praticamente o mesmo nível do ano anterior (quadro 5).

Estima-se que os agricultores finalizaram 1989 com estoque de fertilizantes de 270 mil toneladas de produto, praticamente metade do estoque inicial de 530 mil toneladas, revelando um consumo efetivo superior às vendas de fertilizantes, as quais totalizaram 8,8 milhões de toneladas de produto, com decréscimo de 10,3%, em relação ao ano precedente. Do total entregue, a Região Centro-Sul absorveu a maior parte (92,0%), sendo São Paulo, o Estado que mais demandou fertilizantes, ou seja, 2,6 milhões de toneladas de produto (quadro 6).

Em 1989, a retração na demanda e o estoque inicial da indústria de 1,8 milhão de toneladas de produto contribuíram para que se registrasse menor desempenho tanto na produção nacional (-7,9%) como na importação (-22,2%), quando comparado com 1988.

O setor de fertilizantes também foi bastante afetado com as medidas do Plano Brasil Novo, em março de 1990, principalmente, no que se refere a disponibilidade de recursos dos agricultores, para o plantio da safra de inverno. As vendas de fertilizantes no Brasil, no primeiro semestre de 1990, decresceram em todos os estados brasileiros (exceção de Sergipe e Distrito Federal onde o consumo é insignificante), totalizando 2,547 milhões de toneladas de produto, volume 25,0% inferior ao observado no mesmo período de 1989. Essa retração registrou-se, principalmente, em março e abril de 1990.

Ressalte-se que em maio de 1990, as vendas (614 mil toneladas de produto) mostraram acréscimo de 67,3% em relação ao mês anterior, explicado, em parte, pela antecipação de compras pelas cooperativas, em face da disponibilidade de dinheiro com juros baixos e a expectativa de liberação dos preços dos fertilizantes. Contudo, quando comparado com maio de 1989, registrou-se decréscimo nas vendas de 19,4%. Já em junho, as vendas decres-

QUADRO 4. - Consumo Efetivo e Estoque de Fertilizantes, Brasil, 1987-89

(em mil t de produto)

Discriminação	1987	1988	1989
Estoque inicial (Indústria) (a)	1.295	2.066	1.839
Produção (b)	6.314	6.094	5.614
Importação (c)	3.821	3.179	2.474
Consumo aparente (b+c)	10.135	9.273	8.088
Exportação (d)	64	87	180
Micros/outros/quebras(1) (e)	345	352	217
Disponibilidade (a+b+c-d+e) (f)	11.711	11.604	9.964
Estoque final (Indústria) (g)	2.066	1.839	1.205
Entregas (f-g) (h)	9.645	9.765	8.759
Estoque inicial (agricultor) (i)	600	850	530
Estoque final (agricultor) (j)	850	530	270
Consumo efetivo (h+i-j)	9.395	10.085	9.019

(1) Referem-se a matérias-primas portadoras de micronutrientes e macronutrientes secundários, inertes e perdas no processo.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

QUADRO 5.- Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1987-89

Cultura	Área plantada (1000ha)			Consumo por cultura (t produto)		
	1987	1988	1989(1)	1987	1988	1989(1)
Cana-de-açúcar(2)	4.979	4.951	4.904	1.620.000	1.710.000	1.705.000
Soja	10.609	12.241	11.491	1.700.000	2.072.000	1.637.000
Milho	13.462	13.077	12.598	1.340.000	1.380.000	1.339.000
Trigo	3.475	3.604	3.363	750.000	707.000	629.000
Café	2.949	3.037	3.019	809.900	918.000	619.000
Feijão	6.120	5.531	5.516	435.100	506.000	568.000
Arroz	6.083	5.491	4.175	850.000	797.000	564.000
Laranja	819	883	880	290.000	342.000	394.000
Algodão herbáceo	1.851	1.507	1.570	300.000	284.000	316.000
Fumo	292	297	285	220.000	255.000	243.000
Batata	175	159	160	250.000	228.000	218.000
Banana	472	519	490	130.000	134.000	119.000
Pastagens(3)	12.784	12.751	13.448	75.000	102.000	94.000
Tomate	63	66	64	78.000	89.000	80.000
Mandioca	1.789	1.909	1.968	85.000	89.000	76.000
Olerícolas	361	370	368	80.000	87.000	76.000
Cacau	668	697	660	100.000	81.000	59.000
Reflorestamento	974	1.179	1.290	27.000	59.000	58.000
Frutas	282	285	286	57.000	45.000	43.000
Cebola	70	79	79	26.000	29.000	28.000
Cevada	102	107	120	18.000	20.000	19.000
Sorgo	220	186	148	28.000	28.000	18.000
Aveia	143	214	210	19.000	19.000	16.000
Abacaxi	46	39	37	20.000	18.000	14.000
Amendoim	102	89	85	18.000	16.000	13.000
Mamona	319	273	240	15.000	15.000	13.000
Alho	15	14	14	12.000	13.000	12.000
Outras	1.991	1.882	1.769	42.000	42.000	49.000
Total	71.215	71.437	69.237	9.395.000	10.085.000	9.019.000

(1) Dados preliminares.

(2) Inclui cana planta (20% da área de cana para corte).

(3) Considerando pastagens naturais e artificiais.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e Empresas do Setor.

QUADRO 6.- Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1988/90

(em tonelada de produto)

Região e Estado	1988	1989	Jan.-Jun./89	Jan.-Jun./90
Região Sul				
Rio Grande do Sul	1.302.352	1.140.920	494.572	398.377
Santa Catarina	255.555	259.105	155.983	121.191
Subtotal	1.557.907	1.400.025	650.555	519.568
Região Centro				
Distrito Federal	-	6.363	897	972
Espírito Santo	130.879	101.201	57.874	27.540
Goiás	866.891	730.721	151.472	100.328
Mato Grosso	600.787	539.965	106.130	24.001
Mato Grosso do Sul	435.446	389.222	135.262	75.255
Minas Gerais	1.064.490	960.580	316.342	249.832
Paraná	1.291.345	1.230.098	552.170	418.962
Rio de Janeiro	46.751	63.090	18.856	18.497
São Paulo	2.550.199	2.638.536	990.436	835.426
Tocantins	-	-	-	2.308
Ajustes	271.752	-	80.714	-
Subtotal	7.258.540	6.659.776	2.410.153	1.753.121
Região Nordeste				
Alagoas	193.684	166.630	82.409	80.427
Bahia	329.864	240.892	86.304	51.618
Ceará	14.067	11.086	5.327	5.208
Maranhão	31.657	19.819	6.210	6.018
Paraíba	56.692	50.657	25.077	16.795
Pernambuco	195.476	132.914	80.956	80.437
Piauí	8.792	8.515	4.339	2.675
Rio Grande do Norte	28.194	24.430	13.131	11.368
Sergipe	25.090	18.083	10.847	10.953
Ajustes	35.218	-	1.964	-
Subtotal	918.734	673.026	316.564	265.499
Região Norte	30.205	26.022	12.056	8.839
Brasil	9.765.386	8.758.849	3.389.328	2.547.027

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-BRASIL), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo (SIMPIFESP), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste (SIACAN).

ceram 6,7%, quando comparadas com o mesmo mês do ano anterior; e, em julho, como o financiamento agrícola não fora ainda definido, as vendas permaneceram desaquecidas. Estima-se que o volume de fertilizantes entregues no período de janeiro a julho de 1990 foi de 3,137 milhões de toneladas de produto, volume inferior em 1 milhão de toneladas em relação ao mesmo período do ano anterior.

Do total de vendas de janeiro a junho de 1990, São Paulo absorveu a maior parte (32,8%), seguido do Paraná (16,4%), Rio Grande do Sul (15,6%), Minas Gerais (9,8%) e Santa Catarina (4,8%), destinando-se o restante aos demais Estados.

Também, no caso do calcário agrícola, no primeiro semestre de 1990, de acordo com a Associação dos Produtores de Calcário do Estado de São Paulo (ASPROCAL), as vendas pelo "Complexo Embracal", que segundo estimativas comercializa entre 60% e 70% do volume consumido pela agricultura paulista, apresentaram decréscimo de 6,8%, em relação ao mesmo período do ano precedente.

A queda na demanda interna, no primeiro semestre de 1990, refletiu-se na produção nacional (2,1 milhões de toneladas de produto) que decresceu 16,1%, em relação ao primeiro semestre de 1989, constatando-se diminuição na produção de nitrogenados, fosfatados e potássicos. Também, para as matérias-primas, verificou-se menor produção (quadro 7).

Em face da extinção de diversas sociedades de economia mista, adotadas pelo Plano Brasil Novo, entre elas Petrobrás Mineração S.A. (PETROMISA) responsável pela produção de cloreto de potássio, o Brasil deverá ficar novamente na dependência das importações de fertilizantes potássicos. Destaque-se que o custo de produção interna é muito elevado e que o Brasil produziu, em 1989, apenas 9,7% de suas necessidades (a produção nacional foi de 109 mil toneladas de K2O contra 1,1 milhão de toneladas impor-

tadas).

De janeiro a junho de 1990, também, as importações de fertilizantes decresceram 21,5% quando comparadas com as de igual período do ano anterior, fixando-se em 781,1 mil toneladas. É importante ressaltar que até abril de 1990, constatara-se acréscimo de 28,0% nas importações, em relação ao mesmo período de 1989, em face, principalmente, da expectativa da maxidesvalorização cambial que acabou não se verificando. Quanto às matérias-primas, também, registrou-se decréscimo de importação, tendo inclusive ocorrido a não aquisição de amônia no período.

Em agosto de 1990, o Ministério da Economia, Fazenda, e Planejamento divulgou a Portaria no. 450, de 08/08/90, reduzindo as alíquotas de importação de fertilizantes e suas matérias-primas, passando de 25% para 20% no caso do fosfato monoamônico (MAP), fosfato diamônico (DAP) e superfosfato triplo; de 15% para 10%, para fosfatos de cálcio naturais, ácido fosfórico e uréia; de 5% para 0%, para o cloreto de potássio, sulfato de amônio, ácido sulfúrico e amônia anidra.

Segundo o Sindicato de Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), em agosto de 1990, com a vigência dessas novas alíquotas, os preços de alguns produtos importados ficaram abaixo do similar nacional (posto fábrica-Cubataão), como é o caso da amônia anidra, sulfato de amônio, superfosfato triplo e fosfato monoamônico (MAP).

Apesar de que para outros produtos como rocha fosfática, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, uréia, fosfato diamônico (DAP), no referido mês, os preços do produto nacional permaneceram em níveis inferiores aos dos importados, as importações tarifadas constituíram importante papel na formação dos preços internos, assim como a liberação de restrição quantitativa das importações de fertilizantes e suas matérias-primas (já exis-

QUADRO 7.- Produção e Importação de Matérias-Primas para Fertilizantes, Brasil, 1987/90

Item	1987		1988		1989		Jan.-Jun./89		Jan.-Jun./90(1)		Variação (%)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)
Amônia anidra (t de N)												
Produção nacional	789.071	778.156	804.584	402.855	343.070						3,4	-14,8
Importação	28.972	15.609	29.977	-	-						92,0	-
Rocha fosfática (t de P205)												
Produção nacional	1.607.802	1.576.548	1.204.096	588.886	396.618						-23,6	-32,6
Importação	39.440	48.430	35.675	13.600	10.370						-26,3	-23,8
Ácido fosfórico (t de P205)												
Produção nacional	621.018	684.378	631.835	283.502(2)	206.557						-7,7	-27,1
Importação	285.636	243.372	79.620	23.910	17.408						-67,3	-27,2
Ácido sulfúrico (t de produto)												
Produção nacional	2.723.905	2.912.257	2.695.712	1.208.064	935.493						-7,4	-22,6
Importação	20.896	-	5.511	-

(1) Dado preliminar.
(2) Valor retificado.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

tentes desde novembro de 1989), em face de constituírem alternativa de suprimento, especialmente para produtos ofertados por monopólio e/ou oligopólio.

Os fertilizantes apresentaram sensíveis acréscimos nos preços correntes em 1989 e nos meses anteriores ao Plano Brasil Novo, tendo em vista, principalmente, cobrir o aumento do custo industrial. Após o Plano, os preços permaneceram congelados até maio, sendo liberados a partir de junho. Segundo fontes do setor, os preços de vendas dos produtos comercializados pelo Grupo Petrofértil, em junho de 1990, foram reajustados entre 15,0% a 22% e, em julho, em média 16,0%, ambos em relação ao mês anterior. Em agosto, é previsto novo reajuste nos preços. Ademais, os fertilizantes que eram isentos do ICMS, passaram a ser taxados, de acordo com o Convênio ICMS, no. 60, de 29/05/89.

No caso do calcário agrícola, em junho de 1990, os preços situaram-se em Cr\$ 1.209,00/t, com acréscimo de 5,042% em termos correntes, enquanto que em termos reais, registrou-se decréscimo de 7,8% em relação ao mesmo mês de 1989 (quadro 8).

Quanto aos preços no mercado internacional, dos principais fertilizantes e de matérias-primas importadas, observou-se que em junho de 1990, os preços correntes dos fosfatados, nas principais regiões do mundo, apresentaram-se, de modo geral, inferiores aos verificados no mesmo mês de 1989. A expectativa é de que as cotações nos próximos meses apresentem pequenas elevações ou se estabilizem (quadro 9).

No caso dos nitrogenados, os preços do sulfato de amônio, no referido período, mantiveram-se estáveis, enquanto que os da uréia sofreram acréscimos. As perspectivas apontam para uma alta nos preços de vários fertilizantes nitrogenados nos próximos meses, tendo em vista uma redução da oferta e o conflito do Golfo Pérsico, com a invasão do Kuwait pelo Ira-

que, que já provocou a elevação do preço do petróleo.

De março a junho de 1990, os preços do cloreto de potássio no mercado mundial mostraram-se estáveis. Segundo fontes do setor, os estoques mundiais estão elevados e algumas minas já foram fechadas.

A previsão do setor para 1990 é de que as entregas de fertilizantes ao consumidor final se situem em cerca de 8,0 milhões de toneladas de produto, com decréscimo em torno de 9,0% em relação ao ano anterior. O mesmo volume é esperado no consumo efetivo, tendo em vista a expectativa de manutenção dos estoques iniciais em poder dos agricultores.

Os principais fatores que condicionaram a retração na demanda são: a) escassez de recursos do crédito rural para o plantio da safra de inverno; b) queda nos preços reais de diversos produtos agrícolas; c) redução no consumo de fertilizantes na cultura do trigo, em face da diminuição da área plantada, de menor índice de adubação e da utilização de fórmulas de menor concentração; d) menor uso de fertilizantes previsto na cultura da soja, especialmente, na Região Centro-Oeste. Contudo, estimava-se pequeno aumento no consumo nas culturas do algodão e da laranja. No caso da cana-de-açúcar, há expectativa que o consumo se mantenha nos mesmos níveis do ano anterior. O mesmo ocorre para o café, podendo inclusive haver uma melhora dependendo dos preços no mercado internacional.

O menor uso de fertilizantes em dois anos consecutivos poderá contribuir para uma queda da produtividade agrícola brasileira (que para muitos produtos se situa muito aquém do alcançado pelos padrões internacionais) e, conseqüentemente, da produção nacional. Contudo, há expectativa de que as novas medidas, editadas em 15/08/90 pelo Governo no pacote agrícola para a safra de verão 1990/91, estimulem o plantio de culturas essenciais ao consumo interno, como feijão,

QUADRO 8.- Preços de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores, Cidade de São Paulo, Janeiro de 1989 a Junho de 1990

(em Cr\$/t)

Ano e mês	02-30-10			04-14-08			20-05-70			Sulfato de amônio			Cloreto de potássio			Calcário(1)		
	Corrente	Real(2)	Índice real(3)	Corrente	Real(2)	Índice real(3)	Corrente	Real(2)	Índice real(3)	Corrente	Real(2)	Índice real(3)	Corrente	Real(2)	Índice real(3)	Corrente	Real(2)	Índice real(3)
1989																		
Jan.	239,18	23.367,77	100	149,06	14.563,09	100	188,81	18.446,64	100	114,69	11.205,16	100	166,44	16.261,10	100	14,47	1.413,71	100
Fev.	239,18	20.900,55	89	149,06	13.025,49	89	188,81	16.499,01	89	127,13	11.109,15	99	180,66	15.786,83	97	14,47	1.264,45	89
Mar.	239,18	20.052,82	86	149,06	12.497,17	86	188,81	15.829,81	86	127,13	10.658,57	95	180,66	15.146,51	93	14,47	1.213,16	86
Abr.	244,19	19.466,50	83	157,80	12.579,60	86	211,00	16.820,64	91	153,00	12.196,95	109	212,00	16.900,36	104	14,47	1.153,53	82
Maio	266,31	18.827,78	81	169,81	12.095,35	82	225,73	15.958,82	87	163,20	11.538,03	103	257,61	17.859,20	110	17,86	1.262,68	89
Jun.	352,71	19.671,27	84	228,50	12.743,86	88	300,86	16.779,51	91	215,84	12.037,79	107	299,91	16.726,52	103	23,51	1.311,20	93
Jul.	512,20	20.717,88	89	374,69	15.155,76	104	464,69	18.796,16	102	259,24	14.530,83	130	465,25	18.818,81	116	38,32	1.550,00	110
Ago.	896,00	26.554,73	114	626,32	18.562,23	127	784,53	23.251,10	126	587,59	17.414,39	155	692,58	20.525,98	126	45,50	1.348,48	95
Set.	1.090,09	23.256,10	100	920,13	19.630,16	135	1.110,27	23.686,62	128	875,79	18.684,20	167	1.107,18	23.620,70	165	69,47	1.482,08	105
Out.	1.257,60	19.205,50	82	1.055,60	16.120,65	111	1.259,25	19.230,70	104	949,32	14.697,59	129	1.252,29	19.124,41	118	94,12	1.437,36	102
Nov.	1.892,76	20.031,45	86	1.488,68	15.755,00	108	1.759,37	18.619,76	101	1.330,11	14.076,82	126	1.761,30	18.640,19	115	145,27	1.537,42	109
Dez.	2.316,53	16.408,42	70	2.077,84	14.719,00	101	2.438,91	17.276,75	94	1.994,72	14.130,20	126	2.568,80	18.196,87	112	233,89	1.656,83	117
1990																		
Jan.	5.454,00	22.475,30	96	3.950,32	16.278,32	112	4.809,20	19.818,16	107	3.678,40	15.158,26	135	5.587,90	23.027,09	142	679,00	1.629,87	115
Fev.	8.129,00	19.512,80	84	6.282,00	15.079,27	104	7.514,00	18.036,55	98	6.049,00	14.519,98	130	7.771,00	18.653,45	115	1.007,00	1.333,12	94
Mar.	14.420,00	19.089,95	82	11.611,00	15.371,25	106	12.054,00	15.957,71	87	17.106,00	16.026,55	143	15.712,00	20.800,36	128	846,00	1.005,97	71
Abr.	17.453,00	20.753,29	89	11.855,00	14.096,73	97	12.623,00	15.009,96	81	13.448,00	15.990,96	143	17.090,00	20.321,65	125	846,00	972,28	65
Maio	17.453,00	19.026,69	81	11.855,00	12.923,94	89	12.623,00	13.761,19	75	13.448,00	14.660,57	131	17.090,00	18.630,96	115	846,00	972,28	65
Jun.	18.215,00	18.215,00	78	13.883,00	13.883,00	95	14.953,00	14.953,00	81	14.468,00	14.468,00	129	18.739,00	18.739,00	115	1.209,00	1.209,00	86

(1) Média de dois tipos de calcário: "faixa A" e "faixa B".

(2) Valores em cruzeliro de junho de 1990, corrigidos pelo índice "7" da FGV.

(3) Índice simples, base janeiro de 1989 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 9.- Preços Internacionais dos Principais Fertilizantes e Matérias-Primas(1), 1988/90

(em US\$/tonelada métrica - FOB, a granel)

Produto e origem	Jun./88	Jun./89	Jun./90
Sulfato de amônio			
Estados Unidos - Golfo	50-57	62-67	62-67
Europa Ocidental	50-55	60-64	60-64
Uréia			
Estados Unidos - Golfo	120-125	95-100	118-125
Cloreto de potássio(2)			
Europa Ocidental	86-89	98-99	99-101
Canadá	82-87	98-99	90-97
Ácido fosfórico (100/P205)			
Estados Unidos - Golfo	320-323	332-342	277-287
África do Norte	295-310	415-425	311-312
Fosfato di-amônio (DAP)			
Estados Unidos - Golfo	186-188	162-164	175-177
África do Norte	205-210	225-238	170-172
Superfosfato triplo			
Estados Unidos - Golfo	151-154	138-143	120-125
África do Norte	162-165	158-160	145-150

(1) Preços correntes, valores mínimos e máximos, na última semana de cada mês.

(2) Tipo padrão.

Fonte: Publicações especializadas. Elaborado pelo Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

arroz e milho.

-TRATORES

Em 1989 foram produzidos 37.575 tratores, que correspondem à utilização de aproximadamente 33% da capacidade instalada da indústria nacional. Esse número confirma a tendência observada na década de oitenta, interrompida apenas em 1986 e 1987, anos em que se fizeram sentir os efeitos do Plano Cruzado (quadro 10).

Para 1990, há uma previsão de vendas da ordem de 27.000 unidades, 23% menor do que as 38.529 unidades vendidas em 1989. Esse pessimismo é justificado. Em primeiro lugar, as vendas externas, que nos últimos anos haviam auxiliado significativamente o setor, se retraíram já a partir do ano passado, quando foram exportadas 7.458 unidades, contra 10.603 unidades de 1988. Até junho, apenas 2.132 unidades se dirigiram para o mercado externo (quadro 11). Em segundo lugar, os resultados da safra passada, que apresentou quebra de 16,2% em relação ao ano agrícola 1988/89, indicam que o setor deve estar com problemas de recursos, até para financiar o custeio do plantio que se aproxima.

O Plano de Estabilização Econômica, implementado em março, também afetou o setor agrícola, sobretudo no que se refere aos investimentos. A severa redução na liquidez inibiu as compras dos bens de capital, sobretudo, tratores. Todos os números mostram acentuada redução nas vendas de máquinas no primeiro semestre deste ano, quando comparadas com o mesmo período de 1989.

A recente liberação dos preços de implementos e máquinas agrícolas provavelmente não terá impacto significativo sobre os custos dos produtores, pois a indústria está

consciente das dificuldades da agricultura e sabe que, se aumentar os seus preços, possivelmente reduzirá ainda mais suas vendas. É preciso considerar, também, que o pacote agrícola, editado pelo Governo em 15/08/90, cria uma série de facilidades para importações de insumos e máquinas agrícolas, em especial os tratores, cujas alíquotas de importação foram reduzidas de 65% para 40%, e suspensos os limites de cotas de importação.

Para médio e longo prazos, as perspectivas para o setor são mais favoráveis. O Governo pretende estimular e reorientar os investimentos no setor agrícola como forma de implementar o seu Programa de Competitividade Agrícola, que objetiva melhorar os índices de competitividade internacional dos produtos brasileiros. Ainda neste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretende liberar Cr\$12 bilhões para investimento e, aproximadamente, US\$1,5 bilhão nos próximos quatro anos.

Os gastos que a agricultura fizer para produzir a safra 1990/91 dependerão crucialmente dos recursos que o Governo Federal colocar à disposição, direta ou indiretamente, do setor. Além da referida quebra de produção na safra 1989/90, é necessário considerar uma diminuição de aproximadamente 43% na rentabilidade das dezessete principais culturas, resultado das condições de preços extraordinariamente desfavoráveis - as piores dos últimos anos. Esse panorama pode ser bem avaliado quando se analisa a deterioração na "relação de troca", observada para dez expressivos produtos da agricultura paulista, notando-se que, em 1990, seriam necessárias quantidades muito maiores para se adquirir um mesmo tipo de trator que nos anos anteriores (quadro 12). Com isso, já é de se esperar que a agricultura brasileira diminua os gastos com o setor urbano, em especial, de máquinas e equipamentos.

QUADRO 10. - Evolução da Produção e Vendas de Tratores, Brasil, 1985-90

(em unidade)

Item	1985	1986	1987	1988	1989	1990		Variação(%)
						janeiro-junho	1989/88	
Trator de 4 rodas								
Produção	42.676	47.398	43.218	37.655	30.024	10.316	10.316	-20,3
Vendas mercado interno	39.982	42.335	36.158	28.150	24.444	9.632	9.632	-13,2
Exportação	3.275	5.353	6.358	9.129	6.258	1.223	1.223	-31,4
Total de vendas	43.257	47.688	42.516	37.279	30.702	10.855	10.855	-17,6
Cultivador motorizado								
Produção	3.300	7.128	4.313	2.026	3.007	1.310	1.310	48,4
Vendas mercado interno	3.139	6.558	3.593	1.859	2.617	994	994	40,8
Exportação	259	467	641	357	223	538	538	-37,5
Total de vendas	3.398	7.025	4.234	2.216	2.840	1.532	1.532	28,2
Microtrator								
Produção	1.238	4.497	4.540	2.303	2.506	983	983	8,8
Vendas mercado interno	1.261	4.382	3.644	2.463	2.514	1.017	1.017	2,1
Exportação	19	117	300	171	89	59	59	-48,0
Total de vendas	1.280	4.499	3.944	2.634	2.603	1.076	1.076	-1,2
Trator de esteiras								
Produção	1.762	2.409	2.677	2.818	2.038	851	851	-27,7
Vendas mercado interno	1.600	2.245	2.010	1.452	1.496	602	602	3,0
Exportação	216	200	599	946	888	312	312	-6,1
Total de vendas	1.816	2.445	2.609	2.398	2.384	914	914	-0,6
Total								
Produção	48.976	61.432	54.748	44.802	37.575	13.460	13.460	-16,1
Vendas mercado interno	45.982	55.520	45.405	33.924	31.071	12.245	12.245	-8,4
Exportação	3.769	6.137	7.898	10.603	7.458	2.132	2.132	-29,7
Total de vendas	49.751	61.657	53.303	44.527	38.529	14.377	14.377	-13,5

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 11. - Produção e Vendas de Tratores, por Tipo e Potência, Brasil, 1989/90

(em unidade)

Item	1989		1990		Variação(%)	
	junho (a)	janeiro-junho (b)	junho (c)	janeiro-junho (d)	(c/a)	(d/b)
Produção						
Cultivadores motorizados	286	1.386	233	1.310	-18,5	-5,5
Trator de esteiras	169	1.003	161	851	-4,7	-15,5
Trator de rodas	4.492	13.752	3.193	11.299	-28,9	-17,8
Até 49 CV	258	1.042	160	983	-38,0	-5,7
De 50 a 99 CV	3.060	9.496	2.498	7.939	-18,4	-16,4
De 100 a 199 CV	1.169	3.170	526	2.335	-55,0	-26,3
Acima de 200 CV	5	44	9	42	80,0	-4,5
Total	4.947	16.141	3.587	13.460	-27,5	-16,6
Vendas mercado interno						
Cultivadores motorizados	286	1.320	219	994	-23,4	-24,7
Trator de esteiras	164	816	105	602	-36,0	-26,2
Trator de rodas	3.986	12.976	3.123	10.649	-21,7	-17,9
Até 49 CV	296	1.264	154	1.017	-48,0	-19,5
De 50 a 99 CV	2.624	8.632	2.404	7.456	-8,4	-13,6
De 100 a 199 CV	1.065	3.050	562	2.161	-47,2	-29,1
Acima de 200 CV	1	30	3	15	200,0	-50,0
Total	4.436	15.112	3.447	12.245	-22,3	-19,0
Exportações						
Cultivadores motorizados	1	139	5	538	400,0	287,1
Trator de esteiras	91	460	88	312	-3,3	-32,2
Trator de rodas	522	2.215	88	1.282	-83,1	-42,1
Até 49 CV	13	20	2	59	-84,6	195,0
De 50 a 99 CV	434	1.628	69	861	-84,1	-47,1
De 100 a 199 CV	74	560	14	339	-81,1	-39,5
Acima de 200 CV	1	7	3	23	200,0	228,6
Total	614	2.814	181	2.132	-70,5	-24,2

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 12. - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Tratores de 44 CV e 61 CV, 1987-90(1)

Produto	Unidade	1987		1988		1989		1990	
		44CV	61CV	44CV	61CV	44CV	61CV	44CV	61CV
Algodão	15kg	1.991	2.477	3.120	4.189	2.559	3.477	5.055	7.544
Amendoim	sc.60kg	2.692	3.349	2.729	3.059	1.402	1.905	4.702	7.017
Arroz	sc.60kg	1.382	1.719	1.505	2.020	1.472	2.001	2.627	3.920
Batata	sc.60kg	550	683	1.356	1.820	531	721	1.650	2.462
Cafê	sc.40kg	479	596	808	1.085	583	792	1.267	1.891
Cana-de-açúcar(2)	t	913	1.136	1.892	2.540	1.959	2.662	2.791	4.165
Feijão	sc.60kg	220	274	557	748	218	297	762	1.137
Milho	sc.60kg	2.154	2.679	2.547	3.420	2.310	3.139	4.203	6.273
Soja	sc.60kg	964	1.199	1.009	1.354	1.505	2.004	3.082	4.600
Tomate(3)	t	136	169	266	357	225	305	355	530

(1) Tomou-se como base os preços recebidos pelos agricultores e os preços de tratores referen-
tes à média do trimestre maio-julho de cada ano, com exceção de 1990, que considerou a
média do trimestre abril-junho deste ano.

(2) Posto na esteira da usina.

(3) Referem-se a tomate para indústria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Datafolha.

O quadro de oferta de sementes para o plantio das águas das principais culturas de grãos na safra 1990/91 revela sinais de relativa escassez ou um estreito ajuste à demanda efetiva, considerando as taxas de utilização de sementes melhoradas nos últimos anos.

As indefinições de política agrícola, que marcaram a safra anterior, refletiram-se negativamente sobre as metas de produção de sementes na safra 1989/90. Soma-se a este fato as quebras de produções sementeiras que poderão acarretar sua possível falta, especialmente nas regiões de fronteira agrícola.

O setor sementeiro, marcado por consideráveis excedentes na safra anterior, face as retrações nas áreas cultivadas das principais culturas de grãos, reanima-se nesta safra com a recuperação dos níveis de preços de seus produtos que, para algumas espécies, tendem a superar as tradicionais relações de preços grãos/sementes.

Na cultura da soja, para uma demanda nacional de sementes esperada em 1.026.000 toneladas, estima-se uma produção da ordem de um milhão de toneladas, ou seja, cerca de 15% inferior à quantidade ofertada no plantio de 1989/90. Não obstante a relativa disponibilidade, é visível a queda na qualidade das sementes. A dificuldade de se produzir sementes de boa qualidade, em regiões de menor latitude, é devida a ocorrência de veranicos acentuados, que reincidentemente atingem as produções sementeiras das variedades precoces nos Estados ao norte do Paraná. No Rio Grande do Sul, tradicional fornecedor de sementes de soja, uma quebra de produção atingiu as variedades tardias, reduzindo a quantidade exportável em 30 mil toneladas, o que poderá provocar escassez de sementes nas regiões de cerrado.

Embora ainda não se tenha uma clara definição da relação de preços

grão/semente, as tendências para uma recuperação do padrão 2:1, reacende o ânimo das empresas fornecedoras de sementes de soja. No Estado de São Paulo, já em agosto, constatou-se a relação de 2,47:1, conforme algumas coletas de preços nas regiões sojicultoras (quadro 13).

Em relação as variedades mais requisitadas, destaca-se a OCEPAR-6 (Iguaçu), de soja precoce, de hábito indeterminado e, portanto, pouco susceptível ao fotoperiodismo. Graças a essas características, é possível a antecipação da cultura da soja e posterior plantio da safrinha de milho.

Na cultura do milho, para uma demanda nacional estimada de 115 mil toneladas, a produção de milho híbrido no Centro-Sul é estimada em 90 mil toneladas. Entretanto, somando-se cerca de 4 mil toneladas de milho, variedade da EMBRAPA, com os estoques de sementes híbridas da safra anterior (excedente de 80 mil toneladas), obter-se-ia uma certa disponibilidade de sementes, uma vez que, numa estimativa pessimista, cerca de 20% do "carry-over" são aproveitáveis, ou seja, 16 mil toneladas. Uma expectativa de escassez é esperada para o plantio da safrinha de milho, e para as regiões do Nordeste do País, tornando-se deficitária na hipótese de um significativo aumento na área cultivada de milho na safra de verão, na Região Centro-Sul. A relação grão-semente, em ascensão, situa-se, atualmente, na razão de 9:1 a 11:1, com o deslocamento do antigo padrão de 7:1, devido a grande demanda pelos híbridos mais caros, de primeira linha (intensivos em tecnologia). Nesse aspecto, a boa aceitação no mercado dos híbridos triplos demonstra que a cultura de milho em moldes empresariais é hoje uma realidade no País.

Para a cultura do arroz, segundo ETAC-mercado de sementes, para o próximo plantio, a oferta prevista é de 20 mil a 24 mil toneladas de sementes melhoradas para arroz de sequeiro para um consumo de 24 mil toneladas.

QUADRO 13. - Preços de Sementes para o Plantio no Estado de São Paulo, Agosto de 1990

(em Cr\$/kg)

Espécie	Preço da semente			Relação de troca	
	Secretaria da Agricultura (a)	Firmas particulares (b)	Preço do grão (c)	(a/c)	(b/c)
Algodão	50,00	...	33,33	1,50	...
Amendoim	125,00	125,00	32,00	3,91	3,91
Arroz irrigado	57,00	57,00	14,50	3,93	3,93
Arroz de sequeiro	57,00	57,00	14,50	3,93	3,93
Feijão	115,00	90,00	45,00	2,56	2,00
Milho híbrido	100,00	140,00	13,00	7,69	10,77
Milho variedade	75,00	125,00	13,00	5,77	9,62
Milho pipoca	135,00	69,00	50,00	2,70	1,38
Soja	...	30,00	12,17	...	2,47

Fonte: Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e coleta junto a empresas do setor. Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 14. - Estimativa da Oferta de Sementes Melhoradas Produzidas no Estado de São Paulo para o Plantio da Safra das Águas 1990/91

Espécie	Área estimada(1) 1990/91 (ha)	Taxa utilização de sementes (%)	Demanda efetiva (em t) (a)	Oferta interna do Estado (em t) (b)	Saldo (em t) (b-a)
Algodão	296.000	90	10.421	13.800	3.379
Amendoim	57.860	70	5.670	18.430	12.760
Arroz irrigado	25.000	75	1.875	664	(1.211)
Arroz sequeiro	175.000	30	1.575	1.292	(283)
Feijão	153.500	20	1.535	2.834	1.299
Milho	1.177.000	70	16.478	66.432	49.954
Soja	1.070.000	90	86.670	75.735	(10.935)

(1) Prognóstico Agrícola, 90/91. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1990.

Fonte: Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Entretanto, as possibilidades de uma maior procura e, conseqüentemente, possível escassez não são descartadas (especialmente no Brasil Central) em vista dos recentes estímulos à cultura.

Segundo a Associação Brasileira de Sementes (ABRASEM), a oferta de sementes de arroz de sequeiro para a safra passada foi de 30.800 toneladas, sendo Goiás o maior produtor. A redução na oferta é atribuída aos menores planos de produção frente as expectativas na queda do consumo. No Estado de São Paulo, considerando uma taxa de utilização de 30% na cultura de sequeiro, calcula-se que haverá um déficit de cerca de 280 toneladas (quadro 14).

Em relação ao arroz irrigado, os dados disponíveis referem-se somente ao Estado de São Paulo. Para uma demanda estimada de 1.875 toneladas, a oferta entre sementes certificadas e fiscalizadas somam cerca de 664 toneladas e, portanto, acredita-se que a taxa de utilização de sementes melhoradas para a próxima safra deverá cair. Considerando os preços das sementes melhoradas de arroz em São Paulo, em agosto, a relação grão/semente coletada foi de 3,9:1.

Para a cultura do algodão é esperada uma folga de sementes. Apenas no Estado de São Paulo, a oferta excedente de mais de três mil toneladas deverá ser suficiente para o atendimento dos demais Estados, que porventura necessitem deste insumo. Acrescente-se que a produção de sementes de algodão no Paraná, atualmente conduzida pelas cooperativas, estimada em 12 mil toneladas, também deverá ser suficiente ao consumo interno (quadro 15).

Para a cultura de feijão, os dados disponíveis referem-se apenas ao Estado de São Paulo. É esperada falta de semente, uma vez que a quantidade disponível ao plantio das águas a partir da produção de sementes certificadas da Secretaria da Agricultura é extremamente reduzida. Calcula-se que das três mil toneladas de sementes

produzidas nas safras da seca e inverno precoce, apenas 400 toneladas encontram-se atualmente à venda livre, podendo ampliar-se com a oferta de sementes da safra de inverno. Consultas junto aos produtores de sementes fiscalizadas de feijão indicam que mais 2.400 toneladas poderão estar disponíveis ao plantio das águas, dada a rapidez de seu ciclo produtivo e a condução no Estado em campos irrigados, com alta tecnologia e produtividade. Dessa forma, considerando-se uma taxa de utilização de sementes no Estado de 20%, chegar-se-ia a um excedente de cerca de 1.300 toneladas. Entretanto, a possibilidade de exportação dessas sementes para o Estado do Paraná poderá refletir numa oferta relativamente justa à demanda paulista.

Em relação ao setor sementeiro em geral, uma questão que se coloca refere-se a tributação de sementes. Embora o ICMS esteja diferido na maioria dos Estados da Região Centro-Sul, e até isento em alguns casos, a manutenção da tributação nas operações interestaduais tem onerado sobremaneira os custos das empresas sementeiras. Dado que, por questões técnicas e até climáticas, muitas sementes necessitem ser produzidas num Estado para a comercialização em outro, ou dado o caráter perecível da semente, intensos são os deslocamentos deste insumo às regiões de maior demanda. O ICMS, atuando como uma barreira tarifária na comercialização ou mesmo dificultando a própria produção do insumo, tem levado as empresas a reivindicarem a isenção de seu produto face ao caráter primordial e multiplicador da semente no aumento da produtividade agrícola e, conseqüentemente, gerador de receitas ao Estado.

QUADRO 15. - Estimativa de Produção de Sementes Certificadas e Fiscalizadas no Estado de São Paulo, Safra 1989/90

(em tonelada)

Espécie	Certificada		Fiscalizada	Total
	Secretaria da Agricultura	Firmas particulares(1)	Firmas particulares(1)	
Algodão	13.800	0	0	13.800
Amendoim	1.520	8.442	8.468	18.430
Arroz irrigado	520	0	144	664
Arroz sequeiro	332	0	960	1.292
Feijão(2)	3.000	45	7.391	10.436
Milho híbrido	580	0	58.369	58.949
Milho variedade	268	4.150	3.065	7.483
Soja	0	9.314	66.421	75.735

(1) Estimativa de maio de 1990.

(2) Safra inverno-precoce mais safra da seca de 1990, não inclui inverno tardio.

Fonte: Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- ALGODÃO

- Panorama Internacional

A produção mundial de algodão, em 1990/91, prevista pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), deverá alcançar 86,58 milhões de fardos, apontando acréscimo de 8,9% em relação a obtida na temporada anterior, enquanto que a oferta é estimada em 110,83 milhões de fardos, 0,7% superior a de 1989/90. Dentre os países principais produtores, a União Soviética e a Índia deverão reduzir suas produções em 5,6% e 7,8%, respectivamente, conforme o Comitê Consultivo Internacional de Algodão (ICAC), em função da intenção de diversificação agrícola para produção de alimentos na União Soviética, e da queda dos preços internos na Índia durante 1989/90 após o volume recorde obtido naquele ano, enquanto que na China deverá aumentar a produção em 15,4%, atingindo 20,80 milhões de fardos.

Nos Estados Unidos, a adoção de política governamental visando reduzir as limitações na expansão do cultivo do algodão, associada ao comportamento favorável dos preços, deverá estimular esta cultura, haja vista a previsão de aumento de 21,8% na produção, alcançando 14,86 milhões de fardos em 1990/91, segundo o USDA. Neste país, o baixo estoque existente no final da safra 1989/90, de 2,90 milhões de fardos (58,6% menor que o de 1988/89) deverá anular os efeitos do aumento da produção, uma vez que a oferta em 1990/91, de 17,78 milhões de fardos, indica diminuição de 7,8% àquela registrada no ano anterior. Não obstante a redução de 6,9% prevista

para o consumo interno, a retração da oferta poderá limitar as exportações americanas na próxima temporada devendo alcançar 7,0 milhões de fardos, com retração de 10,0% sobre o volume exportado em 1989/90. O estoque final americano da safra vindoura deverá totalizar 2,9 milhões de fardos correspondendo à mesma quantidade remanescente do ano de 1989/90.

Em 1989, o mercado se caracterizou pela redução da oferta e firme ascensão das cotações internacionais, alcançando, em média, os mais altos níveis desde 1987. Entretanto, a diminuição no ritmo das aquisições, ao final do ano, associada a uma redução gradativa das importações em relação às estimativas anteriores do USDA, passando de 25,35 milhões de fardos em novembro/89 para 23,76 milhões no final da safra, contribuíram para a queda dos preços entre dezembro/89 e janeiro/90. Após esse período, a recuperação das cotações foi proporcionada não apenas pela reativação dos negócios mas, principalmente, pela perspectiva de que o estoque mundial ao final da safra 1989/90 sofreria diminuição significativa em relação ao do ano anterior, o que posteriormente foi constatado, pois os 24,25 milhões de fardos existentes em estoque equivalem a um volume 20,6% menor que o da finalização da temporada 1988/89 (quadro 16).

O consumo mundial em 1990/91 deverá situar-se em 87,02 milhões de fardos, 0,6% acima do ano passado, apresentando ainda variação simultânea à oferta. Considerando-se estes fatores, aliados à perspectiva de intensificação do comércio mundial, cujo volume deverá ser de 24,25 milhões de fardos contra 23,76 milhões da safra passada, é esperado que sejam mantidas

QUADRO 16.- Cotações do Algodão no Comércio Internacional(1), 1988-90

(em US\$/libra peso)

Mês	1988	1989	1990
Jan.	72,19	63,27	74,78
Fev.	67,49	63,02	77,02
Mar.	66,34	65,63	79,36
Abr.	65,75	73,22	81,68
Mai.	65,58	76,92	80,74
Jun.	68,78	78,64	...
Jul.	63,43	82,35	...
Ago.	58,18	82,91	...
Set.	56,52	81,73	...
Out.	57,75	82,06	...
Nov.	58,83	82,35	...
Dez.	61,21	77,68	...
Média	63,47	75,81	78,71(2)

(1) Índice de outlook "A" do Liverpool Cotton Service-Média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão.

(2) Janeiro a maio, valor sujeito à retificação.

Fonte: World Cotton Situation, USDA, jul./88, out./88, jun./89, mar./90 e jun./90.

as atuais condições de mercado, ou seja, de firmeza das cotações internacionais.

A tendência de preços ascendentes na próxima temporada é indicada, inclusive, pela previsão de diminuição no estoque final de 1990/91, o qual deverá corresponder a 23,40 milhões de fardos, constituindo-se no menor volume dos últimos anos (quadro 17).

- Situação Interna

A produção brasileira de algodão em caroço na safra 1989/90 apresentou ligeiro aumento de 0,7% em comparação a do ano passado totalizando 1.856,9 mil toneladas, das quais 1.780,1 mil correspondem ao algodão herbáceo e 76,8 mil toneladas ao algodão arbóreo (quadro 18).

A intenção de aumento da produção refletida pelo incremento da área cultivada nos Estados do Paraná e São Paulo foi frustrada diante da redução do rendimento médio obtido nestes Estados, atribuída a adversidades climáticas além da limitação de recursos para o financiamento da safra, cujo impacto foi amortecido pelo sistema de troca de insumos por produto, principalmente pelas cooperativas. Particularmente em São Paulo, onde a produção alcançou 436,05 mil toneladas, o decréscimo da produtividade chegou a 16,4% em relação a da safra 1988/89, constituindo-se em um dos piores obtido nesta década, conforme dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

O comportamento dos preços recebidos pelos produtores durante 1989 sugere um exame separado entre o início e o término da safra. Num primeiro momento, a confirmação da diminuição da produção de algodão em pluma, frente as perspectivas de crescimento do consumo, determinou elevação do nível dos preços em termos reais exatamente até maio, quando a necessidade de quitação das dívidas de financiamento, face a existência de

estoques formados anteriormente, influenciou sobremaneira na queda verificada a partir daquele mês (quadro 19).

Os vencimentos das contratações de EGF, em maio/junho, associadas à posterior estabilização dos preços no atacado ocasionaram uma pressão vendedora por parte dos detentores do produto, contribuindo decisivamente para a situação observada. Este cenário teve continuidade no decorrer do segundo semestre influenciado, inclusive, pela internalização das importações, cujo volume alcançou 130,0 mil toneladas (60,5% maior que as de 1988/89), aliado, ainda, à moderação das aquisições do setor têxtil, que limitou-se a formação de estoque de curto prazo.

Assim, apesar da redução do estoque final daquela safra, 1989 findou com preços reais abaixo daqueles registrados no ano anterior, não apenas pelo aguardo da nova safra, mas também pelo clima de expectativa quanto aos rumos da economia a partir de março de 1990.

Em 1990, a tendência de alta verificada no início da safra foi anulada por ocasião da implantação do Plano Brasil Novo em decorrência da paralisação da comercialização pelo aperto de liquidez do setor. Durante abril, os preços recebidos pelos cotonicultores paulistas sofreram queda real de 24,3%, enquanto que nominalmente foram quase equiparados ao preço mínimo daquele mês (Cr\$227,41/arroba). Posteriormente, o mercado volta a normalidade, apresentando tendência de estabilidade a nível de produtor, enquanto que a relativa escassez do produto indica tendência de preços firmes no decorrer do segundo semestre no mercado atacadista.

A partir da divulgação do Plano Econômico, as perspectivas iniciais sofreram alterações. A primeira delas diz respeito a desvalorização cambial, uma vez que havia uma forte expectativa do setor exportador na efetivação de uma maxidesvalorização

QUADRO 17.- Suprimento Mundial de Algodão em Pluma, 1988/89 a 1990/91

(em milhão de fardos de 480 libras)

Item	1988/89	1989/90	1990/91(1)
Produção	84,77	79,53	86,58
Oferta	116,70	110,06	110,83
Consumo	85,66	86,47	87,02
Estoque final	30,54	24,25	23,40

(1) Preliminar, relativa a agosto de 1990.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 18. - Área Plantada, Produção e Rendimento das Lavouras de Algodão Herbáceo e Arbóreo, Segundo os Principais Estados Produtores, Brasil, 1987/88 a 1989/90(1)

Produto e Estado	Área plantada (1.000ha)			Produção (1.000t) (2)			Rendimento (kg/ha)		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
Algodão herbáceo									
Paraná	470,0	415,1	474,0	903,1	805,3	825,0	1.922	1.940	1.741
São Paulo	353,0	271,8	296,0	714,2	513,5	462,0	2.023	1.889	1.561
Bahia	330,3	262,8	186,8	324,0	114,2	113,8	981	434	609
Minas Gerais	162,5	126,6	131,2	135,2	78,0	106,2	832	616	809
Outros	507,4	417,4	304,9	359,3	286,1	273,1	708	685	896
Total(3)	1.823,2	1.493,7	1.392,9	2.435,8	1.797,1	1.780,1	1.336	1.203	1.278
Algodão arbóreo									
Piauí	163,3	160,8	138,8	13,7	5,3	18,6	84	33	134
Ceará	285,7	229,6	197,9	41,2	18,7	27,8	144	82	141
Rio Grande do Norte	103,0	100,9	83,4	14,2	11,9	7,3	138	118	87
Pernambuco	60,0	34,0	42,2	8,6	2,5	3,3	144	72	79
Outros	122,4	93,1	82,5	21,6	8,8	19,8	176	94	240
Total	734,4	618,4	544,8	99,3	47,2	76,8	135	76	140
Total geral(3)	2.557,6	2.112,1	1.937,7	2.535,1	1.844,3	1.856,9	-	-	-

(1) Preliminar, dados relativos a junho de 1990.

(2) Em caroço.

(3) O total pode diferir da soma das parcelas devido a arredondamentos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 19.- Preços Médios Mensais de Algodão Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/arroba)

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	0,57	4,33	87,36	820,19	477,87	406,76
Fev.	0,64	5,35	146,57	782,79	528,10	397,52
Mar.	0,71	5,31	284,67	734,92	502,89	425,80
Abr.	0,72	6,77	239,98	619,35	609,64	322,42
Mai.	0,76	8,97	345,79	547,03	716,36	425,91
Jun.	0,85	9,70	379,65	506,34	611,10	428,93
Jul.	0,99	10,32	419,26	485,23	471,53	419,26
Ago.	1,18	14,76	...	470,61	494,14	...
Set.	1,41	21,22	...	447,16	511,38	...
Out.	2,04	31,23	...	507,08	538,74	...
Nov.	2,90	38,77	...	563,29	463,57	...
Dez.	3,50	53,00	...	527,47	424,21	...

(1) Em cruzeiros de julho de 1990. Deflator: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

do cruzeiro em torno de 30%. Contudo, a frustração desta expectativa não impediu o escoamento para o mercado externo de produto de qualidade inferior em função da alta dos preços internacionais. A segunda mudança refere-se a redução do consumo em relação as estimativas anteriores, pela perspectiva de fortalecimento do processo recessivo da economia. O consumo interno, previsto pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP), para 1990, em junho, de 775,3 mil toneladas, indica diminuição de 8,8% em relação a estimativa de fevereiro, e de 9,7% em comparação ao do ano passado devendo, inclusive, se situar, aproximadamente no mesmo nível de 1987.

A oferta de algodão em pluma, em 1990 totalizando 926,1 mil toneladas, 17,3% inferior a do ano passado, deverá gerar a necessidade de importações de 150 mil toneladas, originárias principalmente da Argentina e do Paraguai, para garantir o atendimento da demanda, a despeito da prevista redução do consumo e dos preços praticados externamente. O estoque final deverá alcançar 50,8 mil toneladas, o menor volume registrado desde 1983 (quadro 20).

As exportações deverão alcançar 100 mil toneladas, das quais, provavelmente, a maior parcela corresponderá a tipos inferiores, dada a escassez interna. Vale ainda destacar que a queda de 60% no volume a ser exportado em 1990 diverge, ao menos parcialmente, do objetivo da liberação das exportações determinada em 1988, o qual seria o de favorecer o reingresso do Brasil no rol dos principais países exportadores de algodão.

No que tange aos financiamentos para comercialização da safra 1989/90, a limitação de recursos levou à restrição do montante a ser utilizado pelo setor algodoeiro tendo em vista as perspectivas favoráveis do mercado do produto por ocasião da implantação dessas medidas. As contratações de EGF foram concedidas exclu-

sivamente a mini/pequenos produtores, sendo permitido 100% do valor necessário à liquidação do custeio, com limite de 120.000 BTN's, enquanto que para beneficiadores, o crédito é de 100% da produção adquirida de mini/pequenos cotonicultores. Além disso, as operações do EGF foram limitadas a 740 mil toneladas de algodão em caroço e a 170 mil toneladas de pluma, enquanto que as AGFs foram determinadas em 10 mil toneladas de pluma com a finalidade de que prevaleça as condições de mercado.

A Política Industrial e de Comércio Exterior, implantada pela Portaria no. 365, de 26/06/90, reduziu as alíquotas de importação dos seguintes itens inerentes ao setor têxtil: algodão em pluma, de até 20% para 0%; fios, de até 40% para 20%; tecidos, de até 65% para 40%; e confecções, de até 85% para 50%. Esta medida, entre outras, constitui a fase inicial de uma reforma tributária que deverá compreender o período 1991-94. No decorrer do segundo semestre de 1990, os efeitos desta sistemática deverão ser avaliados pelo setor e servir como subsídio à formulação do novo sistema de tarifas para os próximos quatro anos, a ser concluído até o final deste ano. Para isso, será criada a Comissão Consultiva de Revisão Tarifária composta por representantes dos produtores e do Governo, além da participação dos setores de fios e tecidos, conforme divulgação da CFP.

A isenção de tarifas para a importação de algodão em pluma não interferiu, até o momento, nas condições do mercado dada a superioridade das cotações do produto importado em relação ao nacional. Mesmo diante da ascensão dos preços internos desta matéria-prima, em julho, estas ainda se mantiveram inferiores às cotações do Índice B de Liverpool. Contudo, deve-se considerar a possibilidade de alteração desta situação com a entrada no mercado da colheita dos países do Hemisfério Norte.

Para a safra 1990/91, o VBC correspondente à produtividade da DIRA

QUADRO 20.- Suprimento de Algodão em Pluma, Brasil, 1988--90

(em 1.000t)

Item	1988	1989	1990(1)
Estoque inicial (01/03)	182,9	280,5	100,8
Produção	863,6	709,3	675,3
Importação	81,0	130,0	150,0
Oferta	1.127,5	1.119,8	926,1
Consumo	812,0	859,0	775,3
Exportação	35,0	160,0	100,0
Estoque final	280,5	100,8	50,8

(1) Previsão de junho/90.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

de Campinas é de 793,23 BTN/ha e equivale respectivamente, a 43%, 21% e 11% para pequenos, médios e grandes produtores, do custo operacional efetivo de produção estimado pelo IEA. Para Presidente Prudente, o VBC é de 571,05 BTN/ha e representa 49%, 24% e 12% do custo operacional naquela região, considerando-se em ambas os limites de financiamento de 80% para pequenos, 40% para médios e de 20% para grandes produtores (quadro 21).

O preço mínimo de algodão em caroço foi estabelecido em Cr\$ 461,00/arroba, base agosto/90 (BTN = Cr\$53,4071), para todo o País, devendo ser reajustado pelo BTN e vigorar de fevereiro a julho de 1991. Considerando-se o custo operacional total, atualizado para agosto, na DIRA de Campinas de Cr\$626,70/arroba, o referido preço mínimo abrange 74% das despesas estimadas, enquanto que na DIRA de Presidente Prudente, a cobertura do preço mínimo cai para 64% do custo operacional total estimado em Cr\$725,33/arroba.

Atualmente, os preços recebidos pelos cotonicultores paulistas situam-se, em média, em Cr\$550,00/arroba apresentando elevação nominal de 31% em relação ao de julho, indicando um ganho real diante da previsão da taxa de inflação de 10% para agosto. Mesmo assim, este nível de preços figura abaixo do esperado, haja vista as expectativas iniciais de um melhor desempenho econômico na safra, baseadas no quadro de suprimento interno deste ano.

Diante da limitada abrangência dos VBCs sobre os custos operacionais efetivos, bem como da inferioridade do preço mínimo em relação aos custos totais de produção e, ainda, um comportamento dos preços aquém das perspectivas iniciais, espera-se manutenção, ou mesmo pequena ampliação da área cultivada com algodão no Estado de São Paulo na temporada 1990/91.

-AMENDOIM

-Panorama Internacional

A produção mundial de amendoim sem casca na temporada 1990/91 deverá alcançar 16,42 milhões de toneladas com acréscimo de 5,4% em comparação a obtida no ano anterior, conforme a Oil World Weekly. Na China, o incentivo ao plantio de oleaginosas, baseado em políticas governamentais de preços, deverá influenciar o cultivo de amendoim, haja vista a previsão de aumento da produção em 10,8% totalizando 4,10 milhões de toneladas. Nos Estados Unidos, o incremento deverá corresponder a 3,6% em relação ao 1,37 milhão de toneladas de 1989/90, impulsionado pela forte demanda interna e exportação, implicando em significativa redução dos estoques finais daquela safra, enquanto que na Índia, espera-se crescimento de 2,8%, correspondendo a 5,45 milhões de toneladas a serem obtidas no próximo ano.

O suprimento mundial de amendoim sem casca em 1989/90 apontou acentuada redução do estoque final, cujo volume situa-se em 0,56 milhão de toneladas, ou seja, 38,5% menor que o do ano anterior. Este fato é atribuído à diminuição da ordem de 8,0% na oferta, associada a um aumento no consumo in natura, uma vez que a parcela destinada ao esmagamento sofreu retração de 11,5% em relação à temporada passada.

Quanto ao óleo de amendoim, suas cotações sofreram elevação significativa durante o primeiro semestre de 1990 alcançando, em média, US\$932,00/t, impulsionada pela diminuição de 10,7% na oferta e, principalmente, pela forte redução dos estoques da safra anterior, provocando retração de 9,7% do consumo que totalizou 3,82 milhões de toneladas em 1989/90. Em maio de 1990, o estoque de óleo de amendoim, em Rotterdam, correspondia a 0,7 mil toneladas, contra 16,1 mil toneladas no mesmo período de

QUADRO 21.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, DIRAs de Campinas (produtividade de 145@/ha) e Presidente Prudente (produtividade de 82@/ha), Tração Motomecanizada, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Campinas			Presidente Prudente		
	Cr\$ por ha	BTN(1) por @	Participação percentual (%)	Cr\$ por ha	BTN(1) por @	Participação percentual (%)
Mão-de-obra	3.944,00	27,20	4,50	3.684,25	44,93	71,52
Sementes	1.850,00	12,76	2,11	2.150,00	26,22	41,74
Adubos e corretivo	34.727,35	239,50	39,62	15.575,60	189,95	302,37
Defensivos	4.320,60	29,80	4,93	4.414,00	53,83	85,69
Operação de máquinas	17.194,14	118,58	19,62	16.609,07	202,55	322,43
Empreita(2)	11.600,00	80,00	13,23	4.100,00	50,00	79,59
Outros(3)	2.640,00	18,21	3,01	1.485,00	18,11	28,83
Custo Operacional Efetivo	76.276,09	526,04	87,02	48.017,92	585,58	932,16
Depreciação de máquinas	6.968,81	48,06	7,95	6.801,93	82,95	132,04
Encargos financeiros	4.403,85	30,37	5,02	2.547,34	31,07	49,45
Custo Operacional Total	87.648,75	604,47	100,00	57.367,19	699,60	1.113,66
						100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se à colheita por empreita.

(3) Refere-se à despesa com seguro obrigatório.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

1989 (quadro 22).

Para 1990/91, a Oil World Weekly estima que o volume de amendoim a ser destinado ao esmagamento deverá alcançar 9,8 milhões de toneladas, 5,4% superior ao da safra 1989/90, estimulado pela perspectiva favorável do mercado de óleo diante do baixo estoque mundial existente. Esta temporada iniciar-se-á em outubro/90 com o menor estoque inicial de óleo de amendoim dos últimos cinco anos, equivalendo a 0,32 milhão de toneladas, as quais, acrescidas da produção prevista de 3,92 milhões de toneladas, deverão resultar em oferta 2,7% superior a do ano 1989/90. O consumo, por sua vez, estimado em 3,90 milhões de toneladas, poderá aumentar de 2,0% sobre o volume demandado na safra anterior, implicando em estoque final de 0,33 milhão de toneladas em 1990/91.

A estimativa do estoque final da próxima safra (0,33 milhão de toneladas) situa-se bastante próxima da que registrado em 1989/90 (0,32 milhão de toneladas) e poderá contribuir para a estabilidade dos preços internacionais de óleo de amendoim. Assim, espera-se que as atuais condições de mercado sejam mantidas no decorrer da safra vindoura, inclusive pelo relativo equilíbrio entre as variações previstas para a oferta e demanda deste derivado.

As receitas médias das exportações brasileiras de amendoim e derivados apresentaram crescimento em 1989, a despeito da redução do volume registrado naquele ano com exceção do amendoim com casca natural e da torta. As constantes diminuições na oferta, tornando os preços internos elevados em relação aos externos, têm sido o maior entrave às exportações, notadamente de óleo. A recuperação das cotações em 1990 possibilitou um significativo incremento no volume exportado de óleo de amendoim bruto e refinado, alcançando 5,0 mil toneladas até julho de 1990, contra 3,2 mil toneladas no mesmo período do ano passado, conforme à SGS do Brasil. Mesmo assim, é pouco

provável que em 1990 as exportações deste derivado atinjam aquelas quantidades registradas em 1988, dada a escassez de matéria-prima no mercado interno (quadro 23).

-Situação Interna

Em 1989/90, a produção brasileira de amendoim em casca totalizou 135.980 toneladas, volume 9,5% inferior ao da safra passada, dos quais, 108.721 toneladas corresponderam a safra das águas e 27.259 toneladas a da seca, conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tentativa de aumento da produção pelo incremento de 4,6% na área cultivada com amendoim das águas foi frustrada, principalmente no Estado de São Paulo, onde as adversidades climáticas ocasionaram perdas substanciais na produtividade média (7,8% abaixo da obtida em 1988/89), segundo o IEA. Por sua vez, a safra nacional da seca manteve a tendência decrescente de cultivo (-21,9%) e de diminuição da produção (-29,7%). No Estado de São Paulo, o fraco desempenho na safra das águas repercutiu em redução de 12,7% na área ocupada com amendoim da seca, em comparação a mesma safra do ano anterior, com destaque para a DIRA de Marília onde a retração de plantio foi de 18,0%.

A comercialização da safra das águas 1989/90 foi iniciada sob o mesmo cenário desfavorável observado no decorrer do segundo semestre de 1989, quando o enfraquecimento do ritmo dos negócios exerceu pressão baixista sobre os preços recebidos pelos produtores. O prejuízo qualitativo causado pela ocorrência de chuvas durante a colheita, principalmente na região de Marília, associada às importações da Argentina, efetivadas nos primeiros meses de 1990, contribuíram para a queda real dos preços no primeiro quadrimestre do ano, levando a uma perda na relação de troca entre produto e fertilizante em relação ao

QUADRO 22. - Cotações Internacionais de Óleo de Amendoim, 1988/90

(em US\$/t - CIF - Rotterdam)

Mês	1988	1989	1990
Jan.	540	592	903
Fev.	503	630	933
Mar.	501	746	971
Abr.	515	753	938
Mai.	541	792	919
Jun.	637	802	931
Jul.	769	806	...
Ago.	696	820	...
Set.	649	798	...
Out.	606	813	...
Nov.	564	868	...
Dez.	563	877	...
Média	590	775	932

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 23. - Exportações Brasileiras de Amendoim e Derivados, 1988-90

(em tonelada ; em US\$/t)

Item	1988	1989	1990(1)
Com casca natural			
Volume	281,8	758,1	152,1
Preço médio	716,32	832,53	846,92
Com casca desidratado			
Volume	5.892,2	1.180,5	218,3
Preço médio	698,01	800,78	851,37
Sem casca(2)			
Volume	471,3	72,5	-
Preço médio	699,34	893,69	-
Óleo bruto			
Volume	7.471,0	1.978,4	-
Preço médio	498,01	641,36	-
Óleo refinado			
Volume	10.721,8	4.541,0	1.400,0
Preço médio	513,36	643,83	673,00
Torta/Farinha			
Volume	-	2.593,2	-
Preço médio	-	102,60	-

(1) Janeiro e fevereiro.

(2) Inclui triturado.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

mesmo período de 1989.

O impacto da implantação do Plano Econômico, sobre o mercado de amendoim, constituiu-se, basicamente, na paralisação temporária dos negócios, fator responsável pela estabilidade verificada entre março e abril. Posteriormente, contudo, o acirramento da procura em função da proximidade das festas juninas contribuiu para a reação dos preços, cujo nível, em termos reais, ainda, continuou abaixo daquele praticado no mesmo período do ano anterior o que pode ser atribuído, em parte, à presença do produto importado e, em parte, à retração geral no consumo. (quadro 24).

A redução de 11,2% na oferta da safra da seca, com produção estimada em 23,75 mil toneladas, associada à qualidade satisfatória do produto, constituíram-se em fatores, importantes para a retomada dos preços observada no final de julho, quando alcançaram Cr\$750,00/sc.25kg. Porém, este nível de preços situa-se ainda aquém do custo operacional total estimado para a safra da seca na DIRA de Marília e corrigido pelo IGP, a preços de julho/90, de Cr\$999,47/sc.25kg.

A característica qualitativa da safra da seca, associada à reserva de parte da produção para utilização como semente para a próxima safra das águas, poderá sustentar a tendência de alta dos preços durante os próximos meses de entressafra. Entretanto, deve-se considerar a possibilidade da retomada das importações, principalmente de produto argentino, caso estas operações se tornem atrativas em comparação aos preços internos.

Com o estabelecimento das normas de política agrícola, a vigorarem a partir deste ano, o amendoim deixa de participar do Programa de Preços Mínimos, passando a contar com um preço de referência para fins de empréstimos fixado em Cr\$372,00/sc.25kg, base agosto de 1990, com variação mensal pelo BTN entre dezembro de 1990 e março de 1991. Apesar da desvinculação entre o antigo preço mínimo

e o nível de mercado, a ausência de um preço-base para a comercialização poderá exercer pressão mais intensa no caso de ocorrência de perdas qualitativas da safra. Porém, se mantido o padrão de qualidade de produções anteriores, esta medida não deverá alterar a evolução normal dos preços.

O VBC para a faixa de produtividade entre 1.401-2.300 kg/ha corresponde a 451,03 BTN/ha. Considerando-se os limites de financiamento de 80%, 50% e 30%, respectivamente para pequenos, médios e grandes produtores, esse recurso abrange 30%, 18% e 11% dos custos operacionais efetivos, estimados pelo IEA, na DIRA de Marília e a 34%, 21% e 13% dos custos para a de Ribeirão Preto (quadro 25).

Considerando-se o bom desempenho da safra das águas 1989/90, em Ribeirão Preto, espera-se um incremento na área cultivada nesta região, uma vez que a abrangência do VBC é maior e também pelo fato de que o amendoim se adapta muito bem à reforma de canaviais. Por outro lado, na DIRA de Marília, o desempenho razoável da safra da seca poderá proporcionar manutenção da área no plantio da safra das águas em relação a do ano passado.

- ARROZ

Panorama Internacional

A orizicultura mundial é uma das poucas atividades agrícolas que não tem apresentado qualquer problema de suprimento nos últimos dez anos. Apesar da área plantada estabilizar-se em torno da média de 143,8 milhões de hectares, o aumento sucessivo da produtividade, à custa de avanços tecnológicos e de maior especialização dos produtores, tem contribuído para que a oferta global seja mais do que suficiente para satisfazer o aumento vege-

QUADRO 24. - Preços Médios Mensais de Amendoim Recebidos pelos Produtores,
Estado de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/sc. 25kg)

Mês	Corrente			Real (1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	0,41	9,30	95,21	589,96	1.026,37	443,32
Fev.	0,50	10,95	120,75	611,55	1.080,87	327,49
Mar.	0,54	11,61	189,75	558,96	1.099,54	283,82
Abr.	0,60	12,09	212,77	516,12	1.088,71	285,87
Mai.	0,67	12,40	303,45	482,25	990,29	373,76
Jun.	1,12	19,85	521,63	667,18	1.250,55	589,34
Jul.	1,77	20,65	600,96	867,53	943,53	600,96
Ago.	1,92	25,32	...	765,73	847,67	...
Set.	2,53	29,13	...	802,34	702,01	...
Out.	2,90	34,01	...	720,84	586,70	...
Nov.	3,55	43,72	...	689,55	522,76	...
Dez.	5,08	66,54	...	765,59	532,59	...

(1) Em cruzeiros de julho de 1990. Deflator: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 25. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Amendoim das Águas, DIRAS de Ribeirão Preto (produtividade de 90sc.25kg) e Marfília (produtividade de 79sc.25kg), por Hectare, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Ribeirão Preto			Marfília			
	Cr\$ por hectare	Cr\$ por saca	BTN(1) por hectare	Participação percentual (%)	Cr\$ por hectare	BTN(1) por hectare	Participação percentual (%)
Mão-de-obra	8.677,56	96,42	168,46	13,20	6.167,32	78,07	119,73
Sementes	15.362,20	170,69	298,22	23,38	17.940,84	227,10	348,28
Adubos e corretivos	7.872,14	87,47	152,82	11,98	9.266,67	117,30	179,89
Defensivos	6.210,88	69,01	120,57	9,45	8.385,55	106,15	162,79
Operação de máquinas	13.087,60	145,42	254,07	19,91	18.437,78	233,39	357,93
Outros(2)	3.606,98	40,08	70,02	5,49	2.506,44	31,73	48,66
Custo Operacional Efetivo	54.817,35	609,08	1.064,16	83,41	62.704,60	793,73	1.217,27
Depreciação de máquinas	6.515,00	72,39	126,47	9,91	8.901,81	112,68	172,81
Encargos financeiros	4.385,86	48,73	85,14	6,67	5.213,95	57,93	101,22
Custo Operacional Total	65.718,21	730,20	1.275,78	100,00	76.820,36	964,34	1.491,30

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Referese a despesas com sacaria e transporte da produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

tativo do consumo (quadro 26).

A comercialização internacional de arroz (exportação-importação) também tem-se mantido estável, com média histórica de 18,6 milhões de toneladas em equivalente em casca, sendo que os picos desse tipo de comércio são atingidos quando acontecem problemas extemporâneos de quebra de safra em algum país produtor.

A China, maior produtor mundial de arroz, deverá produzir em 1989/90 aproximadamente 179,0 milhões de toneladas de arroz em casca, com incremento de 9,9 milhões de toneladas em relação à safra anterior, quando necessitou importar 1,1 milhão de toneladas para complementar seu consumo interno. A produção chinesa de 1989/90 é recorde, mas sem gerar excedente exportável.

A Índia, segundo maior produtor, tem sua produção estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 105,0 milhões de toneladas de arroz em casca em 1989/90 (1,0 milhão de toneladas, a menos em relação a 1988/89) devendo importar 100 mil toneladas para ajuste de suprimento.

A Tailândia, que foi responsável por 37% do mercado internacional de arroz no período 1986-89, contra 18,6% dos Estados Unidos (segunda colocação) no mesmo período, deverá exportar 6,9 milhões de toneladas de arroz em casca (equivalente a 4,7 milhões de toneladas de arroz beneficiado) ficando com uma fatia de 34,7% do mercado exportador em 1990. Sua produção na safra 1989/90 é estimada pelo USDA em 21,0 milhões de toneladas de arroz em casca. Quanto aos Estados Unidos, a estimativa é que sua exportação em 1990 será de 3,8 milhões de toneladas de arroz em casca, equivalentes a 2,6 milhões de toneladas beneficiadas e a 19,1% do total das transações internacionais.

O Brasil, apesar dos estoques de passagem nos últimos três anos superiores a suas reais necessidades, encontrava-se na posição de potencial

importador de 300 mil toneladas de arroz beneficiado (equivalente a 440 mil toneladas em casca) em 1990, exclusivamente do tipo longo fino (agulhinha) que, por motivo de inadequado tabelamento que estabeleceu paridade irreal em relação ao tipo longo (amarrelão) durante a vigência do Plano Cruzado I em 1986, passou a ser preferido pelo consumidor brasileiro. Entretanto, devido à intensificação das vendas dos estoques oficiais e à flutuação da taxa cambial em níveis mais realistas, o total a ser importado em 1990 poderá fixar-se em 260,0 mil toneladas (em equivalente em casca), conforme estimativa da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) (quadro 27).

- Situação Interna

Desde o início da safra 1989/90, previa-se que a produção brasileira de arroz não corresponderia à expectativa de manutenção da auto-suficiência obtida a partir de 1986/87. Insuficiência de chuvas na época de plantio, inexistência de recursos financeiros oficiais para garantia da execução da política agrícola vigente, produtores cada vez mais descapitalizados e desalento entre os rizicultores, diante dos enormes estoques de arroz em poder do Governo e que poderiam ser jogados no mercado em momento inadequado causando prejuízos a suas atividades foram motivos mais do que suficientes para redução drástica da área plantada de 5.254.200 hectares em 1988/89 para uma área de apenas 3.990.100 hectares em 1989/90. No período 1978-88, a média brasileira de área plantada de arroz atingiu 5.665.800 hectares e em anos anteriores a esse período, a área ocupada com arroz quase sempre superou essa média (quadro 28).

Em relação à produção, a queda será ainda maior, devendo situar-se próximo a 34,8% considerando o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, realizado pela Fundação Ins-

QUADRO 26.- Produção, Suprimento e Consumo Mundial de Arroz em Casca, 1979/80 a 1989/90

Ano	Área (1.000.000ha)	Produção (1.000.000t)	Rendimento (kg/ha)	Exportação (1.000.000t)	Oferta total (1.000.000t)	Consumo (1.000.000t)	Estoque final (1.000.000t)
1979/80	141,5	378,3	2.673	18,7	459,1	381,4	77,7
1980/81	144,2	398,7	2.764	19,4	476,4	405,6	70,8
1981/82	144,9	412,4	2.846	17,3	483,2	418,5	64,7
1982/83	140,4	420,4	2.994	17,5	485,1	421,0	64,1
1983/84	144,1	452,8	3.142	18,1	516,9	448,1	68,8
1984/85	144,1	468,3	3.249	16,6	537,1	456,1	81,0
1985/86	144,7	468,6	3.238	18,5	549,6	469,5	80,1
1986/87	145,1	468,5	3.228	19,0	548,6	474,4	74,2
1987/88	141,4	462,8	3.272	17,5	537,0	470,0	67,0
1988/89	145,5	487,6	3.351	22,5	554,6	481,4	73,2
1989/90	145,6	500,9	3.465	19,9	574,1	492,5	81,6
Média	143,8	447,2	3.110	18,6	520,2	447,2	73,0

Obs.: Para conversão em arroz beneficiado, adota-se o rendimento médio de 68%.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 27.- Estimativa de Suprimento de Arroz em Casca no Brasil, 1980/81 a 1989/90

(em 1.000t)

Safr	Oferta				Demanda			
	Estoque inicial (1) (a)	Produção (b)	Importação (c)	Suprimento d (a+b+c)	Consumo (e)	Excedente f (d-e)	Exportação (g)	Estoque de passagem h (f-g)
1980/81	2.040,0	8.228,0	209,0	10.477,0	9.000,00	1.477,0	73,0	1.404,0
1981/82	1.404,0	9.155,0	203,0	10.762,0	9.100,0	1.662,0	18,0	1.644,0
1982/83	1.644,0	8.224,0	465,0	10.333,0	9.150,0	1.183,0	12,0	1.171,0
1983/84	1.171,0	8.991,0	91,0	10.253,0	9.200,0	1.053,0	2,0	1.051,0
1984/85	1.051,0	8.760,0	500,0	10.311,0	9.660,0	651,0	5,0	646,0
1985/86	646,0	9.813,0	2.074,0	12.533,0	10.240,0	2.293,0	6,0	2.287,0
1986/87	2.287,0	10.578,0	235,0	13.100,0	10.000,0	3.100,0	5,0	3.095,0
1987/88	3.095,0	11.762,2	190,0	15.000,0	10.500,0	4.547,2	10,0	4.537,2
1988/89	4.537,2	11.092,0	200,0	15.829,2	10.800,0	5.029,2	10,0	5.019,2
1989/90	5.019,2	8.213,2	260,0	13.492,4	11.000,0	2.492,4	0,0	2.492,4

(1) Início em 1o. de março do ano da colheita.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 28.- Área, Produção e Rendimento de Arroz em Caixa nos Principais Estados, Regiões e Brasil, 1987/88 a 1989/90(1)

Região e Estado	Área(1.000ha)					Produção(1.000t)					Rendimento(kg/ha)	
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
Região Centro-Sul	4.155,6	3.139,0	2.461,9	1.218,4	8.080,3	6.004,4	2.218	2.574	2.438			
Região Sul	1.156,7	1.122,3	998,8	4.751,3	4.819,7	3.981,7	4.109	4.294	3.986			
Rio Grande do Sul	811,0	804,1	696,9	3.881,3	3.968,9	3.152,9	4.786	4.936	4.526			
Santa Catarina	156,6	154,7	152,2	553,3	555,1	568,7	3.533	3.590	3.737			
Região Sudeste	919,0	787,6	687,8	1.603,4	1.452,0	1.065,3	1.605	1.844	1.549			
São Paulo	276,2	256,8	218,0	511,7	486,3	331,2	1.853	1.894	1.519			
Minas Gerais	579,0	465,8	420,8	890,8	756,8	587,1	1.538	1.625	1.395			
Região Centro-Oeste	2.080,4(2)	1.229,1	775,3	2.863,7(2)	1.808,6	957,4	1.376	1.471	885			
Goiás	1.099,1(2)	655,7	295,4	1.551,5(2)	646,7	298,2	1.412	1.419	1.206			
Mato Grosso	731,9	612,4	360,5	973,7	890,2	474,5	1.330	1.454	1.316			
Região Nordeste	1.444,0	1.373,3	1.101,8	2.080,5	1.779,6	1.090,1	1.441	1.296	989			
Maranhão	955,6	932,5	738,4	1.294,3	1.091,6	599,0	1.354	1.171	811			
Piauí	263,3	252,7	223,3	407,9	340,6	196,4	1.549	1.348	880			
Região Norte	361,4	741,9	426,4	507,5	1.169,9	606,0	1.404	1.577	1.421			
Tocantins	...	381,3	174,5	...	647,0	259,2	...	1.697	1.485			
Rondônia	154,4	149,6	87,1	253,1	249,3	142,5	1.639	1.666	1.636			
Brasil	5.961,0	5.254,2	3.990,1	11.806,4	11.029,8	7.700,5	1.981	2.099	1.930			

(1) Dados preliminares em relação a 1989/90.

(2) Inclui o Estado de Tocantins.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estima a produção de arroz em casca em 7,7 milhões de toneladas. Este panorama é preocupante, entretanto, amenizado pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP) que, realizando outro dimensionamento da estimativa de produção da Região Centro-Sul (6,7 milhões de toneladas contra apenas 6,0 milhões de toneladas previstas pelo IBGE), indica uma produção nacional de 8,2 milhões de toneladas diante de um consumo presumido de 11,0 milhões de toneladas em 1990.

A queda na produtividade da safra 1989/90 deve-se, além dos tradicionais problemas climáticos (estiagem no período de plantio e de floração e excesso de chuvas na colheita na Região Sul e prolongada estiagem nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste), ao fato de o produtor ter sido compelido a reduzir a utilização de insumos essenciais à boa condução da cultura, como fertilizantes e energia elétrica para os sistemas de irrigação, devido à pouca disponibilidade de recursos financeiros e aos níveis desestimulantes dos preços do arroz a nível de produtor.

No Estado de São Paulo, os agricultores acompanharam "pari-passu" os acontecimentos que conduziram à inimaginável decadência da cultura do arroz na safra 1989/90. Justamente no período do início do plantio, os preços reais a nível de produtor começaram a despencar pela necessidade imediatista de dinheiro para liquidação de dívidas pendentes e/ou para custeio da nova safra com capital próprio (quadro 29).

No primeiro semestre de 1989, o produtor paulista necessitava dispor de 133,2 sacas de 60kg de arroz para adquirir 10 toneladas do adubo formulado 4-14-8. Já no segundo semestre, época do plantio, o produtor passou a ter que despender 265,5 sacas para aquisição da mesma quantidade daquele insumo. No primeiro semestre de 1990, esta relação caiu para 204,3 sacas,

enquanto que a média observada em 1989 foi de 199,3 sacas de arroz.

A tendência de redução de área de arroz no Estado de São Paulo, verificada desde 1982, acentuou-se mais na safra 1989/90 com recuo de 13,2% da área em relação à safra anterior. O desânimo entre os produtores foi tão significativo que na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de São José do Rio Preto, maior produtora de arroz no Estado de São Paulo, se deixou de plantar 23,3% da área cultivada na safra 1988/89 (quadro 30).

Uma outra justificativa para a drástica redução de área de arroz, no Estado de São Paulo, pode ser creditada à virtual mudança no hábito de consumo da população, a qual passou a dar preferência ao arroz do tipo agulhinha irrigado (longo fino) em detrimento do tipo amarelão de sequeiro (longo), variedade predominante (90%) na rizicultura paulista, diante da facilidade com que o arroz agulhinha pode ser comprado do Rio Grande do Sul ou importado de países vizinhos.

Todavia, com retenção de produto por parte dos produtores da Região Sul que, afetados com o tabelamento do arroz agulhinha tipo 2 (correspondente a 70% da produção total de arroz agulhinha) a nível de varejo, não tinham margens para recuperar a defasagem de seus preços (ficando, portanto, sem condição de liquidar seus compromissos financeiros), o abastecimento ficou temporariamente comprometido. A solução para esse problema tornou-se quase que imediata, com a importação direta por grandes redes de supermercados de arroz da Argentina e Uruguai. Essa alternativa foi, porém, logo inviabilizada diante das taxas mais realistas do câmbio comercial flutuante.

Para evitar um impasse no abastecimento, o Governo viu-se, finalmente, obrigado a colocar à venda seus elevados estoques, mesmo contrariando as regras vigentes de intervenção e superando a intenção de não realizar vendas a preços teoricamente

QUADRO 29.- Preços Médios Mensais de Arroz Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	0,66	10,32	211,75	949,69	1.138,93	985,95
Fev.	0,72	11,25	351,08	880,64	1.110,49	952,18
Mar.	0,84	11,03	471,22	869,49	1.044,61	704,84
Abr.	1,03	12,08	511,42	886,01	1.087,81	687,12
Mai.	1,3	13,74	630,24	935,71	1.097,30	776,27
Jun.	1,75	17,21	716,04	1.042,46	1.084,23	808,98
Jul.	2,36	19,43	800,77	1.156,70	887,78	800,77
Ago.	3,02	22,07	...	1.204,44	738,86	...
Set.	3,78	28,96	...	1.198,76	697,91	...
Out.	5,03	39,18	...	1.250,29	675,89	...
Nov.	6,23	52,99	...	1.210,11	633,60	...
Dez.	8,25	83,90	...	1.243,33	668,33	...

(1) Em cruzeiros de julho de 1990. Deflator: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 30.- Área, Produção e Rendimento de Arroz em Casca no Estado de São Paulo, por Divisão Regional Agrícola (DIRA), 1987/88 a 1989/90

DIRA	Área(1.000ha)(1)			Produção(1.000t)			Rendimento(kg/ha)		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
Registro	5,3	5,0	4,2	9,9	8,4	6,3	1.868	1.680	1.482
São José dos Campos	21,8	19,7	17,2	89,4	81,9	61,2	4.100	4.157	3.568
Sorocaba	32,5	30,6	28,9	61,2	57,0	57,0	1.883	1.863	1.972
Campinas	33,2	34,0	30,9	62,4	66,0	53,4	1.880	1.941	1.728
Ribeirão Preto	62,1	53,3	47,8	109,8	95,4	60,0	1.768	1.790	1.256
Bauru	8,5	6,5	5,5	12,6	9,6	8,4	1.482	1.477	1.527
São José do Rio Preto	68,9	69,6	53,4	108,0	102,9	45,3	1.567	1.478	848
Aracatuba	13,2	11,9	10,5	18,0	18,3	11,4	1.364	1.538	1.086
Presidente Prudente	8,5	8,2	8,2	9,9	9,9	10,2	1.165	1.207	1.236
Marília	17,2	13,6	12,5	27,0	20,4	17,4	1.570	1.500	1.392
Estado	271,2	252,4	219,1	508,2	469,8	330,6	1.874	1.861	1.509

(1) Inclui cultura intercalada ou consorciada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

subsidiados.

Apesar da polêmica gerada em torno desta iniciativa (há grupos favoráveis às vendas oficiais, enquanto que há outros grupos, bem radicais, que sempre acham que toda interferência do Governo no mercado agrícola é desastrosa), diversos pontos favoráveis podem ser destacados: a) qualquer venda efetuada refletir-se-á em redução de custo de armazenagem e minimização de prejuízos por quebras de estoque e/ou por deterioração; b) as vendas geram receitas que, direta ou indiretamente, poderão ser reaplicadas na agricultura; c) a circulação da mercadoria é geradora de novas contribuições, taxas e impostos; d) os compradores reduzem a capacidade ociosa de suas instalações industriais; e) o consumidor terá acesso a produto inevitavelmente mais barato e condizente com seu poder aquisitivo; f) a colocação à venda dos estoques oficiais induz ao equilíbrio entre demanda e oferta, contribuindo assim para uma redução nas pressões inflacionárias.

Independentemente de qualquer outra justificativa favorável às vendas a qualquer preço dos estoques em poder do Governo, pode-se afirmar que a livre iniciativa só atuará sadiamente quando deixar de admitir o Governo como um forte, danoso, perdulário e indesejável concorrente. Esta condição só será obtida quando os estoques oficiais atingirem o estrito nível de segurança.

- Perspectivas

O Brasil não pode se dar ao luxo de imaginar que qualquer problema interno de abastecimento de produto agrícola pode ser resolvido pura e simplesmente com importação. Por sua dimensão continental, a simples alusão de uma possível escassez interna de um determinado produto incorre em imediato aumento na sua cotação no mercado internacional. Neste caso, a melhor possibilidade de eliminação dessa vulnerabilidade é a auto-suficiência

aliada a um suprimento bem dimensionado.

Não existem condições psicológicas e materiais para que a rizicultura brasileira volte a ocupar área próxima à sua média tradicional, mesmo porque, essa média era mantida à custa da expansão das fronteiras agrícolas. Atualmente, esta expansão ocorre em ritmo mais lento e o arroz deixou de ser o produto eleito para o início do desbravamento.

Para o retorno ao nível de produção satisfatório, as atenções devem ser voltadas para os ganhos de produtividade, os quais somente são obtidos com investimentos em desenvolvimento e aplicação de tecnologia. Neste sentido, as decisões políticas e econômicas governamentais em relação à safra agrícola 1990/91 foram aguardadas com muita ansiedade, pois delas dependiam a alavancagem para a saída da situação de penúria e desânimo encontrada entre os produtores nacionais.

A divulgação dos novos critérios de distribuição de empréstimos e a atualização dos valores de sustentação da política de Garantia de Preços Mínimos do Governo (PGPMG) demonstram o reconhecimento de que a situação vigente estava a desejar e era, em parte, responsável pela desmotivação geral implantada na atividade de produção de alimentos básicos para consumo interno.

A esperança do Governo de que suas medidas deverão incorrer em um incremento de 12% na produção de arroz na safra 1990/91 é bastante modesta, porém, realista. O Instituto de Economia Agrícola (IEA) estimou o custo de produção de uma saca de 60kg de arroz agulhinha (irrigado) em Cr\$1.002,77 enquanto que o novo preço mínimo de garantia equivale a apenas Cr\$993,60/sc.60kg (correspondente a Cr\$828,00/sc.50kg), portanto, 0,9% inferior ao Custo Operacional Total estimado pelo IEA para o Estado de São Paulo, mais especificamente na Divisão Regional Agrícola de São José dos Campos loca-

lizada no Vale do Paraíba (quadro 31).

Em relação aos Valores Básicos de Custeio (VBC), a situação não é melhor, pois o Custo Operacional Efetivo, estimado pelo IEA para produção de 4.200kg de arroz irrigado por hectare, se eleva a 1.138,90 BTN/ha enquanto que o maior VBC determinado para a próxima safra foi fixado em apenas 1.054,85 BTN/ha, para a faixa de produtividade acima de 6.000kg. Para o padrão de produtividade paulista, o VBC fixado é de 588,24 BTN/ha, valor este que cobre 51,6% do Custo Operacional Efetivo, pouco estimulante.

Para o arroz de sequeiro, apesar do mesmo tratamento dado ao arroz irrigado, mantém-se a política de desestímulo à atividade. O IEA estimou o Custo Operacional Total de produção por saca de 60kg de arroz de sequeiro em Cr\$1.184,89, enquanto que é de Cr\$765,00 o valor fixado pela PGPMG (quadro 32).

Independentemente das novas medidas de política agrícola de crédito e de garantia de preços mínimos não corresponderem à plenitude dos anseios da classe produtora de arroz, a reação geral do setor é de que haja expansão nas áreas de cultura de subsistência e recuperação da produtividade nas áreas dos produtores especializados, podendo gerar um aumento na produção da ordem de 15%.

- BATATA

A produção brasileira de batata tem-se mantido nas últimas safras pouco acima de dois milhões de toneladas com produtividade oscilando entre 13 e 14 toneladas por hectare. Os principais Estados produtores são Minas Gerais, São Paulo e Paraná que produziram, em 1989, 579.702 toneladas, 546.600 toneladas e 502.158 toneladas, respectivamente. Nesses Estados são realizadas mais de uma safra por ano (quadro 33).

No Estado de São Paulo, na safra 1989/90, foram realizados três cultivos de batata. No das águas, foram produzidas 190.800 toneladas de tubérculos em 10.200 hectares, alcançando produtividade de 18.710 quilogramas por hectare, enquanto que no cultivo da seca, a produção, colhida de abril a julho, totalizou 154.800 toneladas (quadro 34).

A produção de batata da seca foi apenas 7% maior, enquanto a área expandiu 28% em relação a mesma safra do ano anterior. A produção da safra de inverno, no Estado de São Paulo, está sendo prevista em 141.000 toneladas, 34% inferior àquela do ano anterior, devido a redução de área ao redor de 20%, em consequência da detecção de mercúrio nas plantações em setembro de 1989 e das interferências do Plano Brasil Novo, quando foram congelados os preços de batata ao consumidor além do atraso da liberação do crédito rural e do bloqueio de recursos dos produtores em março.

No entanto, dado que havia algum excesso de produção relativamente à quantidade consumida, esta diminuição da produção veio apenas esquentar o mercado com ligeira alta dos preços, passando a remunerar o produtor à altura dos seus investimentos, visto que, havia desde outubro de 1989 um achatamento dos preços ao nível de produção e do consumo.

O fato novo foi a ocorrência de geada em julho na produção de inverno; no entanto, a principal região produtora foi muito pouco afetada e os reflexos dessa pequena perda poderão aparecer ao final de setembro de 1990, quando normalmente já existe pouca oferta de tubérculo. No Entreponto Terminal de São Paulo, observase maior afluxo da batata no período de novembro a março e em junho, quando ocorrem a colheita da safra das águas e o final da safra da seca. Pode-se notar, também, que a quantidade ofertada pela safra de inverno é normalmente menor, aumentando de setembro a janeiro e, como resultado, os preços

QUADRO 31.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 70sc.60kg, DIRA de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTN(1)	Participação
	por hectare	por saca	por hectare	percentual (%)
Mão-de-obra	8.027,50	114,68	155,84	11,44
Sementes	7.500,00	107,14	145,60	10,68
Aubos e corretivo	5.242,00	74,89	101,76	7,47
Defensivos	16.730,95	239,01	324,80	23,84
Operação de máquinas	16.617,15	237,39	322,59	23,67
Outros(2)	4.550,00	65,00	88,33	6,48
Custo Operacional Efetivo	58.667,60	838,11	1.138,90	83,58
Depreciação de máquinas	7.222,72	103,18	140,21	10,29
Encargos financeiros	4.303,92	61,48	83,55	6,13
Custo Operacional Total	70.194,24	1.002,77	1.362,67	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 32.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Arroz Sequeiro, por Hectare, Produção de 27sc.60kg, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTN(1)	Participação percentual
	por hectare	por saca	por hectare	(%)
Mão-de-obra	3.176,00	117,63	61,66	9,93
Sementes	2.250,00	83,33	43,68	7,03
Azubos e corretivo	7.812,40	289,35	151,66	24,42
Defensivos	76,80	2,84	1,49	0,24
Operação de máquinas	8.870,53	328,54	172,20	27,73
Empreita(2)	3.500,00	129,63	67,94	10,94
Outros(3)	810,00	30,00	15,72	2,53
Custo Operacional Efetivo	26.495,73	981,32	514,36	82,82
Depreciação de máquinas	3.675,59	136,13	71,35	11,49
Encargos financeiros	1.820,80	67,44	35,35	5,69
Custo Operacional Total	31.992,12	1.184,89	621,06	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se à colheita por empreita.

(3) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 33.- Área, Produção e Produtividade de Batata, no Brasil, 1988/90

Ano	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1988	173.168	2.299.499	13.279
1989	156.410	2.128.610	13.609
1990(1)	151.882	2.122.015	13.971

(1) Dado preliminar, sujeito à retificação. Refere-se a ano civil.

Fonte: Levantamento sistemático da produção agrícola - junho de 1990 - IBGE.

no período são descendentes. Neste contexto, espera-se que o mercado de batata se mantenha firme até o final da safra de inverno, em outubro (figuras 1 e 2).

Para a próxima safra das águas, o volume a ser colhido deverá ser semelhante ao do ano anterior, colhida cerca de 1.266.706 toneladas no Brasil.

O custo de produção de batata é um dos que requer maior investimento por unidade de área, dentre os produtos agrícolas. Considerando o sistema de produção da cultura das Águas na DIRA de Sorocaba, em julho, o produtor deveria desembolsar Cr\$423.501,77 para o cultivo de um hectare com produtividade de 413 sacas de 60kg. O principal item de despesa é o tubérculo semente que participa com 33,06% do custo operacional total (quadro 35). Em seguida, aparecem adubos e corretivo com 20,11%, visto que a alta produtividade por hectare da bataticultura requer fertilizantes em grande quantidade (6,2 t/ha). O gasto com defensivos representa 12,81%, em virtude da necessidade do controle de pragas, doenças e plantas invasoras da cultura. Para a aplicação de todos esses insumos, preparo do solo e, inclusive, a irrigação, o uso de máquinas onera

significativamente o custo e participa com 12,46%.

-CEBOLA

A produção brasileira de cebola em 1989 teve aumento de 16,6%, ocasionada por um acréscimo de área de 12,0% e de produtividade em 4,0%, relativamente ao ano anterior. Para 1990, espera-se produção de 896.012 toneladas, que estão sendo cultivadas em 75.224 hectares, segundo o IBGE (quadro 36). Os maiores aumentos de produção são esperados nos Estados do Sul do País - Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná -, visto que em São Paulo, Pernambuco e Bahia, prevê-se leve declínio da produção em 1990 relativamente a 1989 para a safra de cebola de muda no Brasil.

O abastecimento de cebola é consequência do cultivo de três safras distintas realizadas em épocas diversificadas. A safra maior é com cebola do grupo baía periforme, cuja oferta ocorre de novembro a maio. São responsáveis por essa produção as Regiões Sul e Sudeste, onde se armazenam parte do bulbo para ofertar de fevereiro a maio. A outra safra é consequência do cultivo de cebola clara precoce, cuja

QUADRO 34.- Área, Produção e Produtividade de Batata, no Estado de São Paulo,
1989/90

Cultivo	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
Águas	10.200	190.800	18.710
Seca	7.470	154.800	20.720
Inverno	9.360	141.000	21.860
Total	24.120	486.600	20.170

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

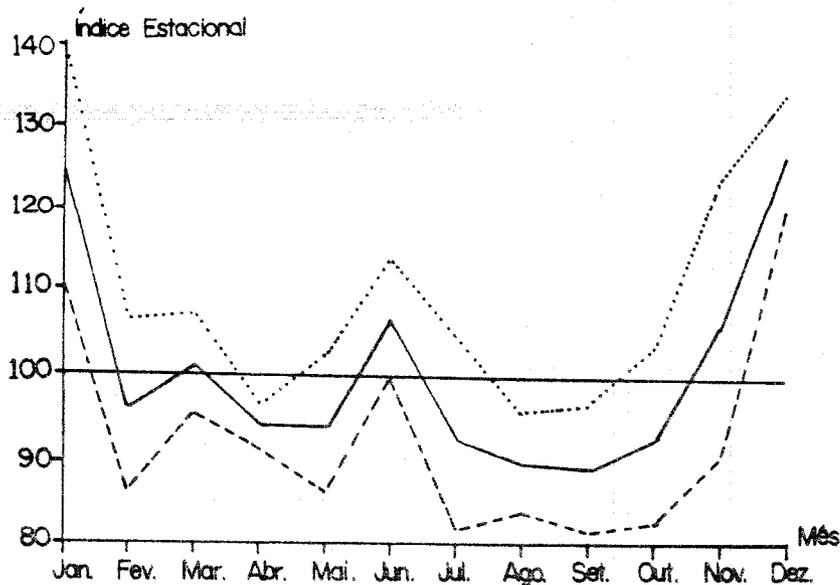


FIGURA 1. - Variação Estacional de Quantidade Comercializada de Batata, na CEAGESP, no Período 1985-89.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) utilizando dados do Boletim Mensal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

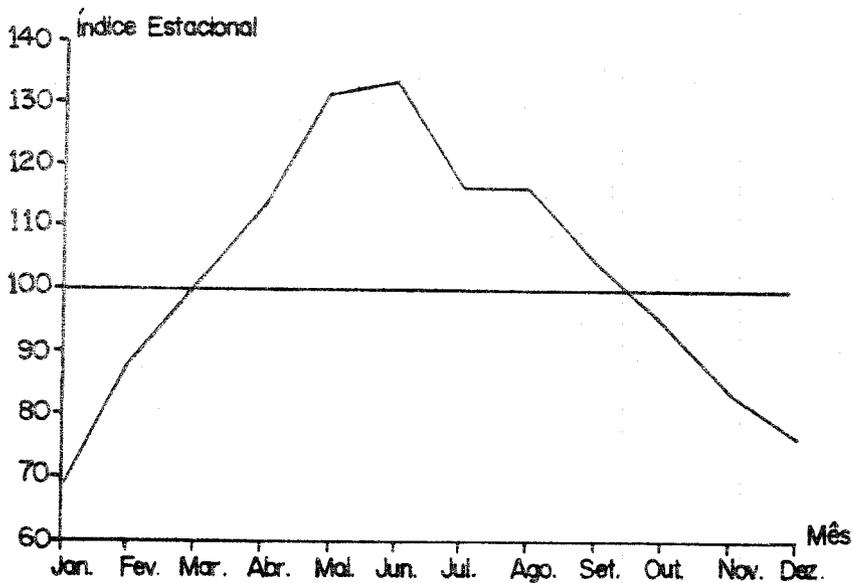


FIGURA 2. - Variação Estacional de Preços Recebidos pelos Produtores de Batata, Período 1985-89.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) utilizando dados do Boletim Mensal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 35.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Batata das Águas, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 413sc. 60kg, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	18.012,00	43,61	349,66	4,25
Sementes	140.000,00	338,98	2.717,80	33,06
Adubos e corretivo	85.155,33	206,19	1.653,11	20,11
Defensivos	54.251,73	131,36	1.053,18	12,81
Operação de máquinas	52.751,34	127,73	1.024,05	12,46
Outros(2)	16.354,80	39,60	317,49	3,86
Custo Operacional Efetivo	366.525,20	887,47	7.115,29	86,55
Depreciação de máquinas	34.985,06	84,71	679,16	8,26
Encargos financeiros	21.991,51	53,25	426,92	5,19
Custo Operacional Total	423.501,77	1.025,43	8.221,37	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 36. - Área, Produção e Produtividade de Cebola, Brasil, 1989/90

Ano	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1987	69.560	755.574	10.862
1988	65.009	677.573	10.423
1989	72.835	789.945	10.846
1990	75.224	896.012	11.911

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - IBGE.

QUADRO 37. - Área, Produção e Produtividade de Cebola no Estado de São Paulo, por Divisão Regional Agrícola, 1990

Cultivo	Muda			Soqueira		
	Área (ha)	Produção (t)	Produti- vidade (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produti- vidade (kg/ha)
DIRA						
Registro	-	-	-	-	-	-
S. José dos Campos	-	-	-	-	-	-
Sorocaba	4.970	97.300	19.577	3.830	62.500	16.318
Campinas	3.500	64.300	18.371	120	1.530	12.750
Ribeirão Preto	1.780	32.200	18.090	-	-	-
Bauru	-	-	-	-	-	-
S.J. do Rio Preto	90	1.900	21.111	-	-	-
Araçatuba	450	5.700	12.666	200	2.540	12.700
Pres. Prudente	-	-	-	-	-	-
Marília	-	-	-	-	-	-
Estado	10.790	201.400	18.665	4.150	66.570	16.041

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

semente é importada, e é realizado visando o abastecimento exclusivo da entressafra de baía periforme de abril a setembro. Entre a safra de baía periforme e as claras precoces, ocorre o terceiro cultivo, que é aquele realizado com bulbinhos ao invés de mudas e chamado pelos produtores de "soqueira".

No período 1985-89, apesar dos choques econômicos (ortodoxo e heterodoxo), o padrão de variação estacional dos preços de cebola durante o ano não se alterou (figura 3). Os preços maiores em média apareceram de março a setembro abrangendo exatamente a entressafra de cebola de muda baía periforme, quando a oferta de bulbo é bastante diminuta. A oferta de cebola, proveniente do Sul em 1990, foi normal e com fluxo regular até início de maio, o que manteve os preços fortemente achatados até março. Em abril e maio houve aquecimento do mercado em consequência da escassez do produto do Sul e leve atraso na safra de bulbinho em Piedade.

A elevada taxa de inflação no início do ano forçou os produtores a atrasarem o plantio, da safra de soqueira no Estado de São Paulo, agravado pela não disponibilidade de crédito rural e congelamento dos recursos dos produtores, fazendo com que o volume produzido diminuísse em 11,0%, estimado em 66.570 toneladas em junho, quando em abril se esperava produção de 80.800 toneladas. Isto ocorreu devido a redução no uso de insumos e condições climáticas menos favoráveis que em 1989. Além do atraso dessa safra, o mesmo ocorreu com a safra de claras precoces do Nordeste e do Sudeste, o que ocasionou o aquecimento do mercado com elevação significativa de preços de cebola ao consumidor, dando margem à importação de cebola da Argentina, Chile e Espanha de junho a agosto.

A colheita de claras precoces do plantio de muda deverá atingir o auge da produção ao final de agosto e setembro, perdurando a oferta até outubro. Os Estados produtores, que es-

tão colhendo nesse período, são Pernambuco e Bahia que poderão ofertar cerca de 137.000 toneladas, segundo o IBGE.

Nas regiões agrícolas de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, a oferta de mais de 98.400 toneladas de claras precoces deverá garantir o abastecimento do mercado brasileiro aos preços atuais e até com declínio a partir de meados de setembro (quadro 37).

O que se pode prever é que, se mantido o ciclo de resposta de produção aos preços, como tem ocorrido nos últimos 20 anos, a cebola da safra de baía periforme terá preços achatados em 1991, dado que no Sul do País aumentou significativamente a semeadura e, portanto, caso não venham a ocorrer acidentalidades climáticas ou fitossanitárias, o volume que se espera produzir abastecerá o mercado brasileiro caudalosamente. Para a safra de baía periforme, em Sorocaba, no Estado de São Paulo, está prevista produção de 97.300 toneladas apenas 4,0% superior a da safra anterior. Esta região engloba os municípios de Piedade, Ibiúna, Pilar do Sul e Capão Bonito, grandes produtores de cebola baía periforme, cuja colheita deverá se iniciar em final de outubro e terminará de ser comercializada em dezembro.

O custo de produção dessa cebola baía periforme, considerando o sistema de produção em Piedade e os preços dos fatores em julho de 1990, deverá situar-se em torno de Cr\$413.592,15 por hectare para uma produtividade média de 20 toneladas. Para obter essa produtividade, o item que tem maior participação é o de adubos e corretivo (11,02% do total) com aplicação de 3.780kg/ha. Em seguida, aparece o item operação de máquinas com 10,24%, visto que o preparo do solo, irrigação e todas operações de cultivo, à exceção de capina, transplante e colheita, são mecanizadas (quadro 38).

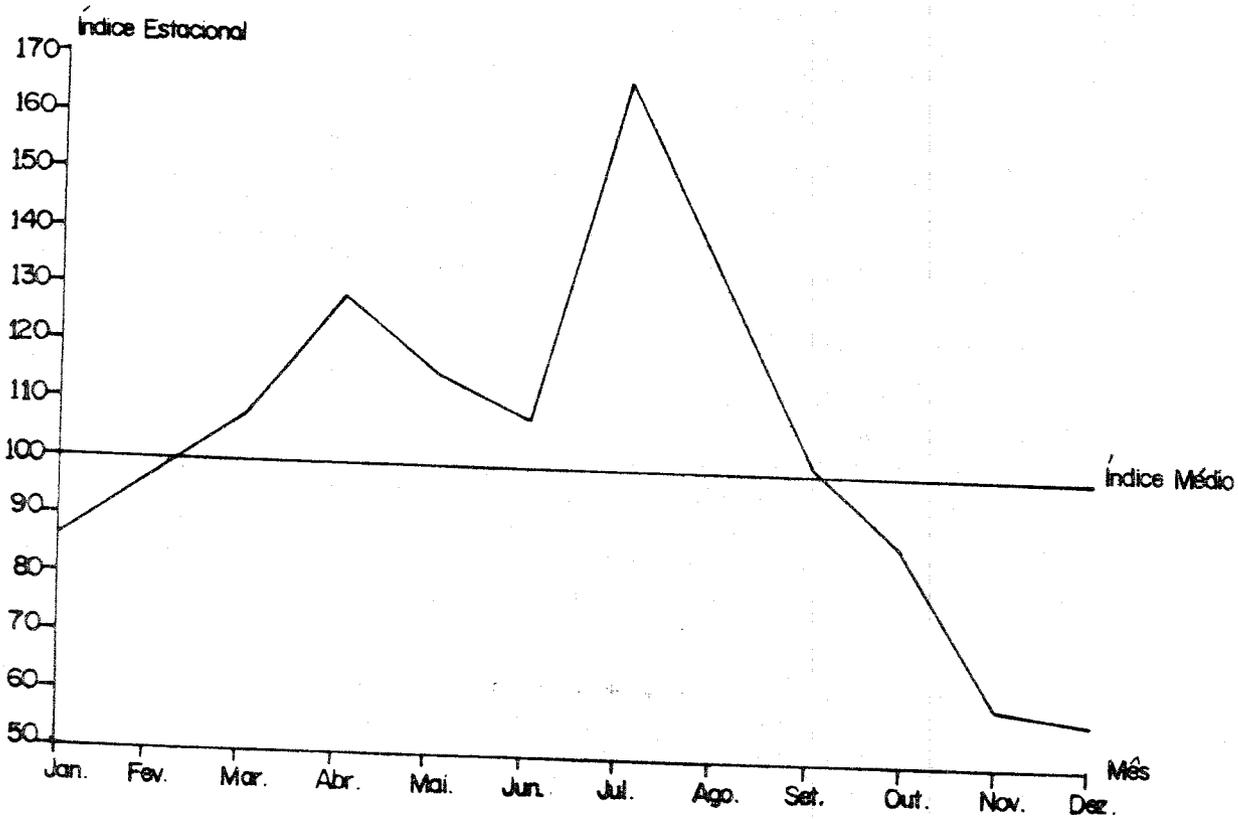


FIGURA 3. - Variação Estacional de Preços Recebidos pelos Produtores de Cebola, 1985-89.

QUADRO 38. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cebola de Muda, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 1.000sc.20kg, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	23.557,51	24,93	457,32	5,70
Mudas	23.288,72	24,64	452,10	5,63
Adubos e corretivo	45.581,00	48,23	884,86	11,02
Defensivos	16.829,46	17,81	326,71	4,07
Operações de máquinas	42.773,45	45,26	830,35	10,34
Empreita(2)	26.000,00	27,51	504,73	6,29
Outros(3)	33.075,00	35,00	642,08	8,00
Custo Operacional Efetivo	211.105,13	223,39	4.098,15	51,04
Depreciação de máquinas	187.709,66	198,63	3.643,98	45,39
Encargos financeiros	14.777,36	15,64	286,87	3,57
Custo Operacional Total	413.592,15	437,66	8.029,00	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se ao corte por empreita.

(3) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- FEIJÃO

- Situação Interna

A área plantada com feijão no Brasil tem apresentado sucessivas quedas nos últimos três anos. Mais de um milhão de hectares deixaram de ser cultivados com feijão no triênio (1987/88 a 1989/90), segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devido, principalmente, à grande retração observada na safra do Norte-Nordeste onde cerca de 800 mil hectares não mais são utilizados para a cultura, em razão de problemas ligados à seca que inviabilizaram o plantio em regiões importantes. Observa-se, no entanto, para todo o Brasil que os rendimentos no último ano voltaram aos patamares de 1987/88 e, com isso, a redução da produção se deu em proporção inferior em 1989/90 com relação ao ano anterior. A recuperação da área plantada de feijão torna-se, pois, um imperativo para atender às necessidades de consumo, visto que a tendência de queda faz agravar os problemas de abastecimento do produto (quadro 39).

A Companhia de Financiamento da Produção (CFP), acompanhando a evolução do suprimento (produção, comercialização e consumo) do feijão, amparado pela PGPM, estimou, para a safra 1989/90, um estoque inicial (em 1.º de novembro de 1989) de apenas 76.700 toneladas de feijão. Essa situação foi considerada, então, preocupante em termos de abastecimento, a ponto de o Governo tentar estimular o aumento de produção via reajuste do preço mínimo de garantia (quadro 40).

Salvo nas regiões onde as condições climáticas eram desfavoráveis, a ampliação da área plantada na primeira safra (das águas) 1989/90 foi generalizada devido à euforia dos elevados preços recebidos pelos produ-

tores no período de maio a setembro que coincide com o ciclo do plantio, o que vinha a confirmar de que havia mesmo escassez do produto (quadro 41).

Paradoxalmente, esses elevados preços foram responsáveis pela limitada disponibilidade de semente para plantio, que foi desviada para consumo. Com a dificuldade de aquisição de semente, pois a grande procura levou ao seu encarecimento, aliada à descapitalização da maioria dos produtores e à dificuldade de acesso aos recursos financeiros oficiais, a área total de feijão das águas restringiu-se a 2.497.900 hectares contra 2.624.300 hectares plantados em 1988/89 (quadro 42).

No Estado de São Paulo, os produtores responderam ao estímulo dos preços de mercado aumentando a área de feijão das águas de 115.000 hectares para 153.500 hectares, ou seja, significativo acréscimo de 33,5%. Na Divisão Regional Agrícola de Sorocaba, tradicionalmente a maior produtora paulista de feijão e por abrigar produtores capitalizados pelos sucessos de safras anteriores, a ampliação da área plantada atingiu 45,5% em relação à mesma safra do ano anterior (quadro 43).

A safra de feijão da seca (segunda safra 1989/90) também transcorreu de forma atípica por diversos fatores. Justamente em fevereiro, quando o plantio é mais intenso, o preço médio ao nível de produtor sofreu forte redução de valor real devido à normalização de oferta ocorrida nos últimos dez dias de janeiro. Os preços retraídos e uma insistente instabilidade climática já seriam suficientes para que o produtor ficasse indiferente a qualquer pretensão de aumento de área para aproveitar a fase dos baixos níveis de estoque existentes.

Para piorar o clima de insatisfação no setor agrícola, o Plano Brasil Novo ao tabelar em março os preços a nível de varejo, do feijão preto e do feijão cariquinho, época

QUADRO 39. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Feijão, Brasil, 1987/88 a 1989/90(1)

Região e safra	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
Centro-Sul									
1a. Safra (Águas)	1.614,4	1.290,4	1.420,0	1.071,4	735,0	830,8	867	570	585
2a. Safra (Seca)	944,5	844,7	925,3	524,4	536,1	597,4	542	606	646
3a. Safra (Inverno)	154,8	156,8	158,8	147,3	170,5	173,7	966	1.088	1.094
Subtotal	2.713,7	2.331,9	2.505,0	1.750,1	1.441,6	1.441,6	645	618	639
Norte-Nordeste									
1a. Safra	1.808,1	1.333,9	1.077,0	643,3	334,9	317,8	351	251	295
2a. Safra	1.382,8	1.509,4	1.286,2	516,4	531,8	575,0	373	373	447
Subtotal	3.190,8	2.843,3	2.363,2	1.150,7	866,7	892,8	361	305	378
1a. Safra	3.422,5	2.624,3	2.497,9	1.711,7	1.069,9	1.148,6	500	408	460
2a. Safra	2.327,3	2.394,1	2.211,5	1.041,8	1.067,9	1.172,4	448	446	530
Brasil	5.904,6	5.175,2	4.868,2	2.900,8	2.308,3	2.494,7	491	446	512

(1) Dados preliminares referentes a 1989/90.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 40. - Estimativa de Suprimento de Feijão, Brasil, 1980/81 a 1989/90

(em 1.000t)

Safras	Oferta					Demanda			Estoque de passagem
	Estoque inicial(1)	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Excedente	Exportação		
1980/81	22,0	2.407,0	5,6	2.434,6	2.414,1	20,5	0,0	20,5	
1981/82	20,5	3.097,6	3,5	3.121,6	2.459,5	662,1	6,6	655,5	
1982/83	655,5	1.654,7	3,7	2.313,9	2.076,6	237,3	14,9	222,4	
1983/84	222,4	2.616,1	60,5	2.899,0	2.723,5	175,5	5,6	169,9	
1984/85	169,1	2.534,7	15,3	2.719,9	2.378,2	341,7	9,7	332,0	
1985/86	332,0	2.244,8	95,0	2.671,8	2.400,0	271,8	4,6	267,2	
1986/87	267,2	2.108,0	35,0	2.410,2	2.300,0	110,2	3,9	106,3	
1987/88	106,3	2.752,0	10,0	2.868,3	2.600,0	268,3	3,0	265,3	
1988/89	265,3	2.386,4	25,0	2.676,7	2.600,0	76,7	0,0	76,7	
1989/90	76,7	2.245,3	40,0	2.362,0	2.362,0	0,0	0,0	0,0	

(1) Infício em 10. de novembro.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 41. - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1988/90

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	1,66	30,96	575,22	2.388,62	3.416,80	2.678,33
Fev.	2,32	33,94	711,65	2.837,61	3.350,21	1.930,09
Mar.	3,38	37,13	1.539,29	3.498,65	3.516,43	2.302,43
Abr.	3,91	48,33	1.858,26	3.363,41	4.352,15	2.496,66
Mai.	4,06	75,27	2.052,55	2.922,30	6.011,19	2.528,14
Jun.	4,98	133,42	2.494,34	2.966,55	8.405,46	2.818,11
Jul.	5,54	132,22	2.789,07	2.715,31	6.041,30	2.789,07
Ago.	6,27	131,49	...	2.500,00	4.402,04	...
Set.	8,14	129,68	...	2.581,45	3.202,08	...
Out.	14,68	122,45	...	3.648,96	2.112,37	...
Nov.	18,39	217,25	...	3.572,06	2.597,65	...
Dez.	26,88	236,25	...	4.051,00	1.890,94	...

(1) Em cruzeiro de julho de 1990. Deflador: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 42. - Área, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão das Águas, Brasil, 1987/88 a 1989/90

Principais produtores	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Participação (%) (1)	
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	Área	Produção
Paraná	695,7	465,6	500,0	432,0	180,4	250,0	621	387	500	19,4	22,0
Santa Catarina	270,0	239,9	281,4	216,0	186,6	206,6	800	778	734	9,3	15,5
R. Grande do Sul	155,4	153,9	173,7	130,1	121,3	118,3	837	788	681	5,7	9,4
São Paulo	169,7	125,1	153,5	146,3	102,7	111,6	862	821	727	5,2	9,2
Minas Gerais	238,2	232,5	234,4	104,7	102,4	102,8	440	440	439	8,2	7,9
Bahia	497,6	289,7	322,9	131,6	75,5	139,9	264	260	433	13,0	8,8
Ceará	608,8	523,2	376,7	198,4	108,7	78,7	326	208	209	17,7	9,8
Piauí	337,3	276,2	269,4	119,3	76,4	64,2	354	277	238	10,3	6,6
Subtotal	2.972,7	2.306,2	2.312,0	1.478,4	954,0	1.072,1	497	412	463	88,8	89,2
Outros	449,8	318,2	185,9	233,3	115,9	75,5	519	364	406	11,2	10,8
Brasil	3.422,5	2.624,3	2.497,9	1.711,7	1.069,9	1.148,6	500	408	460	100,0	100,0

(1) Média dos três últimos anos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 43. - Área, Produção e Rendimento de Feijão das Águas, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1987/88-1989/90

DIRA	Área (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
Registro	9.000	6.600	8.750	7.500	2.700	5.760	833	409	658
S.J. dos Campos	8.250	6.500	6.950	6.900	6.600	6.450	836	1.015	941
Sorocaba	113.250	76.100	110.700	107.400	66.310	76.980	948	871	695
Campinas	8.900	8.500	9.300	7.800	8.400	9.600	876	928	1.032
Ribeirão Preto	4.000	3.100	3.500	3.300	2.700	3.060	825	871	874
Bauru	1.700	1.900	2.000	1.200	1.500	1.560	706	789	780
S.J. do Rio Preto	2.800	1.900	2.300	1.800	1.500	1.920	643	789	835
Araçatuba	1.700	1.250	950	1.500	1.200	360	882	960	379
Pres. Prudente	4.500	3.300	2.200	2.100	1.800	1.560	467	545	709
Marília	7.200	5.850	6.850	4.500	3.300	4.260	625	564	622
Estado	161.300	115.000	153.500	144.000	96.000	111.600	893	835	727

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

de conclusão do plantio do feijão da seca, arrefeceu o restante de ânimo dos produtores que costumeiramente retardam seus plantios.

Até mesmo no Estado de São Paulo, que apresenta um consumo anual de 550.000 toneladas de feijão (22% da produção brasileira), foi sentido o impacto do tabelamento, com redução na área plantada na segunda safra de 29% (de 148.200 hectares em 1989 para 105.550 hectares em 1990), valendo observar que desde 1962 a área paulista de feijão da seca nunca havia sido inferior a 160.000 hectares.

Já na terceira safra (de inverno ou irrigada), cujo plantio ocorre em maio e junho, mesmo com o quadro de suprimento deficitário indicando a oportunidade e a necessidade de aumento de produção, os produtores não se arriscaram e optaram por diminuição nos investimentos, reduzindo em 11% a área em relação a do ano anterior (quadro 44).

Diante de todas essas circunstâncias, o abastecimento nacional de feijão deveria se encontrar bastante tumultuado, uma vez que o nível de oferta total, em 1990, é nitidamente inferior ao potencial de consumo que se encontra estabilizado em 2,6 milhões de toneladas, mas que já superou 2,7 milhões de toneladas em 1984. O abastecimento interno, contrariando qualquer expectativa de escassez e deficiência, transcorre calmo e tranquilo sem pressões altistas de preços, o que só encontra explicação na perda de poder aquisitivo dos consumidores, de modo que o consumo agregado de feijão se retraiu e ajustou-se à efetiva disponibilidade do produto no mercado.

A manutenção do tabelamento do feijão carioquinha a nível de varejo, além de ter sido uma medida inócua, dificultou o abastecimento de regiões remotas (como é o caso do Nordeste que sofreu elevadas perdas de produção), pois os elevados custos de transporte inviabilizaram sua venda dentro do limite da tabela.

- Perspectivas

Pela primeira vez nos últimos três anos, o anúncio de novas políticas de incentivo ao incremento da produção brasileira de feijão corresponde satisfatoriamente às expectativas do sistema de produção. O objetivo do Governo de aumentar a produção da próxima safra de feijão em 17% parece ser realista e factível.

A determinação do novo preço mínimo de garantia do feijão em 39,2582 BTN (equivalentes a Cr\$2.400,00 em agosto/90), é um fator de estímulo para o produtor que, utilizando razoável grau de tecnologia, conseguir obter produtividade acima de 22sc.60kg/ha. O Instituto de Economia Agrícola (IEA) estimou o custo de produção, para esse tipo de produtor, em aproximadamente Cr\$2.080,00/sc.60kg (quadro 45).

Para o produtor resta a esperança de que a política de garantia dos preços mínimos seja realmente executada, isto é, que existam os recursos financeiros oficiais no exato momento em que se dispuser a vender para o Governo. Neste aspecto, o pessimismo é quase nulo, pois é pública e notória a necessidade de recomposição dos estoques oficiais reguladores do mercado de feijão, que atualmente encontram-se zerados.

De outra parte, o VBC determinado para a faixa de produtividade de 1.101 a 1.600kg/ha corresponde a 64,6% do Custo Operacional Efetivo (COE) estimado pelo IEA. O acréscimo é significativo se comparado com o VBC determinado para a safra imediatamente anterior (terceira safra 1989/90 ou safra de feijão de inverno irrigado) quando cobria apenas 32,6% do COE.

Em uma análise geral, pode-se prever que a reação por parte dos produtores do Estado de São Paulo será positiva, porém mais voltada à melhoria na produtividade (podendo até mesmo atingir o avanço de 17% na produção planejado pelo Governo) do que para aumento de área de plantio de

QUADRO 44. - Área e Produção de Feijão, Estado de São Paulo, 1985-90

Ano	1a. Safra (Águas)		2a. Safra (Seca)		3a. Safra (Inverno)		Total		
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Participação percentual(1)
1985	227.800	141.600	190.770	150.000	67.100	71.400	485.670	363.000	14,2
1986	181.300	66.000	181.870	141.600	71.650	68.700	434.820	276.300	12,5
1987	196.430	106.800	160.900	100.500	95.300	84.000	452.630	291.300	14,5
1988	161.300	144.000	178.200	153.000	108.490	100.800	447.990	397.800	13,7
1989	115.000	96.000	148.200	105.600	106.840	114.000	370.040	315.600	13,7
1990	153.500	111.600	105.550	85.200	95.000	72.000	354.050	268.800	10,8
Média	172.555	111.000	160.915	122.650	90.730	85.150	424.200	318.800	13,2

(1) Em relação à produção brasileira estimada pelo IBGE.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

QUADRO 45. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão das Águas, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 22sc.60kg, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por saca	por hectare	
Mão-de-obra	3.656,00	166,18	70,97	8,28
Sementes	3.750,00	170,45	72,80	8,49
Adubos e corretivo	8.418,00	382,64	163,42	19,07
Defensivos	9.808,80	445,85	190,42	22,22
Operação de máquinas	10.440,33	474,56	202,68	23,65
Empreita(2)	1.320,00	60,00	25,62	2,99
Outros(3)	836,00	38,00	16,23	1,89
Custo Operacional Efetivo	38.229,13	1.737,69	742,14	86,60
Depreciação de máquinas	4.349,47	197,70	84,44	9,85
Encargos financeiros	1.566,25	71,19	30,41	3,55
Custo Operacional Total	44.144,85	2.006,58	856,98	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se à trilhagem por empreita.

(3) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

feijão. Como nos últimos seis anos, em média, foram plantados 172.555 hectares na safra de verão, e na primeira safra 1989/90, a área de feijão foi de apenas 153.500 hectares, existe um potencial latente de 12,4% de acréscimo para a primeira safra 1990/91, sem que venha a se caracterizar como uma expansão mais substancial.

- MANDIOCA

A produção nacional de raiz de mandioca na safra 1989/90, estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 25,4 milhões de toneladas, é 8% superior ao volume obtido na safra anterior e 24% superior ao da safra 1987/88. Essa expansão da produção é reflexo dos altos preços que vigoraram em 1988 e início de 1989 (quadros 46 e 47).

A situação atual do mercado de mandioca e seus produtos já era prevista, dado o caráter cíclico que historicamente se observa, com a comercialização da safra 1989/90 se desenvolvendo precariamente desde seu início, em março. Os preços recebidos pelos produtores têm se apresentado sistematicamente abaixo dos preços mínimos. Entre os fatores responsáveis pelo agravamento dessa situação, destacam-se, em primeiro lugar, o impacto do "Plano Collor", que obrigou os diversos segmentos da economia a redefinirem suas estratégias gerais de atuação no mercado e alterou o relacionamento entre vários setores. Em segundo lugar, de caráter mais específico, mas também derivado do "Plano", o tabelamento, exceto no Estado de São Paulo, dos preços de produtos básicos a partir de 19 de março, onde se incluiu a farinha de mandioca, que vigorou durante cerca de três meses, ao nível de varejo e que comprimiu as margens de comercialização.

Por fim, mas bem anterior à decretação do "Plano", está o Decreto no. 97.163, de 06/12/88, que restrin-

giu a utilização dos recursos do Tesouro a mini e pequenos produtores e suas cooperativas. Na ocasião, como os preços do mercado da mandioca e seus produtos superavam os preços mínimos, a demanda pelos Empréstimos do Governo Federal (EGFs) não estava aquecida e, portanto, a indisponibilidade de recursos não acarretou maiores problemas. Todavia, eles começaram a aparecer a partir de meados de 1989 quando, além da maior oferta, houve retração do consumo, principalmente, na Região Nordeste onde a farinha foi parcialmente substituída pelo arroz, gerando excedente que passou a ser exportado para outras regiões do País. A procura por EGFs aumentou, mas os industriais, dada a polêmica interpretação do Decreto, passaram a ter dificuldades de se enquadrarem. A partir daí, a quantidade ofertada de farinha no mercado passou a aumentar e os preços entraram em declínio em todos os níveis de comercialização, mas de maneira muito mais acentuada os recebidos pelos produtores. Em julho de 1990, em termos reais, o preço médio recebido pelos produtores paulistas foi 186% inferior ao do mesmo mês do ano anterior, enquanto que no atacado e no varejo, no mesmo período, a queda foi respectivamente de 43% e 22%, o que é um indicativo de quanto a margem do produtor foi comprimida (quadros 48 e 49).

No Estado de São Paulo, o setor mandioqueiro, na principal região produtora, está praticamente paralisado. As operações de EGFs, por determinação do Banco Central, estão suspensas desde o início de junho e o mercado está abastecido.

De maneira geral, as indústrias paulistas não estão conseguindo competir em termos de preço com os produtos originários do Paraná e Mato Grosso do Sul, cujas produções somadas apresentaram na corrente safra um acréscimo de 35% relativamente a anterior.

Nessa conjuntura, o plantio de mandioca, cujo período ideal esten-

QUADRO 46.- Área, Produção e Rendimento da Cultura de Mandioca, Estados Seleccionados e Região Nordeste, Brasil, 1985/86 a 1989/90

Ano agrícola	Discriminação	Santa Catarina	Paraná	São Paulo	Mato Grosso do Sul	Nordeste	Brasil
1985/86	Área (1.000ha)	84,8	85,8	35,9	24,4	1.200,0	2.050,3
	Produção (1.000ha)	1.224,1	1.700,0	717,7	444,2	13.348,6	25.556,0
	Rendimento (kg/ha)	14.434	19.814	20.098	18.223	11.105	12.464
1986/87	Área (1.000ha)	75,7	85,4	38,6	25,0	1.116,1	1.934,8
	Produção (1.000t)	1.221,2	1.853,9	754,9	479,6	11.568,2	23.499,9
	Rendimento (kg/ha)	16.124	21.698	19.542	19.195	10.365	12.146
1987/88	Área (1.000ha)	69,5	85,2	26,5	23,2	984,3	1.692,3
	Produção (1.000t)	1.165,9	1.855,3	529,1	459,5	10.248,9	20.844,1
	Rendimento (kg/ha)	16.783	21.765	19.962	19.791	10.413	12.317
1988/89	Área (1.000ha)	64,5	77,3	24,8	30,0	1.088,3	1.869,8
	Produção (1.000t)	1.125,3	1.622,8	531,6	568,6	11.696,9	23.450
	Rendimento (kg/ha)	17.448	20.981	21.441	13.951	10.748	12.541
1989/90(1)	Área (1.000ha)	79,0	110,0	27,5	33,8	1.111,6	1.980,0
	Produção (1.000t)	1.372,4	2.310,0	582,4	655,6	12.206,9	25.369,8
	Rendimento (kg/ha)	17.370	21.000	21.143	19.396	10.981	12.813

(1) Estimativa de junho/90.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 47.- Preços Médios Mensais de Mandioca Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/toneladas)

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	2,03	81,71	470,49	2.921,02	9.017,67	2.190,69
Fev.	3,44	92,46	614,29	4.207,49	9.126,71	1.666,04
Mar.	4,08	92,84	997,14	4.223,22	8.792,50	1.491,49
Abr.	6,46	96,16	1.050,40	5.556,94	8.659,27	1.411,26
Mai.	7,88	103,35	1.335,56	5.671,85	8.253,71	1.645,02
Jun.	8,53	115,37	1.422,88	5.081,27	7.268,31	1.607,57
Jul.	10,82	114,44	1.495,76	5.303,19	5.228,91	1.495,76
Ago.	10,82	121,87	...	4.315,23	4.079,98	...
Set.	14,07	133,75	...	4.462,05	3.223,26	...
Out.	27,96	173,75	...	6.949,93	2.997,33	...
Nov.	42,27	181,47	...	8.210,50	2.169,83	...
Dez.	58,34	222,79	...	8.792,23	1.783,21	...

(1) Em cruzeiros de julho de 1990. Deflator: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 48.- Preços Médios Mensais de Farinha de Mandioca-Crua Grossa, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/kg)

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	0,02	0,52	4,97	33,10	57,03	23,14
Fev.	0,04	0,62	7,01	42,81	60,95	19,01
Mar.	0,04	0,65	11,24	43,06	61,39	16,82
Abr.	0,04	0,61	12,40	38,50	55,22	16,66
Mai.	0,06	0,62	14,32	42,65	49,15	17,64
Jun.	0,07	0,61	16,28	39,57	38,59	18,39
Jul.	0,07	0,64	16,74	35,36	29,07	16,74
Ago.	0,09	0,64	...	35,50	21,56	...
Set.	0,12	0,99	...	37,56	23,79	...
Out.	0,17	1,25	...	41,61	21,55	...
Nov.	0,25	1,83	...	48,56	21,89	...
Dez.	0,25	2,46	...	37,68	19,71	...

(1) Em cruzeiro de julho de 1990. Deflador: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 49. - Preços Médios Mensais de Farinha de Mandioca, Mercado Varejista, Cidade de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/pacote de 500g)

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	0,03	0,49	9,62	38,38	54,08	44,79
Fev.	0,03	0,53	22,27	42,70	52,32	60,40
Mar.	0,06	0,53	38,60	56,94	50,19	57,74
Abr.	0,06	0,53	33,75	51,04	47,73	45,34
Mai.	0,07	0,53	32,09	51,21	42,33	39,53
Jun.	0,08	0,67	30,71	50,03	42,21	34,70
Jul.	0,09	0,97	34,71	45,75	44,32	34,71
Ago.	0,12	1,21	...	49,76	40,51	...
Set.	0,17	1,62	...	52,46	39,04	...
Out.	0,22	2,57	...	55,44	44,33	...
Nov.	0,33	3,38	...	64,05	40,41	...
Dez.	0,39	5,57	...	59,31	44,58	...

(1) Em cruzeiro de julho de 1990. Deflator: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

de-se de maio a setembro, está completamente desestimulado e só estão plantando os agricultores que não têm outra alternativa. O custo de produção para a safra 1990/91 está estimado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) em Cr\$2.210,49 por tonelada, enquanto os preços do mercado variam de Cr\$1.400,00 a Cr\$1.800,00 e o preço mínimo para agosto é de Cr\$1.973,28/tonelada (quadro 50).

As medidas de política agrícola, anunciadas pelo Governo Federal em 15/08/90, objetivando o plantio da safra 1990/91 serão praticamente inócuas no caso da cultura da mandioca, principalmente nos Estados da Região Centro-Sul, onde se faz o cultivo predominantemente com vistas ao mercado. Os Valores Básicos de Custeio (VBCs), que considerando-se a época mais indicada para o plantio de mandioca, já deveriam ter sido divulgados há pelo menos quatro meses, cobrem 82% do custo de produção estimado pelo IEA.

Da mesma forma, o preço mínimo para a safra 1990/91, estabelecido como preço base em agosto em Cr\$2.720,00 por tonelada (equivalente a 50,9 BTN), representa um acréscimo de 38% relativamente ao preço mínimo da atual safra. Todavia, a eficácia da política governamental ficaria prejudicada se as valorizações do VBC e dos preços mínimos de 1989, fossem calculadas com base no IGP, revelando então que houve perdas da ordem de 11% e 4% em relação aos da safra que ora se encerra. Além do mais, os produtores estão tendo muita dificuldade de comercializarem a atual safra, mesmo a preços inferiores ao mínimo atual.

O principal entrave ao setor, principalmente em São Paulo, é a falta de recursos de EGFs, para industrializar a presente safra, pois os recursos do Tesouro Nacional são escassos e poucos os têm conseguido, ao passo que as taxas de juros das instituições privadas são muito altas. A agilização das contratações de EGFs, no momento, é vital para o produtor terminar a

atual safra e seria estimulante para novos plantios. Para o próximo ano agrícola, a expectativa do setor é de redução na área e produção.

-MILHO E SORGO

-Panorama Internacional

A produção mundial da safra 1990/91 (ano comercial de outubro/90 a setembro/91) deverá atingir 470,4 milhões de toneladas, com incremento de 2,2% em relação à temporada anterior, de acordo com previsão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), divulgada em 10/08/90. Pelo segundo ano consecutivo, o aumento se deve os Estados Unidos (EUA), porquanto excluindo-se aquele país, o incremento é de apenas 0,7%. A safra americana deve crescer 4,3%, produzindo 199,4 milhões de toneladas. O suprimento mundial e americano são estimados em, respectivamente, 541,3 milhões de toneladas (-1,1%) e 233,2 milhões de toneladas (2,9%), enquanto o comércio internacional deve movimentar 70,4 milhões de toneladas, apresentando retração de 8,9% em relação à temporada anterior. Os Estados Unidos devem exportar 52,7 milhões de toneladas, cerca de 11,7% a menos, com participação de 74,8% do mercado.

O consumo mundial em 1990/91 deverá manter-se no nível anterior (475,1 milhões de toneladas, ou queda de 0,2%), enquanto nos EUA se prevê um incremento de 2,1%, atingindo 149,9 milhões de toneladas. O estoque final (em setembro de 1991) deve se situar em 66,2 milhões de toneladas (-6,7%) em termos mundiais e em 30,6 milhões de toneladas nos EUA (-9,2%). O aumento do consumo interno e a queda na disponibilidade de milho têm se refletido em elevação de preços ao nível do produtor americano. A previsão atual para a temporada, ora em início de colheita, é de preços entre 2,25 e

QUADRO 50.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Mandioca (1o. ciclo), Tração Motomecanizada e Animal, por Hectare, Produção de 18t, DIRA de Marília, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTN(1)	Participação percentual (%)
	por ha	por t	por ha	
Mão-de-obra	21.381,11	1.187,84	415,07	53,74
Mudas	2.170,00	120,56	42,13	5,45
Adubos e corretivo	1.540,00	85,56	29,90	3,87
Defensivos	81,00	4,50	1,57	0,20
Operação de máquinas	8.213,85	456,33	159,45	20,64
Custo Operacional Efetivo	33.385,96	1.854,78	648,12	83,91
Depreciação de máquinas	4.024,54	223,59	78,13	10,11
Encargos financeiros	2.378,40	132,13	46,17	5,98
Custo Operacional Total	39.788,90	2.210,49	772,42	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

2,75 dólares por bushel (equivalentes a US\$92,51 a 108,26/t), correspondendo a um aumento de 8,5% em relação ao período anterior.

A produção mundial de sorgo da temporada 1990/91 foi prevista pelo USDA, em junho p.p., em 58,0 milhões de toneladas, com incremento de 3,9% em relação ao ano anterior. A maior parte desse aumento se deve aos EUA, cuja produção deve atingir 17,4 milhões de toneladas (+10,8%). Prevê-se que cerca de 37% desse volume (6,5 milhões de toneladas) devem ser exportados pelos EUA, que dominam mais de três quartos do mercado mundial do cereal (exportações totais de 8,4 milhões de toneladas). Argentina e Austrália vêm a seguir como os maiores exportadores com, respectivamente, 1,0 e 0,3 milhão de toneladas para serem exportadas em 1990/91.

-Situação Interna

A produção brasileira de milho na safra 1989/90, cuja colheita está praticamente encerrada, foi prevista pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em junho, em 22,0 milhões de toneladas, correspondendo a uma diminuição de 17,1% em relação à anterior, devida à combinação de retração da área plantada (-9,2%) e menor produtividade média (-8,7%).

Em termos de Região Centro-Sul, responsável por 92% da colheita nacional, a queda da produção (-15,5%) sofreu maior influência das adversidades climáticas, reduzindo em 11,2% a produtividade, do que da retração da área (-4,8%). Entre os Estados maiores produtores, apenas no Rio Grande do Sul houve aumento de área (+4,7%) e de produtividade (+5,2%), resultando em maior produção (+10,2%). Em São Paulo, segundo o 5o. levantamento de previsão de safra, realizado em junho p.p., pelo IEA e CATI, a queda da produção foi muito maior que a indicada pelos dados do IBGE. Assim, a produção esti-

mada (já que a colheita estava quase toda encerrada), de 2.574,0 mil toneladas corresponde a um recuo de 31,5% em relação à safra anterior, face à retração da área em 19,9% e à queda de produtividade de 14,5%. Pode-se, portanto, descontar da produção divulgada pelo IBGE um volume correspondente a 596,8 mil toneladas na safra 1989/90 (quadro 51).

Se, por um lado, a cultura de verão, plantada normalmente no período setembro-dezembro (com concentração em outubro-novembro), sofreu reveses em decorrência de insuficiência de recursos do produtor e de atraso na liberação de crédito bancário (afetando a área) e de menor uso de fertilizantes e sementes melhoradas, além de veranicos e chuvas excessivas (afetando a produtividade), a segunda safra de milho no Estado de São Paulo (denominada "safrinha") teve desenvolvimento normal, contribuindo para um acréscimo de 192,0 mil toneladas à oferta do cereal no ano agrícola 1989/90, ainda não consideradas nos dados anteriores do IBGE e do IEA/CATI. Essa cultura, concentrada na região de Ribeirão Preto, mormente nas sub-regiões de Orlandia, Ituverava e Barretos, é realizada em sucessão com uma lavoura de verão, como a de soja precoce. Apesar do risco e da menor produtividade decorrente da época de desenvolvimento vegetativo, a safrinha vem apresentado vantagem econômica em relação à safra normal de milho, representada por menor custo de produção e preço de venda mais favorável por ocasião da colheita e, em consequência, seu plantio vem se expandindo nos últimos anos.

Na safra 1989/90, com substancial redução na produção e atraso na colheita, o mercado teve um comportamento atípico, com preços em alta em pleno período de colheita. Assim, após atingir os menores níveis em abril, os preços recebidos pelos produtores vêm apresentando altas sucessivas, antecipando em dois meses o início da entressafra. Este comportamento é refle-

QUADRO 51.- Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Milho, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1987/88 a 1989/90

Estado e região	Área (1000ha)			Produção (1000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
Paraná - 1a. Safra	2.101,0	1.866,4	1.925,0	5.355,3	4.620,0	4.525,0	2.549	2.475	2.351
Paraná - 2a. Safra	168,9	270,8	185,0	202,6	676,0	370,0	1.200	2.496	2.000
Rio Grande do Sul	1.619,3	1.572,3	1.646,1	2.537,0	3.583,8	3.947,8	1.567	2.279	2.398
São Paulo(1)	1.285,3	1.326,4	1.153,0	3.684,0	3.756,0	3.170,8	2.866	2.832	2.750
Santa Catarina	988,0	994,7	990,0	2.371,2	2.663,0	2.475,0	2.400	2.677	2.500
Minas Gerais	1.549,8	1.480,9	1.404,5	3.288,8	3.328,9	2.424,6	2.122	2.248	1.726
Goiás	1.112,4	1.042,9	873,6	2.990,0	3.550,0	1.848,4	2.688	3.404	2.116
Mato Grosso do Sul	233,0	250,8	269,2	635,1	725,7	671,0	2.726	2.894	2.493
Mato Grosso	335,3	339,3	271,7	699,8	801,4	650,2	2.087	2.362	2.393
Espírito Santo	119,2	129,7	118,4	218,3	258,3	186,3	1.831	1.992	1.573
Distrito Federal	18,5	15,5	16,8	61,5	53,4	45,4	3.324	3.445	2.702
Rio de Janeiro	37,4	38,0	22,5	61,9	66,1	33,1	1.655	1.739	1.471
Centro-Sul	9.568,1	9.327,7	8.875,8	22.105,5	24.082,6	20.347,6	2.310	2.582	2.292
Norte-Nordeste	3.613,9	3.591,3	2.850,2	2.644,1	2.507,3	1.683,8	732	698	591
Brasil	13.182,0	12.919,0	11.726,0	24.749,6	26.589,9	22.031,4	1.878	2.058	1.879

(1) Não está incluída a 2a. safra, com os seguintes dados do IEA/CATI: área = 88.500ha, produção = 192.000t e rendimento = 2.169kg/ha.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

xo da situação de liquidez da economia, após a edição do plano de estabilização pelo novo Governo Federal em meados de março de 1990. Com o substancial enxugamento da liquidez, o mercado ficou paralisado por duas semanas, não afetando, contudo, o nível de preço no primeiro mês de vigência do plano de estabilização. Desde então, os preços mostraram elevações reais, face a alguns fatores como: a) formação de estoques por parte de produtores e grandes consumidores, na expectativa de que eles seriam mais rentáveis que as aplicações financeiras; b) aumento da demanda pela avicultura de corte, face ao incremento do consumo de frango, deslocando a carne bovina no mercado, como consequência do tabelamento imposto pelo Governo e c) adiamento do prazo de vencimento dos contratos de financiamento de custeio da safra para 31 de agosto, propiciando mais fôlego aos produtores na comercialização do produto. Porém, em termos reais, o preço médio da safra 1989/90 (tomando-se o período abril-julho) é inferior em 24,7% ao do ano anterior e em 20,2% ao de 1987/88 (quadro 52).

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) não teve qualquer eficácia na safra 1989/90, apesar do baixo preço vigente ao nível de produtor, pelo simples fato de o Governo não dispor de recursos para aquisições e empréstimos para comercialização das safras agrícolas. Segundo os dados, somente do Banco do Brasil, até 20 de julho p.p., as aquisições de milho na presente safra atingiram apenas 1.052 toneladas em São Paulo e 380.000 toneladas em todo o País, enquanto os empréstimos para comercialização totalizaram 20.504 toneladas em São Paulo e 415.000 toneladas em todo o Brasil.

Além da correção mensal do preço mínimo pelo Bônus do Tesouro Nacional não acompanhar a inflação, fez-se em junho de 1990 um corte drástico do volume de crédito bancário, visando conter os efeitos inflacioná-

rios da elevada liquidez na economia. Os preços mínimos válidos para a safra 1989/90 desde o início do período de contratação foram os seguintes, em cruzeiros por 60kg: fevereiro, 114,60; março 198,00; abril e maio, 280,20 (dado o "congelamento" do BTN em maio); junho, 295,20 e julho, 323,40. A partir de abril, as altas acentuadas dos preços de mercado fizeram com que os preços mínimos ficassem defasados de 32% em maio, 36% em junho e 41% em julho.

O preço de intervenção, estipulado em 14,28 BTN/60kg para a safra 1989/90, pela Portaria MA no. 57, de 15/02/90, passou a ser atualizado semanalmente a partir de junho p.p., de acordo com o valor do BTN fiscal do primeiro dia útil da semana em questão e mensalmente pelo valor fixado para o BTN no mês. Com as altas verificadas desde maio e corrosões no valor do BTN a partir de março, as cotações no mercado atacadista no Estado de São Paulo se igualaram às do nível de intervenção na segunda semana de agosto, o que implica no início das operações de venda dos estoques oficiais a partir da quarta semana de agosto. Assim, em 17/08/90, a CFP anunciou para 04/09/90 o início dos leilões dos estoques oficiais de milho em toda a Região Centro-Sul do País. Serão ofertadas 242 mil toneladas, em três leilões (em 04, 11 e 18/09/90), correspondentes ao milho das safras 1983/84 até 1986/87. Os preços de aberturas terão como base o preço de mercado menos o deságio de frete, além de desconto por qualidade proporcional ao período de armazenamento do produto.

O quadro de suprimento interno na safra 1989/90, (março de 1990 a fevereiro de 1991), elaborado pela CFP, apresenta uma situação preocupante para o abastecimento até a entrada da nova safra. Com efeito, apesar do nível recorde do estoque inicial em 01/03/90, o suprimento total não será suficiente para atender o consumo previsto (26,4 milhões de toneladas), que é semelhante ao de três anos

QUADRO 52.- Preços Médios Mensais de Milho Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	Corrente			Real(1)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	0,51	7,69	110,69	733,85	848,68	515,39
Fev.	0,55	7,76	154,22	672,71	765,99	418,26
Mar.	0,56	7,25	261,23	579,66	686,62	390,74
Abr.	0,68	6,99	288,34	584,94	629,45	387,40
Mai.	0,87	8,82	412,37	626,21	704,38	507,92
Jun.	1,02	11,90	460,03	607,61	749,70	519,74
Jul.	1,30	11,38	545,82	637,17	519,97	545,82
Ago.	1,84	13,40	...	733,83	448,61	...
Set.	2,33	22,10	...	738,92	532,59	...
Out.	3,45	26,99	...	857,56	465,60	...
Nov.	4,75	40,41	...	922,64	483,18	...
Dez.	6,19	60,97	...	932,87	488,00	...

(1) Em cruzeiro de julho de 1990. Deflator: IGP-DI.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

atrás. O estoque final previsto (100 mil toneladas) deverá ser o menor dos últimos dez anos, caracterizando uma conjuntura deficitária. Observe-se que a produção prevista pela CFP está superestimada (em torno de 1,2 milhão de toneladas) se comparada com a previsão do IBGE, e esse diferencial corresponde, aproximadamente, às importações adicionais e necessárias para complementar as já realizadas até maio de 1990 (quadro 53).

Segundo a publicação "Safras & Mercados - Milho", de 13/08/90, as importações de milho já contratadas totalizam 305 mil toneladas, sendo que cerca de 150 mil toneladas já foram desembarcadas nos portos brasileiros, devendo o restante chegar entre agosto e novembro. Segundo a mesma fonte, dependendo do resultado dos leilões do Governo, a se realizarem a partir de setembro, deverão ser importadas ainda cerca de 310 mil toneladas até o início da próxima safra (em março/91).

O Governo anunciou em 15/08/90, com cerca de 45 dias de atraso em relação ao calendário agrícola da Região Centro-Sul, o "pacote" agrícola para a safra 1990/91 contemplando, entre uma série de medidas de política econômica voltadas para a agricultura, definições quanto aos Valores Básicos de Custeio (VBC) e preços mínimos de garantia. Para a cultura do milho, considerado produto básico juntamente com arroz, feijão e mandioca, foram estabelecidas as seguintes medidas: a) limites de financiamento do VBC de 100% para os mini e pequenos produtores, de 80% para os médios e de 60% para os grandes produtores; b) aumento do VBC em BTN/ha, passando de 237,24 BTN na safra anterior para 357,76 BTN para a faixa de produtividade de 3.501 a 4.000kg/ha (+50,8%), o que, todavia, não significa mais cruzeiros por hectare em termos reais; e c) preços mínimos de garantia regionalizados e fixados de acordo com os custos de importação menos um deságio de 50% do valor do frete até as regiões produtoras, ou seja: Cr\$550,00/60kg (equiva-

lente a 10,29828BTN de agosto/90) para as Regiões Sul, Sudeste e Bahia-Sul; Cr\$470,00 (8,80032BTN) para Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal; Cr\$377,00 (7,059 BTN) para o sul de Mato Grosso e Tocantins; e Cr\$358,80 (6,71802 BTN para o norte de Mato Grosso e Rondônia. Além disso, houve uma reclassificação dos critérios de porte dos produtores para fins de concessão de crédito rural, face à defasagem de cerca de 100% do Maior Valor de Referência (MVR), que quantifica o valor de sua produção agropecuária anual.

O custo de produção da safra 1990/91 foi estimado em Cr\$479,09/60kg para a região de Ribeirão Preto e em Cr\$527,93 para a região de Sorocaba, com base em preços de insumos e serviços na segunda quinzena de julho de 1990. Comparativamente ao ano anterior, houve aumento nas participações dos itens operações de máquinas, transporte por empreita (frete), depreciação de máquinas e encargos financeiros, no custo operacional total (COT). Em consequência, a participação dos insumos (sementes, adubos, corretivos e defensivos) no COT caiu, em relação ao ano anterior, de 50,1% para 42,8% para a região de Ribeirão Preto e de 49,2% para 46,0% para a região de Sorocaba. O item sementes manteve praticamente a mesma participação, enquanto os fertilizantes e corretivos tiveram crescimento menos que proporcional que o do COT (quadro 54).

Considerando-se um médio produtor, com direito à obtenção de financiamento para custeio da safra correspondente a 80% do VBC estabelecido pelo Governo e que obtém de 3,5 a 4t/ha de milho, como o da região de Ribeirão Preto, o VBC efetivamente disponível será de 286,21 BTN (80% de 357,76 BTN) por hectare, suficiente para a cobertura de 62,9% do custo operacional efetivo (COE). A primeira parcela, de 55% do VBC, corresponde a 157,42 BTN e cobre 76,8% das despesas com as compras de sementes, adubos, corretivos e defensivos.

QUADRO 53.- Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Brasil, 1985/86 a 1989/90

(em 1.000t)

Safra(1)	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1985/86	600,0	20.264,1	2.423,6	23.287,7	21.687,6	0,0	1.600,1
1986/87	1.600,1	26.758,3	871,2	29.229,6	26.350,2	0,0	2.879,4
1987/88	2.879,4	25.223,6	15,0	28.118,0	25.320,0	0,0	2.798,0
1988/89	2.798,0	26.266,8	154,9	29.219,7	26.140,0	0,0	3.079,7
1989/90	3.079,7	23.260,5	110,0	26.450,2	26.350,0	0,0	100,2

(1) Estoque inicial em 01 de março do segundo ano da safra.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 54.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Milho, DIRAS de Ribeirão Preto (produtividade de 60sc.60kg) e Sorocaba (produtividade de 55sc.60kg), Tração Motomecanizada, por Hectare, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Ribeirão Preto				Sorocaba			
	Cr\$		BTN(1)	Participação	Cr\$		BTN(1)	Participação
	por ha	por sc.	por ha	percentual (%)	por ha	por sc.	por ha	percentual (%)
Mão-de-obra	1.488,02	24,80	28,89	5,18	1.145,67	20,83	22,24	3,95
Sementes	1.947,00	32,45	37,80	6,77	2.420,00	44,00	46,98	8,33
Adubos e corretivo	9.766,00	162,77	189,59	33,98	10.042,00	182,58	194,94	34,58
Defensivos	578,00	9,63	11,22	2,01	888,00	16,15	17,24	3,06
Operação de máquinas	8.471,99	141,20	164,47	29,47	8.027,92	145,96	155,84	27,65
Empreita(2)	1.200,00	20,00	23,30	4,17	1.100,00	20,00	21,35	3,79
Custo Operacional Efetivo	23.451,02	390,85	455,25	81,57	23.623,59	429,52	458,60	81,36
Depreciação de máquinas	3.687,60	61,46	71,59	12,83	3.468,53	63,06	67,33	11,94
Encargos financeiros	1.606,90	26,78	31,19	5,59	1.944,00	35,35	37,74	6,70
Custo Operacional Total	28.745,52	479,09	558,03	100,00	29.036,12	527,93	563,67	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se ao transporte por empreita.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Para um pequeno produtor da região de Sorocaba, que se enquadre na faixa de produtividade de 3 a 3,5t/ha e com direito ao crédito de 100% do VBC correspondente a essa faixa, o VBC efetivo será de 299,51 BTN/ha, suficiente para a cobertura de 65,3% do COE. A primeira parcela (55% do VBC) corresponde a 164,73 BTN e cobre apenas 63,6% das despesas com as aquisições de sementes, adubos, corretivos e defensivos.

Tanto num caso como noutro, o crédito de custeio para a safra 1990/91, com taxa de 9% ao ano de juros reais, será insuficiente para o financiamento das despesas com a cultura, de modo que o produtor deverá buscar a complementação de recursos no mercado financeiro, a juros mais elevados. Prevê-se que, com base no COE estimado, a taxa média de juros reais para o médio produtor de Ribeirão Preto se situe ao redor de 16,5% ao ano e para o de Sorocaba, em torno de 19,7% ao ano.

Para o plantio de milho da safra 1990/91, as condições do mercado já sinalizavam no sentido de estimular o aumento da área plantada com o cereal. Com efeito, o preço de mercado vem se recuperando das perdas reais ocorridas no primeiro semestre de 1990, podendo alcançar elevações substanciais no auge da entressafra, dependendo da evolução do grau de recessão da economia e da administração das vendas dos estoques governamentais, além das importações por parte da iniciativa privada, com redução da alíquota do imposto de importação. Outro fator que favorece o produtor é o diferimento do ICMS do milho destinado à alimentação animal, cujo prazo de vigência será até 31 de dezembro de 1990. A relação de preços soja-milho é amplamente favorável ao milho, acreditando-se que a substituição da área de soja por milho seja mais acentuada na Região Centro-Oeste do País, onde a oleaginosa foi mais desestimulada. Entretanto, o elevado peso do frete na formação do preço-FOB

de milho pode implicar em obstáculo para a expansão da área no Centro-Oeste, dependendo do efeito da atual crise no Golfo Pérsico sobre o preço dos combustíveis.

Embora não seja possível quantificar, pode-se prever no momento uma expansão da área de milho em toda a Região Centro-Sul, inclusive em São Paulo. A previsão do Governo, de aumento de 14% da produção em relação à safra 1989/90 (22.031,4 milhões de toneladas), significa um volume a ser colhido de 25.115,8 milhões de toneladas, ainda assim, inferior ao consumo previsto, da ordem de 26 milhões de toneladas. Para se atingir esse nível de demanda e admitindo-se uma produtividade média de 1.938kg/ha (média dos três últimos anos) haveria necessidade de se plantar uma área equivalente a 13.415,9 milhões de hectares, o que significa expansão de 14,4% em todo o País. Parece ser uma meta de difícil alcance, levando-se em conta a tendência de retrocesso tecnológico da cultura (menor uso de sementes melhoradas e fertilizantes, principalmente) nos últimos anos, em decorrência da descapitalização do produtor.

A produção de sorgo granífero no Brasil vem caindo desde o volume recorde de 438,4 milhões de toneladas obtido em 1987. Estima-se para 1989/90 uma colheita de apenas 216,2 mil toneladas, correspondendo a uma queda de 8,3% em relação ao ano passado. A retração da área (-24,3%) não foi compensada pela melhoria da produtividade (+21,1%). A produção vem se concentrando nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo; em 1987/88, estes dois Estados somavam 54,6% do total nacional, passando a 85,4% em 1989/90. O desestímulo oficial e a pouca aceitação deste cereal pelo mercado têm motivado a queda da produção, mormente nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste do País. O preço do sorgo, normalmente com deságio de 20% em relação ao milho, vem apresentando na presente safra níveis de 35% a 40% abaixo, apesar da pouca disponibilidade de milho no

mercado. O sorgo tem sido preterido até mesmo em favor do farelo de trigo e da soja como substituto do milho na composição de rações balanceadas. Tendo em conta que o calendário agrícola da Região Nordeste sofre um atraso de, aproximadamente, quatro meses em relação ao Centro-Sul, e nesse sentido o sorgo é plantado na mesma época naquela Região e em São Paulo, pode ainda o Governo Federal tomar medidas adicionais de incentivo ao plantio do cereal, como a reinclusão do produto na pauta de garantia do preço mínimo.

- SOJA

- Panorama Internacional

A normalidade climática nos Estados Unidos, após a seca ocorrida em 1988, ao propiciar bom desenvolvimento das lavouras de soja em 1989, possibilitou a recuperação da produção mundial do grão na temporada 1989/90, que totalizou 105,6 milhões de toneladas contra 95,7 milhões de toneladas em 1988/89. Tal volume contribuiu para elevar a produção mundial das dez principais oleaginosas, em 1989/90, em 3,7% quando comparada à do ano anterior, situando-a em 209,7 milhões de toneladas. Em consequência, a oferta mundial de oleaginosas ampliou-se em cerca de 3,4% em relação à temporada passada, totalizando 237,5 milhões de toneladas (quadro 55).

Apesar disso, o aumento concomitante do consumo mundial em 1989/90, de 4,4%, atingindo 211,0 milhões de toneladas, resultou em rebaixamento do estoque mundial da ordem de 5,0% ao final da temporada 1988/89, situando-o em 26,4 milhões de toneladas.

Essa queda, contudo, não deverá provocar retração na oferta total de oleaginosas na próxima temporada 1990/91 devido, basicamente, à previsão de nova elevação da produção mundial, que deverá alcançar 215,6

milhões de toneladas, cerca de 2,8% maior que a estimada para a atual temporada.

A perspectiva de incremento da produção mundial de oleaginosas baseia-se, sobretudo, na hipótese de evolução normal das condições climáticas nos Estados Unidos no decorrer de 1990, que permite estimar a produção mundial de soja na temporada 1990/91 em 106,3 milhões de toneladas, praticamente o mesmo volume da temporada atual. Considera ainda que as demais oleaginosas em conjunto, deverão apresentar aumento significativo de produção (5%), invertendo a tendência observada no passado recente para a maioria delas, face, principalmente, às políticas internas de estímulos ao plantio em diversos países produtores (China, Índia e Comunidade Econômica Européia). Especificamente, maiores incrementos de produção deverão ser observados para as culturas de algodão (5,3%), amendoim (5,6%), girassol (4,8%) e colza (7,0%).

Em consequência, em 1990/91, a disponibilidade mundial de oleaginosas deverá situar-se em 242,0 milhões de toneladas, registrando aumento de aproximadamente 2,0%. De outra parte, o consumo mundial está sendo previsto em 216,5 milhões de toneladas, 2,6% maior que o de 1989/90, o que deverá causar redução de 3,4% no estoque mundial ao final da temporada 1990/91, perfazendo 25,5 milhões de toneladas, o mais baixo nível dos últimos quatro anos.

Deve-se ressaltar, entretanto, que essa previsão para 1990/91 depende ainda, fundamentalmente, do comportamento do clima nos Estados Unidos nos próximos 40 dias, sem o que, diante de uma situação de seca, poderá tornar-se necessário o racionamento do consumo de oleaginosas em geral e, em particular, de soja, verificando-se então uma ascensão forte de preços para todos os itens do complexo-soja - grão, farelo e óleo - a curto e médio prazos.

As previsões meteorológicas,

QUADRO 55.- Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1987/88 a 1990/91

Item	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91(1)
Estoque inicial	25,8	27,6	27,8	26,4
Produção Mundial	209,3	202,2	209,7	215,6
Oferta total	235,1	229,8	237,5	242,0
Consumo total	207,5	202,0	211,0	216,5
Estoque final	27,6	27,8	26,4	25,5

(1) Previsão.

Fonte: Oil World Weekly, no. 28, 13 de julho de 1990.

contudo, não apontam nessa direção, delineando um quadro de relativo equilíbrio entre a oferta e demanda do grão para a próxima temporada. A variável determinante, neste contexto, será a demanda mundial que, em princípio, deverá superar a oferta, já que os altos preços da carne bovina no exterior têm pressionado a demanda por farelo, cujos preços encontram-se em patamares relativamente baixos, constituindo-se em fator de estímulo ao seu consumo. Também a expansão estimada para os rebanhos avícola e de suínos em 1990 atua nesse sentido. A manutenção desse panorama, por sua vez, deverá contribuir para o incremento da demanda mundial de óleos em geral mas, mais especificamente, de soja, ao favorecer a elevação do nível de esmagamento mundial, cuja implicação será o refreamento dos preços desses produtos, estimulando o interesse de compra dos consumidores.

A prevalecer essa situação, a tendência para o próximo semestre é de maior firmeza nos preços do grão, superior aquela já observada desde abril de 1990, decorrente da pequena expansão prevista naquela época na área de plantio de soja e das previsões incertas quanto à evolução climática nos Estados Unidos. A entrada da safra estadunidense no mercado poderá provocar movimentos descendentes de preços num primeiro momento (a partir de meados de setembro), porém, dada a previsão de desestímulo ao plantio de soja no Cone Sul - Brasil e Argentina -, a perspectiva é de superação dessa tendência em período relativamente curto. Face a esse balanço, o USDA está estimando um preço médio entre US\$5,50 e US\$7,00 por bushel, a ser recebido pelo produtor americano em 1989/90, entre 26% e 6% inferiores ao praticado em 1988/89 (quadro 56).

- Situação Interna

De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção brasi-

leira de soja em 1989/90 atingiu 19,9 milhões de toneladas, acusando retração de aproximadamente 17,2% em relação à safra 1988/89. Esse desempenho desfavorável foi decorrente da queda de 6% na área de plantio da cultura, face à escassez de recursos oficiais para o custeio das lavouras, além da forte diminuição da produtividade causada, em larga medida, pelo menor uso de insumos e por anormalidades climáticas (estiagem). A produtividade na safra 1989/90 atingiu 1.736kg/ha contra 1.971kg/ha alcançados em 1988/89 (quadro 57).

Apesar da menor oferta do grão, os preços recebidos pelos agricultores da Região Centro-Sul, nos primeiros cinco meses de 1990, apresentaram acentuada desvalorização real, entre 48% e 55% aproximadamente, em relação à igual período de 1989 (quadro 58).

Contribuíram para a queda das cotações, a partir de janeiro de 1990, a perspectiva de suprimento adequado do grão com a entrada da colheita sul-americana no mercado, assim como a previsão do USDA, divulgada em abril, de decréscimo pouco expressivo (2%), na área de plantio dos Estados Unidos em 1990/91, situando-a em 24,05 milhões de hectares (24,55 milhões de hectares em 1989/90) o suficiente para que, sob condições normais de clima, se delineasse um quadro de relativo equilíbrio entre a oferta e demanda mundial no decorrer do segundo semestre de 1990.

Diversos outros fatores internos atuaram também no mesmo sentido, entre eles: a demanda pouco ativa dos segmentos industrial e/ou exportador, em vista do seu relativo suprimento e da incerteza quanto à política econômica e agrícola do novo Governo brasileiro; o agravamento dos índices inflacionários até março de 1990, desestimulando o investimento em estoques e tornando mais atrativo o emprego dos recursos disponíveis em ativos financeiros e a elevada defasagem cambial do cruzado novo frente ao

QUADRO 56.- Cotações Internacionais de Soja em Grão, 1986-90

(em US\$/t, CIF Rotterdam)

Mês	1986	1987	1988	1989	1990
Jan.	221	200	254	318	242
Fev.	216	198	254	307	240
Mar.	217	199	257	313	242
Abr.	213	207	270	297	247
Mai.	215	221	285	297	259
Jun.	213	228	353	291	249
Jul.	209	222	351	272	...
Ago.	202	215	342	236	...
Set.	195	214	337	237	...
Out.	197	217	313	238	...
Nov.	204	228	313	246	...
Dez.	199	240	313	248	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 57.- Área, Produção e Rendimento de Soja no Brasil, 1987/88 a 1989/90

Estado	1987/88			1988/89			1989/90		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Maranhão	14,4	25,0	1.804	22,8	38,9	1.701	15,2	4,2	274
Bahia	249,7	375,3	1.503	385,7	580,7	1.505	360,0	220,4	612
Minas Gerais	483,6	930,8	1.925	586,9	1.169,0	1.992	557,5	808,2	1.450
São Paulo	512,5	1.001,9	1.955	592,5	1.350,0	2.278	562,3	1.026,0	1.825
Paraná	2.123,4	4.771,3	2.247	2.400,0	5.031,3	2.096	2.270,0	4.650,0	2.048
Santa Catarina	386,6	520,0	1.345	436,4	660,6	1.514	366,1	542,6	1.482
Rio Grande do Sul	3.436,1	3.631,3	1.057	3.699,5	6.296,3	1.716	3.516,1	6.268,1	1.783
Mato Grosso do Sul	1.176,4	2.480,5	2.109	1.298,4	2.850,3	2.195	1.241,9	2.064,7	1.662
Mato Grosso	1.319,2	2.694,7	2.043	1.703,6	3.795,4	2.228	1.541,0	2.964,8	1.924
Goiás	773,5	1.498,0	1.937	989,2	2.051,8	2.074	960,3	1.246,8	1.298
Outros	48,2	91,0	1.888	115,6	227,4	1.967	80,0	114,7	1.434
Total	10.523,6	18.020,7	1.712	12.200,6	24.051,7	1.971	11.470,4	19.910,5	1.736

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 58.- Preços Médios Reais(1) de Soja em Grão Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul, Brasil, 1988-90

(em Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo			Minas Gerais		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Jan.	1.130,97	1.230,80	561,31	1.171,72	1.230,80	509,39	1.338,57	1.325,55	740,59	1.049,20	...	380,80
Fev.	1.085,40	1.153,28	459,46	1.158,37	1.205,70	482,51	1.241,73	1.236,28	626,81	...	1.153,28	417,69
Mar.	979,03	1.106,50	515,54	1.044,45	1.156,79	548,90	1.071,93	1.169,36	548,46	961,99	1.207,09	582,26
Abr.	1.114,66	1.099,93	488,04	1.027,86	1.147,75	500,89	1.100,96	1.118,26	557,53	913,66	1.147,75	433,10
Mai.	1.100,12	1.060,30	544,88	1.044,82	1.060,30	609,64	1.165,87	1.034,85	601,23	860,06	933,06	598,52
Jun.	1.358,11	869,89	...	1.281,23	836,43	...	1.512,54	815,24	...	901,61	836,43	...
Jul.	1.457,63	776,49	...	1.433,94	800,75	...	1.458,06	810,05	...	1.102,33	703,69	...
Ago.	1.387,29	622,27	...	1.302,57	622,27	...	1.186,43	618,42	...	1.154,66	586,71	...
Set.	1.372,61	716,70	...	1.285,59	614,32	...	1.103,14	677,88	...	1.184,26	409,54	...
Out.	1.331,06	687,10	...	1.177,05	613,81	...	1.369,12	679,16	...	1.156,59	403,10	...
Nov.	1.425,25	654,05	...	1.308,34	590,55	...	1.436,59	678,28	...	903,80	476,25	...
Dez.	1.383,28	671,60	...	1.309,91	616,35	...	1.456,38	717,16	...	941,62	374,06	...

(1) Preços em cruzeiro de Junho/90, corrigidos pelo Índice 2 da Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) para São Paulo e Fundação Getúlio Vargas (FGV) para os demais Estados.

QUADRO 58.- Preços Médios Reais(1) de Soja em Grão Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul, Brasil, 1988-90

(em Cr\$/sc.60kg)

(conclusão)

Mês	Mato Grosso do Sul			Goiás			Mato Grosso		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
	Jan.	1.141,16	1.117,58	581,10	1.007,17	1.054,97	521,75	934,83	996,36
Fev.	1.106,40	1.153,28	505,55	1.093,41	1.153,28	495,47	1.018,72	1.048,43	478,19
Mar.	995,89	1.156,79	396,38	1.081,09	1.106,50	479,79	951,91	1.056,20	379,70
Abr.	985,23	1.099,93	488,04	1.005,02	1.052,11	468,07	948,68	908,64	422,40
Mai.	1.032,08	975,48	528,53	940,34	975,48	533,76	920,59	890,65	503,67
Jun.	1.228,51	769,52	...	1.226,40	769,52	...	1.229,56	669,14	...
Jul.	1.357,42	727,95	...	1.317,51	679,42	...	1.241,16	630,89	...
Ago.	1.272,57	551,15	...	1.266,21	533,37	...	1.267,62	480,04	...
Set.	1.287,84	563,12	...	1.162,09	588,72	...	1.105,11	447,94	...
Out.	1.199,49	586,33	...	1.104,45	503,87	...	1.121,83	439,75	...
Nov.	1.292,52	565,15	...	1.210,17	596,90	...	1.173,21	488,95	...
Dez.	1.273,36	590,84	...	1.284,70	599,34	...	1.218,38	459,07	...

(1) Preços em cruzeiro de junho/90, corrigidos pelo Índice 2 da Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) para São Paulo e Fundação Getúlio Vargas (FGV) para os demais Estados.

dólar, de cerca de 30%, desfavorecendo as exportações do complexo-soja.

A implementação do Plano "Brasil Novo", em 16/03/90, não foi capaz de tranquilizar os agentes de comercialização de soja que aguardavam medidas econômicas de incentivo às exportações do complexo (farelo, óleo e grão), dando continuidade ao processo de paralisação das atividades de compra e venda em todos os segmentos de mercado, que se observava, em menor grau, desde o final de fevereiro, notadamente na Região Sul do País.

A adoção da nova política de câmbio flutuante, vista como positiva pelo segmento exportador, introduziu, concomitantemente, um forte reflexo baixista de preços em março, que só não foi maior que aquele verificado em abril devido à acirrada concorrência interna pelo grão entre algumas poucas indústrias, cujos compromissos de exportação estavam por expirar. Além disso, o forte enxugamento da moeda "antiga", provocou, num primeiro momento, uma pressão de venda por parte dos produtores mais necessitados de recursos para cobertura de compromissos imediatos, a qual, embora não acentuada e parcial, ajudou a coibir a ascensão dos preços, particularmente no Centro-Oeste do País.

Somente após a intervenção do Governo através da compra de divisas pelo Banco Central em meados de abril, provocando elevação de preço da moeda americana, é que o mercado do grão para exportação ganhou novo impulso, tornando-se mais ativo, o que contribuiu para a melhoria dos preços pagos aos produtores.

Outros fatores deram suporte aos preços internos a partir de abril, entre eles: a) atraso da colheita brasileira, devido ao excesso de chuvas em alguns Estados, notadamente no Rio Grande do Sul; b) perspectiva de quebra acentuada da safra brasileira 1989/90, face a queda da produtividade em decorrência do clima adverso no período de desenvolvimento das lavouras; c) retenção do grão

pelos produtores, cuja presença no mercado se dava apenas em função do atendimento de necessidades imediatas, prática observada nos dois meses anteriores de vendas de pequenos lotes e de forma descontínua; e d) reação dos preços externos devido ao hiato provocado na oferta mundial em decorrência do atraso das vendas externas do grão brasileiro, da possibilidade de seca nos Estados Unidos, e do acentuado interesse de compra por farelos e óleos a nível mundial.

Entretanto, um dos principais entraves ao deslanche da comercialização interna do grão residiu e ainda persiste, no impasse gerado pelo Governo ao determinar que os empréstimos de custeio contraídos pelos produtores junto ao sistema financeiro (público e privado), a partir de recursos oriundos da poupança rural, fossem corrigidos pela inflação de março de 84,32%, enquanto os preços mínimos foram corrigidos em apenas 41,30% naquele mês. Como solução parcial, o Governo propôs a prorrogação do pagamento dessa diferença por uma safra e, mais recentemente, admitiu rebaixar o índice de correção para 74,6% para os produtores que efetivarem o pagamento dos débitos até 31/08/90, o que, no entanto, não vem repercutindo satisfatoriamente no segmento produtivo.

Em consequência, apesar da maior entrega do grão às indústrias e exportadores a partir de maio, parcela significativa da produção encontra-se com preços ainda por fixar, podendo gerar sérias dificuldades para os produtores diante de uma queda súbita dos preços (dado o grande volume da safra argentina ainda por comercializar) ou para os compradores, face a uma alta inusitada dos preços (propiciada por seca nos EUA).

Segundo a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a disponibilidade interna de soja no ano comercial 1990/91 (fevereiro-janeiro), deverá totalizar 21,6 milhões de toneladas, 11,8% menor que a da temporada comercial passada, reflexo da menor

(-17,2%) produção do grão, estimada para 1989/90, já que o estoque inicial estimado em 01/02/90 em 1,3 milhão de toneladas era quase o triplo do existente em igual período do ano anterior.

O balanço de oferta e demanda do complexo-soja para o ano comercial 1990/91 prevê exportações de 3,5 milhões de toneladas de grão, 9,0 milhões de toneladas de farelo e 750 mil toneladas de óleo, representando decréscimos de 23,9%, 7,2% e 17,2% respectivamente, quando comparadas às realizadas em 1989/90. A receita cambial prevista com as exportações brasileiras do complexo para 1990 está sendo estimada em US\$2,9 a US\$3,0 bilhões, ou seja, cerca de 13% menor que a arrecadada em 1989.

Tal expectativa decorre das menores cotações internacionais no primeiro semestre de 1990 comparativamente às vigentes em igual período de 1989 e do atraso das vendas externas, posto que sua concentração, adentrando o período de desova da produção argentina e estendendo-se pelo de escoamento da produção estadunidense, poderá resultar em rebaixamento dos preços também no terceiro trimestre de 1990.

Segundo a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), de fevereiro a julho de 1990, as exportações do grão atingiram 1,9 milhão de toneladas, 54% do total a exportar; as de farelo 4,2 milhões de toneladas, 46% do total; e as de óleo 350 mil toneladas, 47% do total, percentuais bastante abaixo daqueles exportados em igual período dos últimos sete anos, em média, de 73% para o grão, 53% para o farelo e 52% para o óleo.

O esmagamento interno deverá totalizar 15,2 milhões de toneladas em 1990/91, acusando queda de 6,2% em relação a 1989/90, sendo que, de fevereiro até julho, foram esmagados 7,5 milhões de toneladas, 3,9% a menos que em igual período do ano anterior. Em termos percentuais, o volume industrializado representou 49% do total previsto para 1990/91, contra 48%

atingido em igual período de 1989/90 e a média histórica dos últimos sete anos de 57%.

O consumo interno de farelo de soja previsto para 1990/91 em 2,9 milhões de toneladas deverá apresentar incremento de 3,5% em relação ao do ano passado em função de ligeira expansão das atividades criatórias, induzida pelas dificuldades de abastecimento interno de carne bovina e pelo aumento das exportações do complexo-carne (boi, suínos e aves). O consumo interno de óleo de soja deverá manter o mesmo nível de 1989/90, situando-se em 2,1 milhões de toneladas, refletindo as dificuldades de crescimento do poder aquisitivo da população.

Em consequência do menor esmagamento previsto para 1990/91, nem mesmo os estoques recordes de 1989/90 serão capazes de compensar a redução da produção de farelo de soja, que deverá atingir 11,9 milhões de toneladas contra 12,7 milhões de toneladas produzidas no ano comercial passado, resultando em queda de 10% do estoque ao final da temporada 1990/91 situando-o em cerca de 393 mil toneladas, o menor dos últimos dez anos. Também o estoque final de grão em 1990/91 deverá registrar queda de 9,1% em relação ao do início da temporada, situando-se em volume pouco superior a 1,0 milhão de toneladas, o menor dos últimos três anos. Apenas o estoque final de óleo em 1990/91, previsto em 122 mil toneladas, deverá apresentar uma situação de maior folga que a existente em igual período do ano anterior, acusando acréscimo de 6%, mais como resultado da compressão do consumo interno do que pelo excesso de oferta.

Convém destacar que esses volumes constituem-se em fatores favoráveis ao aumento de preços na próxima temporada 1991/92, o que deverá ajudar as vendas do segmento produtivo, particularmente no primeiro trimestre de 1991, já que nesse período verifica-se tradicionalmente uma maior escassez do grão devido a entressafra.

A consecução das metas de

exportação em 1990, surge assim, como ponto fundamental para delinear um cenário mais promissor aos produtores em 1991, passível de reverter a expectativa pessimista do setor quanto à evolução dos preços de soja no segundo semestre de 1990. Esta projeção baseia-se no fato de que, apesar da perspectiva de preços internacionais mais favoráveis ao produtor nos médio e longo prazos, o setor terá que superar a competição do produto argentino e estadunidense nas exportações, dado o atraso das vendas e a perda de preferência pelo produto brasileiro por alguns dos tradicionais compradores, como o Japão, em virtude da redução da qualidade da soja brasileira em teor de proteína e óleo, notadamente daquela produzida na região central do País.

Agrava esse quadro, o problema do endividamento do segmento produtivo que não foi ainda solucionado, podendo dar origem a um aumento súbito da oferta do grão a partir de setembro, por força da necessidade financeira dos produtores para cumprirem os compromissos bancários, já que a perspectiva é de parca disponibilidade de crédito oficial para financiamento do plantio da próxima safra de soja e sua obtenção estará condicionada ao pagamento integral da dívida de custeio, o que, certamente, gerará forte pressão sobre os preços. Deve-se ressaltar que o grau de descapitalização dos produtores é bastante acentuado por virem enfrentando há duas safras sérios problemas de comercialização.

Diante desse panorama, a próxima safra 1990/91 deverá apresentar redução de até 8% na área de plantio nacional que poderá, assim, situar-se em 10,5 milhões de hectares, equivalente à plantada em 1987/88. Considerando uma evolução normal do clima em 1991 e produtividade média das lavou- ras em torno de 1.806kg/ha, baseada no desempenho dos últimos três anos, a produção brasileira de soja poderá apresentar queda de aproximadamente 5% comparativamente a 1989/90, registran-

do 19,0 milhões de toneladas.

A expectativa de perdas, em termos de área e de volume, deverá ocorrer sobretudo nos Estados do Centro-Oeste, devido ao elevado custo de comercialização do produto para as regiões consumidoras, situadas no Sul do País, o que retira, em grande parte, a competitividade do grão plantado naquela Região, induzindo sua substituição por algodão e, em menor grau, por milho, culturas que, além de terem apresentado melhor desempenho econômico em 1990, estão sendo favorecidas, principalmente, no caso do algodão, com melhores condições de financiamento governamental ao plantio. Enquanto que para a soja, os Valores Básicos de Custeio (VBC) fixados pelo Governo para a safra 1990/91 terão limite de adiantamento de 70% para minis e pequenos produtores, para o milho, o limite de adiantamento para igual categoria de produtores é de 100% e, para o algodão, é de 80%. Para os médios e grandes produtores de soja da Região Centro-Oeste, os limites de financiamento foram fixados em 40% e 30%, respectivamente, sendo rebaixados para 30% e 20%, para iguais categorias de produtores da Região Sul/Sudeste. Tal diferenciação considera os elevados custos operacionais de produção verificados nos Estados da Região Centro-Oeste. Esses percentuais são, de modo geral, inferiores em 10% aos fixados para os médios e grandes produtores das culturas concorrentes em área, na mesma Região. Face as dificuldades de crédito, os produtores mais capitalizados da Região Centro-Oeste poderão, ainda, voltar-se para a criação de gado de corte, investindo em pastagens.

Outra medida governamental que deverá afetar a expansão da cultura no Centro-Oeste (sul do Mato Grosso e Tocantins) é a regionalização do preço mínimo válido para a soja ali produzida (Cr\$540,00/saca), que tem como referência as cotações internacionais de maio de 1991 na Bolsa de Chicago, porém, incorrendo em deságios

de Cr\$100,00 e Cr\$130,00/saca referentes ao custo de colocação do grão até o Porto de Paranaguá (frete) e de 5% do valor de mercado para evitar a concorrência do Governo com a iniciativa privada. Esse valor sobe na Região Sul/Sudeste e toda a área litorânea para Cr\$655,00/saca, ainda inferior ao montante de recursos necessários para cobrir os custos de produção, estimado pela CFP, em junho de 1990, em Cr\$745,00/saca.

Fator adicional à limitação do plantio da próxima safra é a escassez de sementes, sobretudo as de boa qualidade, devido ao excessivo grau de umidade que estão apresentando, particularmente aquelas colhidas no Rio Grande do Sul, principal Estado produtor de sementes de soja. Isso poderá incentivar o uso do grão comum como semente, em maior grau, nos Estados da Região Centro-Oeste, que tradicionalmente se abastecem no Rio Grande do Sul, aumentando o risco de quebras na produção de soja, face a maior susceptibilidade em relação ao clima a que ficará sujeita.

Em relação especificamente ao Estado de São Paulo, e considerando-se a estimativa de Custo Operacional Efetivo da cultura da soja na DIRA de Ribeirão Preto, responsável por cerca de 55% da produção estadual, de 440,84 BTN/ha para uma produtividade de 35sc/ha, o VBC de 358,57 BTN fixado pelo Governo para a faixa de produtividade de 2.001 a 2.400kg/ha deveria propiciar uma cobertura de cerca de 81% do montante necessário à condução das lavouras. Dados os limites de financiamentos fixados para as Regiões Sul/Sudeste em 70%, 30% e 20%, respectivamente para pequenos, médios e grandes produtores, a cobertura efetiva propiciada pelo VBC restringe-se ainda mais, ficando em 250,99 BTN/ha (57%), 107,57 BTN/ha (24%) e 71,71 BTN/ha (16%) (quadro 59).

Convém destacar que o item adubos e corretivo, na estimativa de custo operacional total, apresentou elevada participação, de 28,36%, em

contraposição ao ocorrido no ano passado, onde o item de maior peso foi sementes.

Em relação ao custo operacional total estimado pelo IEA em 15,19 BTN/sc., o preço mínimo fixado para a soja no Sul/Sudeste do País de 12,26 BTN/sc. não propicia qualquer margem para cobertura de gastos com o transporte e tampouco reanima os produtores que estão enfrentando um período de preços reais decrescentes, o que faz antever-se uma redução de área plantada também no Estado de São Paulo, a qual poderá atingir de 5% a 8% em relação a da safra passada.

- CARNE BOVINA

- Panorama Internacional

A produção mundial de carne bovina, para um conjunto de 50 países selecionados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), deverá totalizar 45,7 milhões de toneladas em 1990, nível equivalente ao atingido nos últimos dois anos. Estão previstas recuperações nas produções dos Estados Unidos (1,3%), Comunidade Econômica Européia (CEE) (0,7%) e Austrália (5,2%), bem como decréscimos nas produções da Argentina (-3,8%), Nova Zelândia (-11,45%), Uruguai (-9,2%) e Brasil (-3,9%) (quadro 60).

As estimativas preliminares referentes ao comércio internacional de carne bovina para 1990 indicavam que as importações mundiais poderiam oscilar ao redor de 3,5 milhões de toneladas, com crescimento nas aquisições a serem realizadas principalmente pelo Japão (9,8%) e Comunidade Econômica Européia (3,3%). As exportações estavam projetadas em cerca de 4,0 milhões de toneladas, com incremento nas vendas dos Estados Unidos (13,0%), Argentina (16,7%) e Austrália (5%) que poderiam ser ainda fortalecidas com a paralisação das vendas externas pelo

QUADRO 59.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 35sc.60 kg, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTN(1)	Participação percentual
	por hectare	por saca	por hectare	(%)
Mão-de-obra	1.459,29	41,69	28,33	5,33
Sementes	3.600,00	102,86	69,89	13,15
Adbos e corretivo	7.766,00	221,89	150,76	28,36
Defensivos	1.779,58	50,85	34,55	6,50
Operação de máquinas	7.403,74	211,54	143,73	27,04
Empreita(2)	700,00	20,00	13,59	2,56
Custo Operacional Efetivo	22.708,61	648,82	440,84	82,94
Depreciação de máquinas	3.208,53	91,67	62,29	11,72
Encargos financeiros	1.462,75	41,79	28,40	5,34
Custo Operacional Total	27.379,89	782,28	531,52	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTN da segunda quinzena de julho = Cr\$51,5123.

(2) Refere-se ao transporte da produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 00.- Balanço da Oferta e Demanda Mundial de Carne Bovina, 1988-90

(em 1.000t)

País	1988	1989(1)	1990(2)	Variação(%)	
				1989/88	1990/89
EUA					
Produção	10.880	10.655	10.793	-2,1	1,3
Importação	1.091	987	970	-9,5	-1,7
Consumo	11.641	11.200	11.231	-3,8	0,3
Exportação	313	482	544	54,0	13,0
URSS					
Produção	8.463	8.550	8.600	1,0	1,2
Importação	117	120	120	2,6	-
Consumo	8.575	8.665	8.715	1,0	0,6
Exportação	7	5	5	-28,6	-
CEE					
Produção	7.646	7.457	7.509	-2,5	0,7
Importação	475	455	470	-4,2	3,3
Consumo	7.431	7.335	7.319	-1,3	-0,2
Exportação	787	791	779	0,5	-1,5
Argentina					
Produção	2.610	2.600	2.500	-0,4	-3,8
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	2.291	2.250	2.060	-1,8	-8,4
Exportação	319	360	420	12,8	16,7
Brasil					
Produção	2.447	2.660	2.555	8,7	-3,9
Importação	22	120	100	445,4	-16,7
Consumo	1.945	2.480	2.405	27,5	-3,0
Exportação	529	300	250	-43,3	-16,7
Austrália					
Produção	1.530	1.485	1.562	-3,1	5,2
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	645	625	645	-3,1	3,2
Exportação	890	875	920	-1,7	5,1
Nova Zelândia					
Produção	562	550	487	-2,1	-11,45
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	126	121	119	-4,0	-1,6
Exportação	435	430	368	-1,1	-14,4
Uruguai					
Produção	321	347	315	8,1	-9,2
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	195	175	175	-10,2	-
Exportação	132	177	130	34,1	-26,5
Japão					
Produção	569	540	545	-5,1	0,9
Importação	378	510	560	34,9	9,8
Consumo	945	1.010	1.105	6,9	9,4
Exportação	-	-	-	-	-

(1) Estimativa.

(2) Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) - World Livestock Situation, março 1990; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

Reino Unido, em decorrência da constatação da doença encefálica no rebanho desse país.

O consumo mundial foi estimado em 44,6 milhões de toneladas (0,2% superior ao nível registrado em 1989) com os estoques mundiais devendo encerrar o ano totalizando 1,2 milhão de toneladas (decrêscimo de aproximadamente 14,0% em relação ao ano anterior).

Se por um lado as estatísticas preliminares delineavam um quadro de estabilidade dos preços internacionais da carne bovina em 1990, por outro, existe o fato de que o principal fator de suporte desses preços (as aquisições japonesas) não evoluiu no decorrer do primeiro semestre, com a mesma intensidade observada nos meses finais de 1989 e iniciais de 1990. De janeiro a junho do corrente ano, o país adquiriu somente 142 mil toneladas de carne bovina provenientes da Austrália e EUA (25% do total previsto para o ano) e em junho, o volume negociado registrou queda da ordem de 19% em relação a equivalente mês do ano anterior. Consequentemente, o mercado exportador começa a experimentar relativa preocupação, pois a já fundamentada posição dos estoques japoneses (políticas estratégicas de composição de estoques de carne bovina levadas a termo nos últimos dois anos) poderá implicar em estagnação de suas aquisições, o que caracterizaria uma nítida reversão de tendências.

- Situação Interna

A economia brasileira iniciou 1990 em condições críticas, atrelada tanto a um período de transição política quanto a um alarmante processo de escalada inflacionária. Com a decretação do Plano Brasil Novo houve necessidade de ajuste imediato de todos os setores às novas diretrizes traçadas para o País.

O impacto inicial da questão da liquidez gerou desaquecimento na maioria dos mercados, via adequação de

preços à quantidade de moeda disponível.

Na bovinocultura de corte, tal efeito foi constatado particularmente nos dois meses subsequentes à divulgação do Plano com queda real nos preços em todos os níveis de comercialização da atividade, o que, entretanto, não foi suficiente para reverter a tendência altista, principalmente no mercado de animais de reposição (figuras 4 e 5).

Os principais fatores que têm influenciado o desempenho da bovinocultura de corte, em 1990, são: pelo lado da oferta, o recuo no descarte de matrizes (de janeiro a maio do corrente ano foram abatidas 16,6% de fêmeas a menos que em equivalente período de 1989); a dificuldade de reposição dos plantéis em decorrência da menor disponibilidade de animais jovens (resultado da crescente participação de fêmeas nos abates totais nos últimos dois anos) e a redução acentuada (da ordem de 57,0%) prevista no número de animais a serem engordados em regime de confinamento, e pelo lado da demanda, tanto o consumo interno (2,4 milhões de toneladas) quanto as exportações (250 mil toneladas) estimados respectivamente em níveis 3,0% e 17,0% inferiores àqueles observados em 1989.

Se por um lado existem fatores intrínsecos ao setor produtivo implicando em menor oferta de carne bovina no corrente ano (2,5 milhões de toneladas, contra 2,6 milhões de toneladas em 1989) com consequente sustentação de preços, por outro, a existência de sinais definitivos de recessão na economia nacional, via desaceleração de demanda (particularmente sentida para produtos de alta elasticidade-renda como as proteínas animais), as dificuldades de escoamento de carne bovina para o mercado internacional (que somente seriam viabilizadas com desvalorizações cambiais superiores à inflação) e as importações brasileiras de carne bovina da Argentina e Uruguai (que poderão totalizar 100 mil toneladas) constituem forças contrárias,

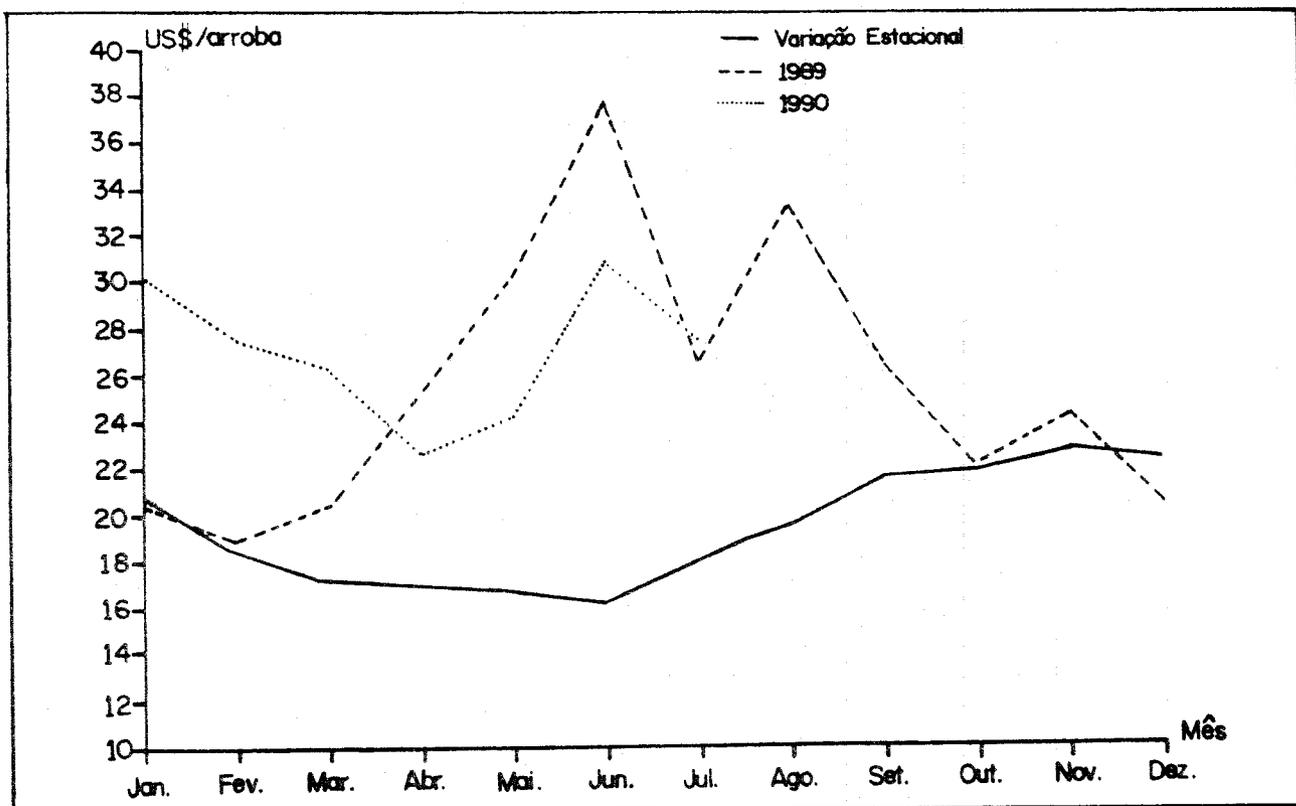


FIGURA 4. - Variação Estacional dos Preços do Boi Gordo (1980/88) e Média Mensal dos Preços Recebidos Pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1989-1990.

Fonte dos dados básicos: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

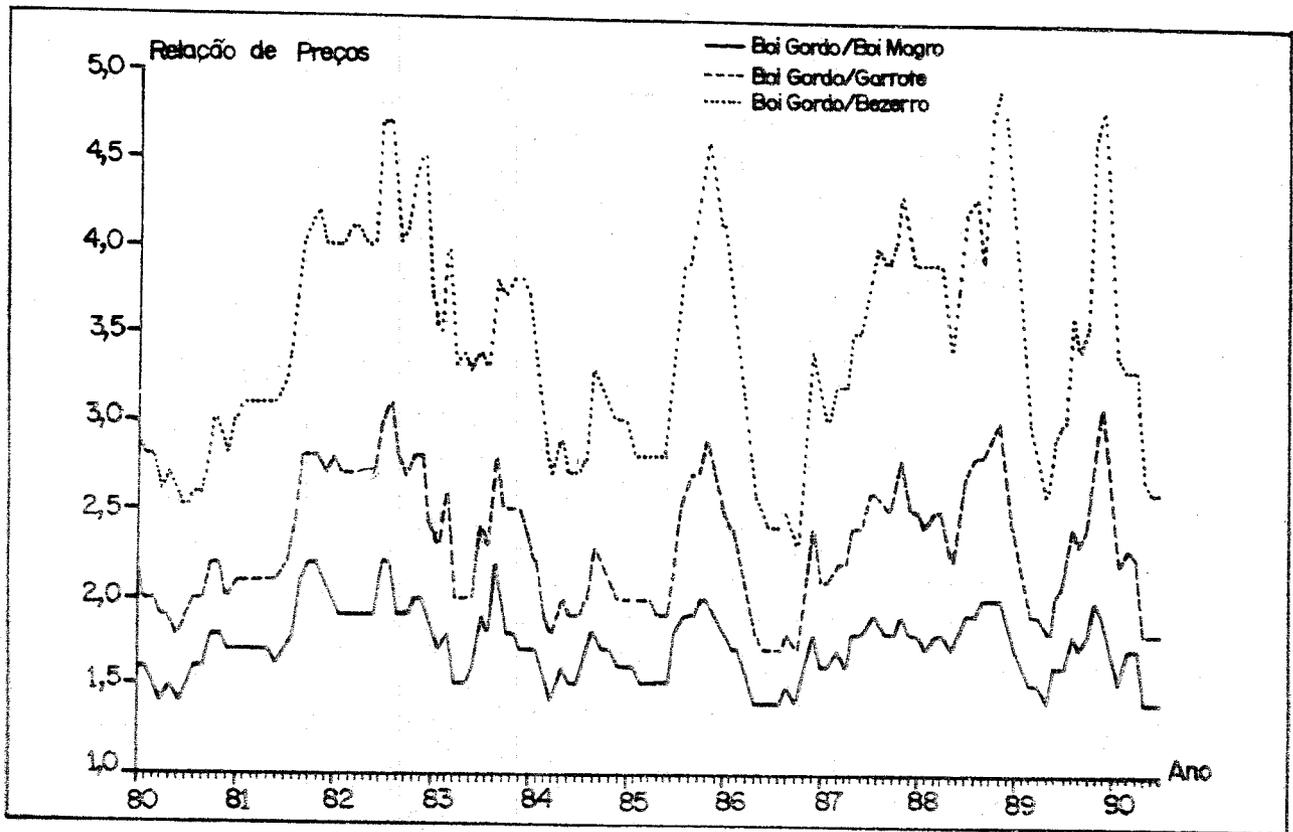


FIGURA 5. - Relação de Preços Boi Gordo/Boi Magro (BG/BM), Boi Gordo/Garrote (BG/GAR), e Boi Gordo/Bezerro (BG/BEZ), Estado de São Paulo, 1980-1990.

Fonte dos dados básicos: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

sinalizando que dificilmente o País enfrentará problemas de desabastecimento. Os preços não deverão superar a US\$25,00/@ ao nível do produtor, na média do segundo semestre, embora possam acusar picos em setembro e outubro (até US\$30,00/@).

Acrescente-se, ainda, que o recente impasse entre Iraque e Kwait poderá inviabilizar a continuidade do bom desempenho das exportações de carne de frango como no primeiro semestre (da ordem de 140 mil toneladas), que possibilitou escoamento de boa parcela de excedentes internos do produto. Consequentemente, o crescimento da disponibilidade interna desse tipo de carne reverteria qualquer tendência altista de preços, constituindo mais um fator de contenção para os preços da carne bovina no decorrer do segundo semestre, uma vez que, historicamente, apesar da posição hegemônica da carne bovina sobre as demais proteínas animais, os gostos e preferências dos consumidores são alterados pelos preços relativos entre produtos (efeito substituição), e que, em termos de concorrência das proteínas alternativas, a carne de frango tem ocupado grande espaço no mercado de carnes.

Para 1991, os dados disponíveis não possibilitam por ora traçar um retrato mais claro do comportamento econômico do setor pecuário, valendo lembrar, entretanto, que o ano se incluiu na fase ascendente dos ciclos plurianuais de preços que caracterizam essa atividade.

-LEITE

O produtor brasileiro de leite tipo C iniciou 1990 bastante descapitalizado, recebendo o menor preço real dos últimos 30 anos. A ausência de políticas de médio e longo prazos, durante as últimas décadas, tem acarretado o acúmulo de sérios problemas de caráter estrutural. Some-se a isso,

o sistema de pagamento feito pelas usinas ao produtor, que num processo de escalada inflacionária, como a vigente em 1989, colaborou para acentuar a perda real de renda desse segmento.

Observe-se que, pela primeira vez, em 09/03/90, os preços de leite tipo C tiveram um reajuste (72,7%) para equipará-lo ao custo de produção, de acordo com planilha elaborada pela EMBRAPA.

Com o Plano Brasil Novo, toda a economia teve que se ajustar às novas condições do mercado. Assim, com a desarticulação da economia informal, inúmeras queijarias de fundo de quintal passaram a desviar parcela do leite antes utilizado na fabricação de queijos para o mercado de leite fluido. Tal fato, aliado ao estímulo causado pelo último reajuste de preços e congelamento dos custos dos insumos de produção, se refletiu em aumento de oferta de leite nos meses seguintes. De acordo com os últimos dados disponíveis, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de leite fluido proveniente dos laticínios em janeiro e fevereiro de 1990 foi 2,3% inferior aos mesmos meses do ano anterior, enquanto que de março a maio, esse volume foi 7,7% superior ao desse período de 1989.

Todavia, o descongelamento de preços dos insumos e da maior parte dos produtos, a partir de maio, e a manutenção de preços tabelados para o leite C voltaram a ocasionar defasagem nos preços médios reais recebidos pelos produtores (quadro 61).

Em maio, a iniciativa privada, representada por todos os segmentos do ramo, encaminhou ao Governo, um plano de desenvolvimento da pecuária leiteira e laticínios, a longo prazo, contendo as seguintes propostas: aumento de produção via aumento de produtividade; redução do grau de sazonalidade da produção e melhoria da qualidade do leite. Para viabilizá-los, foram sugeridos vários mecanismos de

QUADRO 61. - Evolução dos Preços Recebidos pelos Produtores de Leite Tipo C, 1987-90
(em Cr\$/litro)

Mês	1987		1988		1989		1990	
	Corrente	Real(1)	Corrente	Real(1)	Corrente	Real(1)	Corrente	Real(1)
Janeiro	0,003	27,60	0,015	21,46	0,18	19,86	3,85	17,89
Fevereiro	0,003	24,21	0,017	21,00	0,21	20,73	7,15	19,40
Março	0,003	21,07	0,020	21,10	0,21	19,90	13,15	19,61
Abril	0,006	28,66	0,024	20,64	0,21	18,92	14,75	19,62
Maior	0,006	22,44	0,029	21,30	0,23	18,37	14,75	18,17
Junho	0,008	26,12	0,035	20,90	0,29	18,20	14,75	16,66
Julho	0,010	28,91	0,042	20,22	0,40	18,30	14,98	14,98
Agosto	0,010	27,70	0,049	19,63	0,56	18,74
Setembro	0,010	25,63	0,061	18,90	0,76	18,32
Outubro	0,011	24,52	0,077	18,66	1,03	17,76
Novembro	0,012	25,45	0,102	19,25	1,43	17,10
Dezembro	0,013	22,40	0,123	18,24	2,31	18,50

(1) Preço real corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, em cruzeiro de julho de 1990.

Fonte: Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).

política, entre as quais, liberação imediata dos preços.

O posicionamento oficial sobre esse documento foi sendo postergado até 16 de julho, quando então, o Governo anunciou, repentinamente, que os preços do leite C estavam liberados. A indústria de laticínios paulista, precipitadamente, reajustou o produto em 65% a ser cobrado dos consumidores já no dia seguinte, após 45 anos de tabelamento e sem esclarecimentos preliminares à população. Frente aos protestos generalizados e a evidente desarticulação entre os vários segmentos do setor que reivindicavam taxas diferenciadas de reajuste, como também, falta de entendimento dentro dos próprios segmentos, o Governo revogou a medida. Além do mais, tal nível de reajuste comprometeria seriamente a política de combate à inflação.

Também é oportuno observar que o Governo Federal, atualmente, através de tickets, é comprador de aproximadamente 1,2 bilhão de litros de leite/ano (quase 10% da produção total do País).

O Governo, pelo menos durante a entressafra de 1990, deverá continuar administrando os preços do leite C, que sofreram um reajuste de 10% em 27/07 e mais 10% em 07/08. Ou seja, o produtor, desde 07 de agosto está recebendo Cr\$17,84/litro. A estimativa de custo operacional, calculada pelo IEA, em cruzeiros de julho, com base nos coeficientes de produção obtidos no município de Guaratinguetã foi de Cr\$24,00/litro e a planilha de custo total, elaborada pela EMBRAPA, e outra elaborada pela FAESP, com preços de início de agosto indicavam Cr\$29,54/litro e Cr\$32,00/litro, respectivamente.

A partir de julho, foi permitida a entrada, principalmente da Argentina, de leite em pó e outros derivados com reduzidas alíquotas de importação. Segundo representantes da indústria de laticínios, o leite em pó argentino estaria custando Cr\$21,50/litro à usina, ou seja, mais

que o pago ao produtor brasileiro. Entretanto, outros derivados como queijos e manteiga estão chegando às prateleiras dos supermercados com preços inferiores aos dos similares nacionais.

A influência desses produtos importados a curto prazo está mais no aspecto de servir como balizador de preços, para o mercado interno. Porém, tendo em vista a irreversibilidade do acordo bilateral entre Brasil e Países do Cone-Sul, a médio prazo, poderão chegar a ser fortes concorrentes.

Até o final da entressafra (outubro), se por um lado, os preços defasados e as condições precárias das pastagens indicam queda de produção, por outro lado, o quadro recessivo da economia aponta redução no consumo, o que torna incerto traçar uma perspectiva no abastecimento, que poderá se agravar com os aumentos nos custos de transporte.

Essa queda da demanda fica evidenciada quando se observa o comportamento das vendas do leite tipo B. Em plena entressafra e apesar do preço de Cr\$45,00/litro no varejo vigente desde 01/03, os laticínios não têm conseguido colocar no mercado mais do que 60% de sua produção como leite B, pelo qual o produtor está recebendo Cr\$28,36/litro, enquanto a estimativa de custo operacional do IEA e a planilha de custos da Associação Brasileira de Produtores de Leite B, com preços de julho, indicam valores de Cr\$31,00/litro e Cr\$31,71/litro, respectivamente.

Os recentes episódios servem para nortear algumas considerações. A perspectiva de concorrência de produtos estrangeiros e a probabilidade de liberação de preços do leite C talvez na próxima safra mostrem a necessidade imediata de melhor articulação entre os diversos segmentos do setor leiteiro e, principalmente, uma maior organização dos produtores, ampliando sua influência e participação.

Se continuar essa tendência de baixo consumo durante a safra,

haverá excedente de produção. Portanto, é fundamental, no mínimo, a definição em novembro e dezembro de uma política ampla para o leite que consubstancie objetivos claros e definidos, inclusive de industrialização e estocagem, pois essa atividade poderá ser ainda mais desestruturada.

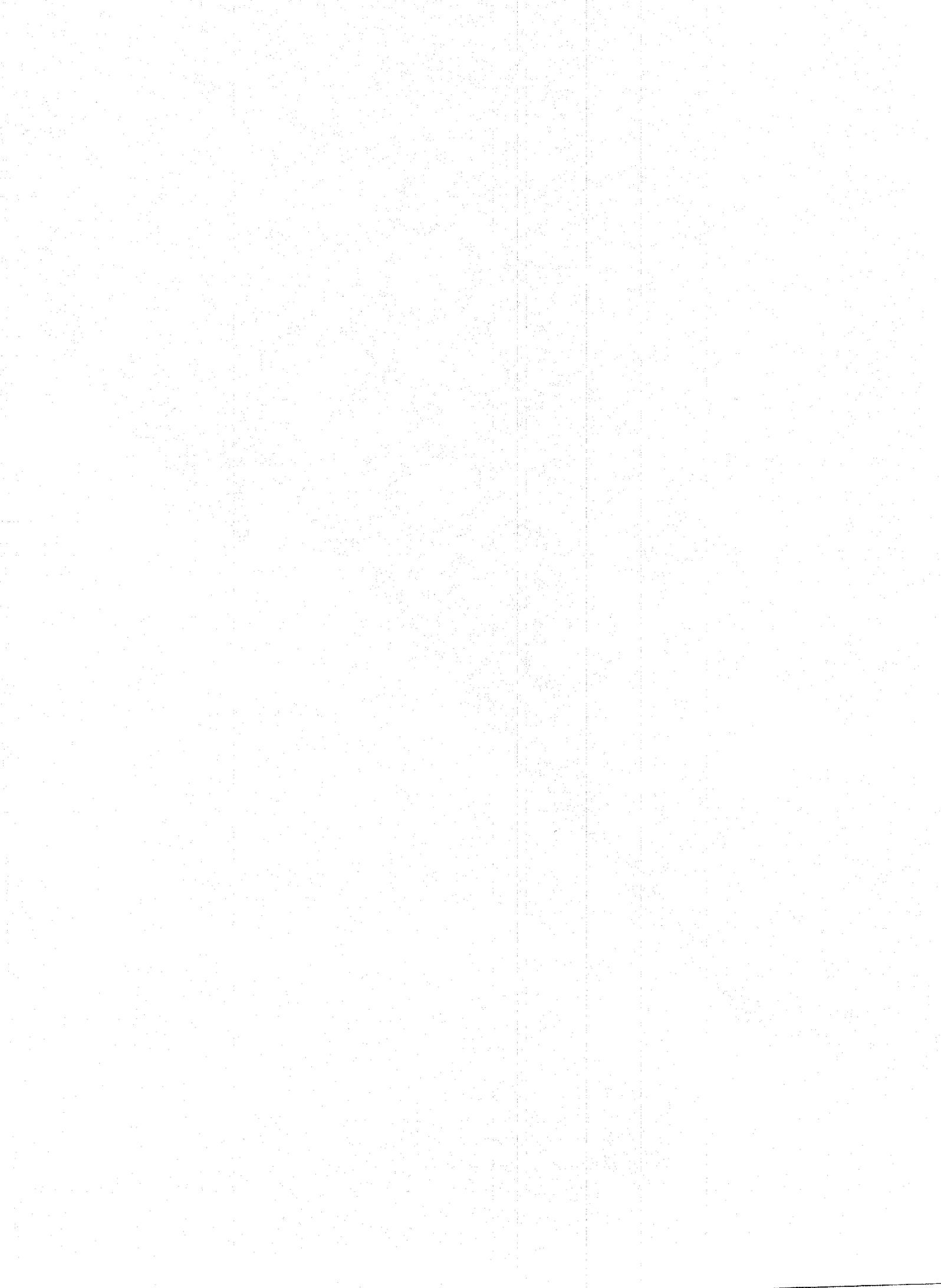
Informações econômicas

novembro/90

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1990/91
café, cana-de-açúcar, banana, laranja, suinocultura, avicultura



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

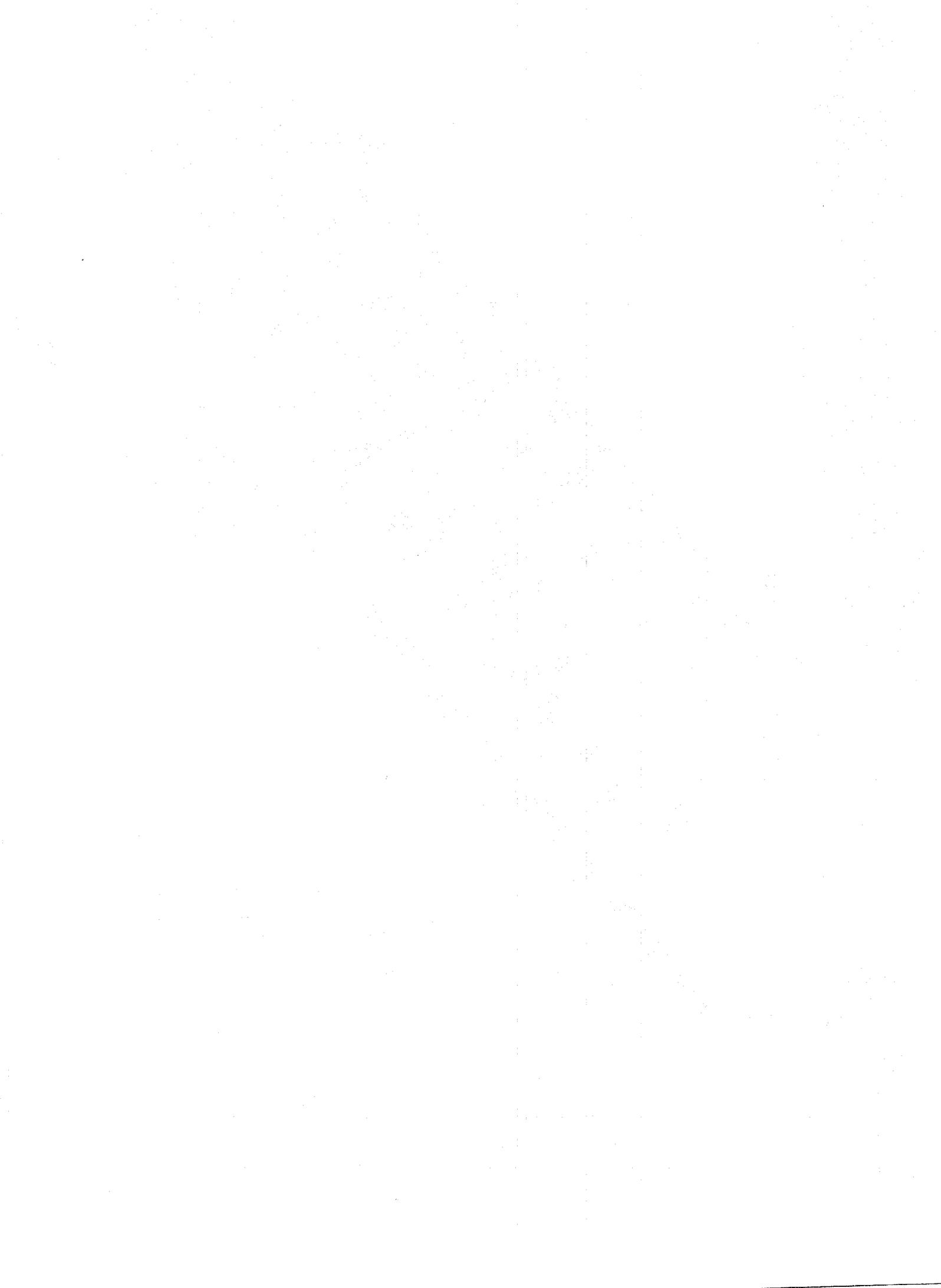


Informações econômicas

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409



ARTIGO ESPECIAL**PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1990/91**

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA	11
3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	17
4 - ANÁLISE DE PRODUTOS	24
Café	24
Cana-de-açúcar	34
Fruticultura	41
Banana	41
Laranja	51
Suinocultura	59
Avicultura	65

ARTIGO TÉCNICO

A Agricultura Paulista Deve ser Uma Prioridade Política	75
Plano Agrícola: Diretrizes Básicas e o Financiamento da Agricultura	83

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

Comportamento dos Custos Agrícolas na Safra das Águas 1990/91 ..	91
Algodão	92
Arroz	94
Milho	94
Soja	95
Leite	96
Indicadores de Conjuntura Agropecuária	99
Custo Horário de Operação de Máquinas e Implementos a Tração Motomecanizada e Animal, Estado de São Paulo, Safra Agrí- cola 1990/91	100

PREÇOS AGRÍCOLAS

COMPORTAMENTO DE PREÇOS	103
Preços Recebidos	103
Preços Pagos	103
Índice de Paridade	104
Cesta de Mercado	104

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA 127**PREVISÕES E ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS DO ESTA-
DO DE SÃO PAULO, Ano Agrícola 1990/91 - Intenção de Plantio**

- Setembro de 1990	133
--------------------------	-----

EDITORIAL

A grande questão que polarizou os debates na área da agricultura em novembro foi a dos subsídios concedidos ao setor pelos países desenvolvidos, associados a elevadas tarifas de importação de produtos agrícolas, provocando uma concorrência desleal e desastrosa com os países em desenvolvimento e do Terceiro Mundo, os quais dependem fortemente das exportações agrícolas para obter divisas para atender as demandas de importações.

O ano de 1990 já pode ser considerado perdido para os exportadores dos países pobres, pois seus principais produtos, como café, cacau, açúcar, suco de laranja, soja e derivados, tiveram os preços reduzidos nos mercados internacionais. Os países africanos produtores de café perderam US\$1,6 bilhão nas exportações do produto. O Brasil terá este ano uma redução entre US\$3,0 bilhões e US\$4,0 bilhões na receita cambial derivada de produtos agrícolas in natura e semi-industrializados, fruto da redução na produção e consequente diminuição nas exportações, além da taxa de câmbio desfavorável e da queda dos preços nos mercados internacionais.

Esta situação está dificultando as negociações na Rodada Uruguai do GATT, na medida em que, enquanto se propõe uma drástica redução nos subsídios recebidos pelos produtores europeus, que embolsaram este ano US\$74 bilhões na forma de subsídios, esses países acenam com uma redução de 30% neste tipo de incentivo nos próximos dez anos, a partir de 1986. Como poderão, pois, os agricultores dos países Latino-americanos competir com os produtores europeus beneficiados com tal nível de subsídio? Eis a questão levada pelos países exportadores à Rodada Uruguai.

Além dos subsídios, os produtos importados pelos europeus são taxados por esses países. Assim, para um preço médio de US\$248 por tonelada no mercado internacional da soja, os produtores europeus recebem US\$644. E para proteger o setor, a Comunidade Européia ensaia, ainda, tributar a soja em 8% e o farelo em 16%, quando a procedência for o Brasil. O café verde é tributado em 4% e o solúvel em 9%, quando são importados pelos europeus. Além disso, cabe destacar a enorme proteção aos produtores norte-americanos e japoneses de suco de laranja contra o similar importado, através de tarifas de importação de, respectivamente, US\$492 e US\$200 por tonelada.

Ao mesmo tempo, observa-se uma política de subsídios às exportações de produtos agrícolas por parte dos países ricos, que acaba por desestruturar o setor nos países importadores. O trigo francês, que tem um custo de US\$206/t, é exportado por US\$82, enquanto o trigo brasileiro custa US\$140/t. Também desleal é a concorrência das exportações francesas e norte-americanas de carne de aves, que, de um custo em torno de US\$1.700/t, chegam aos mercados internacionais a US\$1.100/t, muitas vezes baixando o preço a níveis que prejudicam enormemente o Brasil, segundo maior produtor mundial.

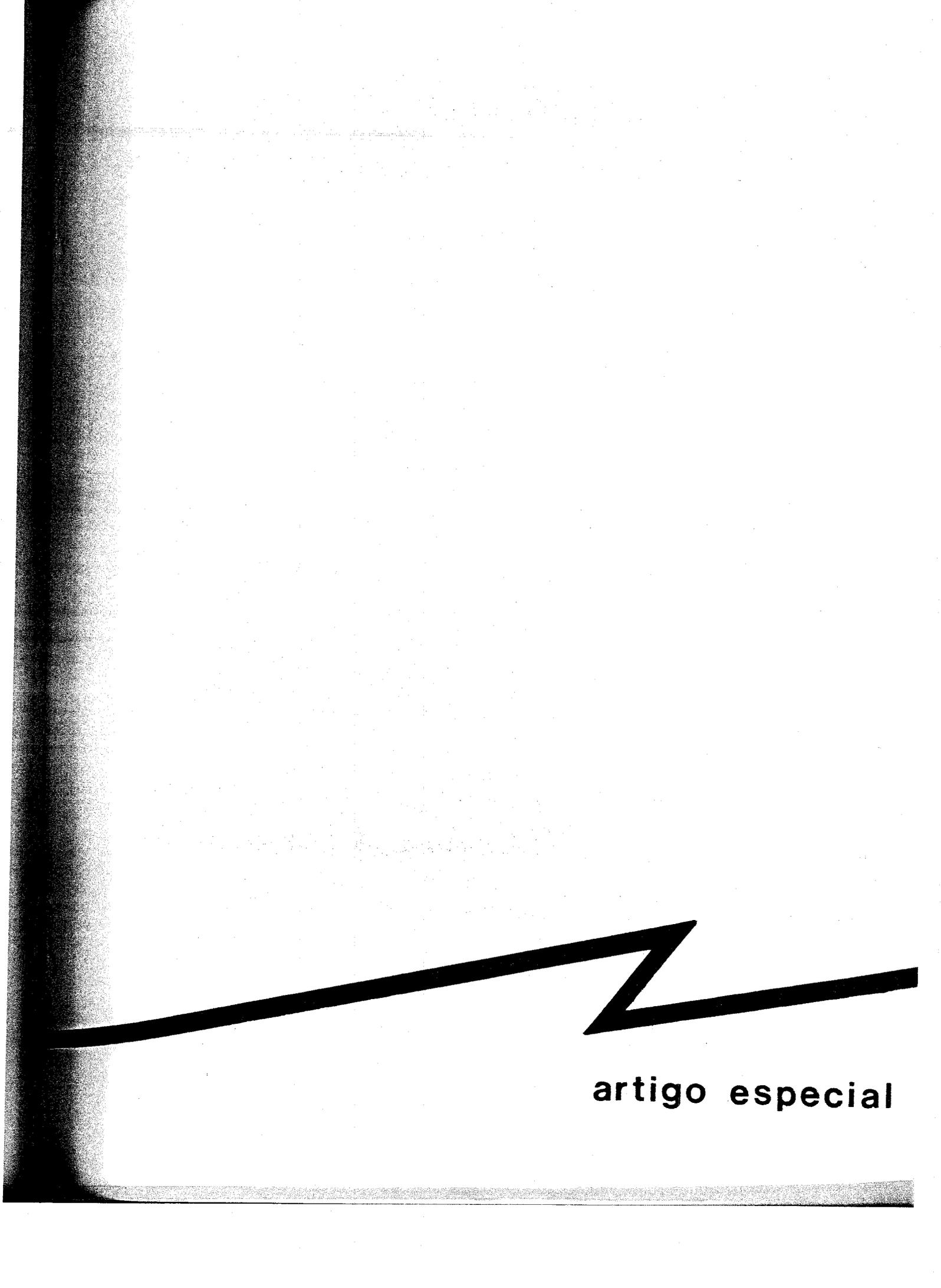
Portanto, o contínuo subsídio às exportações agrícolas dos países ricos e a sobretaxa às importações dos principais produtos exportados pelo Brasil acabam por afetar duramente a economia agrícola nacional, bem como a de grande número de países da América Latina e da África. É por esta razão que o Governo brasileiro deve adotar medidas firmes na reunião da Rodada Uruguai do GATT, com vistas a reduzir subsídios e tarifas em benefício do desenvolvimento da agricultura brasileira.

No plano interno, verifica-se que a produção de trigo, da safra brasileira do ano agrícola de 1990, apresentou uma redução de 38%, para 3,4 milhões de toneladas, em relação ao ano anterior. Este resultado vai acarretar a impor-

tação de pelo menos 4 milhões de toneladas para atender a demanda interna, caso o Governo não comece a adquirir a safra pelo Banco do Brasil, uma vez que, dado o fato de que o preço do trigo se situa em torno de Cr\$850/saca e do milho em Cr\$1.300,00/saca, as fábricas de ração estão adquirindo grande quantidade de trigo, que não encontra outros compradores. Isto deverá agravar o déficit de trigo para 1991. Ainda em relação à safra de 1990, o IBGE estima uma redução na produção de grãos da ordem de 21%.

Quanto à safra do ano agrícola de 1990/91, a situação continua tumultuada em face da operacionalização da política agrícola implementada pelo Governo Federal, bem como do impacto da atualização da taxa de câmbio e da recessão que está sendo gerada pela Política Econômica do Plano Brasil Novo, cujos desdobramentos já afetam a demanda interna de produtos agrícolas. Assim, começa a se observar queda nos preços dos produtos de mercado interno, como é o caso do feijão cuja safra das águas já teve início e, na área da proteína animal, de ovos, aves, carne bovina e suína. Com o propósito de analisar em detalhes esta safra, é apresentada neste volume uma análise do desempenho da safra de grãos, das culturas perenes e da produção animal, visando fornecer subsídios ao Governo e aos componentes do complexo rural estadual.





artigo especial

café, cana-de-açúcar, banana, laranja, suinocultura, avicultura

Albino Eugênio Ferreira Zirlis, Alfredo de Almeida Bessa Junior, Antonio Ambrósio Amaro, Claus Floriano Trench de Freitas, Célia Regina R.P. Tavares Ferreira, César Roberto Leite da Silva, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, Luiz Henrique Perez, Malimiria Norico Otani, Maria Lúcia Maia, Nelson Batista Martin, Nelson Giu lietti, Regina Junko Yoshii, Silvia Toledo Arruda, Yuly Ivete Miazaki de Toledo(1)

1 - INTRODUÇÃO

O plantio da safra das águas no ano agrícola de 1990/91 ainda se encontra tumultuado nos Estados de São Paulo e do Centro-Sul do Brasil. As propostas de crédito de custeio, preços mínimos e outras medidas, divulgadas pelo Pacote Agrícola de 15/08/90, não foram operacionalizadas com a rapidez que se esperava. Assim, de um momento de otimismo na segunda quinzena de agosto, evoluiu-se para uma situação de desânimo no setor, em função das dificuldades do dinheiro prometido para o custeio agrícola em chegar até as agências bancárias.

Nesse mesmo período em que a equipe econômica do Governo Federal implementa uma política monetária restritiva, diminuindo a oferta de crédito em todos os níveis e elevando a taxa real de juros para 50% a 100% ao ano, observaram-se dificuldades de os produtores disporem de crédito rural para atender suas necessidades, principalmente na aquisição de insumos, havendo, dessa forma, atraso generalizado no plantio das águas, num ano em que as condições de clima têm se mostrado favoráveis. Nesta altura, a

previsão é de que os produtores terão que completar seus plantios até meados de dezembro, mesmo com menor uso de insumos.

As primeiras estimativas de área plantada na safra 1990/91, para o País, segundo o IBGE, indicam uma redução de 3% no agregado dos cultivos das águas na Região Centro-Sul, sendo que deverão aumentar as áreas com algodão (2,8%), amendoim das águas (+2,8%), feijão das águas (+0,2%) e milho (+7,7%), enquanto poderão diminuir as áreas com arroz (-2,8%) e soja (-14,52%). Esta situação poderá se alterar no caso da soja, tendo em vista a correção da defasagem cambial observada nos últimos três meses e o início da recuperação da cotação do produto no mercado internacional.

No Estado de São Paulo, levantamento sobre a intenção de plantio da safra das águas, efetuado em setembro, logo após a divulgação do Pacote Agrícola, indicava de um lado expansão de área de 6,6%, com crescimento nas culturas de amendoim das águas, batata das águas, feijão das águas e milho, e, por outro lado, redução nas de

(1) Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

algodão, arroz e soja. Porém, com as dificuldades enfrentadas pelos produtos no período de setembro a novembro, a expectativa é de que se mantenha a área cultivada na presente safra, o que poderá ser confirmado no levantamento de campo efetuado em novembro e que se encontra em fase de processamento. O mesmo fato está sendo observado no Paraná e Rio Grande do Sul.

Essas informações são compatíveis com aquelas divulgadas pelo IBGE em 17/11, que acusavam redução de 3% na área cultivada no País, uma vez que se espera uma expressiva redução na Região Centro-Oeste. Caso se mantenha essa expectativa e o desenvolvimento das culturas continue normal, com uma situação climática favorável, é de se esperar rendimentos melhores que os da última safra, fortemente afetados por adversidades climáticas, podendo resultar em produção 5% a 11% superior a da atual safra.

O fato de que a oferta de grãos em 1991 será levemente superior ao volume produzido em 1990 não significa a priori que o País não terá de importar alimentos. No caso do trigo, a queda de 38% na colheita exigirá uma importação de 4 milhões de toneladas para 1991 e poderá aumentar se o Governo não conseguir operacionalizar a nova política para o produto, o que está propiciando o desvio do trigo nacional das aquisições do Governo (AGF) para os produtores de ração, em substituição ao milho.

Quanto à demanda agregada de produtos agrícolas, houve no segundo semestre de 1990 uma redução estimada em torno de 20%, por várias fontes do comércio e da indústria. A manifestação dessa redução de demanda já começou a afetar os preços de alguns produtos como feijão, ovos, aves, suínos e carne bovina, indicando que, na medida em que se aprofundar a recessão no primeiro trimestre de 1991, os produtos irão enfrentar no início da próxima colheita uma situação desfavorável do lado da demanda. Por outro lado, em 1991 haverá um menor excedente de

soja e derivados para a exportação, o que reduzirá a contribuição dos produtos agrícolas e semi-industrializados de origem agrícola na receita de divisas do País.

Outros assuntos tratados neste número do Prognóstico Agrícola de 1990/91 referem-se à situação do financiamento agrícola e do mercado de insumos e a análises circunstanciadas sobre café, cana-de-açúcar, laranja, banana, aves, ovos e suínos. O objetivo é de fornecer informações atualizadas e condensadas sobre esses assuntos aos componentes do complexo agropecuário estadual e nacional e aos formuladores de política pública para a agricultura.

2 - FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

-CRÉDITO RURAL NA SAFRA 1990/91:
Segundo Semestre de 1990

A dotação global de recursos para a safra 1990/91, pelo "Plano Agrícola", divulgado em agosto, foi de Cr\$446,53 bilhões, advindos de várias fontes (quadro 1).

No entanto, esse montante vem se constituindo apenas em valor potencial, visto que as novas fontes propostas carecem de regulamentação ou operacionalização, por exemplo: RDBs rurais, e as fontes tradicionais enfrentam problemas para viabilizar os montantes propostos.

Especificamente com relação a

QUADRO 1. - Fontes de Recursos para o Crédito Rural, 1990/91

Rubrica	Fontes de recursos				
	Fundos e programas	BNDES/Finame	Fundo constitucional	Lei 8.023	Poupança rural
- Custeio agropecuário	0	0	4.750	30.000	112.230
- Investimento	27.479	12.051	14.500	20.000	200
- Comercialização	0	0	2.250	0	0
Total	27.479	12.051	21.500	50.000	112.430

Rubrica	Fontes de recursos			
	MCR 6.2	MCR 6.3	Tesouro	Total geral
- Custeio agropecuário	65.484	62.176	35.000	309.640
- Investimento	300	0	0	74.530
- Comercialização	0	0	60.110	62.360
Total	65.784	62.176	95.110	446.530

Fonte: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP).

essas últimas, os principais entraves são: estabilidade no volume de depósito à vista (em função do aperto da liquidez e da elevação nas taxas de juros); lento retorno dos empréstimos efetuados na safra passada; crescimento insignificante nos depósitos na Caderneta de Poupança Rural e reduzida participação do Tesouro Nacional no total de recursos.

Efetivamente até 26 de outubro de 1990, haviam sido liberados Cr\$206,8 bilhões, ou seja, cerca de 67% do total programado pelo Plano Agrícola.

Dentre os recursos previstos pelo Plano, os provenientes do Tesouro haviam ultrapassado até aquela data o valor inicialmente proposto, chegando a Cr\$37,8 bilhões, mesmo faltando ainda a liberação de Cr\$15 bilhões para completar a programação de outubro de Cr\$52,8 bilhões.

Outra fonte substancial de recursos considerada - a Caderneta de Poupança Rural cuja previsão inicial de aplicação era de Cr\$112,2 bilhões - foi cumprida apenas parcialmente (Cr\$25 bilhões) faltando ainda serem liberados Cr\$20 bilhões correspondentes à previsão para outubro. Isso indica que a maior fonte de recursos prevista pelo Plano tem se revelado como sendo o principal fator de restrição no volume total ofertado.

Em relação a outra expressiva fonte de recursos, ou seja, as exigibilidades bancárias, observa-se que o valor proposto pelo Plano foi quase que totalmente cumprido, alcançando Cr\$106,1 bilhões, correspondendo a 83% do previsto inicialmente; contribuiu para esse desempenho a ampliação de sua base de cálculo em outubro.

Para novembro, deverão ser alocados para custeio Cr\$5 bilhões do Tesouro Nacional, Cr\$23,5 bilhões do Banco do Brasil, e os bancos privados deverão aplicar Cr\$14 bilhões. Em sendo aplicado esse montante, fica cumprida a meta estabelecida para essa fonte (exigibilidades bancárias), permanecendo, entretanto, as incertezas

já apontadas em relação aos recursos provenientes da Caderneta de Poupança Rural.

As taxas de juros praticadas nesta safra pelos agentes financeiros para os recursos das exigibilidades têm se situado nos bancos privados entre 26% a 32% a.a. e no Banco do Brasil em torno de 24,4% a.a., ambas em valor real.

Os recursos de custeio já liberados pelas diversas fontes até agora abrangem não só as culturas temporárias, mas também, as permanentes. Ocorre, entretanto, que as informações disponíveis indicam que, nos próximos meses, não deverão ocorrer novos empréstimos, devendo apenas se concretizar a liberação das segunda e terceira parcelas dos financiamentos já contratados.

As dificuldades na obtenção de crédito, tanto pelo volume de recursos disponíveis em tempo hábil para plantio como pelo patamar da taxa de juros, some-se a corrosão da renda real auferida pelos agricultores.

O exame da evolução dos indicadores de poder de compra da agricultura, elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, revela que a partir de 1987, a relação entre Índice de Preços Recebidos e Índice de Preços Pagos pelos agricultores (Global e de Compra fora do setor) mostra-se bastante desfavorável, o que compromete a capacidade de autofinanciamento. Esse panorama vem reforçar a necessidade de reequacionamento das fontes e da disponibilidade de recursos para a atual safra (quadro 2 e figura 1).

Especificamente para o Estado de São Paulo, elaboraram-se duas estimativas de recursos para custeio da safra paulista, para que se tivesse a dimensão das necessidades de financiamento no segundo semestre de 1990.

Tomando-se como base de cálculo a média histórica de cobertura dos custos de produção dos principais grãos do Estado e a participação média (1986-88) desses produtos no total do

custeio agrícola, estimou-se um montante de recursos para o custeio da safra paulista (todos os produtos) da ordem de Cr\$100 bilhões (quadro 3).

Considerando-se, entretanto, a participação relativa do Estado de São Paulo no montante total de recursos para o custeio agrícola, na década de 80 (com média de 18,7%), São Paulo deveria receber, no mínimo, Cr\$57,8 bilhões dos Cr\$309,00 bilhões propostos em agosto último, para custear sua produção (quadro 4).

QUADRO 2. - Poder de Compra da Agricultura Paulista: Índices de Preços Recebidos (IPR), Pagos (IPP) e de Paridade(1)

Ano	Índice de Preços Recebidos (IPR) (a)	Índice de Preços Pagos (IPP)		Paridade(%)	
		Geral (IPP) (b)	Parcial dos insumos adquiridos fora do setor agrícola (IPPF) (c)	(a/b)	(a/c)
1980	1,96	2,01	1,86	97,5	105,4
1981	3,28	3,64	3,81	90,1	86,1
1982	5,53	6,21	6,97	89,0	79,3
1983	16,22	16,72	17,10	97,0	94,9
1984	54,09	53,03	50,16	102,0	107,8
1985	185,00	175,00	183,00	105,7	101,1
1986	587,00	472,00	431,00	124,4	136,2
1987	999,00	1.342,00	1.441,00	74,4	69,3
1988	8.019,00	8.969,00	9.825,00	89,4	81,6
1989	95.553,00	132.598,00	150.115,00	72,1	63,7
1990					
Jan.	549.203,00	789.614,00	897.610,00	69,6	61,2
Fev.	906.640,00	1.388.390,00	1.666.733,00	65,3	54,4
Mar.	1.449.305,00	2.499.512,00	3.153.342,00	58,0	46,0
Abr.	1.670.928,00	2.544.264,00	3.066.897,00	65,7	54,5
Mai.	1.939.402,00	2.728.411,00	2.959.470,00	71,1	65,5
Jun.	2.347.845,00	3.118.608,00	3.119.208,00	75,3	75,3
Jul. (2)	2.579.603,00	3.500.326,00	3.442.358,00	73,7	74,9
Ago. (2)	3.075.595,00	4.068.779,00	4.015.166,00	75,6	76,6
Set. (2)	3.356.805,00	3.948.718,00	3.903.859,00	85,0	86,0

(1) Base: Janeiro/85 = 100.

(2) Dados convertidos para a base janeiro de 1985 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

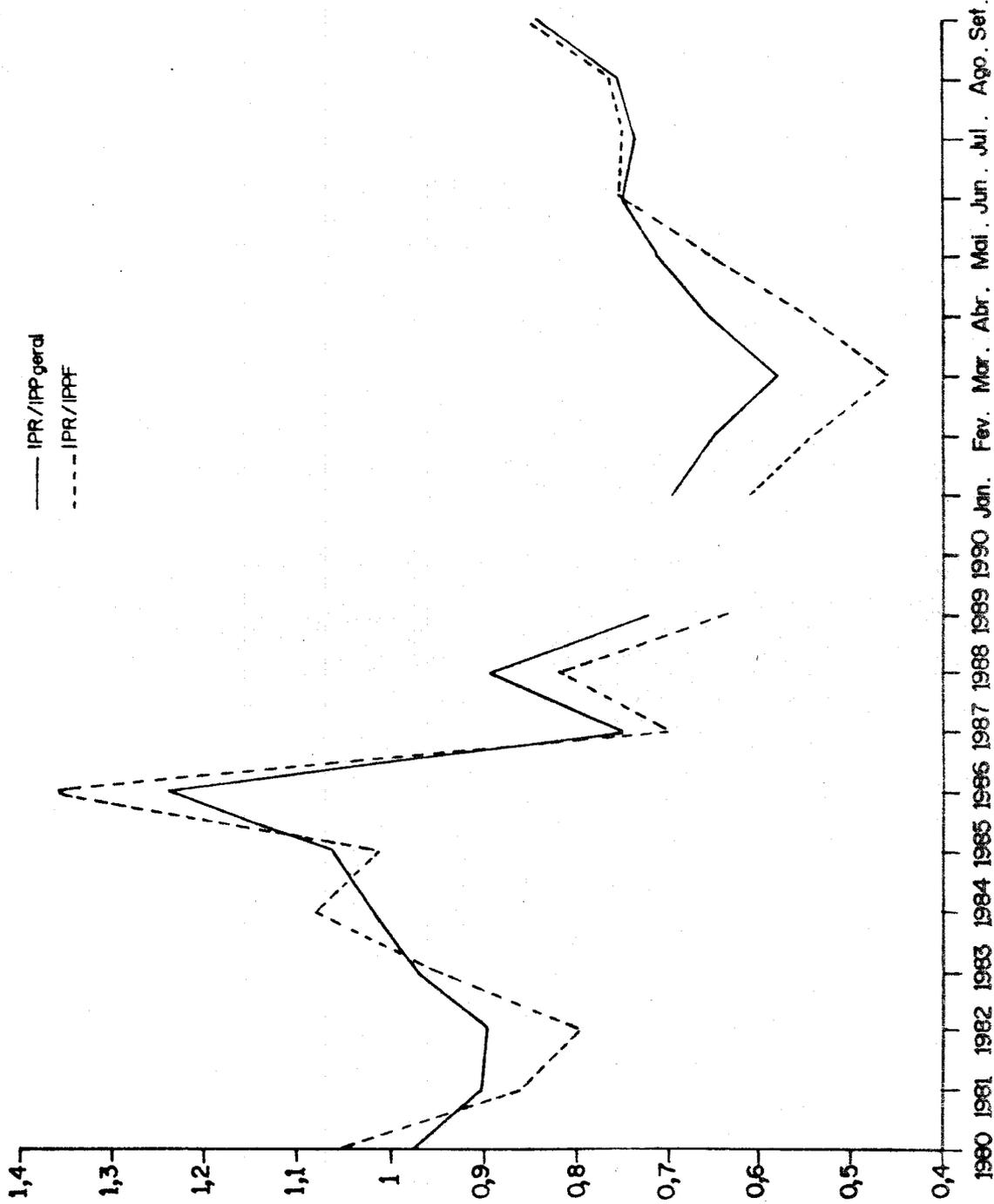


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Paridade para a Agricultura Paulista, 1980-1990, em Porcentagem.

Fonte: Dados do quadro 1.

QUADRO 3. - Estimativa de Crédito de Custeio Agrícola, Estado de São Paulo, 1990/91

Produto	COE/ha (a) (em BTN)	Área (b) (1.000ha)	% média de cobertura (c)	a x b x c (1.000 BTN)
Algodão	1.206,4	296	32,2	114.989
Feijão	742,1	153	42,9	48.709
Milho	456,9	1.303	37,9	225.634
Soja	648,8	525	50,4	171.672
Total	-	-	-	561.004(1)

(1) Isto equivale a Cr\$37,39 bilhões para o custeio dessas culturas. A participação desses produtos no volume total de crédito concedido nos últimos anos tem estado em 37,4%, o que resulta numa necessidade de Cr\$99,97 bilhões para o crédito de custeio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4. - Volume de Crédito de Custeio Aplicado, no Estado de São Paulo e Brasil, 1979/88

Ano	São Paulo (a) (em Cr\$1.000 correntes)	Brasil (b) (em Cr\$1.000 correntes)	a/b (em %)	São Paulo (em US\$ bilhão)
1979	46,42	225,69	20,6	1,62
1980	100,77	486,16	20,7	1,78
1981	186,13	917,29	20,3	1,78
1982	432,90	1.904,22	22,7	2,15
1983	765,79	3.536,59	21,7	1,14
1984	1.430,03	7.851,34	18,2	0,65
1985	6.445,93	36.764,75	17,5	0,87
1986	16.770,72	104.489,80	16,1	1,22
1987	59.945,86	335.544,48	17,9	1,21
1988(1)	349.528,49	2.257.888,00	15,5	1,08
1989(1)	2.749.147,00	19.385.714,00	14,2	...

(1) Valores estimados pelo IEA.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

A falta de recursos financeiros no setor agrícola, de modo geral, derivada da queda da produção e dos preços reais de diversos produtos agrícolas na safra 1989/90, aliada à morosidade na liberação de recursos do crédito rural e às altas taxas de juros no mercado estão condicionando uma redução no uso de insumos e máquinas agrícolas no plantio da safra de verão 1990/91.

No Brasil, o volume de fertilizantes entregues, no período de janeiro a outubro de 1990, decresceu 8,9% em relação ao mesmo período do ano precedente, fixando-se em 6,4 milhões de toneladas de produto. Desse total de fertilizantes entregues, a Região Centro-Sul absorveu a maior parte (92,3%). Estima-se que no bimestre novembro a dezembro de 1990, as vendas se situem em torno de 1,6 milhão de toneladas de produto contra 1,787 milhão de toneladas em igual período do ano anterior. Portanto, persiste a previsão inicial do setor, para 1990, de que as entregas de fertilizantes aos agricultores serão cerca de 9,0% inferior em relação ao ano anterior.

No caso do calcário agrícola, a retração nas vendas é mais acentuada. Segundo fontes do setor, no período de janeiro a outubro de 1990, as vendas no Estado de São Paulo apresentaram decréscimo de 35,0%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Considerando o Brasil como todo, estima-se que os agricultores tenham reduzido ainda mais o emprego do calcário em 1990, apesar de seus grandes benefícios.

Quanto aos defensivos agrícolas, as vendas totais para os canais de distribuição, no período de janeiro a outubro de 1990, em termos de valo-

res, aumentaram 12,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando US\$919,2 milhões, assim distribuídas: herbicidas 54,4%; inseticidas 22,3%; fungicidas 15,3% e acaricidas 8,0%. Contudo, isso não significa que tenha ocorrido aumento da aplicação de defensivos agrícolas no campo, pois com a escassez de recursos do crédito rural, boa parte desses produtos se encontra ainda estocada com os revendedores e cooperativas que, inclusive, têm encontrado alguns obstáculos nas vendas devido ao receituário agrônomo. Destaque-se que em maio e junho, registrou-se antecipação de compras pelas cooperativas, em face da disponibilidade de recursos bancários com juros atrativos.

A despeito da redução das alíquotas do imposto aduaneiro de importação para diversos insumos, seus efeitos práticos somente se farão sentir mais significativamente nas próximas safras.

O quadro de oferta de sementes para o plantio das águas das principais culturas permanece com mesma tendência relatada no PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1990/91, de agosto de 1990, isto é, de relativa escassez ou equilíbrio na oferta e demanda. Exceção ao quadro geral, é esperada uma folga no mercado de sementes de algodão, devido à provável retração na área do plantio (cerca de 10%) ao lado da oferta de sementes igual do ano anterior, no Estado de São Paulo.

No mercado de sementes de soja, a oferta e demanda ao nível nacional é de equilíbrio, uma vez que a diminuição de 15% na oferta de sementes será acompanhada por uma retração da mesma ordem na área cultivada. Apesar disso, poderá haver problemas localizados, face a eventual não

disponibilidade de sementes de variedades mais adequadas para algumas regiões.

Devido à diminuição da oferta de sementes de milho híbrido e de arroz de sequeiro e possível aumento da área cultivada ao nível nacional, poderá ocorrer falta dessas sementes. Quanto ao arroz irrigado, o quadro é de oferta e demanda equilibrada dada a estabilidade do mercado em relação ao anterior; entretanto, para o Estado de São Paulo, observa-se escassez de sementes em função da queda na quantidade ofertada.

O sistema de trocas de insumos por entrega de produção após a colheita está sendo efetuado, principalmente, pelas cooperativas e grandes empresas, como forma de substituir em parte a restrição de recursos do crédito rural. Contudo, representa ainda uma parcela pequena na comercialização total dos insumos.

A indústria de máquinas agrícolas, também, continua acusando a crise de recursos do setor agrícola. Em outubro de 1990, o volume de vendas de tratores foi 35,9% inferior ao mesmo mês do ano precedente, enquanto no período de janeiro a outubro deste ano, a indústria vendeu 18,5% menos do que no mesmo período do ano passado. No caso de tratores de roda, especificamente, foram vendidos menos 36,2% e 15,4%, respectivamente.

É interessante observar que os preços dos tratores se mantiveram estáveis, em termos nominais, de junho até agosto último, o que equivale a dizer que em termos reais registraram considerável queda, enquanto os preços de alguns produtos agrícolas, como arroz, milho e trigo sinalizam alguma recuperação. Esses resultados sugerem que os agricultores não têm expectativas favoráveis a respeito do desempenho do setor e estão agindo na defensiva, reduzindo ao máximo suas despesas, em especial em bens de capital, cujo retorno se dá no longo prazo.

- RAÇÕES

Em 1990, não houve instalação de novas empresas e algumas pequenas saíram do mercado, ocorrendo uma redução na capacidade ociosa, estimada ao redor de 36% (contra 40% em 1989).

A produção brasileira de rações no período de 1986 a 1990 apresentou crescimento de 8,8%. Ao contrário da queda de produção de 4,3% em 1989 em relação à 1988, inicialmente prevista em setembro de 1989, a produção de rações em 1989 manteve-se nos mesmos níveis de 1988. Porém, para 1990, espera-se um crescimento na produção da ordem de 4,4%, representando a ração para a avicultura industrial (corte e postura) a maior parcela, isto é, 63,4%, seguida pela destinada à suinocultura (22,0%), e para pecuária bovina 9,8% (quadro 5).

Nos setores de avicultura industrial e suinocultura, localizados na Região Sul, produtores e cooperativas estão comprando concentrados e premix para produzir sua própria ração. Os criadores que preparam sua própria ração estão incluídos no item de outros produtores, cuja participação no atendimento da demanda variou de 40% em 1987 para 51% em 1988, 49% em 1989 e 48% em 1990. O aumento ou diminuição da produção de rações desses criadores está diretamente ligado às variações de preços relativos das matérias-primas utilizadas pelas indústrias de rações.

No entanto, é importante lembrar que esses agricultores estão produzindo uma quantidade de rações próxima à metade do mercado. Observe-se que durante 1988 e 1989, cerca de 60% da ração demandada para aves (postura) é provavelmente de produtores e/ou cooperativas não sindicalizadas; no caso de ração para aves de corte, cada segmento estaria participando com 50% de mercado. No caso de bovinos e outros animais, mais de 90% da ração é fornecida pelas empresas sindicaliza-

das (quadro 6).

Do total da produção das indústrias de rações sindicalizadas, um terço provém das firmas que se integram verticalmente com o criador de aves e suínos.

A produção das indústrias associadas ao Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES) por estados do Brasil mantém a tendência observada nos últimos cinco anos, com Santa Catarina liderando a produção, com a participação em torno de 30,4%, seguido por São Paulo com 27,4% e Paraná com 16,9% (quadro 7).

A partir de agosto de 1989, a indústria de ração foi enquadrada no regime de liberdade vigiada de preços, medida tornada sem efeito em novembro de 1989 no início do "Plano Brasil Novo", quando os preços foram congelados por 30 dias e a partir de então liberados completamente, para um mercado de concorrência.

Com relação aos preços de ração coletados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), na cidade de São Paulo, de setembro de 1989 a setembro de 1990, os crescimentos variaram de 3.713,95% (ração para aves de corte), 3.728,95% (ração para postura), 3.703,03% (ração para bovinos) e 3.749,32% (ração para suínos) contra 2.940,80% do índice geral de preços (IGP-FGV). As variações dos preços médios pagos para ração entre janeiro e março de 1990 ficaram bem abaixo das variações de 211,28% do IGP no mesmo período, ao passo que a variação dos preços no período de março a setembro de 1990 foi superior à variação de 88,69% do IGP, exceto no caso de ração para ave de corte (quadro 8).

Quanto à tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), instituído em maio de 1989, os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, e mais recentemente, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro concederam o diferimento do seu pagamento, ou seja, o recolhimento é efetuado, somente no produto final da pecuária ou avicultura, variando a base de

cálculo conforme a espécie e não nas etapas intermediárias da produção, com a argumentação de evitar-se a cumulatividade do imposto e facilitar a fiscalização.

No Estado de São Paulo, com o recente decreto no. 32.494, de 30/10/90, que concede o crédito do imposto relativo às entradas de insumos na produção agropecuária, mesmo que não houvesse o diferimento, o problema da bitributação estaria solucionado, da mesma forma que para os demais produtos agropecuários contemplados por esse decreto.

Dada as atuais circunstâncias, as empresas consideram a situação de mercado normal, a produção total pode aumentar cerca de 4%, de 1989 a 1990, e uma nova expansão estaria diretamente ligada ao comportamento futuro da avicultura.

O SINDIRAÇÕES está tentando descentralizar os registros das rações para o nível estadual, pois na situação atual, a lentidão na execução dos processos de registro no Ministério da Agricultura impede decisões mais rápidas e eficientes, embora se trate de produtos com larga participação de comércio interestadual.

QUADRO 5.- Produção de Ração(1) pelas Indústrias Sindicalizadas, Segundo a Destinação e Estimativa de Produção Total, Brasil, 1986-1990

Ano	Avicultura		Suinocultura		Pecuária bovina	Outros animais	Subtotal sindicalizada	Total geral(2)						
	Corte	Postura	Total	Total										
	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t						
1986	39,3	1.347	17,2	4.431	56,5	2.381	30,4	735	9,4	294	3,8	7.840	100,0	13.607
1987	39,4	1.449	17,8	4.653	57,3	2.314	28,5	854	10,5	305	3,8	8.126	100,0	14.814
1988	43,0	1.105	16,0	4.076	59,0	1.727	25,0	829	12,0	276	4,0	6.908	100,0	14.179
1989	46,0	1.149	15,8	4.496	61,7	1.596	21,9	788	10,8	402	5,5	7.282	100,0	14.172
1990	48,4	1.165	15,1	4.895	63,4	1.700	22,0	760	9,8	361	4,7	7.716	100,0	14.800(3)

(1) Inclui rações completas, concentrados e convertidos.

(2) Inclui todos os tipos de produtores.

(3) Previsão 1990.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 6.- Estimativa da Demanda de Rações Completas no Brasil e Participação dos Fornecedores, 1988 e 1989

Tipo	1988		1989		
	Total (1.000 t)	Sindicato (%)	Total (1.000 t)	Sindicato (%)	Outros(2) (%)
Aves					
Corte	6.176,0	48,0	6.520,7	51,3	48,7
Postura	3.007,9	37,1	2.753,8	41,7	58,3
Bovinos	857,1	96,6	830,0	94,9	5,1
Suínos	3.808,0	44,7	3.631,2	43,9	56,1
Outros Animais	330,0	90,0	436,6	92,0	8,0
Total	14.179,0	48,7	14.172,3	51,3	48,7

(1) Refere-se ao total de rações completas produzido pelas indústrias de ração sindicalizadas, já computado o volume de concentrados transformados em rações completas.

(2) Estimativas de rações completas produzidas por criadores e cooperativas (que produzem a própria ração) e outras indústrias não sindicalizadas.

Fonte: Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 7.- Produção de Rações pelas Indústrias Sindicalizadas, Principais Estados, 1986-1989

Estado	1986		1987		1988		1989	
	1.000 t	%						
Santa Catarina	2.344,5	29,9	2.243,0	27,6	2.068,2	29,9	2.213,1	30,4
São Paulo	2.054,3	26,2	2.202,0	27,1	1.985,9	28,7	1.993,7	27,4
Paraná	1.309,5	16,7	1.308,3	16,1	1.093,1	15,8	1.231,2	16,9
R.Grande do Sul	706,0	9,0	794,3	9,8	642,3	9,3	660,0	9,1
Minas Gerais	494,0	6,3	520,0	6,4	376,3	5,4	357,4	4,9
Pernambuco	400,0	5,1	495,7	6,1	341,7	4,9	316,5	4,3
Rio de Janeiro	227,3	2,9	235,7	2,9	154,9	2,2	173,3	2,4
Goiás	133,3	1,7	130,0	1,6	87,5	1,3	120,2	1,7
Outros	172,5	2,2	195,0	2,4	160,1	2,3	216,1	3,0
Brasil	7.841,4	100,0	8.124,0	100,0	6.910,1	100,0	7.281,6	100,0

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Sindicato das Indústrias de Rações (SINDIRAÇÕES).

QUADRO 8.- Preços Médios(1) de Rações, Cidade de São Paulo, Setembro de 1989 a
Setembro de 1990

Especificação	Variação percentual						
	Set.89	Jan.90	Mar.90	Set.90	C	D	D
	(A)	(B)	(C)	(D)	B	C	A
Ração para Ave							
Corte crescimento	0,86	9,20	17,90	32,80	94,57	83,24	3.713,95
Postura	0,76	8,73	14,54	29,10	66,55	100,14	3.728,95
Ração para Bovino							
Lactação	0,66	4,67	9,10	25,10	94,86	175,82	3.703,03
Ração para Suíno							
Engorda, acab., term. e final	0,73	5,05	9,58	28,10	89,70	193,32	3.749,32

(1) Nos meses de set.89, jan.90, os preços estão em cruzados novos; já nos meses de mar.90 e set.90, os preços estão em cruzeiros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-CAFÉ

-Panorama Internacional

As estatísticas sobre produção, exportação, consumo doméstico e estoques internacionais costumam ser divulgadas e corrigidas várias vezes durante o ano, por órgãos como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Tais estatísticas exercem, normalmente, grande influência sobre o comportamento do mercado, em especial agora, após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional, em que se experimenta o mercado liberalizado, quando notícias de uma grande safra mundial, obviamente, tendem a reduzir cotações.

Assim, não é de se admirar que o anúncio pelo USDA em setembro de 1990, da segunda maior safra mundial da história do café, com 101,7 milhões de sacas beneficiadas, superada somente pela de 1987/88 (102,7 milhões), tenha exercido significativa influência redutora de preços ao longo de 1990 e, em especial, no final do ano, quando já foi colhida a safra brasileira.

Cerca de um terço da produção mundial provém do Brasil e, portanto, torna-se especialmente importante registrar que as estimativas da safra brasileira efetuadas por órgãos nacionais de estatística não confirmaram aquelas do USDA, pois são da ordem de 21,5 a 25,0 milhões de sacas enquanto as da entidade norte-americana são de 33 milhões de sacas. É evidente que uma diferença de 8 a 11,5 milhões de sacas, exerce ponderável influência

sobre cotações externas, o que alerta para a necessidade absoluta de se aperfeiçoar tais estatísticas.

A produção mundial anual soma-se aos estoques iniciais, para se obter o total disponível para consumo interno e exportações dos países produtores, e conforme se verifica, essas disponibilidades são, também, a segunda maior do período 1979/80 a 1990/91. Nesse mesmo intervalo de tempo, as exportações aumentaram de 62,1 para 78,4 milhões de sacas e o consumo interno de 19,9 para 25,2 milhões. Assim, mesmo que se aceite as estatísticas de produção bastante elevadas, verifica-se que os estoques finais não são dos maiores (36,2 milhões de sacas). Ao se considerar exageradas as estimativas da safra brasileira, assim como os números relativos a estoque do Brasil, reduzindo cerca de 10 milhões de sacas nas disponibilidades, na realidade, o estoque mundial ao final do ano comercial 1990/91 será um dos menores da história do café, o que já deveria afetar as cotações internacionais (quadro 9).

A redução das cotações externas, conforme se verifica através da evolução dos preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC) foi extremamente acentuada após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional em julho de 1989. Para a categoria Brasileiros e Outros Arábicas, a cotação em junho de 1989 que era de 115,02 centavos de dólar por libra-peso ou cerca de 152 dólares por saca beneficiada baixou até um mínimo de 60,32 centavos de dólar em outubro de 1989 mas, em outubro de 1990, chegou a 85,78 centavos de dólar ou cerca de 113 dólares, 39

dólares abaixo da cotação de junho do ano passado. Em novembro, continuou a tendência baixista para todas as categorias (quadro 10).

Diversos fatores contribuem para que não voltem as cotações internacionais aos níveis anteriores ao Acordo Internacional e dentre eles, destaca-se a crença em volumosa safra mundial 1990/91. Ações especulativas de grandes compradores internacionais; a venda desordenada de estoques de alguns países, dada a necessidade de recursos a curto prazo; notícias de baixa qualidade de safra são alguns desses fatores. No caso do Brasil, alega-se, também, que em decorrência da supervalorização do cruzeiro em relação a moedas estrangeiras, os preços ao importador são excessivamente elevados, dada a qualidade predominante. Mas, a partir de setembro, a taxa de câmbio iniciou uma tendência de recuperação, eliminando as defasagens do primeiro semestre de 1990.

No âmbito institucional, cabe observar que apesar das contínuas tentativas de renovação do Acordo, por parte de diversos países produtores e consumidores, o Brasil continua a defender as teses tendentes à liberalização gradativa, ao menos, eliminando impostos de exportação.

-Situação Interna

As estimativas disponíveis (USDA) relativas à população cafeeira no Brasil no ano comercial 1990/91 são de 4,21 bilhões de cafeeiros, sendo que 3,97 bilhões estão em produção e 240 milhões ainda sem produção. A área plantada é de 3,48 milhões de hectares e a área colhida, de 3,37 milhões de hectares.

Apesar dos reiterados esforços de órgãos governamentais estaduais e federais, continua o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos a divulgar dados exagerados relativos à produção brasileira, o que contribui significativamente para exagerar a safra

mundial e as disponibilidades em estoque. É lastimável reconhecer que não há informações fidedignas sobre as reais dimensões do estoque nacional, devendo-se ressaltar que a Câmara Setorial do Café, recentemente criada junto ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, está envidando esforços no sentido de se promover rápido levantamento das disponibilidades brasileiras, visto que toda safra nacional já está colhida.

As notícias de grande safra mundial, na ausência do Acordo Internacional, são um dos principais fatores tendentes a reduzir preços externos e internos. Ambos continuavam sofrer reduções no final de outubro, apesar da tendência ao aumento lento mas contínuo do consumo mundial, das perspectivas de maiores vendas no período de inverno dos principais países consumidores e de franca tendência ao abandono ou menores tratos culturais dos cafezais, em função dos preços. A redução de preços reais recebidos pelos cafeicultores no Estado de São Paulo é extremamente acentuada. Entre janeiro de 1988 e outubro de 1990, os preços médios reais do café beneficiado, que haviam atingido um máximo de Cr\$15.416,83/saco em maio de 1989, em função da suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional, caíram em outubro de 1990 para Cr\$5.964,40/saco, observando-se tendência declinante inédita na história recente do comportamento do mercado (quadro 11).

As estimativas de custo operacional na cultura de café, efetuadas pelo Instituto de Economia Agrícola para a safra 1990/91, são da ordem de Cr\$146.815,37 por hectare, para a DIRA de Ribeirão Preto (Estado de São Paulo), enquanto o custo operacional total atinge Cr\$175.023,62. Uma vez que as cotações são da ordem de Cr\$8.000,00/saco para cafés finos, somente com produção elevada por hectare, a cafeicultura poderá ser um empreendimento compensador. Situação semelhante é observada nas DIRAs de

Campinas e Bauru onde os custos por saco são pouco inferiores aos de Ribeirão Preto (quadros 12, 13, e 14).

No que se refere ao comportamento do setor cafeeiro nas próximas safras, as estimativas preliminares e hipóteses de produção, consumo interno, exportações e estoques de café no Brasil constituem-se em simulações possíveis das disponibilidades no curto prazo (quadro 15).

Não se conhece qual a real situação dos estoques, seja na atualidade, seja na data inicial dos cálculos em 31/05/90. Com base somente em informações de diversas fontes de produção e de comércio, pode-se partir de um estoque inicial da ordem de 20,0 a 23,0 milhões de sacas, cuja qualidade é também pouco conhecida. Há informações de que parte dos estoques disponíveis seriam impróprios para exportação. Soma-se aos estoques iniciais, a produção de 1990, que deve situar-se entre 21,5 e 25,5 milhões de sacas.

A primeira estimativa foi efetuada na reunião dos Secretários de Agricultura dos principais Estados produtores de café, realizada em outubro de 1990, na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com base em informações dos órgãos técnicos especializados de cada Estado. A segunda é estimativa efetuada em meados de 1990, pelo IBGE. Considerando-se o comportamento do consumo e exportações em anos anteriores e supondo-se que a safra de 1991 atinja entre 25,0 e 30,0 milhões de sacas, hipóteses possivelmente otimistas, verifica-se que o estoque final em 31/05/92 situar-se-á entre 7,5 e 13,5 milhões de sacas apenas.

Embora tais números sejam em parte hipotéticos, não restam dúvidas de que a situação será de relativa escassez, a menos que haja efeitos de fatores imprevistos que alterem substancialmente os elementos-chave do lado da oferta. No que se refere ao consumo interno e no exterior, há nítidas tendências de que o aumento seja em virtude do desenvolvimento de novos

mercados, a exemplo do Extremo Oriente e dos países da Europa Oriental, seja por efeitos de novos hábitos de consumo onde se destaca como possibilidade a expansão do café como refrigerante, conforme tem noticiado a imprensa internacional especializada. No âmbito interno, as campanhas de qualidade e os preços relativamente baixos em termos reais tendem a favorecer o aumento gradativo do consumo.

A curto prazo, o único fator que poderá fazer com que os cafeicultores possam receber mais cruzeiros por saca exportada e amenizar os efeitos dos baixos preços internacionais é o da correção da sobrevalorização do cruzeiro com a aceleração da recuperação da taxa de câmbio, que poderá produzir um aumento real de 30% até o final de dezembro.

QUADRO 9. - Oferta Mundial e Distribuição de Café, 1979/80 a 1990/91(1)

(em 1.000 sc.60kg)

Ano comercial	Estoque inicial	Produção	Importação(2)	Total disponível	Exportação total(3)	Uso doméstico	Estoque final
1979/80	25,057	81,821	653	107,531	62,060	19,948	25,523
1980/81	25,523	86,136	675	112,334	59,780	20,470	32,084
1981/82	32,084	98,063	755	130,902	65,296	21,065	44,541
1982/83	44,541	82,123	733	127,397	65,138	20,649	41,610
1983/84	41,610	88,666	606	130,882	68,158	21,092	41,632
1984/85	41,632	90,288	456	132,376	71,951	23,005	37,420
1985/86	37,420	95,690	387	133,497	69,747	21,363	42,387
1986/87	42,387	79,211	262	121,860	66,024	22,122	33,714
1987/88	33,714	102,749	292	136,755	66,657	22,920	47,178
1988/89	47,178	91,739	315	139,232	69,081	22,850	47,301
1989/90	47,301	92,563	293	140,157	78,132	24,309	37,716
1990/91	37,716	101,690	343	139,749	78,406	25,158	36,185

(1) As informações referem-se apenas ao conjunto de países produtores.

(2) Refere-se apenas às importações de café pelos países produtores, geralmente sob a forma de produtos processados para uso interno.

(3) Inclui café solúvel e torrado, em equivalente de café verde.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), setembro de 1990.

QUADRO 10. - Preços Indicativos de Café da Organização Internacional do Café (OIC), 1985-90

(em centavos de dólar por libra-peso)(1)

Ano e mês	Suaves Colombianos	Outros Suaves	Brasileiros e Outros Arábicas	Robusta
1985	155,87	145,56	151,76	121,24
1986	220,04	192,74	231,19	147,83
1987	123,46	112,29	106,37	102,34
1988	-	135,10	121,84	95,11
1989				
Jun.	134,16	123,21	115,02	84,55
Jul.	94,41	85,91	78,75	65,78
Ago.	83,15	77,40	67,32	59,35
Set.	83,25	77,84	67,75	60,66
Out.	74,10	67,76	60,32	53,83
Nov.	77,34	70,72	65,53	53,23
Dez.	78,13	72,55	67,93	52,15
1990				
Jan.	82,07	75,83	70,36	50,52
Fev.	91,55	84,01	77,59	51,30
Mar.	103,24	93,96	86,17	57,68
Abr.	101,79	93,73	87,45	57,39
Mai.	99,14	92,02	86,31	55,03
Jun.	96,01	88,26	82,94	52,38
Jul.	92,45	86,48	78,94	51,47
Ago.	103,30	94,42	90,25	55,10
Set.	102,21	94,92	92,20	57,09
Out.	97,20	91,41	85,78	58,05

(1) Uma saca de café equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO 11. - Preços Médios Correntes e Reais de Café Beneficiado Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/sc.60kg) (1)

Mês	1988		1989		1990	
	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)
Jan.	3.588,85	7.437,87	78,83	12.530,40	1.091,82	7.322,10
Fev.	4.908,56	8.647,15	78,81	11.204,59	2.248,24	8.782,29
Mar.	5.687,09	8.478,67	81,91	11.172,96	3.207,02	6.909,09
Abr.	6.616,39	8.197,45	106,41	13.801,42	4.045,72	7.828,94
Mai.	7.171,40	7.434,59	134,03	15.416,83	4.220,91	7.488,04
Jun.	10.748,08	9.221,64	139,37	12.646,31	4.233,11	6.888,35
Jul.	13.557,44	9.570,66	131,91	8.680,91	4.330,85	6.237,74
Ago.	14.894,68	8.555,83	129,45	6.241,91	5.776,46	7.367,27
Set.	20.135,57	9.197,25	171,39	5.948,97	5.939,86	6.780,94
Out.	26.419,00	9.458,31	209,88	5.214,78	5.964,40	5.964,40
Nov.	33.808,30	9.458,34	325,55	5.606,52
Dez.	49.072,73	10.651,90	498,96	5.752,23

(1) Preços correntes em cruzados até dezembro de 1988 e em cruzados novos até março de 1990.

(2) Em cruzeiro de outubro de 1990, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 12. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Café, Tração Motoneca-
nizada, por Hectare, Produção de 12sc.60kg, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de
São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTNF(1)	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	Por hectare	
Mão-de-obra	34.949,10	2.912,43	486,24	19,97
Aubos e corretivo	57.144,70	4.762,06	795,04	32,65
Defensivos	14.768,00	1.230,67	205,46	8,44
Operação de máquinas	28.501,49	2.375,12	396,53	16,28
Empreita(2)	8.280,00	690,00	115,20	4,73
Outros(3)	3.172,08	264,34	44,13	1,81
Custo operacional efetivo	146.815,37	12.234,61	2.042,59	83,08
Depreciação de máquinas	10.590,41	82,53	147,34	6,05
Encargos financeiros	17.617,84	1.468,15	245,11	10,07
Custo operacional total	175.023,62	14.585,30	2.435,05	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro =
= Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com colheita empreitada.

(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 13. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Café, Tração Motoneca
nizada, por Hectare, Produção de 10,4sc.60kg, DIRA de Bauru, Estado de São Pau
lo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTNF(1)	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	Por hectare	
Mão-de-obra	29.631,70	2.849,20	412,26	21,69
Aubos e corretivo	29.158,26	2.803,68	405,67	21,34
Defensivos	13.560,00	1.303,85	188,66	9,92
Operação de máquinas	29.945,12	2.879,34	416,62	21,92
Empreita(2)	7.176,00	690,00	99,84	5,25
Outros(3)	3.072,93	295,47	42,75	2,25
Custo operacional efetivo	112.544,01	10.821,54	1.565,79	82,37
Depreciação de máquinas	10.577,01	1.017,02	147,15	7,74
Encargos financeiros	13.505,28	1.298,58	187,89	9,88
Custo operacional total	136.626,30	13.137,14	1.900,84	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com colheita empreitada.

(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 14. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Café, Tração Motoneca
nizada, por Hectare, Produção de 12,2sc.60kg, DIRA de Campinas, Estado de São
Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTNF(1)	Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	Por hectare	
Mão-de-obra	41.554,30	3.406,09	578,13	27,97
Aubos e corretivo	34.453,40	2.824,05	479,34	23,19
Defensivos	27.489,95	2.253,27	382,46	18,50
Operação de máquinas	12.888,82	1.056,46	179,32	8,68
Empreita(2)	8.418,00	690,00	117,12	5,67
Outros(3)	3.242,90	265,81	45,12	2,18
Custo operacional efetivo	128.047,37	10.495,69	1.781,48	86,19
Depreciação de máquinas	5.157,68	422,76	71,76	3,47
Encargos financeiros	15.365,68	1.259,48	213,78	10,34
Custo operacional total	148.570,73	12.177,93	2.067,02	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro =
= Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com colheita empreitada.

(3) Refere-se a despesas com pano, peneira, rastelo e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 15.- Estimativas Preliminares e Hipóteses de Produção, Consumo Interno, Exportações e Estoques de Café no Brasil, 1990 a 1992

(em milhões de sacas de 60kg)

Discriminação	Hipóteses	
	(A)	(B)
Estoque inicial em 31/05/90(1)	23,0	20,0
Produção: safra de 1990(2)	25,5	21,5
Disponibilidade até 31/05/91	48,5	41,5
Menos: Consumo interno até 31/05/91(3)	(11,0)	(12,0)
Exportações até 31/05/91	(19,0)	(20,0)
Estoque final em 31/05/91	18,5	9,5
Produção: safra de 1991	25,0	30,0
Disponibilidades até 31/05/92	43,5	39,5
Menos: Consumo interno	(11,0)	(12,0)
Exportações até 31/05/92	(19,0)	(20,0)
Estoque final em 31/05/92	13,5	7,5

(1) Estimativa baseada em dados de diversas fontes particulares.

(2) Estimativa do IBGE (25,5 milhões).

(3) Estimativas sujeitas à retificação baseadas no comportamento de anos anteriores.

Fonte: Simulação do autor.

- CANA-DE-AÇÚCAR

Na Região Centro-Sul e, em particular, no Estado de São Paulo, a produção de açúcar e álcool está em ritmo normal devendo ser terminada a moagem total da cana-de-açúcar até o final de novembro ou meados de dezembro.

Até 30 de setembro de 1990, haviam sido moídas 95 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com uma produção de 2,54 milhões de toneladas de açúcar e de 5,78 bilhões de litros de álcool, representando cerca de 80% e 70%, respectivamente, das metas estabelecidas para o Estado, pela recém criada Gerência de Projetos Especiais para Assuntos Sucroalcooleiros da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

O volume total de cana moída na safra passada (1989/90), segundo dados do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi de, aproximadamente, 123 milhões de toneladas, tendo sido produzidas cerca de 3 milhões de toneladas de açúcar e 7,8 bilhões de litros de álcool no Estado de São Paulo. Dados preliminares do Instituto de Economia Agrícola (IEA) acusam aumento de cerca de 5% na produção da cana-de-açúcar para a safra agrícola de 1989/90, em relação à anterior, e que ora está sendo colhida para a safra industrial de 1990/91, possibilitando antever, no mínimo, o cumprimento das cotas pré-estabelecidas, de produção de açúcar e de álcool (quadro 16).

Um exame da evolução da produção de açúcar e de álcool no Estado permite observar sua estabilidade ao longo dos últimos cinco anos em decorrência, principalmente, da política de preços adotada pelo Governo Federal, na qual se buscou administrar as taxas de inflação, traduzindo-se em deses-

tímulo à produção do setor sucroalcooleiro.

Com a instituição do "Plano Brasil Novo", os preços da cana-de-açúcar ficaram congelados a partir de 16 março de 1990 e somente no início de agosto (dia 6) é que essa matéria-prima foi reajustada. Em seguida, novos reajustes foram concedidos: 15 de agosto, 6 de setembro, 11 de outubro e 8 de novembro. A partir desse último reajuste, o preço da tonelada de cana passou para Cr\$1.382,88, para o produtor e, incluindo o ICMS, Cr\$1.686,44, na esteira da usina.

O Custo Operacional Efetivo (COE) de produção de uma tonelada de cana-de-açúcar, calculado pelo IEA, para a segunda quinzena de outubro foi de Cr\$955,27 (13,3 BTNFS) para a média de quatro cortes na DIRA de Ribeirão Preto e de Cr\$717,95 (10,0 BTNFS) na DIRA de Campinas (quadros 17 e 18). Já o Custo Operacional Total (que inclui depreciação de máquinas e encargos financeiros) foi, na média, de Cr\$1.192,29 (16,6 BTNFS) e Cr\$930,09 (12,9 BTNFS), respectivamente. Em outubro, o preço da tonelada de cana fixado para o produtor era de Cr\$865,42 passando, a partir do dia 11, para Cr\$1.038,51.

Cotejando-se os valores vigentes em outubro, observa-se uma pequena defasagem dos preços em relação aos custos de produção, significando que, mesmo com a manifesta intenção do Governo Federal de reerguer o PROÁLCOOL, os recentes reajustes, aparentemente, não estão sendo suficientes para provocar uma mudança no comportamento dos produtores no sentido de ampliar a área na época de renovação dos canaviais. Todavia, a partir de 01/11/1990 com o Decreto no. 32.494 haverá possibilidade dos produtores se ressarcirem do crédito de ICMS referente aos gastos com insumos tributados(1).

Contudo, a safra industrial

(1) Através de escrituração simplificada ou de crédito presumido (1%) sobre o preço de venda.

de 1992/93 também poderá estar comprometida, podendo não haver grande expansão da área de renovação, uma vez que o plantio se dará de janeiro a abril de 1991, a não ser que medidas de incentivo sejam adotadas a curtíssimo prazo.

Na próxima safra industrial (1991/92), cujo início se dará em junho de 1991, também não deverá ocorrer grandes incrementos na produção, uma vez que a respectiva renovação de área nos primeiros meses de 1990 foi efetuada num período em que os produtores se encontravam desmotivados e receosos com vistas à política econômica do novo Governo, e, provavelmente, não utilizaram níveis adequados de adubação.

No entanto, caso as condições climáticas favoreçam o desenvolvimento da cultura, a produção de matéria-prima para a próxima temporada de corte poderá ser parecida com a que ora está se encerrando no Estado de São Paulo.

Quanto ao mercado internacional, os preços do açúcar estão em queda desde maio de 1990 devido à expansão da produção, principalmente da Comunidade Econômica Européia (CEE). A tonelada do açúcar demerara que chegara a US\$340,00 em março deste ano, numa tendência altista desde janeiro de 1989, caiu sensivelmente para cerca de US\$205,00 em meados de outubro de 1990.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Regional, a Região Centro-Sul estará impossibilitada de exportar açúcar este ano, uma vez que a produção prevista é de 4,2 milhões de toneladas para um consumo tradicional de 4,4/4,5 milhões de toneladas, devendo ter seu déficit suprido pela Região Norte-Nordeste. No plano de distribuição das cotas de produção de açúcar e álcool, o direito de exportação foi concedido apenas às usinas da Região Norte-Nordeste, do excedente produzido, que poderá ser de cerca de 550 mil toneladas, levando a crer que a política brasileira de exportação

está calcada na possibilidade interna de produção, uma vez que está se enviando esforços para canalizar boa parte da matéria-prima para a produção de álcool combustível com o intuito de amenizar o problema da deficiência na oferta do produto.

QUADRO 16.-Área e Produção de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool, Estado de São Paulo, Safras 1985/86 a 1989/90

Safra	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Açúcar (mil t)	Alcool (mil m3)
1985/86	2.031	122.910	3.416	7.624
1986/87	2.057	132.050	3.617	6.223
1987/88	2.098	134.100	3.638	7.329
1988/89	2.083	131.550	4.001	7.724
1989/90(1)	2.058	137.835	3.032	7.781

(1) 5o. levantamento - Junho de 1990.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 17.-Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Tração Motomecanizada, por Hectare, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

(conclusão)

Item	3o. Corte (Produtividade: 65t/ha)			4o. Corte (Produtividade: 60t/ha)		
	Cr\$	BTNF(1) por hectare por tonelada	Participação percentual (%)	Cr\$	BTNF(1) por hectare por tonelada	Participação percentual (%)
Mão-de-obra	2.693,74	41,44	3,96	2.693,74	37,48	3,98
Adubos e corretivo	16.380,00	252,00	24,06	16.380,00	227,89	24,22
Defensivos	4.069,20	62,60	5,98	4.069,20	56,61	6,02
Operação de máquinas	26.251,59	403,87	38,56	26.251,59	365,23	38,82
Outros(2)	5.427,53	83,50	7,97	5.013,56	69,75	7,41
Custo operacional efetivo	54.822,06	843,42	80,52	54.408,09	756,96	80,46
Depreciação de máquinas	6.686,38	102,87	9,82	6.686,38	93,03	9,89
Encargos financeiros	6.578,65	101,21	9,66	6.528,97	90,84	9,65
Custo operacional total	68.087,08	1.047,49	100,00	67.623,44	940,82	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 18.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Tração Motomecanizada, por Hectare, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

(continua)

Item	Plantio (Produtividade: 95t/ha)			2o. Corte (Produtividade: 75t/ha)		
	Cr\$	BTNF(1)	Participação percentual	Cr\$	BTNF(1)	Participação percentual
	por hectare	por tonelada	(%)	por hectare	por hectare	(%)
Mão-de-obra	7.995,20	84,16	5,98	3.497,60	48,66	6,85
Adubos e corretivo	22.524,92	237,10	16,86	9.740,00	135,51	19,09
Defensivos	6.387,00	67,23	4,78	2.765,00	38,47	5,42
Operação de máquinas	45.507,60	479,03	34,05	17.404,52	242,14	34,10
Empreita(2)	7.879,46	82,94	5,90	-	-	-
Outros(3)	12.792,00	134,65	9,57	5.916,68	82,32	11,59
Custo operacional efetivo	103.086,18	1.085,12	77,14	39.323,80	547,10	77,06
Depreciação de máquinas	18.175,14	191,32	13,60	6.990,61	97,26	13,70
Encargos financeiros	12.370,34	130,21	9,26	4.718,86	65,65	9,25
Custo operacional total	133.631,65	1.406,65	100,00	51.033,27	710,01	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

(3) Refere-se a despesas com mudas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 18.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar. Tração Motomecanizada, por Hectare, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

(conclusão)

Item	3o. Corte (Produtividade: 62t/ha)			4o. Corte (Produtividade: 52t/ha)		
	Cr\$	BTNF(1)	Participação percentual	Cr\$	BTNF(1)	Participação percentual
	por hectare	por hectare	(%)	por hectare	por hectare	(%)
Mão-de-obra	3.260,80	45,37	6,98	3.260,80	62,71	7,12
Adubos e corretivo	9.740,00	135,51	20,86	9.740,00	187,31	21,28
Defensivos	2.765,00	38,47	5,92	2.765,00	53,17	6,04
Operação de máquinas	15.467,79	215,20	33,13	15.467,79	297,46	33,80
Outros(2)	4.916,06	68,40	10,53	4.089,47	78,64	8,94
Custo operacional efetivo	36.149,65	502,94	77,42	35.323,06	679,29	77,18
Depreciação de máquinas	6.206,20	86,34	13,29	6.206,20	119,35	13,56
Encargos financeiros	4.337,96	60,35	9,29	4.238,77	81,51	9,26
Custo operacional total	46.693,80	753,13	100,00	45.768,02	880,15	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- FRUTICULTURA

- BANANA

- Panorama Internacional

A produção mundial de banana, em 1989, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) foi de 44.098 mil toneladas, significando acréscimo de 1,5% em relação às 43.451 mil toneladas obtidas em 1988. O Brasil, maior produtor mundial, expandiu sua produção de 5.156 mil toneladas para 5.464 (+6,0%), no período considerado. Na Índia, segundo maior produtor, também houve aumento da produção, de 4.600 mil toneladas para 4.746 (+3,2%), enquanto nas Filipinas, observou-se redução de 3.645 mil toneladas para 3.500 (-4,0%) e no Equador de 2.576 para 2.366 (-8,1%). Na China e Indonésia ocorreram pequenas variações positivas em suas safras. Esses seis países citados, em conjunto, produzem 47,3% da banana no mundo.

Embora o Brasil seja responsável por 12,4% da produção mundial de banana, sua participação no comércio mundial é pouco maior que 1,0%. As exportações brasileiras, feitas quase que exclusivamente de São Paulo para Argentina e Uruguai, aumentaram de 76.860 toneladas em 1988 para 83.526 toneladas em 1989 (+8,7%). Este montante representou 7,7% da produção do Estado de São Paulo. Segundo a antiga Carteira de Crédito Exterior do Banco do Brasil (CACEX), o volume de banana exportado até abril de 1990 alcançou 22.910 toneladas, contra 30.347 no mesmo período de 1989. Essa diferença ocorreu principalmente em fevereiro, devido à grande enchente no Vale do Ribeira (região responsável por mais de 95% da bananicultura paulista), no final de dezembro de 1989 e início de janeiro de 1990 e que provocou uma acentuada elevação nos preços da banana. Segundo levantamento diário de preços feito pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, os preços

recebidos pelos exportadores paulistas, por tonelada, aumentaram de Cr\$400,00 (US\$27,99) para Cr\$2.000,00 (US\$139,96), no período de 9 a 17 de janeiro de 1990. Essa elevação de preços, provavelmente, tenha levado os importadores a procurar outros fornecedores, reduzindo a procura pelo produto brasileiro em fevereiro e derrubando as cotações para uma média de Cr\$1.000,00 (US\$41,01)/t. No bimestre março/abril, os volumes exportados retomaram o ritmo normal, mesmo com o preço recebido pelo exportador aumentando para Cr\$6.000,00/t em abril (equivalente a US\$123,24/t). Ocorre que, segundo a FAO, neste período, verifica-se o pico de preços nos mercados europeu e americano, destino preferencial da banana produzida pelos concorrentes brasileiros (quadro 19).

- Situação Interna

A produção brasileira, em 1989, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 550.163 mil cachos (6,7% superior à de 1988), em uma área colhida de 482.774 hectares, com um rendimento de 1.140 cachos/ha. O estado maior produtor foi a Bahia (81.320 mil cachos), seguido de São Paulo (65.968 mil cachos), Pará (44.663 mil cachos), Pernambuco (39.793 mil cachos), Santa Catarina (38.852 mil cachos) e Minas Gerais (36.171 mil cachos). A previsão para 1990, divulgada em setembro pelo IBGE, é de uma produção de 555.193 mil cachos (+0,9%) em um área de 493.257 hectares (+2,2%), com um rendimento de 1.126 cachos/ha (-1,2%).

A produção paulista de banana, no ano agrícola 1989/90, foi de 828,0 mil toneladas (24,0% menor que a de 1988/89), em uma área colhida de 44,5 mil hectares (4,9% inferior à de 1988/89) e um rendimento de 18,6 t/ha (20,0% menor que o do ano anterior). A redução de cerca de 260 mil toneladas nesta safra foi devida à enchente e ao período de frio intenso que prejudicou o desenvolvimento dos cachos (quadro 19).

As entradas de banana no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), a partir de fevereiro de 1990, mostraram acentuada redução. Para a banana climatizada (comercializada em caixas de 21kg), houve uma queda menos acentuada, em relação aos anos anteriores, por tratar-se de um mercado mais estável, onde a oferta comporta-se quase "sob encomenda". Já a diminuição das entradas de banana verde, comercializada em cacho, sobre caminhões e na forma de leilão (com cotação em toneladas), indicou claramente a redução da oferta. De maio a setembro, o volume de banana comercializada nos leilões esteve próximo da metade da média dos anos anteriores (quadro 20).

As oscilações da demanda externa e da oferta interna provocaram extremas variações nos preços da banana em 1990. Em fevereiro, apesar da redução da oferta de banana verde, o preço recebido pelo produtor, em valores reais, foi o mais baixo dos últimos anos. Essa queda, no mercado interno, foi provocada pela colocação da banana de primeira qualidade, deslocada do mercado externo. Com a retomada das exportações, em março, e com o frio intenso e precoce que atingiu São Paulo, os preços foram crescendo em progressão geométrica até atingirem, em agosto, o maior valor real dos últimos anos. Finalmente, em outubro, os preços recuaram para patamares próximos das médias históricas. A média ponderada desses dez meses de 1990 atingiu um valor real superior aos dos três anos anteriores (quadros 19, 21 e 22).

Tais variações bruscas e intensas de preços recebidos pelos produtores foram parcialmente amortecidas pelos varejistas. Enquanto os primeiros variaram de 5,6 vezes, de fevereiro a agosto, os preços de varejo variaram de 1,9 vez, de março a agosto. Este comportamento do mercado provocou acentuadas variações nas margens de comercialização, que atingiram níveis elevados em fevereiro, gerando protestos dos produtores. Nesse mês, o preço recebido pelos produtores representou

apenas 16,4% do preço pago pelo consumidor na cidade de São Paulo. Por outro lado, em maio esta proporção chegou a 55,4%, valor bastante elevado quando confrontado com a média de 40,0%, observada no período 1985-89. Em consequência desse panorama atípico, em 1990, a industrialização da banana para a produção de purê asséptico também sofreu sérias dificuldades, inibindo até mesmo seu papel de regulador de mercado, pois em diversos momentos, o preço do produto final se tornou gravoso para o mercado internacional onde as cotações são, geralmente, muito mais estáveis. Numa apreciação relativa ao período 1988/1990, observa-se que as cotações mantiveram-se na faixa de US\$520,00 a US\$540,00 FOB Santos, tendo alcançado, em agosto de 1990, cerca de US\$650,00/t, e que, todavia, não era atrativa para o processamento, em vista do elevado custo da matéria-prima. A defasagem do valor do dólar, principalmente de maio a outubro, e as elevadas taxas de juros na estocagem do purê contribuíram para dificultar ainda mais esse quadro.

Nos últimos anos, a bananicultura paulista vem obtendo resultados econômicos que apresentam variações muito acentuadas na receita líquida dos produtores. Os melhores anos foram aqueles em que ocorreram congelamentos de preços dos insumos, enquanto o preço do produto subiu, "puxado" pelas demandas externa e/ou interna (anos agrícolas de 1985/86 e 1988/89). Quando os custos sobem e os preços da banana são comprimidos pelo baixo poder aquisitivo da população, como em 1984/85, os produtores obtêm resultado negativo (quadro 23).

Para o ano agrícola 1990/91, o IEA estima, com base nos preços dos insumos e fatores vigentes na segunda quinzena de outubro, custos operacionais para a produção de banana de Cr\$9.381,23/t (130,52 BTN/t ou US\$93,81/t) e Cr\$9.037,61/t (110,14 BTN/t ou US\$90,38/t) para culturas de várzea e de morro, respectivamente. A estimativa de custo da banana cultivada em várzeas é 6,6% superior à de

1989/90 porque considerou-se uma produtividade de 26,5t/ha, em 1990/91, contra 30,0t/ha no ano anterior. Esse rendimento representa uma média entre produtores que, em função de condições de solo e clima, obtêm resultados diferenciados. Os produtores exportadores, normalmente, obtêm rendimentos acima da média, o que lhes permite competir no mercado externo. Evidentemente, que a recente evolução da taxa cambial, que diminuiu a distorção provocada pela supervalorização do cruzeiro, torna mais viável a exportação da banana (quadros 24 e 25).

QUADRO 19.- Evolução da Cultura da Banana, Estado de São Paulo, 1985 a 1990

Ano	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Rendi- mento (kg/ha)	Preço corrente (Cz\$/t)(1)	Preço real (Cr\$/t)(2)	Expor- tações (t)	Preço das exportações (US\$/t)	Relação exp./prod. (%)
1985	44,9	789,2	18.609	432,38	15.266,09	105.296	157,87	13,3
1986	48,7	1.121,9	24.048	1.241,00	17.996,05	101.166	137,18	9,0
1987	52,4	1.140,2	22.995	2.999,00	13.455,93	81.220	147,79	7,1
1988	49,3	984,4	21.267	26.564,00	15.190,47	76.860	153,06	7,8
1989	46,8	1.089,5	23.280	373,00	15.022,33	83.526	145,86	7,7
1990(3)	44,5	828,0	18.612	10.208,00	17.244,96

(1) NCz\$ em 1989 e Cr\$ em 1990. Preços calculados de acordo com a proporção de colheita mensal (IBGE 1980).

(2) A preços de outubro de 1990, corrigidos pelo índice 2 da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

(3) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil.

QUADRO 20.- Entradas Mensais de Banana no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985/90

(em toneladas) (1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Banana verde													
1985	6.918	6.397	8.437	8.013	7.413	7.075	8.667	8.875	8.360	7.856	7.503	6.795	92.309
1986	7.241	7.449	6.795	6.740	6.399	6.772	7.245	8.021	6.955	7.122	6.574	6.212	83.525
1987	8.073	6.469	7.313	7.938	7.169	7.419	8.145	6.900	5.959	7.365	6.823	6.244	85.817
1988	6.886	7.087	7.289	8.184	7.373	6.398	6.424	7.102	7.426	7.917	7.331	7.677	87.094
1989	8.425	7.333	8.484	6.808	6.818	6.033	6.679	5.677	6.473	6.517	6.926	6.207	82.380
1990	6.968	4.682	5.792	5.118	3.335	2.982	3.086	3.081	3.288	38.332
Banana climatizada													
1985	5.019	5.217	6.155	5.972	6.505	5.632	5.995	6.907	5.773	6.501	5.742	4.872	70.290
1986	6.508	5.447	5.467	5.695	5.920	5.600	5.826	5.826	6.152	6.586	6.190	5.680	70.897
1987	6.956	6.104	6.775	6.302	6.192	5.484	5.838	5.820	6.088	5.840	5.013	5.397	71.809
1988	6.569	6.435	7.213	6.325	6.081	5.657	5.385	5.522	5.748	6.099	5.946	5.686	72.666
1989	6.359	6.276	6.473	5.456	6.279	5.876	5.765	5.770	5.816	6.215	6.023	5.801	72.108
1990	6.661	6.404	7.323	5.515	6.015	5.054	4.641	5.179	4.885	51.676
Total													
1985	11.937	11.614	14.592	13.985	13.918	12.707	14.662	15.782	14.133	14.357	13.245	11.667	162.599
1986	13.749	12.896	12.262	12.435	12.319	12.372	13.071	13.847	13.107	13.708	12.764	11.892	154.422
1987	15.029	12.573	14.088	14.240	13.361	12.903	13.983	12.720	12.047	13.205	11.836	11.641	157.626
1988	13.455	13.522	14.502	14.509	13.454	12.055	11.809	12.624	13.174	14.016	13.277	13.363	159.760
1989	14.784	13.609	14.957	12.264	13.097	11.909	12.444	11.447	12.289	12.732	12.949	12.008	154.488
1990	13.629	11.086	13.115	10.633	9.350	8.036	7.727	8.260	8.173	90.008

(1) Dados originais da banana climatizada em caixa ou torito (21kg) convertidos em toneladas.

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) - Boletins Mensais.

QUADRO 21.- Preços Nominais Recebidos pelos Produtores de Banana, Estado de São Paulo, 1985/90(1)

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1985	0,342	0,237	0,170	0,185	0,182	0,149	0,181	0,247	0,548	0,898	1,003	1,043
1986	0,951	0,867	1,030	1,090	1,190	1,130	1,070	0,960	1,360	1,820	1,860	1,490
1987	1,080	1,030	0,930	1,240	1,160	1,550	2,870	3,510	3,800	7,340	8,030	6,840
1988	6,770	6,000	9,980	14,050	15,570	13,850	19,190	39,380	43,970	49,380	52,740	73,360
1989	0,12	0,14	0,16	0,17	0,17	0,17	0,18	0,41	0,66	0,68	0,90	0,96
1990	2,030	1,320	2,890	5,280	12,400	14,770	17,832	22,917	22,995	20,063

(1) Em Cz\$1.000/kg em 1985; em Cz\$/kg de jan.86 a dez.88; NCz\$/kg de jan.89 a fev.90: Cr\$/kg de mar.90 em diante.

Fonte: Dados do Instituto de Economia Agrícola, referentes a torito (21kg) e convertidos em kg.

QUADRO 22.- Preços Reais Recebidos pelos Produtores de Banana, Estado de São Paulo, 1985/90

Mês e ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1985	21,38	13,45	8,56	8,69	7,94	6,02	6,73	8,04	16,35	24,54	23,85	21,93
1986	16,97	12,64	15,15	16,12	17,54	16,57	15,59	13,80	19,35	25,54	25,48	18,97
1987	12,28	10,26	8,06	8,94	6,56	6,96	11,79	13,80	13,83	24,04	22,97	16,91
1988	14,03	10,57	14,88	17,40	16,14	11,88	13,54	22,62	20,08	17,67	14,75	15,92
1989	19,68	19,29	21,49	21,80	19,38	14,99	12,00	19,67	22,95	16,93	15,54	11,10
1990	13,61	5,16	6,22	10,21	21,99	24,03	25,68	29,22	26,25	20,06

(1) Em Cr\$ de outubro de 1990/kg convertidos pelo IGP 2 da FGV.

Fonte: Dados do Instituto de Economia Agrícola, referentes a torito (21kg) e convertidos em kg.

QUADRO 23.- Resultados Econômicos da Cultura da Banana de Várzea, Estado de São Paulo, 1984/85 a 1989/90

Ano agrícola	Preço corrente (Cz\$/t) (1)	Preço real (Cr\$/t) (2)	Custo operacional (Cr\$/t) (2)	Receita líquida (Cr\$/t) (2)	RL/Preço X 100
1984/85	229	13.198	13.732	(534)	-4,05
1985/86	992	18.165	6.835	11.330	62,37
1986/87	1.292	10.708	8.425	2.283	21,32
1987/88	9.733	15.238	13.623	1.615	10,60
1988/89	122	18.661	6.729	11.932	63,94
1989/90	4.337	14.892	8.800	6.092	40,91

- (1) NCz\$ em 1989 e Cr\$ em 1990. Preços calculados de acordo com a proporção de colheita mensal (IBGE 1980) no ano agrícola de agosto a julho.
 (2) A preços de outubro de 1990, corrigidos pelo índice 2 da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 24.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Banana de Várzea, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, 1.300 pés, Produção 26,5 toneladas, DIRA de Registro, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		Participação percentual (%)
	por hectare	BTNF(1)	
	por tonelada	por hectare	
Mão-de-obra	32.053,56	1.209,57	12,89
Aubos e corretivo	41.126,40	1.551,94	16,54
Defensivos	44.077,00	1.663,28	17,73
Operação de máquinas	20.006,80	754,97	8,05
Outros(2)	74.100,00	2.796,23	29,81
Custo operacional efetivo	211.363,76	7.975,99	85,02
Depreciação de máquinas	7.647,93	288,60	3,08
Encargos financeiros	29.590,93	1.116,64	11,90
Custo operacional total	248.602,62	9.381,23	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com bambu.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 25.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Banana de Morro, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, 1.300 pés, Produção de 20 toneladas, DIRA de Registro, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTNF(1)	Participação percentual
	por hectare	por tonelada	por hectare	
				(%)
Mão-de-obra	29.226,87	1.461,34	406,62	16,17
Adubos e corretivo	41.126,40	2.056,32	572,18	22,75
Defensivos	13.212,00	660,60	183,81	7,31
Operação de máquinas	671,72	33,59	9,35	0,37
Outros(2)	74.100,00	3.705,00	1.030,93	41,00
Custo operacional efetivo	158.336,99	7.916,85	2.202,89	87,60
Depreciação de máquinas	247,94	12,40	3,45	0,14
Encargos financeiros	22.167,18	1.108,36	308,40	12,26
Custo operacional total	180.752,11	9.037,61	2.514,75	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

(2) Refere-se a despesas com bambu.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A situação atual de dificuldades ou de crise que se observa na citricultura paulista pode ser analisada com base em pelo menos duas vertentes de fatores, alguns de características conjunturais e outros estruturais e que se inter-relacionam.

Dentre os fatores conjunturais cabe alinhar-se diversos pontos exógenos à citricultura cujos efeitos se fazem sentir sobre toda a economia brasileira e poderão perdurar ou não por um período mais longo na agroindústria cítrica. Sem dúvida, entre tais pontos, destaca-se a defasagem cambial em meados do ano (desde maio) e cujo ápice parece ter ocorrido em agosto, já que a partir de então houve uma recuperação parcial da taxa de conversão do dólar para cruzeiros.

Essa defasagem provocou de um lado redução nas vendas de suco concentrado de laranja, justamente nos três primeiros meses do ano citrícola (iniciado em 01/07/90) quando, além da produção atual, deveriam ser escoados os estoques de passagem da safra anterior e, por outro lado, um encarecimento (quando expressos em dólares) dos componentes da planilha de custos que norteia toda a relação entre citricultores e indústrias, bem como da estimativa de custos de produção agrícola.

Outro ponto que contribuiu para aumentar as dificuldades financeiras das empresas foi a falta de recursos para operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) para financiarem suas despesas (tais como colheita, transporte, embalagens que vinham se elevando e pagas em cruzeiros) devido à falta de linhas de crédito no exterior para o Brasil.

Observe-se, portanto, que a medida que se ampliava a disponibilidade de suco das indústrias maior era a pressão de oferta e assim mais se acentuava a tendência de queda das cotações do suco na Bolsa de Nova York, com os importadores se retraindo na expectativa de preços cada vez

menores.

Quando o Governo decidiu comprimir ainda mais a liquidez para derrubar a inflação, as taxas de juros comerciais dispararam para mais de 30% ao mês e, praticamente, fecharam a possibilidade de se manter estoques frigorificados, tudo em meio a plena produção da safra industrial 1990/91 a qual deverá ser 20% menor que a anterior.

Nesse mesmo período, começaram a ganhar destaque as notícias sobre eventual redução das tarifas de importação de suco pelos Estados Unidos (atualmente fixa em US\$492,00/t) no âmbito da rodada uruguaia do GATT e que trouxeram mais incertezas sobre o mercado, visto que os preços poderiam cair num primeiro momento, com a diminuição de uma parcela dos custos. É evidente, porém, que a redução dessa enorme proteção tarifária deverá trazer a seguir um aumento na demanda de suco (elasticidade preço -1,24), já que os consumidores americanos estarão pagando menos impostos sobre o produto importado.

Para completar o quadro conjuntural adverso, irrompeu o "conflito do Golfo Pérsico" com todas suas consequências nefastas, em particular, a incerteza nos mercados e aumento nos custos do petróleo onerando fretes e o processamento industrial.

Dentre os fatores estruturais que estão provocando mais um período de turbulências que ciclicamente tem atingido a citricultura paulista, destaca-se a ampliação de plantios indiscriminados e que acabaram por resultar em uma previsão de produção que, uma vez processada na forma de suco, poderá ter dificuldades para ser comercializada a preços capazes de remunerarem os produtores, em especial aqueles com menor produtividade por planta (menos de 2,5 caixas) adulta.

Note-se que essa situação fôra claramente sinalizada por diversas vezes (pelo IEA e por outras instituições) e que exigiria cuidados e redobrados esforços dos produtores no

gerenciamento técnico-financeiro dos seus pomares. No entanto, muitos técnicos julgaram que tais projeções eram pessimistas e que o mercado sempre resolve tudo, de modo que agora, para esses, a solução é simplesmente a de cortar os pés para reduzir a quantidade a ser ofertada. Outros tantos, julgaram que as projeções de produção em São Paulo e na Flórida não tinham sentido e que se poderia continuar plantando porque haveria interesses em promovê-las por parte de quem já se encontrava na atividade, esquecendo-se que os custos de produção e de formação de pomar até ao quarto ano estavam cada vez mais elevados, talvez até mesmo pela euforia que predominava no setor (quadros 26,27,28 e 29).

Neste ponto, é válido notar-se que num sistema capitalista livre como no Brasil, a liberdade de plantar, seja por empresas ou particulares, deve ser respeitada, não se podendo, porém, admitir que haja diferenciação oficial de tratamento (juros, prazos, incentivos, etc.) entre os interessados. Ademais, parece que na fruticultura, o conceito de economia escala deve ser melhor avaliado.

De outra parte, a despeito da instabilidade de preços no mercado internacional de produtos agrícolas ser forte, deve-se lembrar que a produção só é oferecida a baixos preços quando se acumulam excedentes. Nas Bolsas, as variações dos preços apenas são antecipações das expectativas de ocorrência dos fatos, de modo que atribuir as reduções de preços apenas à sua manipulação é atitude simplista demais. Aliás, quando as cotações estão em alta, também se deveria atribuí-las à manipulação, porém nesse caso, os interessados mantêm-se quietos.

É justamente a necessidade de colocação abrupta de excedentes que torna o mercado volátil, pois, uma vez consumidos os excessos, os preços tornam a subir de novo, reiniciando-se um novo ciclo, cuja duração dependerá do produto analisado.

Nesse aspecto vários pontos chamam a atenção: a) a rápida queda das cotações do suco concentrado congelado (65° brix) que de US\$1.270,00/t FOB-Santos, em 9 de outubro de 1990, caiu para US\$1.170,00/t no dia 16/10, para atingir US\$1.070,00/t em 24/10 e chegar a US\$945,00/t em 5 de novembro; b) em outubro de 1989 já se antevia uma queda das cotações do suco e da matéria-prima (US\$2,00 a 2,30 por caixa) patamar mais próximo à média do período 1977 a 1988, o que acabou não ocorrendo (US\$3,53/cx.) devido às geadas na Flórida (25/12/1989), de modo que as atuais comparações que se façam diante da expectativa de preços abaixo de US\$1,50/cx. devem ser vistas com mais cautela, pois compará-los com os valores de 1988 e 1989 embutirão um viéz indesejável e que poderá não ser um bom indicativo para tomada de decisões; c) paralelamente, as elevadas cotações do suco no mercado internacional, que superava a marca de dois mil dólares-FOB em fevereiro, faziam reduzir significativamente o consumo e inibiam a abertura de novos mercados; d) no mercado interno brasileiro, o consumo de fruta fresca não tem evoluído diante da notória queda de poder de compra dos consumidores, em decorrência da elevação dos preços da fruta ainda na árvore e da compressão salarial, valendo observar-se que na média de 1978 a 1983 com um salário-mínimo era possível adquirir-se mais de 150 dúzias de laranja em São Paulo (de 146 a 211) e que de 1984 a 1989, esse indicador foi reduzido para cerca de 90 dúzias (de 81 a 106).

Outro fator que, de agora em diante deva ser visto como estrutural e não apenas de conjuntura, é o deslocamento da produção da Flórida para zonas mais quentes no Sul e na costa Oeste, onde os efeitos das geadas serão gradativamente menores. Em outros Estados americanos, como no Arizôna e Califórnia, a área plantada com laranja tem se mantido estagnada ou mesmo decrescente, desde meados da

década de setenta, e pouco expressivos na produção de matéria-prima para suco (total de 1,5 milhão de caixas no Arizona e cerca de 55 milhões na Califórnia). Ademais, a produtividade média no Arizona tem sido da ordem da metade daquela obtida na Flórida ou na Califórnia, de modo que os preços mais elevados recebidos pelos citricultores não têm sido estimulantes para ampliação de pomares em região de clima e solo bastante adversos.

Quanto à recente previsão de produção na Flórida (165 milhões de caixas das quais 70 milhões de valência) o que mais chamou a atenção foi que ela era inesperada até pelos analistas americanos que a situavam entre 130 e 140 milhões de caixas, tendo em conta que a safra seguinte ao ano de ocorrência de geadas era quase sempre de volume reduzido (quadro 30).

Outro ponto que causou certo espanto foi a primeira projeção de rendimento industrial (1,52 galão a 42° brix por caixa) a partir de frutas originárias de plantios novos e de mais da metade de variedades precoces e de meia-estação. Portanto, apenas com novos dados é que se poderá avaliar melhor a mais provável produção de suco concentrado na Flórida e daí as necessidades de importação pelos Estados Unidos, não se descartando a hipótese que seja atingido o volume obtido em 1988/89 de aproximadamente 600 mil toneladas a 65° brix.

Para o Estado de São Paulo, as indicações de uma safra abundante em 1991, após as exuberantes floradas em agosto/setembro e que se poderia repetir a marca registrada em 1989, vão aos poucos sendo eliminadas diante do clima seco e muito quente dos últimos trinta dias nas principais regiões produtoras, já se tendo como quase certo que não se atingirá o recorde de 1989. É neste momento ainda um pouco cedo para antecipar-se uma possível colheita na safra vindoura, mesmo porque os tratamentos culturais poderão ser menos intensos e caso ocorra um período muito seco no próximo inverno, o

ataque de ácaros poderá voltar a ser mais intenso, com o agravante de encontrar o citricultor desmotivado ou despreparado para combatê-los. Assim, o abandono de talhões ou pomares menos produtivos poderão constituir-se em indesejáveis focos de pragas e doenças, sendo pois importante que sejam erradicados.

No curto prazo, pode-se assinalar que as cotações de suco concentrado de maçã encontram-se em elevação e deverão manter-se firmes durante o ano diante da redução na oferta; também o preço do suco de abacaxi está em patamar mais elevado que nos últimos anos. Por outro lado, alguns analistas falam em aumento de até 20% nas vendas de suco concentrado de laranja, caso as cotações sejam mantidas em níveis ao redor de US\$1.300,00 a 1.400,00/t FOB-Santos.

Finalmente, cumpre ponderar-se que na citricultura sempre se defendeu a livre formação de preços no mercado e a comercialização a cargo da iniciativa privada, com a mínima participação do Governo, ainda que com regras pré-definidas. É fundamental, portanto, que não se retorne ao sistema antigo com a interveniência da CACEX, nem sempre bem transparente para os citricultores, e que seja pois mantido o "contrato de participação", baseado nas cotações da Bolsa de Nova York, o qual todavia poderá ser ainda aprimorado. Um ponto que deveria merecer análises mais acuradas, para inclusive melhor ordenar-se a citricultura, seria o de considerar-se o preço não na árvore mas sim posto-fábrica (destaque-se que é o preço e não a fruta), isto é, os descontos de frete seriam proporcionais às distâncias dos pomares até as fábricas compradoras, podendo-se mesmo fazê-los por círculos de distância.

QUADRO 26. - Estimativa de Custo Operacional para a Cultura da Laranja, Pomar em Formação e em Produção a Preços do Mês de Outubro de 1990, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Estado de São Paulo

	Produtividade		Mão-de-obra	Muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas
	Hectare	Unidade					
Formação							
1o. ano	-	-	22.907,94	18.640,00	9.552,00	3.623,70	27.189,57
2o. ano	-	-	15.958,92	-	4.756,00	9.083,95	15.390,31
3o. ano	-	-	19.960,26	-	14.944,80	13.334,20	20.053,83
4o. ano	318	cx.	25.078,64	-	10.198,00	26.212,12	30.336,83
Pomar em produção							
Ribeirão Preto	524	cx.	9.711,20	-	27.649,36	29.796,95	15.678,16
Campinas	560	cx.	7.129,22	-	20.922,96	20.735,93	11.638,58
S.J. Rio Preto	564	cx.	8.584,47	-	29.159,92	23.082,45	14.873,94

	Depreciação (1)	Encargos financeiros	Custo por hectare	Custo por unidade	US\$/ha (2)	US\$/cx.
Formação						
1o. ano	10.179,43	9.829,59	101.922,23	-	1.019,22	-
2o. ano	6.915,22	5.422,70	57.527,10	-	575,27	-
3o. ano	8.990,78	8.195,17	85.479,04	-	854,79	-
4o. ano	13.292,53	11.019,07	116.137,19	365,21	1.161,37	3,65
Pomar em produção						
Ribeirão Preto	22.116,23	9.940,28	114.892,18	219,26	1.148,92	2,19
Campinas	20.363,14	7.251,20	88.041,03	157,22	880,41	1,57
S.J. Rio Preto	21.848,11	9.084,09	106.632,98	189,07	1.066,33	1,89

(1) Inclui depreciação de trator e de implementos e para o pomar em produção inclui, também, a depreciação do pomar.

(2) Valor médio do dólar no período da segunda quinzena de outubro de 1990.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 27. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Laranja, Tração Motomecanizada, 212 pés, Produção de 560 caixas, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTNF(1) por hectare	Participação percentual (%)
	por hectare	por caixa		
Mão-de-obra	7.129,22	12,73	99,19	8,10
Adubos e corretivo	20.922,96	37,36	291,09	23,77
Defensivos	20.735,93	37,03	288,49	23,55
Operação de máquinas	11.638,58	20,78	161,92	13,22
Custo operacional efetivo	60.426,69	107,90	840,70	68,38
Depreciação de máquinas	4.959,86	8,86	69,00	5,63
Depreciação do pomar	15.403,28	27,51	214,30	17,50
Encargos financeiros	7.251,20	12,95	100,88	8,24
Custo operacional total	88.041,03	157,22	1.224,89	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 28. - Estimativa de Custo Operacional da Manutenção da Cultura de Laranja, Produção de 524 caixas, 212 pés, DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTNF(1)	Participação
	por hectare	por caixa	por hectare	percentual (%)
Mão-de-obra	9.711,20	18,53	135,11	8,45
Adubos e corretivo	27.649,36	52,77	384,68	24,07
Defensivos	29.796,95	56,86	414,56	25,93
Operação de máquinas	15.678,16	29,92	218,13	13,65
Custo operacional efetivo	82.835,67	158,08	1.152,47	72,10
Depreciação de máquinas	6.712,95	12,81	93,40	5,84
Depreciação do pomar	15.403,28	29,40	214,30	13,41
Encargos financeiros	9.940,28	18,97	138,30	8,65
Custo operacional total	114.892,18	219,26	1.598,46	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 29. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Laranja, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 564 caixas, DIRA de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Cr\$		BTNF(1)	Participação percentual (%)
	por hectare	por caixa	por hectare	
Mão-de-obra	8.584,47	15,22	119,43	8,05
Adubos e corretivo	29.159,92	51,70	405,69	27,35
Defensivos	23.082,45	40,93	321,14	21,65
Operação de máquinas	14.873,94	26,37	206,94	13,95
Custo operacional efetivo	75.700,78	134,22	1.053,20	70,99
Depreciação de máquinas	6.444,83	11,43	89,66	6,04
Depreciação do pomar	15.403,28	27,31	214,30	14,45
Encargos financeiros	9.084,09	16,11	126,38	8,52
Custo operacional total	106.632,98	189,07	1.483,55	100,00

(1) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 30. - Níveis de Produção de Laranja e Estimativas de Perdas por Geadas,
Flórida, 1962-1989

Data da geada	Safr agrícola	Previsão inicial (1.000cx.)	Colheita realizada			1 ano após		2 anos após	
			na safr (1.000cx.)	perda (%)	índice	colheita (1.000cx.)	índice	colheita (1.000cx.)	índice
1962 12/13 dez.	1962/63	114.000	72.500	36	100	54.900	76	82.500	114
1970 11 nov.	1970/71	168.000	142.300	15	100	137.000	96	169.700	119
1971 20 jan.	1970/71	168.000	142.300	15	100	137.000	96	169.700	119
1977 15 jan.	1976/77	209.000	182.460	13	100	167.800	92	164.000	90
	1977/78	-	167.800	-	-	-	-	-	-
	1978/79	-	164.000	-	-	-	-	-	-
	1979/80	-	206.700	-	-	-	-	-	-
1981 jan.	1980/81	203.000	172.400	15	100	125.800	73	139.600	81
1982 jan.	1981/82	166.000	125.800	22	100	139.600	111	116.700	93
	1982/83	-	139.600	-	100	116.700	-	-	-
1983 25/26 dez.	1983/84	168.000	116.700	30	100	103.900	89	119.200	102
1985 21/22 jan.	1984/85	119.540	103.900	13	100	119.200	115	119.700	115
	1985/86	119.000	119.200	-	-	-	-	-	-
	1986/87	129.000	119.700	7	100	138.000	-	146.600	-
	1987/88	130.000	135.000	-	-	-	-	-	-
1989 24 fev.	1988/89	152.000	146.600	3	100	103.300	70	(165.000)	-
1989 24/25 dez.	1989/90	130.000	110.000	15	100	(165.000)	(150)	-	-

Fonte: Dados do USDA elaborados pelo IEA.

- SUINOCULTURA

- Situação Interna

A produção brasileira de carne suína em 1990 deverá se situar em torno de 1,1 milhão de toneladas, superando em cerca de 10% a produção do ano anterior, de acordo com as previsões preliminares da Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

O aumento é decorrência da reposição dos plantéis a partir do segundo semestre de 1989 estimulada, principalmente, pela melhoria de dezembro de 1988 a setembro de 1989 nas relações de preços porco-milho e porco-soja, indicativos de aumento na rentabilidade do setor. O rebanho nacional de suínos em 1990 deverá se situar por volta de 30 milhões de cabeças, 7% acima do de 1989 (quadro 31).

Em 1990, segundo o Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte (SINDIPEC), a oferta de proteína animal deverá ficar por volta de 8,5 milhões de toneladas incluindo carne bovina, suína, frango, pescado, ovos e outras carnes, sendo 11,6% desse total, carne suína. No primeiro semestre, sob Inspeção Federal (SIF), foram abatidas perto de 5 milhões de cabeças, o que equivale a uma oferta de 337 mil toneladas de carne suína (30% do total previsto para 1990) e 13% acima da obtida no mesmo período de 1989 (quadro 32).

Quanto ao comportamento dos preços recebidos pelo produtor, apesar do crescimento real da ordem de 31%, observados de janeiro a junho deste ano, houve tendência de relativa estabilização de julho a outubro, o que em termos de média anual (janeiro a outubro), registra decréscimo real da ordem de 35,4% em relação a 1989 (quadro 33 e figura 2).

Os principais fatores determinantes da trajetória dos preços neste ano são: de um lado, o desempenho

verificado na produção, garantindo mercado totalmente ofertado e, de outro lado, a fraca demanda, principalmente a partir de setembro, pela perda do poder aquisitivo da população brasileira. É importante observar que das fontes de proteína animal, normalmente a carne suína é a menos acessível, além de que, 65% dessa carne está mais disponível na forma industrializada sempre com custo mais elevado.

No tocante ao registro genealógico de reprodutores, pelas estimativas da Associação Brasileira de Suínos (ABCS), o número de reprodutores registrados deverá ficar por volta de 114.000, repetindo portanto o índice de 1989, indicando estabilidade no setor.

Para o Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais (SINDAM), as vendas de produtos para a suinocultura de janeiro a junho do corrente ano foram 46% acima das observadas em 1989.

As exportações, segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Suína (ABECS), em 1988, chegaram a 20.000 toneladas, caindo para 15.000 em 1989 e as estimativas para 1990 apontam 12.000 toneladas, destinadas a Hong-Kong, o maior importador do Brasil.

As perspectivas da suinocultura para 1991 não são muito favoráveis, principalmente para o início do ano, quando a demanda é menor. Há uma grande oferta de carne suína, que certamente influenciará negativamente o mercado; além disso, os custos de produção apresentam forte tendência de elevação decorrente do aumento nos preços do milho, principal componente das rações de suínos, que este ano terá oferta reduzida e necessidade de importação para cobrir as necessidades da avicultura e suinocultura, pelo menos até a entrada da nova safra.

Um caminho novo a ser seguido pelo setor seria estimular o consumo de carne in natura, visto que sua qualidade melhorou muito nos últimos anos, apresentando-se com menor teor

de gordura. Para que se atinja essa meta, entretanto, um trabalho técnico primordial deve ser posto em prática no sentido de se ensinar a desenvolver cortes pequenos e bem apresentados, porque sem essa melhoria tecnológica será difícil aumentar o consumo.

QUADRO 31.- Relações de Preço Porco-Milho e Porco-Farelo de Soja, Estado de São Paulo, 1987/90

Mês	Relação de preço porco-milho(1)				Relação de preço porco-farelo de soja(2)			
	1987	1988	1989	1990	1987	1988	1989	1990
Jan.	12,11	4,42	8,13	7,11	8,00	2,33	4,52	4,91
Fev.	9,54	4,80	8,56	7,39	5,95	2,67	5,07	4,92
Mar.	7,90	6,85	9,12	6,64	4,50	3,27	5,40	4,65
Abr.	7,95	7,94	11,56	7,67	4,09	3,74	7,71	6,02
Mai.	9,97	6,58	14,78	8,01	2,96	3,37	9,85	8,28
Jun.	6,68	7,35	15,28	10,02	2,85	3,23	13,17	8,39
Jul.	7,41	8,32	13,81	8,78	3,30	2,98	8,35	7,87
Ago.	8,16	7,28	13,12	8,32	3,25	3,17	9,13	9,03
Set.	7,27	6,72	8,69	8,05	3,15	3,07	6,55	9,06
Out.	5,87	6,89	7,87	-	2,79	2,94	5,22	-
Nov.	5,48	7,59	7,47	-	2,70	3,52	5,11	-
Dez.	5,17	9,50	8,51	-	2,25	4,56	4,39	-

(1) Quilogramas de milho que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

(2) Quilogramas de farelo de soja que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 32.-Produção de Carne Suína no Brasil(1), Total de Animais Abatidos, 1987/90

Mês	1987		1988		1989		1990(2)	
	Produção (t)	Abate (1.000 cab.)						
Jan.	50.990	768	59.917	921	49.414	766	55.365	846
Fev.	46.607	746	53.779	830	45.849	722	49.539	771
Mar.	53.477	788	60.029	916	49.508	765	52.770	801
Abr.	52.911	767	55.674	832	47.131	729	56.606	852
Mai.	62.488	890	62.320	927	49.753	754	63.337	941
Jun.	65.934	948	62.808	942	55.561	823	59.388	882
Jul.	67.642	982	60.380	902	56.835	841	65.282	965
Ago.	64.099	942	63.947	950	58.008	853	68.820	1.019
Set.	67.093	996	59.635	896	57.420	830
Out.	69.133	1.040	55.814	847	59.488	861
Nov.	64.561	987	52.124	804	56.459	841
Dez.	67.402	1.072	52.188	837	57.833	903
Total	735.340	10.927	698.595	10.609	643.259	9.688

(1) Equivalente carcaça.

(2) Dados preliminares.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 33.- Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Suínos, Estado de São Paulo, 1988-90

(em Cr\$/15kg) (1)

Mês	1987		1988		1989		1990	
	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)
Jan.	377,96	4.251,52	758,73	1.545,27	18,33	2.883,80	307,17	2.038,19
Fev.	303,46	2.992,70	900,71	1.580,47	20,53	2.887,40	413,35	1.597,63
Mar.	263,24	2.255,70	1.259,78	1.866,06	22,01	2.971,03	697,46	1.486,73
Abr.	252,97	1.805,64	1.607,71	1.971,92	27,84	3.571,98	848,30	1.624,21
Mai.	337,40	1.888,08	1.746,55	1.794,65	39,98	4.551,09	1.168,26	2.050,91
Jun.	349,91	1.555,16	2.188,67	1.863,01	57,36	5.151,65	1.660,71	2.674,04
Jul.	421,20	1.712,89	3.086,59	2.159,96	53,86	3.506,49	1.815,35	2.587,28
Ago.	527,23	2.050,68	3.718,35	1.769,58	63,05	3.007,78	1.909,10	2.409,36
Set.	691,16	2.129,54	4.642,74	2.093,31	67,88	2.331,39	2.216,04	2.503,45
Out.	589,21	1.909,30	6.242,47	2.211,29	74,42	1.829,42	2.141,25	2.141,25
Nov.	689,87	1.953,03	9.287,31	2.571,17	106,51	1.814,87
Dez.	710,19	1.735,13	14.377,50	3.088,35	180,11	2.054,37
Média anual	450,98	2.555,12	4.151,42	1.887,55	60,99	2.980,75

(1) A partir de 15/01/89, preços cotados em cruzados novos.

(2) Preço em cruzeiro de outubro de 1990, corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

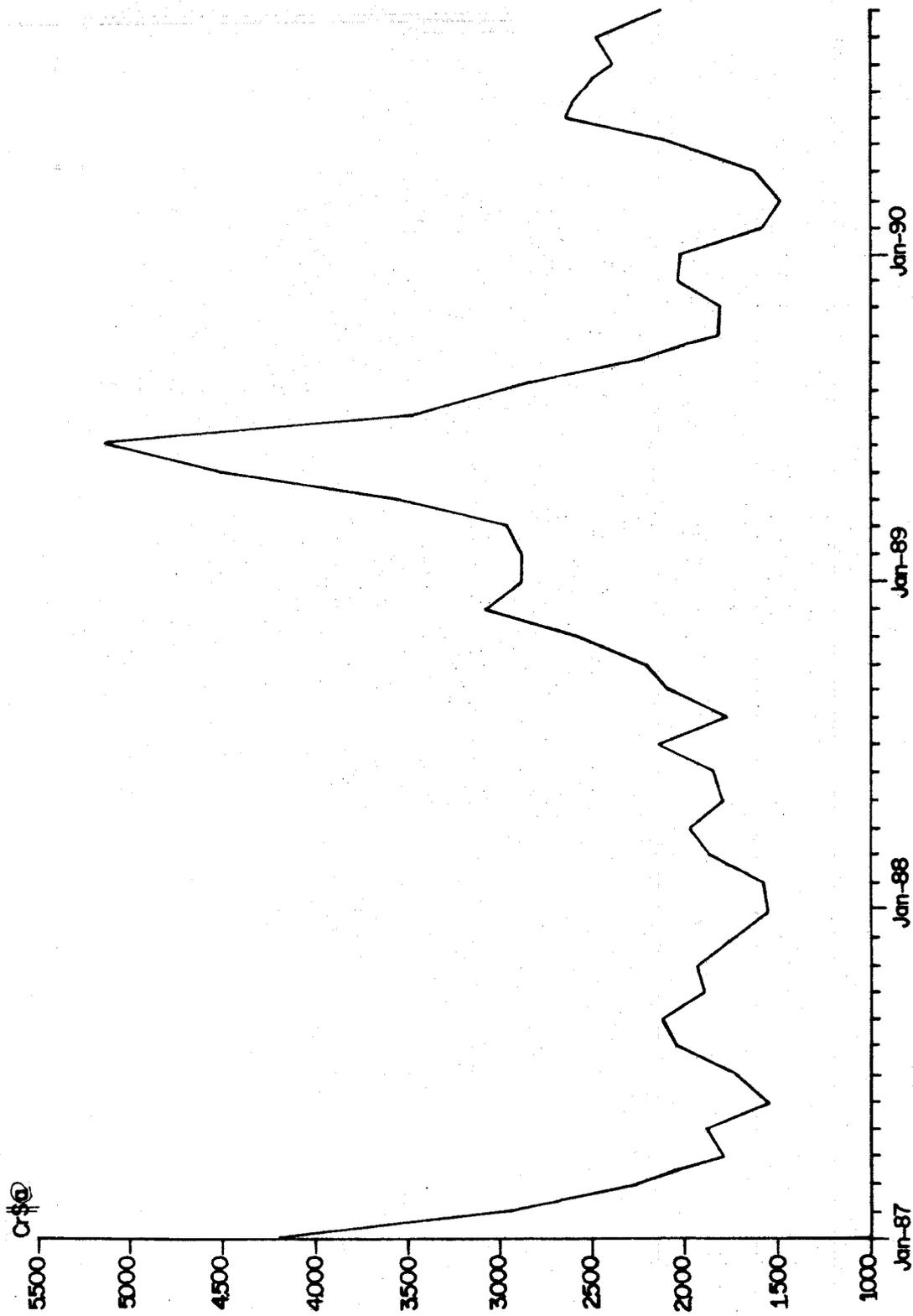


FIGURA 2.- Médias Mensais Reais Recebidas pelo Produtor de Suíno, Estado de São Paulo, Jan./87-Out./90.
 Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- AVICULTURA

- Panorama Internacional

A produção mundial de carne de aves em 1990, segundo projeção da FAO, deverá atingir 39,4 milhões de toneladas, cerca de 4% maior que a de 1989, baseados nas expectativas de crescimento considerável na Coreia do Sul, assim como nos países do Leste e do Sul-Asiáticos, os quais estão expandindo suas indústrias avícolas. Por sua vez, nas nações industrializadas, esperam-se incrementos rápidos nos Estados Unidos e Austrália, enquanto na Comunidade Econômica Européia e Canadá, o crescimento deverá ser pequeno. Nos Estados Unidos, a produção de carne de frango deverá crescer 7%, podendo atingir 8,4 milhões de toneladas.

O mercado mundial de carne de frango está tendendo ao equilíbrio, devido à estagnação no consumo, o que tem limitado a expansão da produção na maioria dos países, principalmente, os da Comunidade Econômica Européia. Somente aqueles países comprometidos com as exportações estão incrementando a produção.

Não se sabe, ainda, como vai se comportar o comércio de produtos avícolas com o Oriente Médio, em razão da crise no Golfo Pérsico, mas há sinais recentes de crescente interesse em comprar. De um lado, o aumento da demanda por alimentos tem ficado patente pelo deslocamento de tropas na região, enquanto de outro fica a necessidade de formar estoques para assegurar o suprimento.

O Iraque produzirá cerca de 280 mil toneladas de carne de aves em 1990, cerca de 4% mais que em 1989, tornando-se auto-suficiente. Quanto aos demais países, a Arábia Saudita é o que mais importa, cerca de 200 mil toneladas, vindo a seguir o Kuwait com 39 mil toneladas, Emirados Árabes Unidos com 31 mil toneladas e Egito

com 15 mil.

Quanto aos principais exportadores de carne de frango, os Estados Unidos exportará, em 1990, cerca de 412 mil toneladas; Comunidade Econômica Européia, 317 mil; Brasil, 300 mil; Hungria, 164 mil; e Tailândia, 125 mil, o que representa, no conjunto, 1.228 mil toneladas, com incremento da ordem de 2% em relação a 1989.

Em 1989, as exportações brasileiras de carne de frango atingiram 243.889 toneladas no valor de US\$/FOB 263.060 mil, respectivamente, cerca de 3% e 17% maior que 1988. Até setembro de 1990, foram exportadas 228.116 toneladas no valor de US\$/FOB 239.945 mil, devendo atingir até dezembro mais de 300 mil toneladas e cerca de 320 milhões de dólares.

A crise instalada na Região do Golfo Pérsico não deverá influir nas exportações, pois o Iraque não importa do Brasil já faz alguns anos, e para o Kuwait são exportados apenas 3% do total. Na visão de analistas do comércio mundial, tal crise pode até incentivar as vendas de alimentos para a região.

- Situação Interna

A avicultura de corte atingiu, em 1989, a maior produção de carne de frango nos últimos anos, 2.082,6 mil toneladas, depois de uma queda em 1988 e ociosidade de 27% na estrutura produtiva, contra apenas 9% em 1989. Tal performance deveu-se à recuperação nos preços recebidos pelo criador de frango, cujas médias em valores reais alcançaram em maio e junho de 1989 os níveis mais elevados dos últimos anos.

Mas, em 1990, esses preços experimentaram forte queda até abril quando, devido ao plano econômico do novo Governo, a moeda em circulação foi reduzida drasticamente e o preço do frango no varejo foi tabelado. Com a recuperação do poder aquisitivo do consumidor a partir de abril devido à queda nos índices inflacionários e com

preços no varejo controlados até julho, aconteceu uma reação na demanda e, por conseguinte, nos preços ao nível do produtor, cuja média em setembro cresceu 20% em valores reais, relativamente a janeiro (figura 3).

Pode-se considerar que em 1990, a avicultura de corte tem obtido retornos positivos, como mostram as relações de preço frango-ração e de preço de carne bovina-carne de frango (indicadores da atividade) que, apesar da instabilidade, têm sido favoráveis ao produtor, principalmente quando se compara aos índices de dezembro de 1987 e janeiro de 1988 (quadro 34).

A estimativa de custo operacional elaborada pelo Instituto de Economia Agrícola, baseada nos preços médios de outubro de 1990, também evidencia retornos positivos ao produtor de frango, notadamente quando se compara essa estimativa com a elaborada em outubro de 1989, que em valores reais foi cerca de 10% mais elevada (quadro 35).

Assim, se forem confirmadas as previsões de produção e alojamento de mais de 1.600 milhões de pintos de corte, haverá em 1990, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (APINCO), uma produção de carne de frango, ao nível de Brasil, de mais de 2.300 mil toneladas, significando um acréscimo de cerca de 10% em relação a 1989, quando atingiu 2.082 mil toneladas.

Tal magnitude na produção de frangos, quando os preços estão declinando, a demanda se retraíndo devido à recessão econômica, além de uma relativa escassez de milho, principal componente do arraçoamento das aves, poderá levar a atividade a uma situação extremamente difícil em 1991, particularmente no primeiro semestre.

Portanto, as perspectivas para o próximo ano são de queda na produção ou de estabilização aos níveis atuais, apesar de o alojamento de matrizes indicar uma expansão do potencial da estrutura produtiva de pintos de corte. Como, geralmente, no

início do ano a demanda cai empurrando os preços para baixo e há indícios de agravamento da situação econômica do País, com reflexos maiores na retração do consumo, a ociosidade dessa capacidade produtiva, que hoje está ao redor de 11%, deverá aumentar significativamente, levando a atividade a enfrentar sérios percalços a curto prazo.

Na atividade de postura, depois de uma queda considerável dos preços médios reais, no segundo semestre de 1989, a qual levou os produtores de ovos a reduzirem seus plantéis de poedeiras e investimentos na sua renovação, houve em 1990, especificamente a partir de maio, uma recuperação no consumo de ovos e consequentemente nos preços recebidos pelo produtor, devido a melhora no poder aquisitivo até setembro e preços no varejo controlados (figura 4).

Esse comportamento do mercado acompanhado de uma relativa estabilidade nos preços dos principais fatores de produção, proporcionou alguma vantagem em termos de relação de troca da atividade, como pode-se verificar pelo comportamento da relação de preço ovo-ração, principalmente em março e abril, levando, também, a custos reais decrescentes em relação a 1989, conforme estimativa de custo operacional elaborada pelo Instituto de Economia Agrícola, com base nos preços médios dos insumos e fatores de produção vigentes em outubro de 1990 (quadros 34 e 36).

Assim, pelo menos até agosto de 1990, as expectativas eram mais otimistas para a atividade, prevendo-se então uma recuperação dos plantéis e aumento na produção. Mas, a partir de setembro, houve nova retração nos preços e na demanda, o que poderá levar à nova queda na produção no próximo ano, reduzindo ainda mais o consumo aparente de ovos pela população brasileira e prejuízos aos produtores.

A produção de ovos no Estado de São Paulo, em 1990, baseada nos levantamentos do Instituto de Economia

Agrícola, está estimada em cerca de 675,7 milhões de dúzias, significando acréscimo aproximado de 4% sobre 1989, enquanto a produção brasileira, segundo dados da Associação Paulista de Avicultura (APA) e União Brasileira de Avicultura (UBA), é estimada em perto de 1.121,1 milhões de dúzias em 1990, cerca de 10% maior que a de 1989.

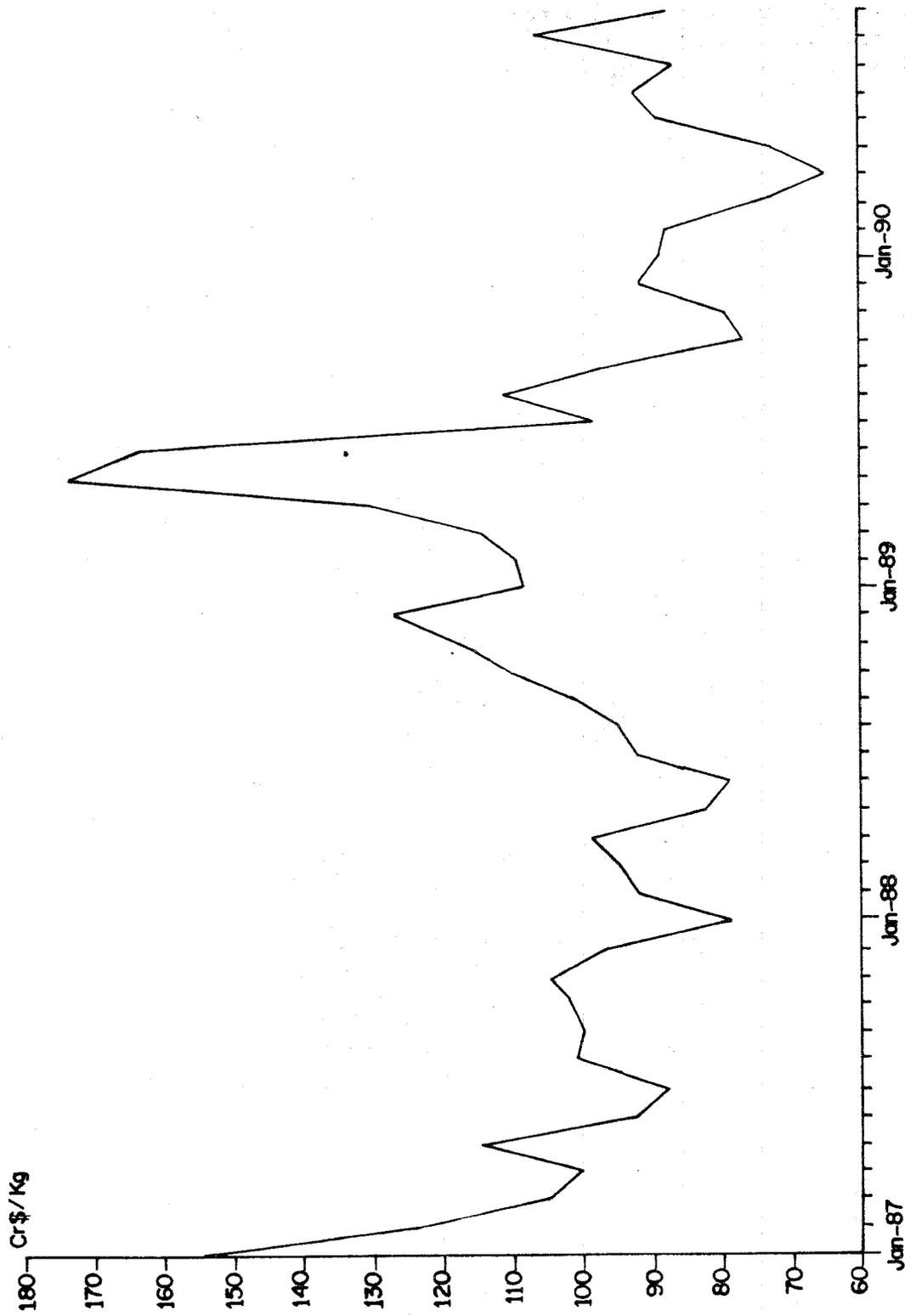


FIGURA 3.- Preços Médios Reais(1) Recebidos pelo Produtor de Frango, Estado de São Paulo, Jan./87 - Out./90.

(1) Em cruzeiro de outubro de 1990, corrigido pelo IGP (DI) Coluna 2, de Conjuntura Econômica.

QUADRO 34.- Relações de Preços Ovo-Ração(1), Frango-Ração(2) e Carne Bovina-Carne de Frango(3), Estado de São Paulo, 1987-90

Mês	Relação de preço ovo-ração				Relação de preço frango-ração				Relação de preço carne bovina-carne de frango			
	1987	1988	1989	1990	1987	1988	1989	1990	1987	1988	1989	1990
Jan.	2,50	0,94	1,66	1,00	3,95	1,64	2,65	2,16	1,64	1,92	1,65	2,01
Fev.	2,51	1,47	1,74	1,15	2,99	2,14	2,78	2,45	1,87	1,60	1,61	1,69
Mar.	2,20	1,82	1,95	2,48	2,44	2,19	3,03	3,07	1,98	1,39	1,60	1,93
Abr.	2,15	2,14	2,19	2,25	2,75	2,57	3,26	2,80	2,06	1,58	1,31	2,04
Mai.	2,47	1,91	2,62	1,64	3,46	2,15	4,37	2,06	1,79	1,46	1,31	2,06
Jun.	2,05	1,80	3,32	1,64	2,46	2,31	4,66	2,43	1,76	1,65	1,48	2,29
Jul.	1,18	1,90	3,03	1,81	2,39	2,46	3,75	2,56	2,31	1,69	1,64	1,68
Ago.	1,26	1,96	2,70	1,68	2,89	2,21	3,60	2,27	2,57	1,72	1,99	1,68
Set.	1,14	1,49	1,55	1,43	2,41	2,74	3,27	2,89	2,24	1,70	1,72	1,75
Out.	1,37	1,44	0,98	0,97	2,49	2,52	2,06	2,25	2,18	1,77	1,84	1,72
Nov.	1,09	1,27	0,97	-	2,55	2,25	2,23	-	2,29	1,66	1,91	-
Dez.	0,96	1,60	1,42	-	1,86	3,03	3,46	-	2,18	1,77	1,48	-

(1) Quantidade em kg de ração para poedeira, que se pode adquirir com o preço recebido por 1 dúzia de ovos.

(2) Quantidade em kg de ração para frango de corte, que se pode adquirir com o preço recebido por 1 kg de frango vivo.

(3) Quantidade em kg de carne de frango, que se pode adquirir com o valor pago por 1kg de carne bovina.

QUADRO 35.- Estimativa de Custo Operacional de Exploração de Frangos de Corte na Granja, 1.000 Aves(1), Produção Média Estimada de 1.911kg, Estado de São Paulo, Outubro de 1990(2)

Item	Valor
Compra de pinto de um dia	38.500,00
Ração	90.325,00
Mão-de-obra	4.517,00
Vacina e medicamentos	2.946,00
Reparo de máquinas e benfeitorias	2.077,00
Depreciação de máquinas e benfeitorias	3.342,00
Funrural e embalagem	3.613,00
Encargos financeiros	1.025,00
Custo operacional total	146.345,00
Receitas eventuais	4.290,00
Custo operacional líquido	142.055,00
Custo por quilograma	74,34

(1) Estudo de casos.

(2) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 36.- Estimativa de Custo Operacional de Ovos, 1.000 Aves, Produção Média Estimada de 722cx. de 30dz., Estado de São Paulo(1), Outubro de 1990(2)

Item	Cr\$
Compra de pinto de um dia	48.000,00
Ração	901.497,00
Mão-de-obra	98.693,00
Vacina e medicamentos	12.982,00
Reparo de máquinas e benfeitorias	20.734,00
Depreciação de máquinas e benfeitorias	33.355,00
Energia, cama e gás	4.886,00
Custo de processamento	13.862,00
Encargos financeiros	8.580,00
Custo operacional total	1.142.589,00
Receitas eventuais (-)	129.095,00
Custo operacional líquido	1.013.494,00
Custo por caixa de 30 dz.	1.403,73
Custo por dúzia	46,79

(1) Estudo de casos.

(2) Considerando-se o valor do BTNF médio da segunda quinzena de outubro = Cr\$71,8769.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

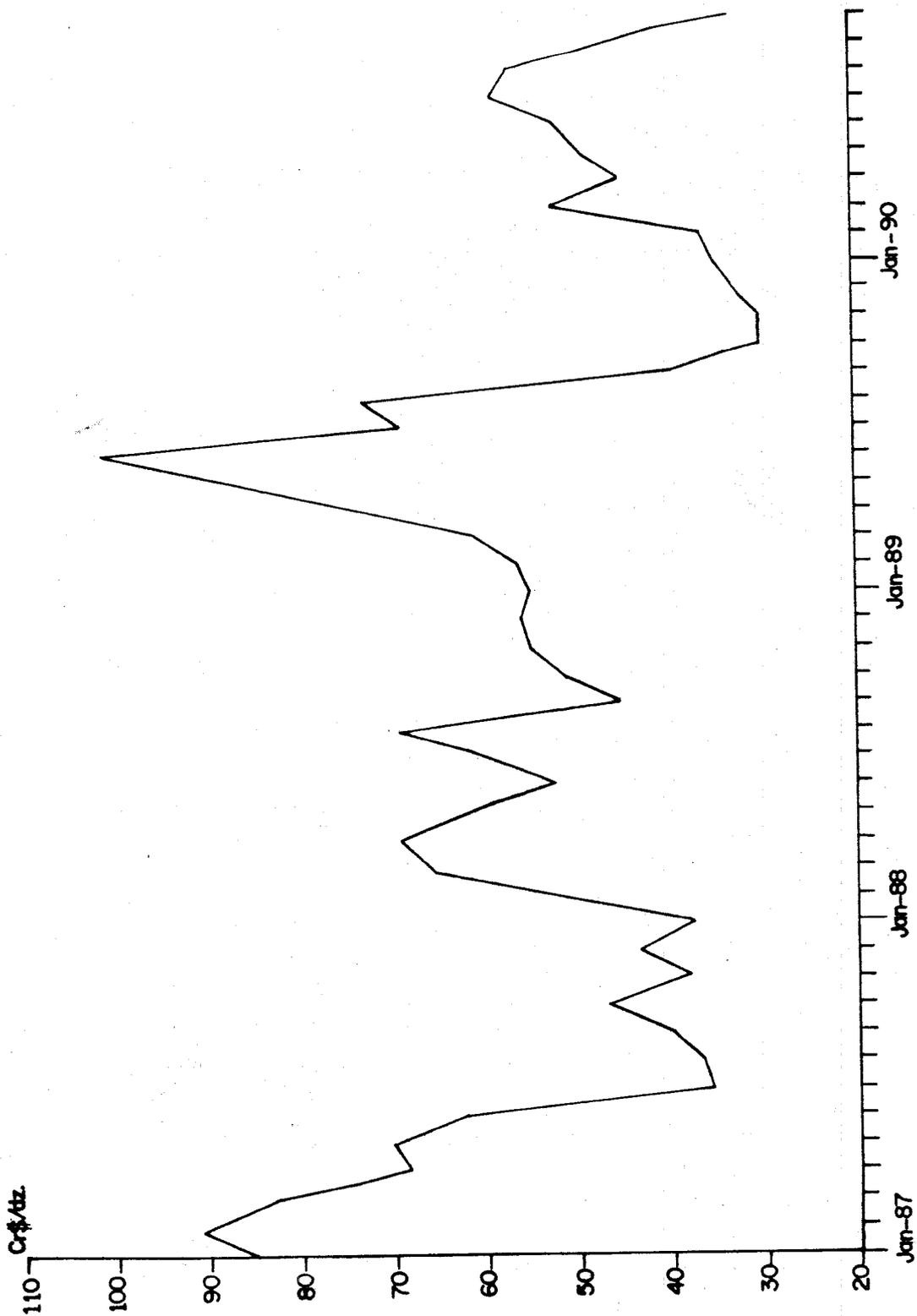


FIGURA 4.- Preços Médios Reais(1) Recebidos pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, Jan./87 - Out./90.

(1) Em cruzeiro de outubro de 1990, corrigido pelo IGP (DI) Coluna 2, de Conjuntura Econômica.